



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Guilherme Antunes de Oliveira

**DE PERTO, UMA NATUREZA DISTANTE:
UMA ETNOGRAFIA ENTRE BICHOS E GENTES,
SOBRE FRONTEIRAS DO SENSÍVEL, EM ÁGUAS AMAZÔNICAS**

CAMPINAS

2019

Guilherme Antunes de Oliveira

**DE PERTO, UMA NATUREZA DISTANTE:
UMA ETNOGRAFIA ENTRE BICHOS E GENTES,
SOBRE FRONTEIRAS DO SENSÍVEL, EM ÁGUAS AMAZÔNICAS**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Nádia Farage

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELO ALUNO GUILHERME ANTUNES DE
OLIVEIRA E ORIENTADA PELA PROFA.
DRA. NÁDIA FARAGE.

CAMPINAS

2019

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

An89d Antunes de Oliveira, Guilherme, 1976-
De perto, uma natureza distante : uma etnografia entre bichos e gentes,
sobre fronteiras do sensível, em águas amazônicas / Guilherme Antunes de
Oliveira. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Nádia Farage.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Antropologia. 2. Extrativismo. 3. Pesca - Amazônia. 4. Relações homem-
animal. I. Farage, Nádia, 1959-. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: From near, a distant nature : an ethnography between animals and
people, on borders of the sensitive, in Amazonian waters

Palavras-chave em inglês:

Anthropology

Extractivism

Fishing - Amazon

Animal-human relationships

Área de concentração: Antropologia Social

Titulação: Doutor em Antropologia Social

Banca examinadora:

Nádia Farage [Orientador]

Geraldo Luciano Andrello

Laerte Fernando Levai

Mark Harris

Paulo José Brando Santilli

Data de defesa: 30-09-2019

Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-5965-8980>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/0184335469601774>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 30 de setembro de 2019, considerou o candidato Guilherme Antunes de Oliveira aprovado.

Profa. Dra. Nádia Farage (orientadora/presidente)

Prof. Dr. Geraldo Luciano Andrello (Universidade Federal de São Carlos)

Prof. Dr. Laerte Fernando Levai (Ministério Público do Estado de São Paulo)

Prof. Dr. Mark Harris (University of St Andrews)

Prof. Dr. Paulo José Brando Santilli (Universidade Estadual Paulista)

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações e Teses e na Secretaria de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Para Madalena Antunes – mais uma vez; e sempre.
Pela amizade de Ariel e Takashi – de longe, tão próximos.
Pensando em Alexandre Rodrigues Ferreira – “*esta vida, coisa tão pequena*”.
E por todos os bichos e gentes que deixaram suas marcas e seus rastros
nos caminhos e descaminhos desta etnografia.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, através de bolsa de pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Minha admiração pela professora Nádia Farage antecede esta tese e remete a seu pioneirismo no debate antropológico do tema aqui proposto. Na condição de orientadora, agradeço a ela pelo acolhimento de minha proposta, pela leitura sempre crítica de meus escritos e pelos apontamentos sobre os caminhos de minha pesquisa na abordagem de questões nem sempre simples de enfrentar. E também por me possibilitar a oportunidade de exercer um olhar verdadeiramente *outro* dentro de um campo do conhecimento humano que se constitui justamente pelo reconhecimento da alteridade.

Agradeço aos professores Mark Harris (University of St Andrews) e Paulo Santilli (Universidade Estadual Paulista), presentes nas bancas do exame de qualificação e de defesa da tese, e aos professores Geraldo Andrello (Universidade Federal de São Carlos) e Laerte Fernando Levai (do Ministério Público do Estado de São Paulo), que também compuseram a banca examinadora da defesa da tese, cada um dos quais tendo trazido contribuições críticas importantes na arguição do trabalho que apresentei. Aos professores do PPGAS do IFCH Mauro William Barbosa de Almeida, Suely Kofes e Vanessa Rosemary Lea agradeço pela contribuição à minha formação através das disciplinas que ministraram durante o curso do doutorado. Registro também um agradecimento póstumo ao professor John Manuel Monteiro (*in memoriam*) por uma pontual sugestão à minha pesquisa – na verdade, ao então projeto de pesquisa – em nosso único encontro, na ocasião da entrevista para o processo seletivo.

Continuo grato aos professores Edmundo Peggion e Renata Medeiros (ambos da Universidade Estadual Paulista, em Araraquara) e Piero de Camargo Leirner e Felipe Vander Velden (da Universidade Federal de São Carlos) pela presença em momentos anteriores de minha formação, na graduação e no mestrado.

Aos colegas do IFCH, também orientandos da professora Nádia, em especial Bruna Rossetti Mendonça, Camila Midori Moreira, Guilherme Christol, Igor Scaramuzzi, Lucas Krasucki, Paulo Victor Lisboa, Rafael Cremonini Barbosa e Rafaela Campos Carvalho,

pela troca de experiências durante o curso ou nas reuniões de orientação e pelo apoio mútuo diante da escassez de mais pessoas interessadas em temáticas afins às nossas.

A todos os colegas de turma do doutorado em Antropologia Social, em especial a Caio Pompeia Ribeiro Neto, Carlos Andrade Rivas Gutierrez, Jaqueline Lima Santos, Jose Quidel Lincoleo e Marcelo Perilo pelo breve ano de 2013, quando ainda nos encontrávamos juntos – e pelos esporádicos, mas férteis reencontros nos anos seguintes. A Bernardo Freire, também do PPGAS, por disponibilizar a mim parte de seu acervo bibliográfico durante sua ausência do país. E a Carla de Camargo, do doutorado em Ciências Sociais da Unicamp, por nossa amizade desde os tempos do mestrado em São Carlos.

Minha gratidão se renova a Ariel Finguerut, Eliane Conceição Silva, Luís Michel Françaço, Julio César Santos, Marcelo Yokoi, Mateus Zeferino e Priscila Elisabete da Silva, dos tempos de graduação em Araraquara – tal como à amiga Rita Michelutti, da mesma cidade. Dos tempos mais recentes em Campinas, agradeço com carinho a Chico Barganian & Mariella Siqueira, mais do que queridos, com quem partilhei não somente uma morada, mas também preciosos instantes de vida.

Durante as viagens ao Amazonas e ao Pará, tive o apoio de pessoas nas duas capitais, que me acolheram enquanto um “estrangeiro” perdido e tentando se encontrar no campo da pesquisa. Das passagens por Belém (PA), agradeço a Aliã Samai Barros, Betânia Barbosa, Bianca Darski, Deyla Baia & Breno Sales, Leila Rocha e Maura Sousa & Renan Peixoto. De Manaus (AM), sou grato a Admilton Freitas, Jonise Nunes e Rossini Maduro. E estendo meus agradecimentos a dona Graça Nunes & *seo* José dos Santos, de Ananindeua (PA) e a Francisca “Poty” Cardoso & Raimundo “Manu” Freitas, da regional Norte 1, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), de Tefé (AM).

Aos amigos que deixei em Soure (PA): famílias de Maria Raimunda & Carlos Rui Nascimento e de Inês Guedes; em Salvaterra (PA), na Vila de Joanes: famílias de Elisabeth & Mauro de Sousa, de Clóvis das Neves Lopes, de Simone Cristina Trindade, de Girlene & Laurielso Conceição Silva, de Marlene & Joaquim da Silva, de Glairce & João Pascoal da Silva e Lenito Barbosa; também em Salvaterra, na Vila de Monsarás: Luciano Teixeira & família; em Abaetetuba (PA): família de Fátima & Raimundo Nunes Abreu; em Alter do Chão, Santarém (PA): à família de Aldir, Cidelme e Edelson Pimentel, a Marcos Lira Macedo e à toda a família de dona Benedita Maduro; em Presidente Figueiredo (AM): famílias de Leniza da Costa Cunha & Adelson Ferreira Gomes; de Lucilene da Costa Cunha & Enivaldo de Castro e de Eliane & José Valente de Sá. Sem o apoio, as portas e os

braços abertos dessas pessoas, minhas dificuldades teriam sido bem maiores e meus resultados seriam certamente menos satisfatórios do que estes aqui apresentados.

Contei ainda com a colaboração de pesquisadores e agentes ambientalistas que já haviam atuado nas localidades ou proximidades de onde passei, dentre os quais: Bernardo Câmara (ex-Greenpeace, Manaus), Jairo Moura (ZooFIT, Santarém), Marcelo Vidal (ICMBio, Novo Airão), Bruna Martins (UFPA, Belém), Maura Sousa (UFPA, Belém), Pablo Pacheco (DEMUC, Novo Airão), professor Ronis da Silveira (UFAM, Manaus) e Stella Lazzarini (INPA, Presidente Figueiredo).

Também registro o meu agradecimento mais do que especial a dois amigos aos quais dedico parte dos esforços do presente trabalho: novamente a Ariel Finguerut, pela amizade leal e pelos diálogos para a vida, sempre na companhia de *rooibos* ou *yerba mate*; e a Takashi Wakamatsu, antigo e também leal amigo, das pessoas que melhor soube perceber o que eu buscava com esta pesquisa e o que me trazia à Amazônia – e, conseqüentemente, à sua casa, onde partes da tese foram elaboradas.

E, claro, a todas e todos os habitantes das comunidades litorâneas e ribeirinhas onde estive a minha gratidão é eterna pela colaboração e amizade. O que aprendi sobre viver na Amazônia e sobre vidas amazônicas, devo a essa gente das águas. E reverencio igualmente a todos os bichos de rios, mares, terra e céu que também compõem a paisagem amazônica e que também me apontaram caminhos durante a realização dessa jornada.

A propósito, também Lili, Pingo, Pipoca e principalmente Lua e Mel, que, na casa de meus pais, acompanharam algumas fases da escrita da tese, sempre oferecendo um peculiar apoio do qual só mesmo eles são capazes.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a *seo* Oliveira, meu pai, pelo apoio sempre preciso e pela presença solidária no momento mais difícil de nossas vidas.

Minha querida mãe, dona Madalena Antunes, é certamente a pessoa que mais gostaria de ver concluída esta etapa de minha vida, por ter acompanhado todo o seu árduo processo, enquanto lhe foi possível acompanhar. Ainda que não tenha havido tempo para que nossa celebração se concretizasse em vida, minha gratidão pelo seu constante apoio e incentivo – não apenas em relação aos meus estudos, mas para toda a vida – é o que mais se manifesta em mim com as suas lembranças. Tal como tudo o que fiz e logrei alcançar, este momento também pertence a ela e, em sua memória, registro minha eterna reverência e gratidão, inclusive por ainda estar presente em minha vida. Este trabalho fala, sobretudo, de vidas. E é principalmente a ti, mãe, que ele é dedicado.

*Eu quero, sim
Eu quero coisas novas
Mas o que eu procuro mesmo
São mais vidas.*

Taiguara Chalar da Silva

*Toda espécie, tal como toda pessoa, é única,
com sua própria história e seu próprio destino.*

Philip Cafaro & Richard Primack

*Existe aquele grande provérbio –
“Até que os leões tenham seus próprios historiadores,
a história da caça continuará a glorificar o caçador”.
[...] Quando eu entendi isso, tive de me tornar escritor.
Eu tinha de ser um desses historiadores.*

Chinua Achebe

Resumo

ANTUNES DE OLIVEIRA, Guilherme. 2019. *De perto, uma natureza distante: uma etnografia entre bichos e gentes, sobre fronteiras do sensível, em águas amazônicas*. Tese de doutorado. Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

Esta pesquisa contempla as relações interespecíficas presentes no cotidiano de comunidades costeiras e ribeirinhas da Amazônia, sobretudo a partir da pesca enquanto atividade extrativista, predatória e principal meio de vida dessas populações. Em um contexto em que habitantes locais, órgãos ambientalistas e pesquisadores de áreas diversas operam por meio de políticas de conservação e preservação direcionadas à fauna aquática, o estudo busca compreender situações de conflito e eventual cooperação nas interações resultantes da pesca – e da caça. Considerando também as concepções e percepções dos atores envolvidos e as resoluções e procedimentos que ordenam as ações de monitoramento, pesquisa e atividades extrativistas a afetar essa fauna (peixes, mamíferos e outros animais que habitam ambientes aquáticos), este trabalho aborda suas consequências às espécies afetadas.

Palavras-chave: Antropologia; extrativismo; pesca - Amazônia; relações homem-animal.

Abstract

ANTUNES DE OLIVEIRA, Guilherme. 2019. *From near, a distant nature: an ethnography between animals and people, on borders of the sensitive, in Amazonian waters*. Doctoral thesis. Social Anthropology. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

This research examines interspecies relationships present in the life of coastal and riverine Amazonian communities, especially from fishing as an extractive and predatory activity and main livelihood of such populations. In a context where local inhabitants, environmental agencies and researchers from different sciences operate through conservation and preservation policies directed to aquatic fauna, the study seeks to understand situations of conflict and possible cooperation in the interactions resulting from fishing – and hunting. Considering also the conceptions and perceptions of the involved actors, and the resolutions and procedures that order the actions of monitoring, research and extractive activities, affecting that fauna (fishes, mammals and other animals that inhabit aquatic environments), this work approaches their consequences to the affected species.

Keywords: Anthropology; extractivism; fishing - Amazon; human-animal relationships.

Lista de imagens

<i>Imagem 1</i> – Mapa com indicação do percurso da viagem.	21
<i>Imagem 2</i> – Pesca em alto mar.	30
<i>Imagem 3</i> – Pesca no rio Uatumã.	34
<i>Imagem 4</i> – Defeso, piracema, controle, interdições	48
<i>Imagem 5</i> – O peixe-boi Omar em período de utilização de seu cativeiro seminatural.	61
<i>Imagem 6</i> – Um esqueleto “frankenstein”: material educativo.	64
<i>Imagem 7</i> – Materiais de coleta e avistagem.	69
<i>Imagem 8</i> – Atravessadores escolhem os peixes. Urubus aguardam.	76
<i>Imagem 9</i> – Resquícios dos bois mortos nas areias da praia da Vila do Conde.....	82
<i>Imagem 10</i> – Funcionária municipal da Vila de Beja mostra a foto que mais a impactou.	88
<i>Imagem 11</i> – “O que são vinte caranguejos?”.	103
<i>Imagem 12</i> – A linha d’água, cenário do “jogo” da pesca.	113
<i>Imagem 13</i> – O “astuto” xaréu, quando capturado, é exibido com entusiasmo.	114
<i>Imagem 14</i> – Arapaias, esparteçadas em segundos, viram iscas nos anzóis do espinhel.	120
<i>Imagem 15</i> – A arraias de Monsarás.	123
<i>Imagem 16</i> – Pesca noturna no igarapé.....	126
<i>Imagem 17</i> – Peixe atravessado por arpão pneumático.	128
<i>Imagem 18</i> – Tracajá recém-capturado.	130
<i>Imagem 19</i> – Peixes demais: bagres relutantes no assoalho da canoa.	133
<i>Imagem 20</i> – Carne, sangue... e espinhas.	138
<i>Imagem 21</i> – A “maternidade”, o “berçário dos bichos”.	148
<i>Imagem 22</i> – Amansamento, senciência.	150
<i>Imagem 23</i> – “Desencantando” o boto.	156
<i>Imagem 24</i> – Praia do Garrote (o antigo “Mata-Fome”).	166
<i>Imagem 25</i> – Material de campanha em defesa do peixe-boi amazônico.....	167
<i>Imagem 26</i> – No CPPMA da Vila de Balbina: o peixe-boi Castanho se apresenta... ..	173
<i>Imagem 27</i> – ... e conta sua própria história, exibindo a nadadeira caudal amputada.	173
<i>Imagem 28</i> – Paisagem do rio Uatumã: o pato-do-mato em seus últimos momentos.	184
<i>Imagem 29</i> – Morador da praia da Barra Velha desenha na areia o espadarte.	195
<i>Imagem 30</i> – De perto, uma natureza distante.	200

Lista de siglas e abreviaturas

AERAJ: Associação Educativa Rural e Artesanal da Vila de Joanes.
AM: Estado do Amazonas.
AMPA: Associação Amigos do Peixe-Boi.
ANVISA: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
APA: Área de Proteção Ambiental.
CCA: Corredor Central da Amazônia.
CDP: Companhia Docas do Pará.
CPPMA: Centro de Preservação e Pesquisa de Mamíferos Aquáticos.
CRAS: Centro de Referência de Assistência Social.
DEMUC: Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação.
EIA: Estudo de Impacto Ambiental.
EUA: Estados Unidos da América.
IBAMA: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis.
IBDF: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.
ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
IDSM: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.
IMO: International Maritime Organization (Organização Marítima Internacional).
INPA: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.
INSS: Instituto Nacional do Seguro Social.
MPEG: Museu Paraense Emílio Goeldi.
PA: Estado do Pará.
PARNA: Parque Nacional.
RDS: Reserva de Desenvolvimento Sustentável.
REBIO: Reserva Biológica.
RENTAS: Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres.
RESEX: Reserva Extrativista.
SEMMA: Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
SEMAS: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade.
SEMED: Secretaria Municipal de Educação.
SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.
UC: Unidade de Conservação.
UHE: Usina Hidrelétrica.
UFAM: Universidade Federal do Amazonas.
UFPA: Universidade Federal do Pará.
ZooFIT: Zoológico das Faculdades Integradas do Tapajós.

Sumário

Introdução.....	15
1. Do Marajó ao Baixo Rio Negro: cenas de vidas amazônicas	
1.1. Fronteiras num campo fluviomarítimo.....	26
1.2. Bichos e gentes de mares e rios.....	29
1.3. Outros “outros amazônicos”.....	36
2. Biopolíticas e modos de vida	
2.1. Entre “avistagens” e “visagens”.....	46
2.2. Pesquisadores à procura de dados.....	56
2.3. Pescadores à procura de “cumidia”.....	71
2.4. Tristes antrópicos.....	77
2.5. Mar de bois, mar de poços.....	81
2.6. Poder de polícia e natureza respeitada.....	94
3. Peixes e linhas	
3.1. A linha d’água e o “jogo” da pesca: fronteiras do (não) visível.....	109
3.2. Pesca em alto mar: no barco “Comandante Álisson”.....	118
3.3. Pesca noturna e a fuga de arpões e lanternas.....	124
3.4. Peixes demais.....	132
3.5. Carne, sangue, espinhas: tirar, pescar, matar.....	136
4. Outras relações com os animais na Amazônia	
4.1. Malinezas, remorsos e outras fronteiras do (in)sensível.....	145
4.2. Desencantando o boto.....	153
4.3. Caboclizando o peixe-boi.....	164
4.4. Predação e compaixão.....	177
5. Perspectivas e demandas: mais cenas de vidas amazônicas	
5.1. Focagens, miras: para o animal.....	182
5.2. Coletas, registros: sobre o animal.....	188
5.3. Silêncios, sinais: do animal.....	192
Próximos, porém distantes – considerações finais.....	197
Bibliografia.....	201

Introdução

“...sabemos como ir, mas não antes de irmos.”

Tim Ingold, *The Perception of the Environment* (2000).

“...de onde vem o nosso impulso de sondar o espaço?”

Jorge Ben, “Errare humanum est” (1974).

Este trabalho é uma etnografia realizada em contextos fluviais e costeiros da Amazônia, com foco nas interações com o meio ambiente local e sua fauna. Em meio a uma biomassa aparentemente intocável e silenciosa, efetuam-se ações e ecoam sinais que enunciam possibilidades e necessidades de um novo olhar para as questões socioambientais na região. Este trabalho pretende trazer uma contribuição nesse sentido. O tema não é verdadeiramente “novo” na antropologia, como se chegou a propagar num primeiro momento: no caso específico dessa disciplina, sempre se concedeu espaço aos animais a partir de uma perspectiva representacional, classificatória. Talvez essa aparente incipiência do tema nas discussões antropológicas mais contemporâneas esteja agora superdimensionada pela urgência do debate ambientalista – em escala cada vez mais transdisciplinar – e pela emergência de demandas difusas e de direitos estendidos a outras espécies da natureza. Isso vem a requerer, portanto, a abordagem de questões atinentes às animalidades não apenas pelo que tange às classificações das ciências ou às representações das culturas, mas também a partir das relações sociais em que elas também implicam. Sendo assim, pretende-se entender as interações no âmbito da pesca enquanto situações de sociabilidade e possíveis espaços de demandas zoopolíticas. E, nesse sentido, essa é uma etnografia sobre bichos e gentes.

O trabalho de campo foi realizado, predominantemente, em duas regiões e também durante o percurso entre elas. Primeiramente, estive no litoral do estado do Pará, na costa oceânica da Ilha do Marajó e da região do Salgado Paraense. E, posteriormente, em parte da

entrada do que hoje também se conhece como o corredor ecológico central da Amazônia¹, entre a região do chamado Baixo Rio Negro e o curso do rio Uatumã. Como já mencionado, não somente esses dois pólos do campo, como também acontecimentos durante o trajeto percorrido entre eles, resultaram numa etnografia de viagem, que abarca a pesca marinha e fluvial amazônica e os respectivos desdobramentos de ordem biopolítica nas relações com as espécies animais envolvidas nessas atividades, ora concebidas como protegidas, ora como “espécies alvo”, ora como recurso alimentar e, resultante dessas interferências diversas, sob perspectivas invariavelmente conflitantes.

A circunstância de um campo em movimento também não foi, exatamente, uma escolha, mas, sobretudo, um efeito das dificuldades operacionais enfrentadas em estabelecer um campo fixo para a pesquisa. Assim sendo, o trabalho teve início na Ilha do Marajó (estado do Pará), nos municípios de Salvaterra e Soure e se concluiu nas adjacências dos municípios de Novo Airão e Presidente Figueiredo (no Baixo Rio Negro, Amazonas), compreendendo, em seu decorrer, passagens por Curuçá (na região da Costa do Salgado, Pará), Abaetetuba e Barcarena (na região do Baixo Tocantins, Pará) e Santarém (região do Baixo Tapajós, também no estado do Pará). Essa experiência itinerante proporcionou tanto uma identificação de elementos de ordem sistêmica no manejo da fauna aquática amazônica, bem como algumas particularidades numa apreciação diversificada – não exatamente comparativa – de contextos costeiros de pesca marinha e de contextos fluviais de pesca em água doce.

Parti do entendimento da pesca como uma atividade não apenas extrativista, mas também predatória (caracterização que pretendo esclarecer no desenvolvimento do texto), e acompanhei o cotidiano dessa atividade priorizando a ocorrência de interações diretas com as espécies aquáticas perseguidas. Assim sendo, tive de acompanhar as embarcações em rio ou em mar, em praticamente todas as comunidades em que estive ou pelas quais passei, onde a atividade de subsistência predominante é a pesca artesanal. Fossem elas vilas mais isoladas dos centros municipais (como Joanes e Monsarás, no município de Salvaterra, Ilha do Marajó, no Pará), comunidades próximas ou pertencentes a áreas de conservação (como as de Itapiranga e Presidente Figueiredo, no Baixo Rio Negro, Amazonas; e Jamaraguá,

¹ Os chamados “corredores ecológicos” são grandes extensões territoriais que compreendem áreas de proteção e conservação (como unidades de conservação e terras indígenas, dentre outras), devido à diversidade biológica que abrigam. O Corredor Central da Amazônia (CCA) se estende desde a região do Baixo Rio Negro (compreendendo além de Manaus, outros municípios adjacentes, como Presidente Figueiredo, Novo Airão etc.) até a divisa com o Peru, sempre acompanhando o intervalo territorial entre os rios Negro e Solimões.

identificada a Belterra, região do Tapajós, no Pará) ou próximas a cidades (como em Soure, na Ilha do Marajó; Abaetetuba, no Baixo Tocantins; e a vila de Alter do Chão, pertencente a Santarém; todas no estado do Pará). Na rotina da pesca artesanal, ainda contei com eventuais oportunidades de contato com outros atores daqueles contextos, como funcionários de instituições governamentais (fossem de secretarias municipais ou órgãos de fiscalização), agentes ambientalistas e outros pesquisadores de áreas diversas.

Para isso, estive também em algumas unidades de conservação (UC's) que se localizavam próximas ou abrangiam certas comunidades onde estive. A Reserva Extrativista (RESEX) Marinha de Soure, a Floresta Nacional (FLONA) do Tapajós, o Parque Nacional (PARNA) de Anavilhanas e a Reserva Biológica (REBIO) do Uatumã foram unidades² presentes nos percursos do trabalho de campo. Meus percursos ocorriam sempre na iminência de possíveis dificuldades em compartilhar o campo com outros pesquisadores, de dilemas de ordem ética mediante eventuais práticas proibidas por lei, supostamente cometidas dentro das comunidades, e de riscos de acidentes (devido às condições nem sempre seguras das pequenas embarcações). Não houve, entretanto, situações infracionais flagrantes senão casos anteriores a mim relatados.

Além de adentrar as embarcações durante expedições de pesca, também percorri igarapés, manguezais e praias, tanto junto a pescadores ou outros moradores locais, como também seguindo ambientalistas ou pesquisadores, em busca de seus respectivos dados. E, assim sendo, se nem sempre (ou quase nunca, em alguns casos específicos) era possível o encontro com certos animais – leia-se, ainda vivos e em seu próprio *habitat* – tornaram-se também dados importantes os seus vestígios e quaisquer outros indícios de sua existência em determinados locais, bem como sua presença viva em cativeiros ou espaços de reabilitação, que alguns órgãos ambientais ou científicos também mantinham em locais por onde passei. A todas essas observações somam-se a realização de entrevistas com moradores litorâneos e ribeirinhos, agentes governamentais e pesquisadores.

Os limites previstos à prática pesqueira artesanal por essas comunidades, os programas de conservação e/ou preservação de determinadas espécies sob iminente ameaça, em razão da predação desordenada, as atividades educativas de orientação socioambiental levadas a essas comunidades e os eventuais conflitos de interesses resultantes de um necessário e inevitável compartilhamento dos mesmos ambientes entre

² Todas essas e outras denominações de unidades de conservação – RESEX, FLONA, PARNA, REBIO etc. – seguem as resoluções do chamado SNUC, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, instituído pela Lei Federal de nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000).

atores diversos também são algumas das situações vivenciadas durante a pesquisa e que me levaram a abordar o estatuto jurídico e a condição biopolítica dessas espécies animais nativas. No entanto – e sobretudo –, foi principalmente no cotidiano diário das comunidades, e sempre junto a seus moradores, que me lancei a um exercício aparentemente simples, mas posteriormente revelado árduo: procurar perceber o que as interações com essas espécies animais pudessem revelar, não apenas sobre a condição humana e/ou as relações humanas, mas também sobre elas próprias, as espécies animais. As dificuldades preliminares repousavam sobre aprender a lidar, necessariamente, com dados nem sempre explícitos. E ainda que tal tarefa possa ou deva ser entendida como um propósito fundamental de quem se propõe ao fazer antropológico, a minha dupla condição de “estrangeiro” – não sendo nativo e tampouco advindo das ciências mais propriamente naturais, num campo que já se configurava compartilhado por outros “estrangeiros” – dificultou não somente a compreensão de certos códigos locais, “nativos”, mas requereu também que eu adquirisse uma noção dos procedimentos científicos de outras áreas, eventualmente acionados por outros agentes (pesquisadores, como eu) que também buscavam por suas informações e observações de campo naquele mesmo contexto em que eu me encontrava, a partir daquele momento.

Em outras palavras, cabia-me compreender não somente aquela perseguição por subsistência, mas também uma perseguição por dados científicos, assim digamos, além de como as espécies perseguidas reagiam a tais investidas em sua direção, estivessem elas focadas enquanto recursos alimentares (presas) ou enquanto meros fornecedores de dados de campo (amostras, informações qualitativas ou quantitativas), estivessem elas vivas ou não. Compreendendo isto, mais do que apenas os moradores locais e demais agentes destes contextos tenham a dizer sobre essas espécies com as quais interagem em mares ou rios, há também o que esses animais eventualmente lhes expressam, como potenciais indicativos advindos de suas respectivas reações às interferências antrópicas sobre ambientes compartilhados, coabitados. Com os desdobramentos da pesquisa, percebi a necessidade de também compreender os sinais provenientes do mundo natural enquanto dotados de informações também relevantes e imprescindíveis aos objetivos deste trabalho.

No que tange mais exatamente ao extrativismo da pesca, pensar a trajetória dessas espécies – avistadas, capturadas ou predadas – e levantar a sua situação presente, procurando aproximar-se do que seria o seu próprio movimento, requer não apenas seguir rastros ou detectar indícios, mas também tentar perceber os silêncios e distanciamentos desses animais em seu próprio ambiente, nos relatos orais ou em resoluções políticas,

jurídicas e científicas que sobre eles recaem. O trabalho pretende, assim, uma reflexão tanto acerca de questões socioambientais já consolidadas, no que tange ao contexto amazônico, quanto de questões atinentes ao entendimento das relações interespecíficas envolvidas nas práticas extrativistas. Para tanto, percorre fronteiras não somente físicas, mas também epistêmicas, como procurarei demonstrar, acompanhando, além de pescadores, pesquisadores e ambientalistas, também peixes, botos, peixes-boi e outros bichos que, igualmente, ocupam o ambiente aquático.

São, sobretudo, nos entremeios das tentativas nem sempre bem-sucedidas de conciliar o discurso da conservação e preservação ambiental ao da defesa do modo de vida das comunidades locais, que repousam o que procuro denominar aqui como demandas zoopolíticas – e que, uma vez incompreendidas ou mesmo evitadas nesses espaços de diálogo, ainda são enfrentadas de modo reticente no âmbito das diversas disciplinas do conhecimento. Assim sendo, com este trabalho procuro atentar às possibilidades de uma abordagem zoopolítica, atentando, sobretudo, ao estatuto jurídico, moral, político e ontológico do animal em determinado contexto. Assim sendo, todos os casos que observei podem ser reveladores quando o que postulo aqui é atentar às “mensagens” e aos “recados” que a fauna eventualmente nos traz ou emite – seja em forma de distância, silêncio, ruído, resiliência ou resistência – e a sua repercussão sobre a vida humana e o meio ambiente. Nesse sentido, se é fato que a fauna pode dizer algo *sobre* nós, torna-se fato também que ela nos diz algo sobre ela própria. Cabe agora, em nome de uma antropologia voltada à vida (e parece-me ela um razoável recurso à prova das anunciadas catástrofes do Antropoceno), atentar ao que a fauna pode dizer *para* nós, seguindo, de algum modo, o aprendizado proposto pelos saberes tradicionais.

Ainda no tocante ao campo da pesquisa, a pesquisa teve início na região litorânea do estado do Pará, escolhida principalmente pelo aspecto fluviomarítimo³ de suas águas, que propicia à região a maior extensão litorânea de área estuarina do território brasileiro e uma consequente diversidade de espécies em seu ecossistema, além da intensa atividade de pesca desempenhada pelas comunidades locais. Trata-se também de uma região onde projetos conservacionistas e um monitoramento de suas áreas protegidas se apresentavam como situações de encontro entre ações ambientalistas e práticas locais de extrativismo.

³ Utilizo aqui esta expressão que ouvi pela primeira vez com referência à Ilha do Marajó, considerada o maior arquipélago fluviomarítimo do planeta, uma vez que ela abrange um grande número de pequenas ilhas ao redor de sua costa oeste, sendo banhada tanto pelas águas salgadas do Oceano Atlântico, como também servindo de foz de, ao menos, dois importantes rios brasileiros: o Amazonas e o Tocantins, que nela deságuam.

Num segundo momento do trabalho de campo, continuei a pesquisa na região do baixo Rio Negro, estado do Amazonas, que, mesmo não apresentando a mesma diversidade ecossistêmica do litoral, também contempla um contexto de atuação ambientalista, extrativismo pesqueiro e a presença de áreas protegidas, além dos mesmos dilemas e impasses daí decorrentes e que parecem caracterizar tais contextos em toda a região amazônica. Essa rota a foz do rio Amazonas e a bacia rionegrina foi, de certo modo, o eixo das primeiras expedições naturalistas com finalidades científicas pela Amazônia, que ganharam fôlego principalmente durante os séculos XVIII e XIX e que ainda valem como referência ao trabalho científico e ambientalista na Amazônia. Convém mencionar que alguns eventos⁴ experimentados no trajeto também integram esta etnografia. Durante boa parte do trabalho de campo, fui levado a desvendar dados implícitos, latentes e nuançados, e, por algumas vezes, precisei mesmo de lidar com o laconismo nas falas e a insuficiência dos relatos dentro de um tema novo e ainda pouco reconhecido, além das eventuais dificuldades de acesso ao campo da pesquisa.

Considerando também a atuação do Estado e a sua função de monitoramento e fiscalização das práticas extrativistas, o trabalho de pesquisa em contextos costeiros e ribeirinhos requeria não somente conviver com as populações locais, como também interagir com agentes ambientalistas e pesquisadores de outras disciplinas do conhecimento, sobretudo das chamadas ciências da natureza. Dessa maneira, biólogos, oceanógrafos, veterinários e zoólogos também foram meus interlocutores, ainda que nem sempre direta e formalmente. Eles, por algumas vezes, tinham como seu campo os mesmos locais que eu pretendia percorrer e como seus interlocutores os habitantes das mesmas comunidades em que eu me encontrava e que eu também pretendia interpelar ou acompanhar. E, como se não bastasse, compartilhávamos um mesmo interesse pelos animais que compunham a fauna local, dentre peixes e outros bichos. Pude contar com a eventual colaboração de alguns destes pesquisadores em situações muito pontuais das

⁴ Dentre estes ocorridos no ínterim entre as duas partes constituintes do campo da pesquisa, vale mencionar alguns deles: o naufrágio do navio Haidar, ocorrido no porto da Vila do Conde (Barcarena, PA) em outubro de 2015 com cerca de 5 mil bois vivos, interditando por meses as atividades de pesca locais; e a audiência pública promovida pela Total E&P do Brasil e pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) em Belém, no mês de agosto de 2016, convocando as comunidades costeiras e ribeirinhas de toda a região da Baía do Marajó e foz do Rio Amazonas, acerca de um plano de construção de postos petrolíferos que afetariam o ambiente marítimo local. Ambos os eventos demonstraram não apenas um desprezo às legislações ambientais, mas também a maneira negligente dos governos e de setores empresariais em lidar com os modos de vida tradicionais e, sobretudo, com os ecossistemas costeiros. A passagem pela região do Baixo e Médio Tapajós (mais exatamente pela Vila de Alter do Chão, em Santarém, e pela FLONA Tapajós) também rendeu importantes dados ao presente trabalho.

várias etapas de campo, partindo sempre da premissa de ouvir e observar quem acompanhasse e interagisse, direta ou indiretamente, com a fauna aquática.



Imagem 1 – No mapa, indicação do percurso da viagem de campo (em linha Vermelha), com a indicação dos principais municípios percorridos: Soeira, Salvaterra, Abaetetuba, Barcarena e Santarém (PA); e Presidente Figueiredo – incluindo o distrito de Balbina e o rio Uatumã – e Novo Airão (AM).

A pesquisa de campo foi, de certo modo, influenciada pela abordagem de Tim Ingold, de uma antropologia “voltada à vida” (2011; 2012) ou a uma “ecologia senciante” (2000) que, nas palavras do próprio autor, consistiria em “*habilidades, sensibilidades e orientações que se desenvolveram através da longa experiência de conduzir a vida num determinado ambiente*” (INGOLD, 2000: 25). Percebendo a necessidade de referências voltadas especificamente aos contextos costeiros e ribeirinhos na Amazônia, busquei consultar desde trabalhos pioneiros como os de Charles Wagley (1988 [1953]) e Eduardo Galvão (1976 [1955]) a outros mais contemporâneos, como os de Candace Slater (2001 [1994]), Stephen Nugent & Mark Harris (2004) e Cristina Adams, Rui Murrieta & Walter Neves (2006). Encontrei, ainda, importantes reflexões em Philippe Erikson (1987) e André Martini (2008), sobre relações de convivialidade interespecífica em populações ameríndias. Em outros contextos, os trabalhos de Nádia Farage (2011; 2013), acerca das biopolíticas de

Estado no Brasil, que sempre exerceram ostensivo domínio sobre vidas e corpos, humanos e animais, sobretudo no âmbito sanitário, permitiram-me enxergar contrapontos distintos a abordagens mais recorrentes ao tema dentro da antropologia. Outras etnografias recentes, com foco nas relações interespecíficas, como as de Felipe Vander Velden (2012), Guilherme Sá (2013) e Felipe Sússekind (2014), vêm fomentando um conjunto de questões ao qual o presente trabalho também se atém. É um ponto de partida da pretendida contribuição recai sobre estender o protagonismo etnográfico às ações, movimentos, sinais, ecos e ruídos decorrentes das relações interespecíficas resultantes de atividades do mundo da pesca, da caça e do extrativismo em geral em comunidades amazônicas, concedendo, assim, à fauna local um espaço discursivo às suas possíveis demandas.

Isso se justifica, inclusive, pelo fato de que, com recorrência cada vez maior, os problemas de maior urgência tangentes à região amazônica repousam sobre o dilema das incongruências entre necessidades simultâneas de preservação do meio ambiente, por uma parte, e de direito ao extrativismo, da parte das populações locais. Nesse cenário de demandas diversas e, em algumas situações, até incompatíveis, a presença animal ainda é desprovida da manifestação – ou, no limite, da mera consideração – de sua própria vivacidade e senciência, enquanto únicos meios de estabelecer o que tento aqui chamar de demandas zoopolíticas, uma vez que as práticas locais ou mesmo os programas de conservação e preservação ambiental ainda lhes reservam tão e somente seus agenciamentos e não seus movimentos e intenções. As técnicas e os artefatos de pesca e a relação com o tempo, o clima e o lugar – a terra firme, o “beiradão”, a várzea, o mangue, a praia, o estuário, o igarapé, a lagoa, o rio ou o mar, espaços que discutiremos adiante – interessam a este trabalho na medida em que esses fatores podem expressar algo sobre a relação com a fauna local. Cabe aqui, como exemplo, portanto, ponderar que, antes de procurar compreender *como* o sujeito-pescador pesca, “mata” ou “tira”, é preferível perguntar *o que* ele pesca, “mata” ou “tira” e, a partir disto, procurar saber o quanto mais da sua relação com essas e outras espécies (de peixes ou mamíferos aquáticos, dentre outras), no quadro das atividades extrativistas. Assim sendo, e procurando outra perspectiva de leitura, esta etnografia não privilegia, por exemplo, prescrições a “peixes reimosos” (PEIRANO, 1975) ou a eficácia simbólica de “bichos que curam” (FIGUEIREDO, 1994), nem busca detalhar o grau de eficácia de redes, espinhéis e zagaias (SMITH, 1979), tampouco levantar uma “identidade fluvial”, seja por uma influência determinante do meio natural (TOCANTINS, 1961) ou por intersecções sociotécnicas humano-inumano (SAUTCHUK, 2007) sobre a vida amazônica – tópicos estes que já dispõem de

considerável bibliografia, de ontem e de hoje. Em uma Amazônia plural, em seus mais variados aspectos (físico, geográfico, histórico, étnico etc.), trata-se aqui de voltar a atenção para outros *outros* que a habitam. É possível – e necessário – pensar sobre a história desses animais pescados, caçados, alvejados, arpoados e depois destrinchados à mesa dos humanos. E numa perspectiva ingoldiana, torna-se necessário reavivar a própria vida – numa necessária redundância linguística – dentro da reflexão antropológica, sobretudo no que tange ao propósito aqui lançado de prosseguir e contribuir no debate sobre as relações interespecíficas na antropologia.

O presente trabalho se divide em cinco capítulos. No primeiro, “Do Marajó ao Baixo Rio Negro: cenas de vidas amazônicas”, trago uma amostra de como se dão, no âmbito de comunidades costeiras e ribeirinhas, as relações com a fauna fluviomarítima e as possibilidades de interação com peixes, mamíferos aquáticos e outras espécies locais, a partir da pesca e suas implicações mediante outras redes de atuação (como órgãos governamentais ou de pesquisa, também interessados na incidência local desses animais). Considerando a objeção já empreendida por alguns trabalhos (NUGENT & HARRIS, 2004; ADAMS, MURRIETA & NEVES, 2006) acerca de uma suposta desatenção da etnologia brasileira quanto às comunidades tradicionais não-indígenas da Amazônia, procuro enfatizar as possibilidades – e necessidades – de uma abordagem acerca dos problemas da Amazônia a partir de outros protagonismos, comumente negligenciados pelos estudos empreendidos sobre e na região. Ainda no primeiro capítulo, também proponho uma abordagem acerca dos dilemas enfrentados em razão de certas barreiras que se apresentaram no decorrer da pesquisa: dentro da própria disciplina antropológica, em que uma abordagem *multispecies* (HARAWAY, 2008; KIRKSEY & HELMREICH, 2010), ainda se apresenta como um caminho em vias de consolidação; e, fora dela, diante de diferentes perspectivas nativas sobre o animal em relação às de pesquisadores de outras áreas (e as destes em relação às de moradores locais), além dos limites físicos, na dificuldade de descrever o que ocorre no interior das águas, e também metafísicos, na necessidade de compreender (e, por algumas vezes, “desencantar”) certas descrições locais, que envolvem a relação com os animais das águas.

No segundo capítulo, “Biopolíticas e modos de vida”, procuro discutir políticas de controle da fauna local, por parte dos órgãos ambientalistas e como estes operam diante dos chamados fatores antrópicos – e nem sempre “sustentáveis” – referentes às práticas extrativistas locais. Analiso episódios vivenciados ou narrados por pescadores (ou outros moradores locais), que denotam sua percepção sobre as eventuais reações da fauna aquática

diante da ação humana, implicadas até mesmo na pesca artesanal. Detenho-me a alguns conflitos resultantes dos encontros entre as agendas conservacionistas e as práticas da vida ribeirinha, e em como os órgãos ambientalistas operam com os fatores antrópicos das práticas extrativistas. Por sua vez, mesmo as disputas particularizadas entre ambientalismo, ciências e práticas tradicionais, no âmbito discursivo ou prático, não deixam de ser reveladoras acerca dos saberes e biopoderes exercidos sobre a vida animal fluviomarítima.

O terceiro capítulo, intitulado “Peixes e linhas”, procura abordar alguns dos paradoxos envolvidos nas interações entre peixes e pescadores. Isto envolve a presença abundante e, ao mesmo tempo, “invisibilizada” dos primeiros no contexto das investidas pesqueiras em rio ou em mar. E envolve, ainda, as concepções metamórficas e os deslizamentos semânticos acionados pelos segundos durante a lida da pesca, bem como a elaboração de taxonomias particulares que, eventualmente, podem revelar ou ocultar certas intenções e situações simbióticas. Considerando um contexto constituído também por substâncias fluidas, odores, vísceras e corpos trinchados, concentrei-me nas relações interespecíficas, do que nas técnicas e materiais envolvidos no ofício da pesca. Isto quer dizer que, antes de uma abordagem sociotécnica, elencando procedimentos e artefatos utilizados durante a captura de peixes, aqui priorizo, principalmente a partir de relatos de pescadores, algumas situações que denotam as possibilidades de relações, inter e intraespecíficas, no mundo vivido dos peixes e de outras espécies aquáticas, concebido a partir de longa experiência acumulada na vida costeira e/ou ribeirinha. Por este caminho, discuto deslizamentos semânticos a que a predação está sujeita nesses contextos – que, inclusive, envolvem o verbo “matar”, como um recorrente sinônimo para “pescar” –, procurando entender as tensões e conflitos nela implicados.

Em “Outras relações com os animais na Amazônia”, quarto capítulo, minhas explanações se direcionam com mais atenção a outros desdobramentos da ordem das sensibilidades que eventualmente decorrem do ato de matar na predação. Procuo ainda demonstrar que as possibilidades (ainda que esporádicas) de se estabelecer “outras” relações com os animais no contexto de populações ribeirinhas amazônicas podem avançar para além das razões práticas e utilitárias mais convencionais, no contexto de uma Amazônia que não é exclusivamente ameríndia. E, já tão exploradas por trabalhos acadêmicos nas mais diversas áreas, as narrativas e mitos animais na Amazônia não são a única situação de transformação, enquanto uma metamorfose transespecífica. Tais processos se dão também no âmbito de mecanismos biopolíticos dos projetos

conservacionistas, quando animais também são submetidos a processos momentâneos de antropomorfização.

Por fim, no quinto e último capítulo, “Perspectivas e demandas: mais cenas de vidas amazônicas”, trato de situações como o estado de constante vigilância – da “avistagem” de lentes, da “focagem” de lanternas, da mira de armas – sobre vidas animais no cenário amazônico. Em contraponto a isso, procuro demonstrar como silêncio e distância, enquanto diagnósticos inerentes ao chamado “Antropoceno”, manifestam-se por meio de um recado latente emitido por esses que, em tempos mais remotos, já foram chamados de “seres mudos”. Este trabalho busca, portanto, não o que há de natural ou o de sobrenatural, mas o que pode haver – e há – de social nas interações entre humanos e animais da fauna aquática amazônica. Procuro, por fim, demonstrar aqui de que forma essa fauna das águas amazônicas – entre peixes, cetáceos, sirênios, e até mesmo outras espécies terrestres que eventualmente também protagonizam esses contextos – têm sua própria trajetória, seus sentidos e sua história, por vezes resvalada e enleada com a história de populações habitantes de uma dentre tantas Amazônias: a populações costeiras e ribeirinhas. Este é um trabalho, portanto, sobre e entre bichos e gentes de uma certa Amazônia.

1. Do Marajó ao Baixo Rio Negro: cenas de vidas amazônicas

“Seja por mar ou por terra, estás fadado a infinitos perigos.”⁵

Alexandre Rodrigues Ferreira,
“Roteiro das viagens que fez pelas capitanias
do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, e Cuiabá” (1792).

1.1. Fronteiras num campo fluvio-marítimo

A Amazônia é feita de fronteiras. Procuo aqui, de certa maneira, reforçar tal proposição, que constantemente circundava algumas de minhas formulações desde o início desta pesquisa, tal como a de que a antropologia contemporânea cada vez mais se encontra incumbida de desvendar fronteiras de ordens diversas que se colocam diante de seus debates mais emergentes, uma vez que as alteridades já são, por excelência, a sua clássica questão. Ademais, falar em fronteiras consiste, de modo indissociável, em considerar justamente as alteridades. No presente trabalho, empreendo, de certo modo, uma abordagem acerca das fronteiras existentes e resultantes das constantes e inevitáveis interações entre vidas diversas no contexto das águas amazônicas. Não se trata de descrever apenas a vida social do habitante ribeirinho amazônico, que já conta com uma literatura etnográfica consolidada, sobretudo pelas obras de Charles Wagley (1988 [1953]) e de Eduardo Galvão (1976 [1955]). Ademais, não seriam os habitantes locais os únicos a atuar nos cenários do trabalho de campo, mas também outros agentes – alguns deles, tão estrangeiros quanto eu. Tento oferecer, assim, uma explanação de meu percurso etnográfico, priorizando os eventos e as ações que tive oportunidade de acompanhar, atentando também aos entremeios, intervalos e fronteiras.

E, a propósito da etnografia, antes de tratar de fronteiras epistêmicas ou metodológicas, devo abordar outros tipos de fronteiras que enfrentei e que se manifestaram logo no início do trabalho de campo. O plano inicial para a realização do trabalho de campo era concentrá-lo na região da costa leste da Ilha de Marajó e em alguma localidade também

⁵ Tradução livre do original, em latim: “*Per mare, per terras, tot adire pericula jussus*” (RODRIGUES FERREIRA *apud* WASSÉN, 1970: 36).

costeira da região do Salgado paraense. Eram duas regiões onde tanto a pesca marítima, quanto a pesca ribeirinha eram exercidas por suas populações. A essa variabilidade extrativista somava-se uma fauna aquática diversa, com um dado importante em relação ao peixe-boi: a baía do Marajó era a única área litorânea em todo o contorno nacional em que se registrava a incidência de duas espécies distintas, o marinho e o amazônico.

Tentei um contato prévio com pessoas e grupos que, de algum modo, me faziam vislumbrar possíveis colaborações mútuas. Tanto por parte de outros pesquisadores como também de agentes dos órgãos de defesa do meio ambiente, recebi respostas que nem sempre encurtavam os pretendidos caminhos. Uma mensagem por *email*, vinda de Belém, assim comentava as minhas intenções de pesquisa: *“Esse assunto merece de fato uma conversa, temos de verificar quais os objetivos do seu projeto, pois temos pelo menos cinco pessoas atuando nesta área no estado, além de um grupo de antropologia aqui da universidade que já é nosso parceiro”*. Outra, de Brasília, ponderava: *“Agradecemos pelo seu e-mail e interesse em nosso trabalho, porém informo que não temos atuação na sua região de estudos”* e *“não possuímos recursos financeiros para colaborar”*. Em momento nenhum cogitei questões financeiras com qualquer uma das pessoas ou instituições contatadas. Mas outras iniciativas de contato sequer tiveram resposta. A sensação de ver um campo de pesquisa já “loteado” entre pesquisadores mais próximos – tanto geograficamente, quanto pelo campo de conhecimento em que atuavam – pairava em meus planos de manter a pesquisa na região do Marajó. Entretanto, em quase todos os lugares onde estive, consegui estabelecer um contato ou diálogo com alguns poucos pesquisadores e outros agentes locais que, de uma maneira ou de outra, prestaram-me um apoio – o suficiente para que eu não abrisse mão dos dados já obtidos em minhas passagens pela região do Marajó e estendesse o campo da pesquisa para alguma outra região.

Mas caso eu não lograsse estabelecer uma rede de contatos afins ao tema ou ao objeto da pesquisa que eu pretendia realizar – e, conseqüentemente, viesse novamente a ter dificuldades para acessar as áreas onde pretendia realizar a etnografia –, uma hipótese de seguir para o Amazonas se apresentava como uma possibilidade de manter a pesquisa em andamento dentro de minha proposta inicial, buscando contextos onde a atividade pesqueira lhes tivesse uma função predominante e as relações com a fauna aquática local também exigissem uma abordagem mais atenta. Além disso, durante minha passagem pelo Pará, alguns pesquisadores me haviam recomendado: *“Se o teu interesse é pesca, mamíferos*

aquáticos, acho que você deveria tentar um contato com o INPA⁶, com grupos lá no Amazonas. Porque aqui já está bem saturado de pesquisadores nessa área...”. Na verdade, havia certo corporativismo na fala desse pesquisador, uma vez que certamente a situação no Amazonas não me pareceu, posteriormente, tão diferente do que eu havia encontrado a partir das experiências vivenciadas em Belém e, já em campo, no Marajó. O fato era que meu trabalho (mais exatamente a pesquisa de campo) caminhava para uma logística cada vez mais solitária. Ainda percorri outras duas regiões dentro do estado do Pará: a do Baixo Tocantins e do Baixo Tapajós. Antes de seguir para o Amazonas, também tentei um contato prévio. E, sendo um pouco mais persistente nas tentativas de contato com pessoas e grupos de lá, as respostas assim vinham: *“Perdoe por ser um pouco breve, mas eu viajo agora e ainda estou organizando algumas coisas aqui. Deixo aqui contigo alguns contatos que posso te passar”*.

Percebendo que isso tenderia a se repetir, restava-me (per)seguir o meu momento de *wayfinding*⁷ (INGOLD, 2000: 220) no trabalho de campo (momento este que perdurou até a sua conclusão). Depois de tudo isso, terminei partindo para o Amazonas, sem qualquer plano ou contato previamente estabelecido. E era preciso levar em consideração a iminência de outros empecilhos surgirem posteriormente. O corporativismo e as tentativas de obstruir caminhos advindos de outras áreas ou de outras localidades parecem ser também um desdobramento de outras fronteiras – de ordem mais epistêmica – que certos coletivos procuram estabelecer, tal como uma guerra entre “ciências prontas” *versus* “ciências por fazer”, já identificada por Bruno Latour (2000). E tais fronteiras, que eram também discursivas, tornaram-se bastante evidentes em alguns momentos do trabalho de campo, conforme os diálogos se estabeleciam.

Sabendo-se disso, eu poderia, então, pensar nas fronteiras que, de fato, correspondiam à pesquisa. Em diálogos preliminares com alguns de meus interlocutores, parecia haver um mundo *a priori* oculto à presença do “estrangeiro” na floresta, um mundo ao qual somente tem acesso quem compartilha do convívio mais próximo e mais constante com a mata, o rio, o mar, e com quem mais participe dessa “economia política” da natureza

⁶ INPA: Instituto Nacional Pesquisas da Amazônia.

⁷ Segundo Ingold (2000: 220), a explicação para *wayfinding* (algo como “encontrar caminhos”, “descobrir o caminho”) seria: *“a skilled performance in which the traveller, whose powers of perception and action have been fine-tuned through previous experience, ‘feels his way’ towards his goal, continually adjusting his movements in response to an ongoing perceptual monitoring of his surroundings”*. Ou seja (traduzindo): *“uma performance qualificada em que o viajante, cuja capacidade de percepção e ação foram aprimorados através da experiência ‘sente o seu caminho’ em direção a seu objetivo, ajustando continuamente seus movimentos em resposta a um monitoramento perceptual contínuo de seus entornos”*.

(ALMEIDA, 2013). Mas haveria outras fronteiras envolvidas neste trabalho. A própria linha da água (do rio ou do mar) é, para muitos, uma fronteira múltipla: do (in)visível, do (in)sensível e do (des)conhecido. Mas, à guisa de como melhor proceder – pois estamos destinados a aprender durante o próprio trabalho de campo –, tentei contornar tais dilemas operacionais que surgiam com o que estivesse ao meu alcance. E, pensando mais precisamente no tema da pesquisa, não se tratava apenas de uma questão de fronteiras, mas também de frestas. Assim sendo, foi preciso fazer o campo acontecer, muitas vezes, nas frestas de tais fronteiras, e buscar a reflexão também dentro das nuances, das ausências e dos silêncios.

1.2. Bichos e gentes de mares e rios

Nos contos de *Cenas da Vida Amazônica*, obra originalmente publicada em 1886, o escritor paraense José Veríssimo (1857-1916) já demonstra um olhar atento, etnográfico, ao cotidiano árduo, peculiar e atemporal de uma Amazônia aparentemente intocada naquele final de século pelos impulsos de “progresso” e “civilização” que hoje já lhe são intrínsecos. É também de sua autoria um dos primeiros e mais importantes estudos sobre a temática dos modos de vida de comunidades ribeirinhas amazônicas. Em *A Pesca na Amazônia* (1895), o autor já tece reflexões preocupantes sobre a perseguição em larga escala por espécies como a tartaruga, o pirarucu e o peixe-boi, e o risco de futuramente tornar-se uma atividade desordenada – e, portanto, insustentável. O Naturalismo literário brasileiro tem, portanto, em José Veríssimo um de seus mais importantes autores, tal como um representante de uma literatura genuinamente amazonista. Além dele, outros nomes valem ser mencionados como representantes de uma literatura assim chamada amazonista, tais como Inglês de Sousa (1853-1918) e Alberto Rangel (1871-1945) – estes, contemporâneos ao período naturalista – e posteriormente, Nunes Pereira (1892-1985) e Dalcídio Jurandir (1909-1979), dentre outros. Embora o arcabouço literário desses autores não tenha sido priorizado neste trabalho, trata-se também de importante contribuição aos estudos da Amazônia. Enquanto movimento literário, o Naturalismo caracterizou-se por estabelecer uma dicotomia muito marcada entre a intempestividade do meio natural e uma suposta civilidade da vida sociocultural, situando a presença humana quase sempre na esfera do *socius*, dissociada da natureza, até mesmo lutando contra ela – mas quase sempre

impactada pelos constantes embates desse contraste. Certamente tanto quanto – se não mais do que – a literatura científica dos viajantes naturalistas, o legado propriamente dito literário desses autores narra a vida amazônica à luz do ponto de vista de seu próprio habitante, que se vale intensamente das vias fluviais e marítimas para a sua locomoção e subsistência. Contudo, o naturalismo científico parece ainda se apresentar como fonte fundamental para a compreensão da história das relações interespecíficas no âmbito de comunidades litorâneas e ribeirinhas da Amazônia.



Imagem 2 – Pesca em alto mar. Vila de Joanes, Salvaterra (Ilha do Marajó, PA).

Enquanto um nítido reflexo de seu próprio tempo, a obra de José Veríssimo delinea, em algumas das personagens de seus contos, o estereótipo do habitante amazônico: pouco instruído, subsistindo e se confundindo com o ambiente que habita e contra o qual empreende a sua “luta pela vida” – confirmando-se aqui a influência da teoria evolucionista também sobre a literatura do período (a saber, o Naturalismo-Realismo da segunda metade do século XIX). No processo evolutivo da seleção natural, segundo Darwin, essa luta pela sobrevivência (*struggle for existence*) também traz, entretanto, algo de metafórico, na medida em que “*implica relações mútuas de dependência dos seres organizados, e, o que é mais importante, não somente a vida do indivíduo, como a sua aptidão e bom êxito em deixar descendentes*” (DARWIN, 2003 [1859]: 69). O conto “O crime do tapuio”, presente em *Cenas da Vida Amazônica* (VERÍSSIMO, 2011 [1886]: 77-

114) é emblemático nesse sentido, ao retratar a figura do “caboclo” José Tapuio, astuto em escapar ileso ao ataque de uma sucuriju (animal tão temido por quem vive em áreas ribeirinhas), porém impotente diante de um júri de homens “civilizados” que o condenariam por um crime que lhe fora atribuído sem provas suficientes para tal veredito. O que essa literatura naturalista e originalmente amazônica parece frisar é a condição ambígua ou, no limite, oscilante, do humano mediante à dicotomia entre o meio natural e o meio sociocultural de uma Amazônia que já começava a presenciar o ressoar de uma distopia “civilizatória”.

Nesse sentido, a atividade da pesca me parecia oferecer um cenário privilegiado para compreender tais ambiguidades e dicotomias nos tempos atuais. Começo aqui com passagens do cotidiano da pesca que vivenciei em algumas das localidades onde estive. Na Ilha do Marajó, no estado do Pará, Dona Benedita⁸, vivendo na Praia da Barra Velha, município de Soure (PA), resumiu o papel da pesca para a cidade: *“Olha, se aqui a pessoa nasceu e se aqui for ficar, ela vai ser ou pescador ou caranguejeiro ou turuzeiro... ou pedreiro lá em Soure. Ou senão, vai trabalhar nas fazendas...”*. E essa é a realidade de quase todas as comunidades costeiras do Marajó. *“Eu passei anos da minha vida estudando, terminei o ensino médio. Quem tinha condição, ia p’ra Belém. Quem não tinha, ficava aqui, pescando. Eu acabei ficando, hoje tenho minha segunda canoa. Eu pesco p’ra mim mesmo”*, disse-me Josiel, da Vila de Joanes, em Salvaterra (PA), também na Ilha do Marajó, e que é filho mais velho de Eron, ex-pescador que trabalha como caseiro em residências da vila e sai eventualmente para pescar com os filhos ou amigos.

Foi Eron, aliás, uma das primeiras pessoas a me ajudar e conseguir uma embarcação que pudesse me levar para acompanhar um dia de pesca em alto mar. E foi com outro de seus filhos, Adatao. Ele próprio, Eron, decidiu embarcar conosco, justificando:

Faz tempo que eu não entro nesse mar, viu? Depois que eu comecei a olhar as casas aqui na vila, não dá mais tempo. E das últimas vezes me deu enjoo, não sei o que ‘tá acontecendo. Mas tu veio de tão longe p’ra conhecer, então eu vou contigo. Os meninos lá são tudo bacana, o meu filho, o outro parceiro dele, meu sobrinho que é [surdo-]mudo, é boa gente também...

No dia seguinte, pela manhã, já estávamos no mar. Eu me prestava a observá-los trabalhando e prestava atenção no que conversavam. Em dado momento, em meio a uma branda maresia, Eron diz a Adatao:

⁸ Preservando a identidade de meus interlocutores e todas as demais pessoas que colaboraram de maneira imprescindível para este trabalho, todos os nomes aqui mencionados são fictícios.

Eu te falo, é melhor vir pescar de dia [*pela manhã*], meu filho, que faz essa água boa aqui... E eu só não venho junto mais vezes porque eu não posso... Porque a minha vontade mesmo era estar aqui contigo sempre.

Já no Rio Uatumã, numa área de tríplice fronteira entre os municípios de Itapiranga, Presidente Figueiredo e São Sebastião do Uatumã, no estado do Amazonas, o jovem Diego parece já estar adaptado à vida ribeirinha. Saiu de Manaus com sua mãe e mais dois irmãos para ir morar às margens desse rio, depois que ela conheceu *seo* Sabino, pescador e caçador que nunca saiu de onde está há mais de quarenta anos. Diz Diego:

No começo eu não gostava, não. Não gostava nem de ver matando os bichos. Já viu como mata o jabuti? Então, eu não gostava. Mas depois que você aprende... Eu aprendi muita coisa aqui, a fazer isca de madeira, a atirar...

Já *seo* Sabino – o agora padrasto que Diego chama de “tio” – diz e ensina aos enteados que “*se é p’ra comer, não pode ter dó de matar, senão faz até mal p’ra gente depois*”.

Também de Soure, na Ilha do Marajó, tal como dona Benedita, Aldirene foi uma das poucas mulheres a trabalhar na pesca com quem consegui conversar. Ela se recorda com saudades da antiga praia do Araruna, onde nasceu, e que chegou a ser uma comunidade, mas foi tomada pelo avanço da maré:

Macaquinho prego, quati, guariba, guaxinim... a gente via tudo isso aí p’ra dentro [*da mata*]. A gente via os peixes nadar aqui na beira. Mas eu ainda gosto. Meu mundo é aqui. Minha mãe falava: ‘*quem não morre de novo, de velho não escapa*’. E eu vou fazer sessenta anos.

São gentes que mantêm seus modos de vida em meio às águas, matas e bichos. E quando aqui falo em “bichos (e gentes)” logo no título deste trabalho, isto pode requerer uma breve explicação, até pelo fato de que a palavra “bicho” foi ouvida em circunstâncias muito díspares entre si durante o trabalho de campo, além de ter sido pouco acionada em referência a animais que eram pescados ou capturados em ambientes aquáticos. Em outras palavras, até poderia ser dito que, para o pescador, o peixe não é “bicho”; é, antes de tudo, alimento (e muitos deles assim os concebem). Animais que vivem no fundo das águas acabam sendo, genericamente, considerados “peixes”. Isso é facilmente compreensível para o caso de alguns mamíferos aquáticos, como botos, peixes-boi, toninhas, baleias, até por conta da estrutura morfológica dessas espécies. O mesmo não ocorre, por exemplo, com a lontra, que também é um mamífero aquático – ou semiaquático, como também se denomina – com ocorrência em ecossistemas litorâneos e ribeirinhos. Há, inclusive, pesquisadores que admitem a hipótese de que o búfalo também possa ser considerado um mamífero (semi)aquático, devido a sua necessidade praticamente diária de imergir na água e pastar

nas margens de igarapés e praias, compartilhando de muitos vegetais de que também se alimentam os peixes-boi.

Nesses contextos, a noção de “peixe” remete, portanto, a recurso alimentar. Alguns pescadores, inclusive, chegaram a equiparar, em tom descontraído, a rede a uma cesta e os peixes, aos frutos a serem colhidos. Não deve ser apenas acaso o fato de que algumas espécies de crustáceos ou moluscos, quando transformadas em iguarias, passam a ser chamadas de “frutos do mar”. Em áreas de mangue – como as de Soure – foi possível perceber como é branda a “colheita” dessas espécies, através de matapis deixados nos igarapés (para a captura de camarões) ou de terçados (utilizados para partir troncos apodrecidos, onde os turus vivem e se reproduzem). Contudo, para grande parte dos pescadores, o ato de pescar traz, à primeira vista, uma dimensão lúdica: muitos deles me diziam que a pesca é um “jogo” e, como tal, ela pode ser ganha ou perdida. No entanto, a definição de jogo expressa, ainda, um aspecto de luta envolvido na atividade pesqueira: sendo a pesca um jogo que eles podem vencer ou perder, ela ganha um teor beligerante e o peixe se torna o oponente nessa disputa. E tal como em alguns relatos dos pescadores e ribeirinhos, a pesca exige, de fato, um esforço de luta corporal, além de atenção e cuidado para evitar ferimentos ou perdas. Ainda que muitos pescadores atribuam a determinadas espécies de peixes certos predicados como inteligência ou astúcia, até mesmo por conta dessa situação de luta na pesca, isso ainda parece ser insuficiente para neutralizar a caracterização do peixe enquanto comida, alimento. Assim sendo, peixes que lutam ao resistir à captura, podem até estar excluídos, pelos pescadores, da categoria “frutos do mar”. Mas é também possível que a invisibilidade de sua vida subaquática os inviabilize de serem classificados como “animais⁹”.

A utilização da categoria “animal” foi observada em situações muito pontuais durante a pesquisa, situações que, não raramente, extrapolavam o contexto de rios e mares. Na Ilha do Marajó, no Pará, por exemplo, pratica-se a pecuária de bubalinos – os búfalos que, por lá também são chamados de “gado preto”, por oposição aos bovinos, o “gado branco”. Quando estive em Soure, que é considerada a capital do arquipélago marajoara, das vezes em que me recordo de ouvir alguém falar em “animal”, era quase sempre uma referência a búfalos; quando não, a cavalos. Além de destinado ao corte para consumo da

⁹ Essa discussão pode tornar-se mais complexa, uma vez que alguns estudiosos advindos das ciências naturais consideram que a ictiologia está dissociada da fauna. Sendo assim, seria um erro incluir os peixes dentro de uma categoria denominada “fauna aquática”, como vem sendo aqui utilizado. É possível falar em ictiofauna, o que compreenderia, entretanto, apenas as espécies de peixes que habitam os ambientes fluviais ou marítimos, excluindo outras (como os mamíferos aquáticos).

carne¹⁰, o búfalo também é muito utilizado como animal de tração. Pela cidade – onde apenas as duas ruas principais (que se cruzam) são asfaltadas, viam-se placas em algumas casas (onde havia búfalos) ou em cercados de terrenos desocupados com mensagens do tipo: “*Favor não mexer nem alimentar o animal*”; “*Proibido amarrar animal nesta cerca*”¹¹. Assim, parecia-me que a expressão “animal” estava sempre associada a animais com finalidade “utilitária”. Eventualmente, eles chegavam a ser domesticados como animais de criação em algumas famílias. Dona Benedita, da praia da Barra Velha, em Soure, mantinha com seu marido Calixto, filhos e netos, um búfalo de estimação na casa de um dos filhos, no bairro Umirizal. Certo dia, diante da chegada de seus netos à barraca de comércio que possui na praia, dona Benedita lhes perguntou: “*Vocês colocaram ração p’ro animal ontem? Não pode esquecer, heim?*”.



Imagem 3 – Pesca no rio Uatumã. Comunidade Bela Vista. Itapiranga/São Sebastião do Uatumã/Presidente Figueiredo (AM).

Em conferência proferida em 1997 e posteriormente publicada (2002 [1997]), o filósofo francês Jacques Derrida (1930-2004) lança o neologismo *animot*, num evidente

¹⁰ No caso de Soure, há também o conhecido curtume da cidade, onde o couro de búfalos é aproveitado para a confecção de calçados, vestimentas e artesanatos.

¹¹ Uma das equipes de *technomelody* (gênero musical originário do Pará e de grande alcance popular na região Norte) mais conhecidas de Belém, o BadalaSom, era responsável pela estrutura de aparelhagem “Búfalo do Marajó”. As apresentações da equipe traziam várias referências ao búfalo enquanto símbolo do arquipélago e uma das canções de seu repertório repetia a frase: “*se mexer com o animal, vai levar uma chicotada!*”.

trocadilho (envolvendo as palavras *animal* e *mot* – “palavra”, em francês), como uma espécie de antídoto provisório a uma indiscriminação “multiespecífica” contida, a seu entender, dentro da palavra “animal”. Tal como na problematização empreendida por Derrida, a expressão “bicho” também parecia ser acionada de maneira abrangente, para designar a diversidade de espécies com as quais as pessoas humanas, as “gentes” amazônicas, conviviam e teciam relações ora cotidianas (no âmbito da criação doméstica – de animais como cães, aves, bovinos, bubalinos etc.), ora intempestivas (como nos encontros, mata ou água adentro, a partir da caça ou da pesca). Junto a essa conotação genérica, trata-se de expressão verdadeiramente coloquial, sem qualquer conotação científica, ao alcance de todos. Uma vez, durante o trabalho de campo, antes de percorrer algum rio ou igarapé em pequenas embarcações, cheguei a ouvir algo como: “*Hoje você vai ver bastante bicho*”. A noção de “bicho”, no entanto, não deixa de ser, por isso, menos difícil de ser aqui equacionada. Andando pelos furos do rio Maratauíra, com pescadores de Abaetetuba (PA), no Baixo Tocantins, um deles levava conosco um parente, vindo de fora e pouco acostumado àquele ambiente, que, em determinado momento, perguntou: “*Tem muito bicho p’ra cá?*”. Nilton, um dos pescadores que nos levava, respondeu: “*Não muito. Jacaré dá de vez em quando. E sucuriju também, já andou aparecendo por aí*”.

Já numa atividade de monitoramento e avistagem de botos com outros pesquisadores pelas águas do Rio Negro, no Parque Nacional Anavilhanas, em Novo Airão (AM), um biólogo, agente do ICMBio¹², que também participava do trabalho comentou: “*Aqui no Rio Negro não tem muito bicho, mas a paisagem é bonita. Se você quer ver bicho mesmo, vai p’ro Solimões*”. Dessas falas é possível concluir primeiramente que “bicho”, tanto para o pescador como para o biólogo, diz respeito a animal silvestre, habitante da natureza. Entretanto, pode-se interpretar também que, para o pescador Nilton, “bicho” corresponde a animal predador, perigoso, que amedronta, que pode atacar. E, de fato, a noção de “bicho” traz essa conotação que, no contexto amazônico, pode ganhar outros contornos, se conduzida por narrativas de “encantados” e “visagens”, sobre a qual há uma vasta literatura. Ficando, por ora, apenas nos “clássicos” Charles Wagley e Eduardo Galvão, em suas obras da década de 1950 (e ainda fundamentais aos estudos amazônicos), eles versam sobre os chamados “bichos visagentos”, podendo ser personificados tanto em animais da natureza, como o guariba (WAGLEY, 1988 [1953]: 234) ou o boto (GALVÃO,

¹² Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. O ICMBio é um órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e tem atuação em praticamente todas as UC’s (unidades de conservação) do território nacional, gerenciando e protegendo tais áreas segundo as ações previstas no já mencionado Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

1976 [1955]: 80) quanto em seres sobrenaturais, como o caso da “mãe de bicho” (citada pelos dois autores), mas todos sempre incumbidos da proteção das florestas e rios e, para tal, dotados de “assombro” que acionam contra quem venha a causar danos ao ambiente, através da caça ou da pesca.

Mesmo com todas as considerações acima delineadas, ainda me parece mais plausível falar em bichos – e a partir daqui, abandonarei as aspas sobre a palavra –, ao abordar as relações interespecíficas mediadas por práticas extrativistas e políticas ambientalistas, ainda que “animais” e “peixes” venham a surgir para designar muitas das espécies que protagonizam esta etnografia, junto a interlocutores participantes da pesquisa. Ademais, ambientalistas, cientistas, pescadores e demais habitantes das comunidades em que estive certamente entenderiam o que será aqui expresso quando forem mencionados os bichos, desse modo ainda genérico (tratando-se de espécies animais silvestres como um todo), porém menos abrangente (atendo-se ao âmbito da vida natural).

1.3. Outros “outros amazônicos”

Certa vez, no início do trabalho de campo, eu conversava com um morador da Vila de Joanes, comunidade litorânea do município de Salvaterra (PA), na Ilha do Marajó. Ele havia trazido um documento digitado, com datas históricas referentes a Joanes. Comentei com ele a propósito daquelas datas, que uma delas marcava o reconhecimento da comunidade como vila. E também que, antes de se chamar Marajó, o arquipélago teve o nome de Ilha Grande de Joanes. Verifiquei esse dado – eu dizia a ele – por textos de antigos viajantes que percorreram a região nos séculos passados e que descreviam como era a vida dos habitantes dessas comunidades – naquele tempo, predominantemente indígenas. “*Ah, mas de lá p’ra cá, tem lugar aqui que mudou muito pouca coisa. Se você for aí p’ra dentro [da vila], vai encontrar gente vivendo assim ainda [como os indígenas]*”, disse ele. Sua afirmação me levava a pensar sobre o que poderia haver mudado – ou não – na relação com o mar, tal como a relação com a pesca, os peixes e demais animais habitantes daquelas águas oceânicas, tornados recursos alimentares por essas comunidades.

É fato que peixes e outros animais viventes em meios marítimos e fluviais sempre figuraram nos relatos e estudos deixados por alguns dos mais notórios viajantes naturalistas que, sobretudo vindos do continente europeu, realizaram grandes expedições por mares e

rios da Amazônia, principalmente entre fins do século XVIII e meados do século XIX. Depois da chamada *Viagem Filosófica* (de 1783 a 1793), realizada pelo naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira e um marco na história científica do Brasil, outras expedições exploratórias, empreendidas por naturalistas europeus, também percorreram a bacia amazônica. Dentre as quais, podem-se destacar: *Reise in Brasilien* (“Viagem pelo Brasil”, 1817-1820), realizada pelos alemães Johann Baptist von Spix e Philipp von Martius; *Le Voyage aux Régions Equinoxiales du Nouveau Continent* (“Viagem às Regiões Equinociais do Novo Continente”, 1799-1803), pelo alemão Alexander von Humboldt e o francês Aimé Bonpland; *A Narrative of Travels on the Amazon and Rio Negro* (“Viagens Pelos Rios Amazonas e Negro”, 1848-1852), pelo britânico Alfred Russel Wallace, e *The Naturalist on the River Amazons* (“Um Naturalista no Rio Amazonas”, 1848-1859), do também britânico Henry Walter Bates. Destaco estas também por seus respectivos trajetos – que, à exceção de Humboldt e Bonpland, percorrem praticamente todas as localidades por onde também passei, durante o trabalho de campo. E um estudo sucinto, mas bastante elucidativo sobre o tema, inclusive estabelecendo observações comparativas entre essas e outras expedições naturalistas mais notórias pela bacia amazônica, é o trabalho de Osvaldo Rodrigues da Cunha (1991), tomando como ponto de partida e referência primeira o pioneirismo de Alexandre Rodrigues Ferreira em sua *Viagem Filosófica*.

Revisitar tais leituras tornaria possível uma reconstituição das relações de seus povos habitantes com a fauna local. Com base em forte imaginação antropológica e zoológica (campos do conhecimento ainda não consolidados até aquele momento), tais relatos contemplaram, também, o modo de vida e o conhecimento tradicional de comunidades indígenas e ribeirinhas sobre o seu meio natural, oferecendo ricas descrições sobre a caça e a pesca enquanto meios de subsistência dessas populações. Com a vinda desses naturalistas, sobretudo a partir do século XVIII, a Amazônia começaria, então, a experimentar através dessas expedições científicas uma nova modalidade de exploração. Contudo, até mesmo uma prematura preocupação ecológica pode ser identificada em determinadas passagens desses relatos, em especial quando voltam suas atenções para a perseguição desmedida, já naqueles tempos, a algumas espécies como, por exemplo, quelônios (tartarugas e animais de casco em geral) e sirênios (os peixes-boi), dentre outros. E, antes mesmo de falar em peixes, vale aqui uma primeira reflexão acerca dessas demais espécies aquáticas que também compõem a cadeia alimentar e produtiva da atividade pesqueira empreendida nas áreas costeiras e ribeirinhas da Amazônia.

Em texto manuscrito e originalmente datado de 1786, intitulado “Memória sobre o peixe-boi e do uso que lhe dão no estado do Grão-Pará”, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), primeiro a percorrer a Amazônia por vias fluviomarítimas com propósitos primordialmente científicos, relata suas impressões sobre o ato de captura de um peixe-boi, espécie que, à época, já sofria implacáveis enalços por parte das comunidades ribeirinhas. Numa passagem desse referido texto (na ortografia vigente à época), o autor assim descreve o evento:

Harpoado que seja, largão-lhe a corda pela qual vai puchando, e a canoa assim puchada, por estar prezo a ella o cabo, o vai também seguindo, emquanto se não sangra de todo. Tanto que desfalece, o puxão; e a borda da canoa lhe dão com hum pau algumas pancadas fortes no focinho, e na cabeça, que hé quando o peixe boy, geme de modo, que comove a compaixão, por se representar a quem ouve, que está ouvindo gemer huma criança. Daqui se pretende, que procede o nome de *Lamantin*, que lhe dão os Francezes de *Lamento*¹³ (RODRIGUES FERREIRA, 1903 [1786]: 170).

A descrição, além de pungente, é bastante significativa por revelar certo traço da empatia humana perante o lamento de dor de um animal em vias de ser morto. Entretanto, pode não estar claro se o autor se compadece solitariamente do sofrimento alheio ou se outras pessoas possivelmente presentes à ocasião descrita poderiam ter esboçado algum sentimento igualmente altruísta. Nitidamente influenciado por uma primeira geração de exploradores naturalistas – tais como La Condamine (1701-1774), Linnaeus (1707-1778) e Buffon (1707-1788) – e reiterando e contribuindo com as bases dos sistemas classificatórios de espécies naturais desenvolvidos por estes (em especial por Linnaeus), há de se considerar que o olhar de Alexandre Rodrigues Ferreira sobre essa espécie de mamífero aquático não é um olhar necessariamente nativo¹⁴. Trata-se, entretanto, de precioso relato que, além de expressar um momento de sensibilidade interespecífica, também rememora as origens do nome popular do animal em idioma francês (*lamantin*¹⁵).

A passagem acima reproduzida também representa um efeito sintomático na presente pesquisa, ao menos por duas razões. Se é que houve um fio condutor implícito para as primeiras viagens do trabalho de campo (da Costa da Ilha do Marajó à região do

¹³ Os grifos são do próprio autor, no texto original. Uma reinterpretação dessa passagem – com ortografia atualizada – foi posteriormente publicada: “*Quando arpoado, largam o peixe-boi preso ao cabo e a canoa vai seguindo até que sangre todo e desfaleça, aí puxam, e quando chegam à borda da canoa, dão com um pau algumas pancadas fortes no focinho e na cabeça, então o peixe-boi geme de modo que provoca a compaixão de quem ouve, parecendo ser um gemido de criança. Por este fato os franceses lhe dão o nome de ‘lamantin’*” (RODRIGUES FERREIRA, 1972 [1786]: 60).

¹⁴ Leve-se em conta que Rodrigues Ferreira não nasceu na região amazônica e é descrito por alguns biógrafos como “lusu-brasileiro”.

¹⁵ Supõe-se também que *lamantin*, do francês, possa ser uma corruptela do termo nativo *manati*, do idioma caríba (*carib*), que, por sua vez, significaria “peixe com mamas” ou “peixe com mãos”.

Baixo Rio Negro), ele foi o dos escritos de viagens de Alexandre Rodrigues Ferreira. Posteriormente outros naturalistas, como já mencionado, fizeram percursos parecidos – comumente partindo da foz do rio Amazonas, que, para alguns historiadores, teria sido a verdadeira primeira entrada para o Brasil¹⁶. Por outro lado, se houve, ao longo da pesquisa, uma “peregrinação” – no sentido que Tim Ingold empresta ao termo (INGOLD, 2011) – de ordem mais prática, inclusive diante dos contratempos por mim enfrentados, essa foi uma busca constante e muito particular – minha – pelo peixe-boi, fosse o marinho (*Trichechus manatus*) ou o amazônico (*Trichechus inunguis*). Os pescadores diziam que sempre o viam em determinados locais de vegetação farta à beira de praias, igarapés ou rios. Já alguns biólogos ou oceanógrafos dedicados a estudá-los, disseram-me nunca ter visto sequer um espécime, mesmo já acumulando anos de pesquisa de campo. Obviamente, esses pesquisadores se referiam a flagrar algum indivíduo da espécie em seu meio natural. E ainda vivo. Geralmente o contato direto com peixes-boi ocorria nos casos em que eles eram acionados por moradores das comunidades costeiras e ribeirinhas para resgatar algum animal encalhado nas vazantes (um filhote perdido, ou um adulto já morto)¹⁷. Um biólogo do ICMBio¹⁸ certa vez me disse que devido ao histórico de caça da espécie suas aparições eram difíceis. Certamente difíceis, se em comparação aos botos, sempre presentes e visíveis a quem percorre as águas doces e salgadas da Amazônia. Durante passagens do trabalho de campo era notório o contraste entre uma dedutiva “existência pressuposta” (ALMEIDA, 2013) do peixe-boi e uma desvelada – e até totêmica¹⁹ – “onipresença” do boto em toda a Amazônia.

O contato – ou o encontro, como também poderia ser chamado – com alguns desses animais no seu *habitat* (tais como os “exibidos” botos ou os “tímidos” peixes-boi) tende a

¹⁶ O navegador espanhol Vicente Yanez Pinzón (1462-1514) teria desembarcado na Ilha do Marajó – mais exatamente num antigo porto onde hoje é a Vila de Joanes – entre 1498 e 1500, antes da chegada dos portugueses (LISBOA, 2012: 19; 300).

¹⁷ Esses espécimes, uma vez resgatados, vão para os criadouros de reabilitação que determinados centros de pesquisa, eventualmente, mantêm em suas dependências – como alguns onde estive: o do Projeto Bicho D’Água (vinculado ao Museu Paraense Emilio Goeldi), numa comunidade de Salvaterra (PA); o do Zoológico das Faculdades Integradas do Tapajós (ZooFit), em Santarém (PA); o do Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA), em Manaus (AM), e o do Centro de Preservação e Pesquisa de Mamíferos Aquáticos (CPPMA), mantido pela Eletrobrás/Amazonas Energia, em Presidente Figueiredo (AM).

¹⁸ ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

¹⁹ Na vila de Alter do Chão, em Santarém (PA), o Sairé (ou Çairé, como também passou a ser grafado) celebração anual realizado na vila há mais de 300 anos, envolve os cetáceos. A partir da década de 1990, entretanto, o histórico evento passou a também contar com um festival folclórico em sua programação, em que duas agremiações – o Boto Rosa e o Boto Tucuxi – disputam entre si desfilando suas alegorias e coreografias, onde a representação dos dois botos é reproduzida tanto nas fantasias quanto nos carros alegóricos – num formato dicotômico similar ao do festival folclórico de Parintins, no Amazonas. (AM).

ocorrer de forma muito peculiar, de espécie para espécie, e também variando muito de acordo com quem os vê ou os encontra. Os pesquisadores provenientes de áreas das chamadas ciências naturais – tais como biólogos, zoólogos, oceanógrafos, dentre outros – têm de se contentar, muitas vezes, com as “avistagens” (ou “avistamentos”) eventualmente ocorridas durante suas atividades de monitoramento territorial em suas áreas de atuação. Nem sempre logram ter um contato direto, portanto, com esses animais. Já os moradores das comunidades costeiras ou ribeirinhas falam de animais (terrestres e aquáticos) e “visagens” (vultos, assombrações) e, às vezes, sem necessariamente os discernir. Considerando tais olhares distintos para uma mesma paisagem – aqui representados pelas “avistagens” obtidas por ambientalistas ou cientistas e pelas “visagens” descritas pelos pescadores –, é preciso pensar também na visão pura e simples, no sentido mais primário do termo. Para se ver os botos-vermelhos (malhados ou rosa, como também são chamados), por exemplo, não é preciso percorrer longas distâncias em qualquer região da bacia rionegrina, pois suas aparições são constantes²⁰. Já as aparições dos peixes-boi costumam ser raras, mesmo nos locais atestados como de maior incidência da espécie.

Nas primeiras ocasiões em que estive na Ilha do Marajó e procurei saber sobre peixes-boi, tomei conhecimento de uma controvérsia científica envolvendo a espécie *Trichechus manatus* – o peixe-boi marinho (também conhecido, fora do Brasil, como peixe-boi das Antilhas). Segundo estudos realizados até meados da década de 1980, essa espécie já estaria ausente em áreas de grandes extensões da costa brasileira. Já em estudos recentes de grupos de pesquisa com atuação no litoral amazônico (mais precisamente entre o Amapá e a Costa do Salgado Paraense, e passando pela Baía do Marajó), sustenta-se que a espécie voltou a incidir nessa região (SOUSA *et al.*, 2013), até por conta de um trabalho socioambiental empreendido nos anos mais recentes junto às comunidades locais. Mesmo assim, o caso do peixe-boi marinho ainda tem discreta presença naquela região e, como tal, pode se dizer que é “*provavelmente a espécie de mamífero aquático mais ameaçada do Brasil [...]*” (CHIARELLO *et al.*, 2008: 689). E seja o marinho (*Trichechus manatus*) ou o amazônico (*Trichechus inunguis*), o peixe-boi é elencado como espécie ameaçada em praticamente todas as localidades por onde passei²¹.

²⁰ É preciso, entretanto, mencionar o aumento da perseguição a botos na Amazônia nos últimos anos, por conta do uso que se faz de sua carne como isca para espécies necrófagas de peixes, como a piracatinga, também conhecida por douradinha (NUNES *et al.*, 2017).

²¹ De acordo com o *Atlas da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção em Unidades de Conservação Federais*, editado pelo ICMBio, das quatro UC's próximas ou pertencentes às localidades onde estive durante o trabalho de campo, em todas elas o peixe-boi é elencado como espécie sob risco de extinção

Também notória foi a presença abundante e ao mesmo tempo “invisibilizada” dos peixes, motivo primeiro da cadeia produtiva da pesca, da subsistência e do sustento de quem reside nas regiões litorâneas e ribeirinhas no Pará e no Amazonas. Ameaçados, preservados, aliados, competidores do pescador ou apenas meros recursos nutritivos, todos esses animais são portadores de trajetórias muito peculiares e que, por vezes, interceptam os caminhos humanos, mas continuam além destes, qualquer que seja a interferência antrópica (como dirão os biólogos) infligida a seus respectivos percursos, não apenas delineados pelo nado, mas também por uma historicidade não narrada e, portanto, não reconhecida, algo próprio de toda espécie animal, não-humana – e aquática:

Just as humans have a history of their relations with animals, so also animals have a history of their relations with humans. Only humans, however, construct narratives of this history²² (INGOLD, 2000: 61).

Antes, entretanto, de tal ponderação do antropólogo britânico Tim Ingold, por um outro viés o historiador francês Robert Delort (1993 [1984]) já havia proposto uma história dos animais e das animalidades, a partir do legado deixado por infinitas espécies, de reinos não-humanos diversos, através de seus vestígios, rastros, de suas anatomias e também de sua constante presença (ou, no limite, representação) nas narrativas míticas que contribuíram e repercutiram na fundação de sociedades humanas. No entanto, reconhecer essa historicidade animal – o que, de certo modo, também conduzirá aos relatos dos velhos viajantes naturalistas – é parte de outro esforço, que busca compreender a coexistência e as experiências compartilhadas entre essas espécies animais e as populações humanas locais, mediadas, principalmente, pelo evento da predação²³. Ao lado disso, trata-se de reconstituir relatos e narrativas por uma perspectiva *outra*, não estrita ou exclusiva da população humana amazônica – esta, sim, ora narradora, ora narrada, mas sempre protagonista em suas relações e interações com a silenciosa e diversificada multidão não-humana que a cerca. A historicidade desses “seres mudos” – nas palavras do antropólogo estadunidense Lewis Henry Morgan (1818-1881), um dos fundadores da disciplina –, deve ser buscada

(NASCIMENTO & CAMPOS, 2011): o peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*), no caso da RESEX Marinha de Soure (Ilha do Marajó, Pará), e o peixe-boi amazônico (*Trichechus inunguis*), nos casos da FLONA Tapajós (Belterra, PA), do PARNA Anavilhanas (Novo Airão, AM) e da REBIO do Uatumã (entre Itapiranga, Presidente Figueiredo e São Sebastião do Uatumã, AM).

²² Tradução: “*Tal como os humanos têm uma história de suas relações com os animais, também os animais têm uma história de suas relações com os seres humanos. No entanto, somente os humanos constroem narrativas desta história*”.

²³ Discutirei mais adiante a questão da predação envolvida neste trabalho, dada a conotação que se dá à palavra nos contextos ambientalistas e científicos.

também nas narrativas diversas e, no mais das vezes, divergentes entre ambientalistas, cientistas e a população local.

Contemplar uma história da fauna aquática amazônica pressupõe, de certo modo, compreender a história das ciências na Amazônia, seja, por exemplo, a partir das expedições naturalistas dos séculos XVIII e XIX, acima referenciadas, ou através dos primeiros centros de pesquisa locais, tais como museus e institutos que se instalaram na região. Por sua vez, uma antropologia atenta às relações interespecíficas – e através de uma abordagem zoopolítica decorrente dessas relações –, deve considerar, também, os paradigmas conservacionistas e preservacionistas, que hoje pautam as ações ambientalistas e decisões (bio)políticas que se aplicam aos contextos amazônicos, bem como aos órgãos e instituições que os efetivam junto às populações e aos ecossistemas da região. Considerando isto, as relações humano-animal apresentam traços muito específicos em cada região, tal como certamente ocorre também com os modos de caça e pesca, as percepções sobre o comportamento de determinadas espécies ou as distinções entre domesticar (criar) e predar (matar).

Se uma visão utilitária do animal, tal como a atribuição genérica dada à palavra *animal* enquanto categoria (como a já mencionada crítica de Derrida) parecem por si só demasiadamente pervagantes, cabem, entretanto, variações esporádicas, mas importantes, onde o animal eventualmente surge como aliado, companheiro ou até mesmo semelhante do humano. Sujeito x objeto, agência x vida, discurso x prática (direitos ambientais x saberes tradicionais) são alguns outros dilemas que norteiam essa reflexão. Nesse campo, o debate acerca de “agência” e “vida” interessa-me em particular. Vale dizer sobre isto que a inegável contribuição da antropologia simétrica, de Bruno Latour (1994), deixara a sua marca ao relativizar as fronteiras entre o humano e o não-humano, versando sobre os chamados coletivos “híbridos”. Aos chamados “não-humanos”, entretanto, reservou-se apenas a capacidade de *agência* – não necessariamente providos de movimentos, intenções ou interesses, por exemplo. Assim sendo, um documento regimental ou um rato de laboratório produzem seus respectivos “agenciamentos” na medida em que tanto um documento assinado quanto um rato vivisseccionado produzem resoluções, resultados, amostras. No exemplo do rato, entretanto, é nítido a ocultação do que é, antes de tudo, *vida* – ou seja, movimentos, intenções, manifestações – pelo que se convencionou chamar de agência. O próprio animal vivisseccionado, do referido exemplo, inevitavelmente manifesta sua intenção – de manter sua integridade física – no ato da vivissecação.

Num texto publicado em 1998 e ainda muito rememorado em trabalhos posteriores, o antropólogo francês Philippe Descola volta suas atenções a um tema caro para etnologia ameríndia, entretanto pouco enfrentado fora do viés das relações de conflito (guerras interétnicas), da violência e da predação enquanto esquemas estruturais dessas populações: as relações com a fauna a partir da caça e suas implicações nesses mesmos contextos. No referido texto, o autor refuta a possibilidade de que possam ocorrer manifestações de compaixão em relação a animais abatidos dentro do modo de subsistência de populações amazônicas. Dele, destaco a passagem a seguir:

Ao contrário do dualismo moderno, que desdobra uma multiplicidade de diferenças culturais sobre o fundo de uma natureza imutável, o pensamento ameríndio encara o cosmos inteiro como animado por um mesmo regime cultural, diversificado não tanto por naturezas heterogêneas quanto por modos diferentes de se apreender uns aos outros. Avalia-se toda a diferença para com o antropocentrismo ocidental, para quem alguns animais são dignos de proteção em nome de supostas faculdades muito próximas daquelas dos humanos: a sensibilidade, o altruísmo, o amor materno etc. Não se acha nada disso na Amazônia, onde o referente comum às entidades que povoam o mundo não é o homem enquanto espécie, mas a humanidade enquanto condição (DESCOLA, 1998: 28).

Vale mencionar, entretanto, que dentro da etnologia ameríndia há autores que já ofereceram análises esquivas a essa “economia política” fundamentada na caça, tanto anteriores (OVERING, 1985; ERIKSON, 1987) como contemporâneos (HUGH-JONES, 1996) e posteriores (VANDER VELDEN, 2012) a Descola que, inclusive, não deixa de fazer referência a alguns desses trabalhos em seu próprio texto. Caberia perguntar a que contexto ameríndio, mais exatamente, o autor se refere – tendo em vista que, frente a essa “economia da predação” exercida por algumas etnias, haveria também uma “estética da produção” (OVERING, 1991), praticada por outras. Entretanto, uma vez que o autor afirma no mesmo texto, de forma categórica, que “*não se acha nada disso na Amazônia*”, referindo-se a afetos despertados ou expressos e ora atribuídos às chamadas “sensibilidades ocidentais” (no que tange à empatia pelo sofrimento animal, por exemplo) numa perspectiva muito generalizante ao enfrentamento do tema, o questionamento carece de ser também generalizado: de que Amazônia, afinal, está se falando?

Antes de lançar o questionamento, entretanto, devo retomar a atenção para a minha própria pesquisa, e também refletir a partir dessa mesma indagação. Tenho como campo o contexto de populações que também praticam a caça e a pesca e que, ademais, concebem os animais que perseguem por terras e águas enquanto recursos nutritivos, a despeito de eventuais restrições de ordem jurídica, ecológica ou cosmológica que possam vir a regrar seus atos, muito embora cada localidade possa ter suas peculiaridades no que tange a esses

dilemas. Sendo assim, torna-se pertinente considerar que, no âmbito das peculiaridades locais, também residem os raros e eventuais conflitos íntimos no ato de matar um animal, bem como o reconhecimento de alguns deles como aliados da vida ribeirinha (a saber, o boto tucuxi, que auxilia na pesca, ou o peixe-boi, visto como indicador de equilíbrio do ecossistema que frequenta etc.).

É fato, porém, que a região amazônica se desenvolve e se realiza de forma heterogênea, tanto econômica quanto culturalmente. Essa diversidade de modos de vida e de produção econômica teve, por sua vez, uma visibilidade desvirtuada pela atenção voltada, prioritariamente, aos estudos de populações indígenas – reconhecendo aqui, claro, o inegável e relevante debate que têm trazido para a antropologia em nível mundial – e pelo sempre renovado interesse em análises das constantes crises “desenvolvimentistas” que acometeram a região, ao longo do século anterior. Assim sendo, algumas “outras Amazôniaas” (como a da economia familiar, do comércio itinerante fluvial, dos planos de manejo em áreas de várzea), tal como alguns “outros amazônicos” (imigrantes, populações quilombolas e ribeirinhas), foram mantidos à margem dos debates acadêmicos e também das políticas previstas para a região, de acordo com alguns autores (NUGENT & HARRIS, 2004; ADAMS, MURRIETA & NEVES, 2006) que já vêm apontando essa lacuna nos estudos sobre a Amazônia.

Um dos empreendimentos dessa Amazônia não-indígena, desenvolvimentista e supostamente sustentável, por exemplo, são as redes de comércio de peixes ornamentais (PRANG, 2004) – ainda que legalizadas, um empreendimento altamente exploratório²⁴. Por sua vez, o conhecido e estabelecido comércio itinerante dos chamados “regatões” (MCGRATH, 2004) – mercadores que realizam seus expedientes por vias fluviais - tem laços históricos com a clandestinidade, principalmente no que tange ao tráfico de animais silvestres, como atesta o *1º Relatório Nacional Sobre o Tráfico de Fauna Silvestre*, realizado pela Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (RENCTAS)²⁵. Ademais – e aqui aproximo a reivindicação acima mencionada do tema que proponho discutir –, torna-se necessário considerar que, para “outras Amazôniaas” e “outros amazônicos”, há também *outros* “outros amazônicos”, e aqui me volto às águas do campo da pesquisa: a vida dos ribeirinhos envolve o mundo aquático, por sua vez, habitado por

²⁴ Tal exploração não atinge somente a fauna, pois como o próprio autor demonstra, as relações de trabalho no mercado de peixes ornamentais não raramente se dão pela prática do aviamento, uma realidade desde os tempos do ciclo da borracha na Amazônia (PRANG, 2004).

²⁵ Ver o referido relatório em RENCTAS (2014).

peixes e “peixes” – como os botos, os peixes-boi, os *pirayawara*²⁶, arraias, camarões, caranguejos, siris, turus, dentre tantos *outros* potenciais protagonistas de uma história também ignorada ou, no limite, silenciada. Sob essa mesma perspectiva, vale mencionar, por fim, que a abordagem das relações interespecíficas em contextos costeiros e fluviais amazônicos também percorre, inevitavelmente, a vida de outros animais, por sua vez viventes nas barrancas, nos chamados “beiradões²⁷”, nos manguezais, nas praias e nas várzeas, transitando constantemente em solos úmidos, nas proximidades das moradias ou rodeando as embarcações: bois, búfalos, cães, camaleões, capivaras, cotias, galinhas, capivaras, gaivotas, mucuras, patos, porcos, sapos, sucurius, tracajás, urubus, dentre tantos outros que também coabitam, portanto, essas relações e interações e eventualmente figuram nos contextos das atividades pesqueiras. Assim sendo, também rendem válidas reflexões sobre o tema. Há outros tantos *outros*.

²⁶ *Pirayawara*, do nheengatu, a “língua geral amazônica”, é “peixe grande”. Assim são chamados botos, pirarucus e, eventualmente, peixes-boi, entre alguns povos indígenas do Alto Rio Negro.

²⁷ “Beiradão” é como os ribeirinhos frequentemente se referem à borda dos rios.

2. Biopolíticas e modos de vida

“Processos simples e singelos, tangidos por leis hidrográficas, sobrepujam o devaneio científico, antepõem-se aos surtos imaginativos.”

Raymundo Moraes, *Na Planície Amazônica* (1926).

“Ao observar os animais, temos menos probabilidade de sermos influenciados por nossa imaginação.”

Charles Darwin, *The Expression of the Emotions in Man and Animals* (1872).

2.1. Entre “avistagens” e “visagens”

A pesquisa começou a se desenhar requerendo não somente o convívio com a população local nos contextos em que eu me encontrava, como também uma interação com pesquisadores de outras disciplinas do conhecimento, sobretudo das chamadas ciências da natureza. Dessa maneira, biólogos, oceanógrafos, médicos veterinários e zoólogos também eram alguns de meus eventuais interlocutores. Seria, entretanto, uma tarefa ingrata – e um tanto pretenciosa – querer desempenhar tanto uma antropologia dos coletivos de cientistas quanto uma antropologia das populações ribeirinhas dentro de uma mesma etnografia. Minha proposta, afinal, era diferente de ambas e correspondia ao que me aproximava desses dois grupos: o interesse que compartilhavam pela fauna local. Era de fundamental importância, então, atentar para as concepções distintas entre pesquisadores e pescadores acerca dessa fauna, tal como para as suas narrativas sobre a mesma, que também vinham a corroborar seus respectivos pontos de vista. Esses pontos de vista distintos eram também bons “pontos de partida”, na medida em que revelavam importantes aspectos dos procedimentos de manuseio – tanto científico quanto extrativista – da fauna local, por parte desses dois atores. Desse modo, menciono as “avistagens” (dos cientistas e ambientalistas) e as “visagens” (dos pescadores e outros extrativistas) como meras figuras representacionais desses dois pontos de vista distintos.

E uma das constatações que a etnografia me havia possibilitado perceber já nas primeiras viagens a campo era o fato de que as políticas conservacionistas exercidas em áreas de extrativismo de pesca e nas unidades de conservação que as circundavam eram aplicadas através de medidas de vigilância e fiscalização das práticas locais de subsistência e, por extensão a isso, de controle dos ecossistemas, dentre os quais a fauna habitante de águas e florestas, ainda que nem sempre se aplicassem de modo eficaz ao que elas de fato pretendiam: a conservação dos recursos naturais e a preservação de determinadas espécies que o habitavam. A propósito dos termos “conservação” e “preservação”, não raramente eles eram evocados nas mesmas situações, às vezes até confundidos, como sendo sinônimos. Dentro do debate ecológico, tais conceitos apresentam suas distinções, embora possam vir a ser utilizados indiscriminadamente. Isso acontece, por exemplo, quando grupos ambientalistas ou o poder público adotam as duas frentes de atuação, muitas vezes dentro de um mesmo projeto ou programa governamental. Se a conservação do meio ambiente prevê ações de manejo responsável dos recursos naturais, de modo a evitar a sua degradação, já a preservação assegura uma inviolabilidade do espaço natural, agindo de forma mais incisiva sobre as intervenções a ele externas.

Mas quando procurei sanar essa dúvida com um interlocutor que já havia trabalhado num órgão governamental e, naquele momento, atuava num grupo de ativismo, ele me explicou da seguinte maneira, em linhas gerais: “conservação” se refere ao uso sustentável e a uma extração racional dos recursos naturais, prevendo sempre a regeneração do que foi extraído; enquanto “preservação” diz respeito à proteção integral, seja de determinada área natural ou de determinada espécie animal ou vegetal, por exemplo. Há definições mais precisas no Artigo 2º da Lei nº 9.985/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000), o chamado SNUC. Talvez um exemplo mais prático (por mim constatado durante o trabalho de campo) para se entender a diferença entre ambas seria a partir do chamado período de “defeso”. Convém, antes, esclarecer que se trata o “defeso” de um período do ano em que determinadas espécies (peixes ou crustáceos) entram na “piracema”, a fase em que se reproduzem ou se desenvolvem. No caso das regiões litorâneas do Pará, o período do defeso geralmente ocorre durante o primeiro semestre do ano (“*em Lua nova ou cheia*”, distinção que me fora feita por um pescador): para peixes, entre janeiro e abril; para caranguejos, de janeiro a março; para camarões, março a maio. Já no caso do Amazonas, para os peixes de água doce, esse período se estabelece durante os últimos meses do ano, entre outubro e dezembro. Durante o defeso, a

pesca ou captura das espécies por ele contempladas fica temporariamente suspensa, proibida.



Imagem 4 – Defeso, piracema: controle e interdições.
O cartaz à esquerda é da Vila de Balbina (Presidente Figueiredo, AM).
À direita, de Soure (Ilha do Marajó, PA).

Portanto, uma comparação entre a condição de espécies protegidas pelo período de defeso (peixes e crustáceos) e outras que dele não constam (por exemplo, o peixe-boi) também vale para compreender conceitos como conservação e preservação. No caso do caranguejo-uçá (cujo defeso vigora entre março e maio, na Ilha do Marajó, Pará) ou de peixes como o tambaqui e a matrinxã (com defeso de outubro a março, no Amazonas), tratam-se de espécies que integram a cadeia de consumo do extrativismo pesqueiro, tendo, portanto, o seu período de migração e reprodução (a “piracema”) assegurado pela Lei nº 11.959/09²⁸ (BRASIL, 2009). Com ela, há essa situação de garantia de conservação dessas espécies, assegurando-lhes a possibilidade de reprodução e desenvolvimento nesse período predeterminado, quando se proíbe a sua pesca para que seu consumo sustentável seja depois retomado – eis um exemplo de conservação. Já no caso do peixe-boi, a sua pesca (ou “caça”, lembrando que a designação do ato varia de uma região para outra) é

²⁸ Esta Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, revogou, por sua vez, o antigo Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que era conhecido como “Código de Pesca” (BRASIL, 1967), passando a regulamentar as práticas pesqueiras segundo os parâmetros atuais da sustentabilidade.

expressamente proibida, sendo enquadrada na chamada “Lei de Crimes Ambientais”, nº 9.605/98 (BRASIL, 1998), configurando assim um exemplo de preservação ou, melhor definindo, de proteção integral dessa espécie.

Considerando isso, passo a denominar essas políticas conservacionistas como biopolíticas, entendendo que elas têm efeito determinante sobre as formas diversas de vida locais, e em especial, àquelas inseridas na cadeia extrativista de consumo humano. O conceito advém de Michel Foucault (1926-1984) e consente numa razão governamental de controle sobre a vida (2008 [2004]), aqui também entendida como uma “*intervenção sobre a vida de populações inteiras*” (FARAGE, 2011: 285). A esse sentido eu acrescentaria o entendimento de uma intervenção também sobre ecossistemas inteiros, uma vez que parece haver intersecções, como pretendo aqui demonstrar, entre as lógicas higienistas e sanitaristas (aplicadas pelo poder público na administração das cidades, por exemplo) com as lógicas de conservação e preservação (também empreendidas pelo Estado no gerenciamento de unidades de conservação natural), dentro do que se pode entender como biopolítica. No entanto, a condição dos animais – tanto em seu estatuto jurídico como em suas eventuais situações de ameaça e risco – que compõem a fauna aquática nessas áreas nem sempre se situa no centro dos conflitos iminentes entre o discurso ambientalista de conservação e preservação e as práticas extrativistas que repercutem sobre essa fauna. Ainda que as iniciativas em reconhecer os chamados saberes tradicionais como legítimos e necessários na identificação dos problemas em que as práticas extrativistas implicam sobre o meio ambiente, é justamente por conta disto que persistiria uma guerra epistêmica implícita no âmbito desse encontro entre pesquisadores/ambientalistas, detentores das supostas ciências “prontas”, e moradores locais, portadores de seus próprios saberes. Mesmo já ocorrendo iniciativas de diálogo nesse sentido, é compreensível, até certo ponto, que ainda haja certa objeção aos saberes e práticas locais, podendo ela se manifestar sutilmente em forma desinteresse – ou mesmo o desdém – não somente a alguns conceitos locais, como também a conceitos advindos de outras disciplinas.

Além de direcionar minhas atenções ao que os atores presentes nesta pesquisa teriam a dizer – e que ações exerceriam – sobre peixes, mamíferos aquáticos e demais bichos que compõem a fauna aquática da região, entendi que era preciso também esclarecer como e por que certos conflitos – ora “epistêmicos”, ora “ontológicos” – ocorriam. Ademais, conviria estar minimamente familiarizado com alguns termos recorrentes no cotidiano da pesca e da conservação ambiental, cujas definições – ora oferecidas por seus próprios portadores de fala, ora constantes de termos regimentais e demais instruções

normativas vigentes nesses contextos – nem sempre eram claras ou desprovidas de questionamentos. Por parte de alguns eu ouvia sobre “espécies-alvo”, “defaunação”, “aprovisionamento”. Por parte de outros, “arremedo”, “desdobro”, “engerar”, “malinar”. Tais termos eram acionados por meus interlocutores quando me falavam sobre os animais que (per)seguiam, enquanto objetos de estudo, recursos nutritivos ou espécies a ser protegidas. Mas mesmo alguns conceitos que eu supunha já ter compreendido, tais como “conservação”, “extrativismo”, “preservação”, “predação” e até mesmo “percepção”, eles também pareciam requerer ser relativizados dentro de tais contextos.

Durante o trabalho de campo, de passagem por Belém, capital do estado do Pará, eu conversava com um pós-graduando em Zoologia, pela UFPA, que se dedicava ao estudo da polinização da abelha *Melipona fasciculata* (conhecida como jandaíra preta, ou jandaíra da Amazônia), principalmente através do açaí. Ele dizia que muitas pessoas ainda pensavam que havia apenas três tipos de abelha no Brasil: a “africana”, a “europeia” e a “brasileira”, sendo que em território nacional havia centenas de outras espécies nativas. Comentei, então, que alguns grupos indígenas da Amazônia já chegaram a catalogar dezenas de abelhas diferentes nas áreas que habitam, desenvolvendo uma taxonomia própria, por sinal bastante sofisticada, e também de acordo com a polinização delas. O zoólogo reagiu: “*Ah, mas aí, nesse caso, é só percepção. É com base na percepção deles, apenas*” – como quem dissesse em outros termos: “isso não é conhecimento”. Em outros momentos do trabalho de campo, notei – para não dizer “percebi” – certo desdém ou aversão a um conceito tão caro à antropologia, como a noção de percepção. Para alguns pesquisadores fora das ciências humanas, “percepção” aqui poderia ser definida como aquilo que *não* é ciência e que, na falta dela, acaba operando como tal em determinados contextos. Se, por um lado, há o reconhecimento de um saber popular local, por outro ainda há essa resistência em reconhecê-lo, de fato, como conhecimento, ciência.

A Amazônia é certamente cenário de muitos desses conflitos de ordem epistêmica, quando as atenções e ações se voltam para grandes reservas naturais, ricas por sua diversidade de espécies e recursos vitais. Ademais, onde há agentes diversos – e operando por interesses também diversos – haverá conflitos de tal ordem:

Such conflicts are culture conflicts and not just a question of scientifically rational standards of resource utilization. In the whaling conflict the parties involved are not equal in terms of power, and in the *realpolitik* of international relations, ethnocentric assumptions can be forced upon cultures that deviate from what

hegemonic cultural superpowers define as civilized and acceptable²⁹ (EINARSSON, 1993: 81).

No cerne das biopolíticas de conservação ambiental, também residem frestas de indeterminações, como “zonas de exceção” (AGAMBEN, 2004: 37), ainda que momentâneas e pragmáticas. Ao menos no que tange à condição animal, há o momento em que os programas conservacionistas ou preservacionistas precisam resolver certos conflitos através de “encontros pragmáticos” (ALMEIDA, 2013: 23-4) com o modo de vida local. O animal se encontra, então, entre a “predação científica” (SÁ, 2013: 161-3) e as etnozoológicas locais. E, sendo assim, arraias, crustáceos, botos ou peixes-boi podem tornar-se também “peixes” – como os próprios – tal como “tudo o que cai na rede³⁰”, valendo-se aqui de um provérbio bastante popular. Na feira livre de Abaetetuba (PA), por exemplo, realizada nas ruas próximas ao cais do porto local, havia comentários de que carne de jacaré (animal protegido por lei e inserido em planos de manejo) era muitas vezes vendida como carne de pirarucu (peixe que também tem a sua pesca controlada por programas de manejo sustentável). Por outro lado, casos envolvendo répteis – como o jacaré – mostram que não são apenas os ribeirinhos que criam suas próprias taxonomias flexíveis. Cientistas eventualmente também remanejam classificações animais e seus respectivos estatutos jurídicos para defender (a permanência de) seus objetos de pesquisa em determinados programas de fomento científico. Dentro dessa lógica, tornam-se compreensíveis alguns procedimentos como, através de uma portaria no estado do Amazonas, “converter” o jacaré em peixe (como o pirarucu, por exemplo), incluindo-o num programa de conservação da fauna ictiológica da Amazônia (e que não contemplaria répteis) para, assim, estender recursos à sua preservação. A sustentabilidade em si já é, portanto, como “*um acordo pragmático [...] entre as concepções científicas e locais*” (FARAGE, 2013: 116) acerca das espécies a serem conservadas ou preservadas.

Há, portanto, quando conveniente a ambas as partes, uma biopolítica conciliatória entre ambientalismo e extrativismo, em que se suspendem – ou se relevam – suas eventuais

²⁹ Tradução: “*Tais conflitos são como conflitos culturais, e não apenas uma questão de padrões cientificamente racionais de utilização dos recursos. No conflito da caça baleeira, as partes envolvidas não são iguais em termos de poder e, nessa realpolitik das relações internacionais, alguns pressupostos etnocêntricos podem ser impostos sobre culturas que se desviam do que as superpotências culturais hegemônicas definem como civilizado e aceitável*”.

³⁰ A propósito, um dos grupos conservacionistas com o qual tive contato, na região da costa leste do Marajó, havia lançado uma publicação didática (RODRIGUES *et al.*, 2012), justamente a partir dessa conhecida expressão (“caiu na rede, é peixe”), para levar esclarecimentos aos moradores da zona costeira sobre a condição dos botos e dos peixes-boi.

diferenças políticas, morais ou ontológicas. Voltando minha análise mais especificamente para a questão do extrativismo, encontro aqui na noção de predação um recurso importante para refletir paralelamente sobre as relações desses agentes, dentro de seus respectivos expedientes – científicos ou extrativistas – em relação à fauna dos contextos aquáticos em que operam. Cabe reafirmar, entretanto, que no tocante a essa noção de predação, ela me interessa menos enquanto transformação metafísica (VIVEIROS DE CASTRO, 2012) e mais como uma relação ecológica (o “predatismo”, em outros termos) inerente a um contexto de constantes transformações no âmbito socioambiental. E nesse âmbito, as noções de “desencanto” (SLATER, 2001 [1994]), e “distopia” (NUGENT, 2006) parecem vir a coadunar com cenários mais secularizados, onde esta pesquisa se insere.

Quando se reconhece o direito a uma extração supostamente sustentável, não exploratória, às chamadas comunidades tradicionais, os dilemas e dificuldades práticas dos projetos biopolíticos conservacionistas se apresentam. Parece haver uma tolerância não formalizada à predação de espécies que se encontram sob a égide da conservação ou da preservação – um pouco por conta da dificuldade de fiscalização em áreas extensas e de difícil acesso, e também por certa resignação diante do que é e sempre foi a vida do extrativismo. Essa constatação também me veio a partir de algumas situações de conflito, direta ou indiretamente por mim acompanhadas durante o campo, em que o estatuto jurídico dos animais vinha à tona a partir de uma questão básica e aparentemente simples, já lançada por Jacques Derrida (2002) e, sobretudo, por Tim Ingold (1994) a seus colaboradores, advindos de campos diversos, numa importante compilação de textos: o que é um animal? Desse modo, “*o que são vinte caranguejos?*”, “*o que é um peixe-boi já morto?*” ou “*o que são cinco mil bois?*” foram algumas das questões que surgiram – não formuladas por mim – em ocasiões distintas da pesquisa, e às quais procuro aqui dedicar a atenção necessária. E sobre tais questões, repousam outras acerca do que vem a ser, afinal, conservação, preservação e o que se quer, de fato, conservar ou preservar: o animal como espécie ou o animal como indivíduo? O antropólogo estadunidense Matt Cartmill, por exemplo, evocando as disputas travadas entre determinado setor de praticantes da caça e ativistas dos direitos animais que ocorrem nos EUA, fala sobre algo similar:

One important difference that separates nature-loving hunters from their opponents is that the antihunting activist worries about the lives and welfare of individual members of an animal species, whereas the hunter-ecologist regards the species as

the enduring entity and sees the hunted animal chiefly as an ephemeral sample of it³¹ (CARTMILL, 1993: 236).

Isso me leva a também pensar na condição de predação que, tal como caçadores e pescadores, os ambientalistas e cientistas eventualmente também encampam – ainda que em outros termos, por outros meios e com propósitos distintos ou mesmo opostos –, estando eles sempre à procura e na captura de amostras e registros de espécies ou, no limite, vestígios delas. Em sua etnografia sobre as relações entre primatólogos e macacos, Guilherme Sá avança nessa reflexão, caracterizando como “predação científica” (SÁ, 2013) a atuação desses pesquisadores, por acionar procedimentos “purificadores” de seu objeto de estudo, os macacos muriquis, ressaltando nesses primatas alguns aspectos ora “naturalizantes” (não-humanos), ora “culturalizantes” (humanos), de acordo com as necessidades de cada fase distinta do programa conservacionista que o mantém. Não deixa de ser sugestiva essa caracterização para pensar num fato possivelmente recorrente em qualquer campo das ciências: esse movimento de “transformação” (embora não considere essa palavra a mais apropriada) a que se submetem os objetos e dados de uma pesquisa científica em andamento. Pretendo retomar essas questões mais adiante, a partir dos casos do boto e do peixe-boi, para demonstrar que não somente as populações locais criam um modo muito particular de produzir conhecimento, como os cientistas também o fazem. É fato que o cotidiano da pesca não apenas proporciona como impele seus agentes para que assim o façam, criando para a fauna local, por exemplo, uma taxonomia própria – e que já fora chamada de “*corpus* etnozoológico” (SANTOS-FITA & COSTA-NETO, 2007), “etnoconhecimento” (AGUILAR, 2007; ZANIOLO, 2007) ou “conhecimento ecológico local³²” (SOUSA *et al.*, 2013), dentre outras denominações. Não se trata de um debate novo a constatação de remanescentes incompatibilidades entre o conhecimento concebido e praticado pelas chamadas comunidades tradicionais e os trâmites dos projetos biopolíticos ambientalistas voltados a essas próprias comunidades, invariavelmente encampados por

³¹ Tradução: “*Uma diferença importante que separa caçadores amantes da natureza de ativistas anti-caça é que estes se preocupam com a vida e o bem-estar de membros individuais de determinada espécie animal, enquanto o caçador-ecologista considera uma espécie como entidade duradoura e vê o animal caçado sobretudo como uma amostra efêmera dela*”.

Na passagem acima, traduzi *hunter-ecologist* de maneira literal, como “caçador-ecologista”, mas fica subentendido que o autor não se refere aqui a “ecologista” enquanto um ecólogo, um ambientalista. Um pouco antes, ele caracteriza o significado desse epíteto de forma mais clara através da expressão *nature-loving hunters* (“caçadores amantes da natureza”) – que, entretanto, não deixa de ser igualmente controversa quanto à posterior.

³² Os saberes locais, comumente chamados de “conhecimento tradicional” recebem outras denominações em círculos científicos diversos, como “etnociência” ou “etnoconhecimento”, no mesmo sentido da terminologia “local ecological knowledge” (LEK), dentre outras.

agentes provenientes das biociências, seja na condição de ambientalistas ou de pesquisadores.

Nas oportunidades em que pude acompanhar esses agentes, compartilhei de seu cotidiano e verifiquei algumas particularidades em seus métodos de pesquisa e na busca por seus dados: foi importante, por exemplo, perceber que trabalhavam bastante com amostras, vestígios, partes de animais mortos e faziam expedições de campo relativamente curtas (ao menos em comparação às minhas). Enquanto isso, eu buscava por outro tipo de “material bruto” e supunha – precipitadamente – que, a partir de um convívio mais próximo e mais constante com moradores das áreas costeiras e ribeirinhas, eu teria acesso ao que eu buscava ver: interações com os bichos, movimentos, ações, reações, vida. A verdade é que biólogos e oceanógrafos, por exemplo, também buscam esses mesmos “dados vivos”. Tentam com frequência avistar os animais, e, se possível, registrar tais avistagens, mas nem sempre logram obter tais registros.

Ainda que eu priorizasse o acompanhamento das atividades extrativistas – especialmente a pesca – para entender como se dão, a partir delas, as relações interespecíficas nesses contextos fluviomarítimos, com todas as suas possibilidades, não eram apenas os pescadores que tinham algo a me dizer sobre aqueles bichos das águas que eles tanto perseguiram para assegurar seu sustento. E se é menos complexo explicar porque denomino aqui os pescadores como predadores no sentido mais estrito do termo, talvez explicar porque agentes pesquisadores também podem ser assim caracterizados não seja igualmente simples de justificar. Recorrendo mais adiante a passagens de meu trabalho de campo, tentarei empreender tal explicação. Acompanhar os pescadores rio adiante ou mar adentro, tal como acompanhar outros pesquisadores buscando seus dados – ou os levando, já prontos, para as comunidades –, era uma condição frequente em que eu me encontrava, seguindo quem perseguia os animais que eu também buscava encontrar.

De fato, a predação exige movimentação, deslocamento. É uma perseguição, tal como ocorre com a caça e com a pesca. No decorrer deste trabalho, portanto, minhas análises e considerações acerca do tema das relações humano-animal circundaram – direta ou indiretamente, mas necessariamente – a questão da pesca de subsistência, ou, em outros possíveis termos, do extrativismo pesqueiro. Mesmo denominado de maneiras diversas, é fundamentalmente um fator de predação que está inserido nessas questões e, obviamente, nas relações interespecíficas que interessam para a minha abordagem. Ater-se à noção de predação dentro dos debates antropológicos contemporâneos pode ser arriscado, uma vez que uma das principais e mais renovadoras contribuições teóricas à disciplina traz

justamente esse conceito – com todos os seus desdobramentos analíticos – para o centro do debate. Ademais, tal contribuição vem também de contextos amazônicos, a partir da etnologia de populações ameríndias.

Mas a procura por animais – através da pesca ou da caça – exigia sempre uma intensa mobilização de seus “perseguidores” e, ainda assim, nem sempre se podia assegurar de que o encontro com eles se concretizaria. Recordo-me de quando eu já havia iniciado o trabalho de campo no Amazonas, e eu estava na casa de uma família que morava às margens do rio Uatumã, em comunidade localizada numa extremidade de terra firme que ficava entre esse rio e um de seus afluentes, antes da entrada da Reserva Biológica (REBIO Uatumã). Certa manhã, um dos membros da família, antes mesmo de todos os demais acordarem na casa, saiu para tentar “trazer uma caça”. Voltou um pouco antes do almoço, sem ter logrado o seu objetivo, mas trazendo peixes e tracajás. Quando me reencontrou à beira do rio, após amarrar sua canoa, disse-me:

Eu pensei em te chamar p’ra ir junto, você falou que queria ver como é. Mas hoje eu acabei indo mais lá p’ra cima, na outra comunidade. Aqui é assim, se tu não se mexer, fica sem comer. Tem de ir atrás dos bichos, saber onde eles ficam, que horas vão estar lá.

Do mesmo modo, a busca por dados de campo empenhada pelos grupos de pesquisa ou órgãos ambientalistas e governamentais tinha também os seus próprios métodos e procedimentos – e no que tange aos ambientes de rio e mar, isso se tornou mais nítido para mim a partir do trabalho voltado aos mamíferos aquáticos (como os botos e os peixes-boi). Acompanhando alguns desses grupos em suas expedições de campo, percebi que a coleta de material não decorria apenas de tarefas taxonômicas, quando eram recolhidas partes de animais encontrados já mortos (mas ainda portadores de informações sobre a situação de suas respectivas espécies). O fator “paisagem” (MARTINS, 1994: 19-43) – hoje um conceito importante na antropologia, vide os trabalhos de Tim Ingold (2000; 2011), dentre outros – também fornece dados sobre as espécies pesquisadas e, assim sendo, a coleta de amostras da vegetação local é um procedimento importante, por exemplo, no estudo do peixe-boi, espécie conhecidamente herbívora e cujas raras aparições na superfície aquática costumam ocorrer nas ocasiões em que procuram alimentação. Nesses casos tornava-se elementar entender os vestígios – ou mesmo os meros indícios – provenientes desses animais como extensão de sua materialidade científica que, por sua vez, se desdobravam em números anotados, etiquetas ou pequenos resíduos recolhidos, pois em algumas ocasiões, essa materialidade se dava por animais encontrados já mortos. Trago, a seguir, descrições de algumas de minhas passagens de campo, ora acompanhando pesquisadores,

ora junto a pescadores. Pretendo, com elas, ilustrar melhor as ocasiões de busca por esses encontros interespecíficos. Em alguns momentos do texto, tratam-se de passagens extraídas do caderno de campo quase de forma transcrita, visando com isso manter a fidedignidade ao relato. Durante o decorrer de todo o texto, outras jornadas similares serão também descritas, conforme os temas diversos forem suscitados na discussão aqui proposta.

2.2. Pesquisadores à procura de dados

É fato que os pescadores e caçadores perseguem e predam os peixes e outros animais que também habitam os ecossistemas aos arredores de onde vivem. Enquanto moradores locais e extrativistas, também são perseguidos (e, em certa medida, “predados”), por exemplo, por pesquisadores ou agentes do ICMBio, e não mais apenas por Caipora, Cobra Grande ou outros seres “engerados” ou “encantados”, afinal, como eles próprios alegam, hoje há muita iluminação até mesmo nas comunidades mais remotas. Paralelamente, esses animais perseguidos e predados nessas áreas também são perseguidos e “predados” por biólogos ou agentes governamentais que também buscam por seus dados, seus registros, suas amostragens. E, uma vez tendo tais materiais em mãos, executam aquilo que Guilherme Sá (2013) chama de “predação científica”, uma vez que os mesmos também passam por um processo de “transformação” para que, de fato e por fim, tornem-se dados, informações, ciência. Procuo mostrar, nesta seção, que certos procedimentos de pesquisa sobre espécies animais se dão por movimentações ambivalentes, a depender das demandas e das etapas do fazer científico. Desse modo, se, por vezes, surge a necessidade de “desvitalizar” a existência animal (esteja vivo ou morto) de modo a extrair o que possa restar dela enquanto dado científico, em outras situações, efetua-se um caminho oposto, ao “revitalizarem”, “reabilitarem” o animal de uma condição vulnerabilizada na natureza para uma situação de “seminatureza”, concedendo-lhe, através de sua individuação – da espécie para o espécime – instantes de identidade e até mesmo humanidade.

Numa de minhas passagens por Salvaterra e Soure, na Ilha do Marajó (PA), acompanhei duas pesquisadoras da Universidade Federal do Pará (UFPA), ambas oceanógrafas, Beth e Iná, colaboradoras do Projeto Bicho D’Água, voltado a atividades de conservação e educação socioambiental junto às comunidades locais, com ênfase em mamíferos aquáticos de conhecida incidência na região: cetáceos (baleias, botos, golfinhos,

toninhas etc.) e sirênios (peixes-boi). As atividades previstas para aquela ocasião eram uma visita de acompanhamento a um peixe-boi marinho em processo de reabilitação mantido num cativeiro natural dentro de uma comunidade de Salvaterra e, em seguida, a recepção de crianças de uma escola pública em visita ao espaço sociocultural que o projeto mantinha na cidade de Soure. Saímos pela manhã da Vila de Joanes, rumo à comunidade da Passagem Grande, onde o filhote de peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*) era mantido já havia um ano. O animal fora resgatado por moradores da comunidade, quando encalhou próximo a um curral (artefato de pesca utilizado para a captura de peixes e, antigamente, também de outras espécies, como o próprio peixe-boi). Com apoio logístico do IBAMA e outros patrocinadores, a equipe do projeto isolou um espaço da passagem do igarapé do Salazar próximo ao quintal de uma casa na comunidade, adaptando-o como um semicativeiro e capacitou dois moradores locais para serem tratadores do animal, que ganhou o nome de Omar. Campanhas foram realizadas para arrecadar fundos destinados aos custos de todas as etapas do processo de reabilitação (manutenção do local, medicamentos e alimentação do animal, remuneração dos tratadores locais etc.).

Quando Beth e Iná – e eu as acompanhado – chegamos pela manhã ao local do semicativeiro dentro da comunidade, já se encontravam à sua espera os dois tratadores locais de Omar e um médico veterinário do IBAMA, deslocado de Belém para acompanhar periodicamente os estágios de reabilitação do animal. Fui apresentado a eles por Beth: *“Esse é o Guilherme, ele é antropólogo, veio de São Paulo e está acompanhando um pouco do nosso trabalho. Então agora já sabem: nós também estamos sendo pesquisados, heim...”*. O tom era de descontração em seu comentário. Mas ao longo de todo o trabalho de campo, percebi que era natural que outros pesquisadores viessem a se incomodar com a minha presença junto a eles, enquanto pesquisador. Certamente houve quem tenha se incomodado de fato com a própria hipótese de ser acompanhado em campo por um antropólogo, recusando sumariamente a minha proposta – quando não a ignorando e me deixando até mesmo sem qualquer resposta, ainda que negativa. E eu considerava inadequado fazer uma comparativa relacional entre o trabalho desses pesquisadores (biólogos, oceanógrafos, veterinários, zoólogos) e o meu através de uma “simetrização” (LATOUR, 1994) entre a minha intenção de segui-los e a intenção deles de perseguir algumas espécies que compunham o escopo de suas respectivas pesquisas – afinal, esses animais também compunham o meu escopo. Ao invés de fazer como Guilherme Sá, que, acompanhando primatólogos (que estudavam os muriquis numa unidade de conservação em Minas Gerais), chega a sugerir que estes eram como os “seus” primatas e ele próprio na

condição de algo como um “metaprimata” ou “observador do observador” (SÁ, 2013: 35-6), eu me via impelido a sempre tentar explicar que meu trabalho consistia das mesmas “espécies-alvo” desses outros pesquisadores. E isso valia também para a minha relação com os pescadores em relação aos peixes que tencionavam pescar nas águas marinhas ou ribeirinhas. Eu tinha muito claro para mim mesmo, portanto, que esses cientistas e ambientalistas não eram os “meus” botos ou “meus” peixes-boi, tal como os pescadores não eram os meus peixes.

Voltando à cena do campo: estão todos ali, as duas oceanógrafas, o veterinário do IBAMA e os dois tratadores de Omar, além do próprio. E eu. Eles se preparam, então, para começar a atividade de rotina. Aproximando-se o mês de novembro, o tempo é de seca no Marajó. O semicativeiro está, portanto, temporariamente desativado, praticamente vazio, pois depende do curso das águas trazidas pelo igarapé do Salazar, que passa por ali, onde foi adaptada a estação de reabilitação. Omar encontra-se numa piscina de plástico, circular, de aproximadamente 3.000 litros. Eu me aproximo para observá-lo e ele interrompe as sucessivas voltas em torno da piscina para também me olhar. Omar, que ainda é um filhote, está há um ano e meio em estágio de reabilitação, desde que fora encontrado e resgatado. Os casos que envolvem peixes-boi ainda jovens, como Omar, decorrem de seu acidental afastamento da mãe ou quando esta é abatida durante caça/pesca³³ em áreas próximas a comunidades costeiras ou ribeirinhas. A primeira tarefa da equipe é tirar as medidas corporais de Omar e, para isso, ele precisa ser removido da piscina através de uma esteira feita de tiras tramadas de um resistente tecido e com dois cabos de madeira, um em cada extremidade. Eu os ajudo na tarefa, pois o filhote já contabiliza quase 70kg e despence certo esforço durante sua locomoção, além de se debater durante o traslado. Ele é repousado no chão, ainda sobre a esteira, e Márvio, o veterinário do IBAMA, aciona uma fita métrica para tirar as medidas previstas numa ficha de biometria. Sentada num toco de tronco de árvore, Iná empunha uma prancheta com a tal ficha, onde anotará, além da data, outras seis colunas com dados referentes a Omar: “comprimento toral”, “envergadura dorsal”, “circunferência do pedúnculo caudal”, “circunferência máxima do tórax”, “circunferência do tórax abaixo da nadadeira dorsal” e, por fim, “peso”. Na ficha, eu também descubro o seu nome completo: Omar do Salazar, uma referência ao nome do igarapé próximo de onde ele fora encontrado e que hoje faz parte da composição de seu

³³ Aqui vale mencionar tanto “caça” quanto “pesca” e isso faz sentido principalmente no caso do peixe-boi, uma vez que a sua predação é caracterizada por ambas expressões, dependendo da localidade e podendo elas serem também substituídas por “matar”. Faço uma abordagem sobre essas variações verbais e semânticas em capítulo posterior.

cativeiro natural. Em seguida, o seu peso será medido por uma balança mecânica que está suspensa por três troncos de madeira no formato de uma trave de futebol. A esteira que abriga Omar é presa por uma corda ao gancho da balança, enquanto Beth manuseia o marcador da balança para ter o número da medição: seu peso atual é 67kg.

Esse acompanhamento vem sendo realizado quinzenalmente por essa equipe de pesquisadores e profissionais, como mostram as datas na ficha biométrica. Anotados todos os dados, Omar volta ao chão, onde Beth aproveita para examinar algumas manchas que ele traz em sua pele desde que fora encontrado. Ela utiliza um creme para a limpeza cutânea, enquanto Márvio examina os minúsculos ouvidos de Omar. E depois comenta que o nome do peixe-boi poderia ser outro se fosse considerada a sua estrutura morfofisiológica interna e seu sistema digestor, que pouco se parecia com o dos bovinos, sendo mais próximo ao dos caprinos. Locomovemos Omar de volta, então, à piscina. Hélio e Juarez, os dois moradores locais destacados como tratadores para acompanhar o peixe-boi diariamente, se dirigem a um quiosque próximo dali, onde se acomodam outros materiais do projeto, como medicamentos e a alimentação de Omar. Sobre uma mesa de madeira, contabilizei 74 latas de leite de soja em pó, a base de sua dieta, junto a folhas de plantas coletadas nas proximidades do semicativeiro. Enquanto Juarez prepara uma “mamadeira” adaptada a partir de uma garrafa plástica descartável, Hélio me informa que utilizam uma lata de leite de soja por dia e que contam também com doações a partir de campanhas realizadas pelo projeto junto à comunidade e através das redes sociais. Feita a mistura do leite de soja, Juarez leva a garrafa e a fixa a um suporte adaptado à borda da piscina. Omar parecia já aguardar por sua refeição. A equipe se despede, então, de Juarez e reitera a Hélio, que também é professor, o reencontro previsto para mais tarde. As duas oceanógrafas realizariam uma atividade com os alunos dele no espaço cultural do projeto Bicho D’Água, estruturado no centro de Soure para a realização de ações educativas junto às comunidades próximas e também como alojamento da equipe do projeto.

Quando chegamos ao terminal da balsa de travessia de Salvaterra para Soure³⁴, Beth desceu com a caminhonete de cabine dupla em que estávamos pela rampa que dava acesso à plataforma da balsa, enquanto Iná foi pagar pela taxa cobrada à travessia de veículos

³⁴ Soure e Salvaterra são duas cidades vizinhas na costa leste do Marajó e separadas pelo rio Paracauari, que deságua na baía da Ilha. Tem-se acesso de uma cidade a outra através da balsa, que faz a travessia de hora em hora (durante as manhãs e tardes). Essa travessia não dura mais do que 10 minutos. Existem também as rabetas, barcos motorizados que atravessam a todo momento de uma margem a outra, cobrando R\$ 2,00 (dois reais) pelo embarque de cada pessoa e fazendo a travessia em menos de 5 minutos.

motorizados – a travessia de pessoas a pé não é cobrada. Minutos depois, ela avista, próximo da margem do rio à esquerda da entrada da balsa, o que lhe parecia ser o corpo de um boto já morto, numa distância de aproximadamente 50m de onde estávamos. As duas decidem ir até o local verificar de perto – havia tempo para isso, pois a balsa não sairia de imediato. Era mesmo um boto-cinza (*Sotalia guianensis*), provavelmente abandonado no local após emalhe em alguma rede de pesca. Os emalhes com botos-cinzas costumam ser acidentais, pois trata-se de uma espécie que, ao contrário do boto-vermelho (*Inia geoffrensis*), não investe contra as redes para capturar os peixes emalhados. Vinculadas a um grupo de estudos do Museu Paraense Emílio Goeldi, de Belém, elas decidiram transportar o corpo do animal. Com o veículo já estacionado em meio a outros na estrutura da balsa e dado o estágio em que o corpo já se encontrava, com um forte odor, ele seria transportado via rabeta (como são popularmente chamados os barcos movidos a motor deste tipo) até a outra margem, já em Soure. Mesmo sempre munidas com algum material básico para essas situações, era inevitável que elas recorressem também a improvisos. E, assim, enquanto Iná vestia suas mãos com luvas de procedimento para trazer o boto morto para a terra, arrastando-o pela cauda, Beth e eu procurávamos por algo que pudesse cobri-lo durante o transporte na rabeta. Nas margens do rio, e estando ainda perto de um terminal de travessia fluvial, era comum haver material acumulado. Encontramos uma lona, muito suja de terra, mas com tamanho suficiente para revestir o corpo do animal.

Voltamos ao guichê do terminal para comprar *tickets* de acesso aos barcos a motor de rabeta, que saíam continuamente de uma margem a outra, prestando esse serviço ao longo do dia. Beth continuaria, então, na balsa com o carro e eu ajudaria Iná a levar o corpo do boto na rabeta durante a travessia. Na próxima, que estava pronta para sair, já haviam alguns passageiros acomodados, apenas aguardando o manobrista terminar de coletar os bilhetes de quem ainda entrava para dar a partida no motor. Entramos com um certo constrangimento, por conta do mal odor. “*Nossa, é um defunto isso aí?*”, alguém comentou. Já atravessados, aguardamos pela chegada da balsa, trazendo Beth e o veículo. Minutos depois, levando o corpo do boto na carroceria da caminhonete, seguimos para o espaço cultural do projeto. Sobrava um tempo para o nosso almoço, antes da atividade com os alunos – menos para Beth, que, chegando ao espaço, apressou-se em empunhar uma pá e cavar um buraco para que o boto fosse enterrado. Esse é um procedimento recorrente quando se pretende aproveitar o esqueleto do animal para atividades científicas ou mesmo para arquivamento.

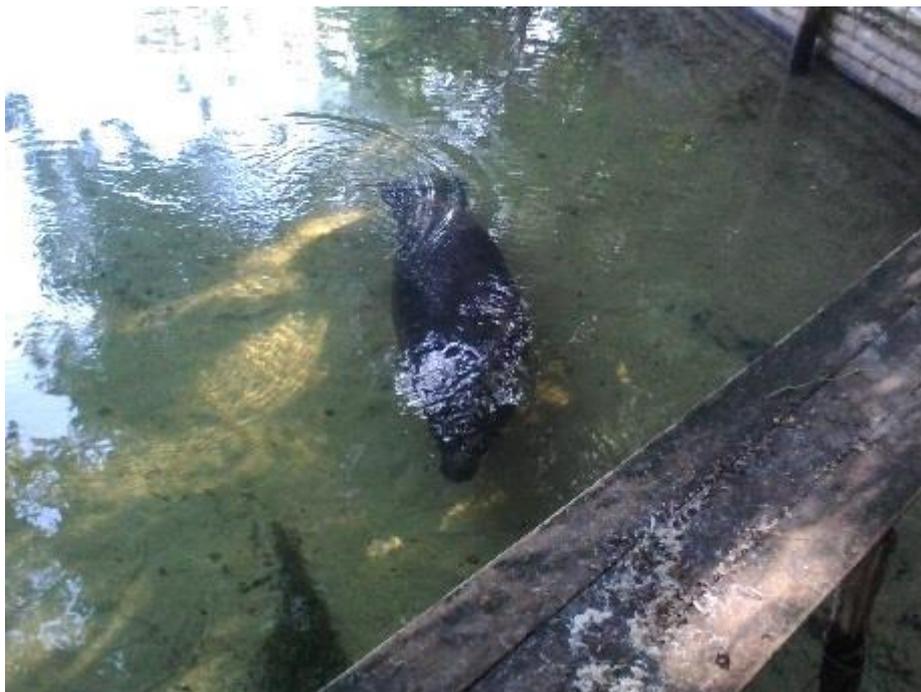


Imagem 5 – O peixe-boi Omar em período de utilização de seu cativeiro seminatural. Salvaterra (Ilha do Marajó, PA).

Pouco antes das 14 horas, horário previsto para o início da atividade, as oceanógrafas finalizam a preparação dos materiais que seriam utilizados. Elas farão uma apresentação educativa acerca do ecossistema local e duas espécies de mamíferos aquáticos que o habitavam e às quais ambas se dedicavam a estudar: botos e peixes-boi. Estava prevista também a exibição do filme “Omar”, um minidocumentário realizado pelo projeto, que exibia todo o trabalho empreendido para a reabilitação do peixe-boi filhote e as pessoas diretamente envolvidas no episódio de resgate e recuperação desse animal. Aproveito, então, para conhecer o espaço. Na parte externa do local, a estética é rústica, havendo pinturas com traços artesanais locais e quiosques com a cobertura de palha que abrigam em seu interior vários *banners* com informações sobre as espécies de cetáceos (botos, baleias, toninhas) e sirênios (peixes-boi) da região, como as características de sua alimentação e os procedimentos a tomar nos casos em que esses animais forem encontrados encalhados nas praias locais. Do lado de dentro do espaço, o ambiente parece mais *clean*, com as paredes em cores claras e trazendo murais com mais informações sobre os mamíferos aquáticos locais – um deles, inclusive, trazendo a história particular do peixe-boi Omar. Logo à entrada, há também, sobre um balcão, duas peças como representações de cetáceos: um esqueleto formado por ossos naturais, advindos de vários botos – e que os membros do projeto haviam apelidado de “Frank” (em referência à personagem do romance *Frankenstein*, de Mary Shelley) – e uma escultura réplica de um golfinho, com pouco mais

de 1m de comprimento. Às 14h, o professor (e tratador de Omar) Hélio, conforme o combinado, chega ao espaço cultural com suas duas turmas de 5ª e 6ª séries do ensino fundamental. Há em torno de 20 crianças, todas especialmente uniformizadas para a ocasião: trazem estampado em suas camisetas o desenho de um peixe-boi nos traços do mesmo artista local que fora responsável pela decoração temática do espaço.

A atividade, então, começa e Beth, após saudar e agradecer a todas as crianças que lá estavam, lança a questão que orientará toda a sua apresentação: quem são os mamíferos aquáticos? Seguindo pelos murais informativos às suas costas, ela fala um pouco sobre os botos e os peixes-boi e sobre as atividades que o projeto desempenha para a sua preservação: as caminhadas por praias e estuários e as avistagens a partir de lugares altos, que eram, inclusive, das poucas possibilidades em conseguir ver esses animais no *habitat* natural. Depois ela mostra o mapa da Ilha do Marajó, num dos murais e pede para as crianças falarem os nomes dos rios que elas conhecem na região. “*Paracauari!*”, “[igarapé do] *Jubim!*”, “[igarapé do] *Salazar!*”, são lembrados principalmente os de Salvaterra. Iná também faz algumas intervenções durante a apresentação: “*Ontem, quando vínhamos p’ra cá, eu e a Beth vimos muitos botos pulando aqui no Paracauari. Quem de vocês já viu também?*”. Elas falam também da importância dos manguezais para a região. E para os mamíferos aquáticos: “*Eles frequentam muito os manguezais, porque lá tem muita cumidia³⁵ p’ra eles*”. Prestando atenção à apresentação delas, eu também aprendia mais sobre as características daquela área que compunha o campo de minha pesquisa. A aula continuava para nós: “*Vocês sabem por que o guará é avermelhado? Porque ele come muito camarão. E camarão tem muito nos manguezais, que é onde o guará gosta de dormir*”, explica Beth. Iná prossegue falando dos manguezais, e diz às crianças que

eles são berçários naturais, porque muitas espécies vão se reproduzir lá, vão ter seus filhos lá nos manguezais, sabiam? E é por isso que nesse período que elas se

³⁵ *Comedia* – ou, como também são grafadas, “comidia” ou “cumidia” – pode ser entendida tanto como uma área onde determinada espécie aquática frequenta para se alimentar (LIMA, 2011: 70) como a pequenos peixes (SAUTCHUK, 2007: 149), frutos, musgos ou outros vegetais que servem de alimentos a elas. Pode ser um local à margem de rios ou igarapés – como, por exemplo, os manguezais – onde se formam vegetações em forma de musgos ou pequenas gramíneas que servem de alimentos a peixes e outras espécies (como os mamíferos – em especial os peixes-boi, que são herbívoros) ou onde caem frutos com abundância. As áreas de “comedia” também podem ocorrer na superfície das águas do rio ou do mar. Em algumas ocasiões pude ver os pescadores se guiando por elas para ir atrás de peixes: “*Ali é comedia deles, então eu sempre jogo rede ali*”. Embora sempre opte por transcrever de forma fidedigna todas as falas registradas durante o trabalho de campo, não aprecio o efeito de reproduzir certas expressões de evidente cunho coloquial tal como venham a ser emitidas. No caso de *comedia*, sua similitude ortográfica com a palavra *comédia* é outro efeito que também me leva a evitar grafá-la de acordo com o vernáculo linguístico. Estando, entretanto, esta mesma expressão coloquial presente em outros textos (SAUTCHUK, 2007; LIMA, 2011), e independentemente das motivações de seus respectivos autores em usá-la, o meu recurso a ela não traz exclusividade.

reproduzem, a gente não pode ir lá pegar nenhum peixe, nenhum outro bicho, porque eles estão se reproduzindo.

Essa ideia de “berçário natural” era algo interessante, até porque cheguei a ouvir outras pessoas, das comunidades, referindo-se aos manguezais como “berçários” ou mesmo “maternidades”. E em Soure mesmo, numa das entradas de acesso à Reserva Extrativista local, pude observar uma placa confeccionada pelo ICMBio, encravada no solo úmido do mangue, que também fazia essa referência, com as palavras: “*Manguezal - preserve um berço da vida*”. Boa parte daquelas crianças tinham parentes pescadores em suas famílias e, vivendo em Salvaterra, tinham algum contato relativamente próximo e constante com ambientes fluviais e marítimos e a vida da pesca. Uma atividade como essa é, portanto, também uma oportunidade para colocar à prova o que parte dos pesquisadores das ciências biológicas têm chamado de “etnoconhecimento”, dentre outras denominações. Iná, que trabalha com botos, pergunta às crianças quem tem algum parente pescador na família. Muitas levantam a mão. Ela quer saber o que esses parentes acham dos botos. Mas as crianças parecem tímidas para falar. Ela então pergunta se os pescadores dão algum apelido aos botos. Depois de insistir um pouco, um dos alunos arrisca: “*Cabeça furada*”. E então, outros apelidos são reavivados: “*Cabeça de balde!*”, “*Cabeça grande!*”. Esses são apelidos pelos quais eles costumam identificar o boto-vermelho ou malhado (*Inia geoffrensis*), segundo Iná. E ela prossegue:

Esse boto [*vermelho*] faz uma coisa que os pescadores detestam. Vocês sabem o que é? Quando ele está perto de uma rede e vê que tem peixe na rede, ele vai lá e consegue tirar todos os peixes dela. Já ouviram falar disso? E os pescadores ficam muito chateados com ele, porque eles trabalham tanto no mar p’ra conseguir trazer seus peixinhos p’ra casa e o boto vai lá e leva tudo... Mas o boto também está lá procurando alimento p’ra ele, não é mesmo?

Ela diz algo também sobre o boto-cinza (*Sotalia guianensis*), da mesma espécie que encontramos, morto, na travessia da balsa. E novamente eu aprendo algo – sobre a morfologia dos cetáceos:

E o boto-cinza, o tucuxi³⁶? Vocês sabiam que o tucuxi não tem esse movimento aqui [*ela demonstra movendo a cabeça na direção de um ombro a outro*], do pescoço? Então, quando ele cai numa rede, ele dificilmente consegue sair. O [*boto*] vermelho tem esse movimento, então ele consegue se soltar. Mas o tucuxi acaba morrendo, porque eles precisam subir, p’ra respirar. Então a rede de pesca, a

³⁶ Aqui, a pesquisadora faz referência a duas subespécies distintas como se fosse a mesma: o *Sotalia guianensis* (boto-cinza) e o *Sotalia fluvialis* (tucuxi). Obviamente, ela sabe dessa distinção. Mas certamente, para aquela ocasião, optou por uma generalização que é comum dentro das próprias comunidades litorâneas, dada a semelhança entre ambos. “Tucuxi” acaba sendo, inclusive, um nome popular genérico para todas as subespécies de pequenos cetáceos.

malhadeira, acaba sendo uma ameaça p'ra eles. Mas então a culpa é dos pescadores? Não, gente. O pescador está lá atrás de alimento também...

Chega o momento de falar um pouco mais dos sirênios – os peixes-boi. E esse é um assunto para Beth. Ao fazer a distinção entre as duas espécies que ocorrem no Brasil – o peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*) e o peixe-boi amazônico (*Trichechus inunguis*), ela aproveita para falar novamente de Omar: “*O marinho vocês já viram, não é? Quem já foi lá ver onde mora o Omar?*”. E frisa que o peixe-boi marinho é a espécie mais ameaçada de extinção de todo o Brasil: “*A gestação de um peixe-boi é demorada: a cada quatro anos, vai nascer um único peixe-boi. Então, se matar um, vai levar muito tempo até nascer outro. Aqui se matava muito peixe-boi, por causa da carne e da gordura também, que era usada em construção, em iluminação, igual ao querosene...*”. É feita uma pausa para beberem água e a atividade continuará na sala de vídeo. “*Quem ainda não conhece o Omar, vai poder conhecer pelo filme que vamos passar a vocês daqui a pouco*”, diz Iná.



Imagem 6 – Um esqueleto “frankenstein”: material educativo.

Todos estão reunidos na sala de vídeo do espaço. Beth e Iná exibirão para as crianças o filme, um documentário de curta duração, sobre o peixe-boi Omar. O filme levava o mesmo nome de seu protagonista e, por si só, já revelava a importância atribuída ao caso específico desse animal resgatado pela equipe do projeto. Em pouco menos de dez minutos o filme traz depoimentos de pessoas diretamente envolvidas no episódio de Omar,

desde os seus tratadores, de Salvaterra (inclusive, Hélio, presente na ocasião), até membros da equipe do plano de reabilitação e representantes de órgãos como o IBAMA e o ICMBio. Há também imagens subaquáticas muito belas de Omar em seu cativeiro natural. Contudo, o que considero crucial no filme recai sobre o depoimento de um superintendente regional do IBAMA acerca das ações empreendidas na reabilitação de Omar e suas expectativas sobre elas:

Profissionalmente, eu imagino que a gente chegar ao ponto final, que é a soltura dele, com condições de monitorá-lo depois, é o cumprimento do que a gente almejou no começo – e que isso gere dados para a gente no futuro. Pessoalmente, o sucesso dele nessa soltura – que ele viva, que ele reproduza – é o que mais me toca nesse caso. Quer dizer, eu, se um dia souber que esse cara tá passeando por aí e que a gente pode saber que ele continuou, que ele seguiu a vida dele na vida selvagem, como animal silvestre no meio ambiente, é isso que vai trazer para a gente a certeza que o dever foi cumprido.

Sou levado a retomar aqui uma referência que fiz anteriormente a um trabalho de Matt Cartmill, (1993: 235-6) em que ele enfatiza a controvérsia entre praticantes da caça e ambientalistas pró-animal nos Estados Unidos da América ao antagonizar o ponto de vista de ambas as partes acerca da condição animal na natureza. Os praticantes da caça (que, em dado momento do texto, o autor identifica como “caçadores amantes da natureza”) vislumbrariam suas presas como amostras efêmeras de uma espécie que é duradoura e inesgotável – numa perspectiva que eu chamaria de hedonista metafórica, pensando nos esquemas relacionais interespecíficos formulados por Lévi-Strauss (1989 [1962]). Já os defensores dos animais teriam destes – e também sob termos esquemáticos levistraussianos – uma perspectiva altruísta e metonímica, enxergando cada qual desses animais enquanto indivíduos dignos de uma vida a ser preservada. Na fala do representante do IBAMA, ele supõe uma distinção entre suas expectativas “profissionais” e “pessoais” quanto ao futuro do peixe-boi Omar. Excetuando o fato de que, da primeira, ele pode esperar que “gere dados”, a bem da verdade as suas duas expectativas culminem sobre a mesma finalidade – ou seja, que a reabilitação desse animal possibilite que ele volte à natureza e nada mais do que isso. Ainda assim, vejo um antagonismo implícito entre ambas e que remetem ao antagonismo apontado por Cartmill. É possível entender que, a expectativa “profissional” de que o trabalho de reabilitação forneça ao peixe-boi as plenas condições dele retornar ao seu *habitat* – e continuar sendo monitorado – também lhe devolva a condição de amostra da espécie. Tal como também se pode conceber que, na expectativa “pessoal” de que Omar – “*esse cara*”, nas palavras do próprio representante do IBAMA – retome o seu ciclo natural,

tornando-se pleno portador de sua vida silvestre, conceda-lhe um estatuto individual, próximo do que o ativismo animalista reivindica.

A distinção, entretanto, parece ser insuficiente quando limitada apenas ao âmbito discursivo, uma vez que os órgãos ambientalistas (como o IBAMA) operam principalmente com a lógica da sustentabilidade, tal como o gerenciamento de algumas unidades de conservação – dentre as quais, as reservas extrativistas (RESEX) e as reservas de desenvolvimento sustentável (RDS) são claros exemplos. No tocante à fauna, porém, o chamado “manejo sustentável” não abarca o caso dos peixes-boi, em se tratando de uma espécie protegida por lei que proíbe integralmente sua predação, além de sua ameaça de extinção ainda ser real³⁷ (CHIARELLO *et al.*, 2008; NASCIMENTO & CAMPOS, 2011). Sabendo-se, entretanto, das relações ainda conflitantes entre essas biopolíticas de conservação de espécies silvestres e as práticas predatórias empenhadas no interior de comunidades costeiras e ribeirinhas, o futuro pós-soltura desse peixe-boi – aqui referido enquanto indivíduo, de nome Omar – não é de todo seguro na medida em que, mesmo com a vigência de leis de conservação e o trabalho educativo empenhado por projetos socioambientais junto a essas comunidades, sabe-se que se trata de uma espécie ainda perseguida, no silêncio da vida dos trópicos e na surdina dos fatores antrópicos sobre vidas silvestres. Um acompanhamento do trabalho de monitoramento pós-soltura de Omar – uma vez que monitorá-lo estaria nos planos do coletivo envolvido com sua reabilitação – poderia trazer elucidações nesse sentido. Trata-se, entretanto, de uma tarefa futura que foge ao alcance temporal deste trabalho que aqui apresento.

Ao final, o filme também traz uma mensagem que reverencia e reconhece a importância do conhecimento local exercido nas comunidades em auxiliar o conhecimento chancelado como científico: “[...] *os moradores dessas cidades, lugarejos e vilas de beira de praia e rio são nossos melhores parceiros. Durante os estudos de campo, foram esses mesmos moradores que nos apontaram caminhos, no mais amplo sentido da palavra*”. As tentativas de aproximação entre “ciência” e “conhecimento tradicional” vêm sendo colocadas à prova até o momento presente. E o trabalho de campo até então por mim realizado mostrava-me que elas ainda se davam mediante conflitos, ora epistêmicos, ora jurídicos. E dentre tais conflitos, assentava-se o estatuto – também ora epistêmico, ora jurídico – do animal, que me cabia compreender. Ao final do filme, Beth, visivelmente

³⁷ No *Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção*, o peixe-boi marinho é classificado como espécie “criticamente em perigo” e o peixe-boi amazônico, como espécie “vulnerável” (CHIARELLO *et al.*, 2008: 689).

emocionada, abre espaço para as crianças se expressarem. Depois de várias perguntas – todas respondidas por Beth ou Iná –, uma menina levanta a mão para fazer a sua: “*Qual é a importância do Omar p’ra vocês?*”. Beth, então, dá início a um depoimento em tom fortemente pessoal, com o qual responderá à pergunta:

Então, eu sempre quis trabalhar com animais desde criança. Aí, quando ingressei na universidade, decidi que queria trabalhar com peixes-boi. Mas não foi fácil. Já cheguei a mandar trabalho meu para os congressos, em que eu pretendia falar sobre o peixe-boi marinho aqui na Amazônia, mas o trabalho não era aceito porque alegavam que outro autor já tinha um artigo dizendo que o peixe-boi marinho já estava extinto por aqui. Aí aparece o Omar p’ra comprovar o contrário, que eles continuam aqui, sim!

A emoção de Beth se explicava em sua resposta. E Omar havia sido transformado num emblema com, ao menos, dois latentes significados: o primeiro, mais geral, atendia aos propósitos do projeto como um todo e tinha agora uma “prova viva”, no sentido literal, de seu trabalho de preservação ambiental, com o qual poderia divulgar ainda mais suas ações e sua agenda conservacionista junto às comunidades locais. O segundo significado, de ordem mais pessoal, dizia respeito à própria trajetória de Beth, enquanto pesquisadora e acadêmica. A aparição do filhote Omar viria a reforçar uma hipótese científica por ela defendida: a de que, ao contrário do que outros autores já teriam postulado, o peixe-boi marinho não havia sido extinto da região da costa leste do Marajó. Certa vez eu disse a ela que me entristecia a possibilidade, quase certa, de concluir o meu trabalho de campo sem a oportunidade de ver um único peixe-boi em seu *habitat* natural, explicando também a ela o certo fascínio que as peculiaridades dessa espécie exerciam sobre mim (um animal discreto, apesar de grande, e aparentemente dócil). Ela, então, me revelou: “*Mas eu trabalho há mais de dez anos pesquisando [o peixe-boi] e até hoje eu só o vi uma vez na natureza*” – isso fora antes do aparecimento de Omar. Sua revelação, além de me trazer certa resignação (com o fato de que o tal “encontro” em questão dificilmente aconteceria), demonstrou-me que não se tratava, portanto, de algo exclusivo das ciências humanas o fato de que nos víamos quase sempre impelidos a trabalhar com dados e fatos implícitos, ínfimos. Ao final da atividade, Beth e Iná fizeram algumas recomendações às crianças que quisessem visitar o cativeiro natural do peixe-boi Omar – dentre elas, o silêncio, “*pois ele tem a audição muito sensível*”. Elas agradeceram pela presença e distribuíram a todas um material educativo impresso sobre os mamíferos aquáticos do Marajó.

Ainda pensando sobre as concepções biopolíticas de cientistas sobre a fauna local, parto de um arquipélago para outro. E pensando ainda nos mamíferos aquáticos, parto também de uma espécie a outra. De passagem por Novo Airão, estive com uma equipe do

ICMBio que monitorava periodicamente a extensa área do Parque Nacional de Anavilhanas, parte da RDS Rio Negro. Anavilhanas é considerado o maior arquipélago de natureza fluvial do planeta, formado entre as águas do rio Negro, numa extensão que compreende o município de Novo Airão e parte da capital amazonense, Manaus. A tarefa daquele dia era a avistagem de botos no decorrer do parque. Mas a presença do ICMBio sempre tem também (e inevitavelmente) o papel de monitoramento (ou, melhor definindo, fiscalização), uma vez que, de acordo com o SNUC (BRASIL, 2000), os parques nacionais são unidades de proteção integral, não sendo permitidas atividades extrativistas em suas dependências. A área, entretanto, tem muitas comunidades ribeirinhas em suas adjacências, inclusive dentro da RDS Rio Negro, que está muito próxima e onde as famílias praticam o uso sustentável dos recursos locais. O fluxo de pequenas embarcações, portanto, acaba sendo inevitável dentro do parque.

Saímos pela manhã de uma das bases do ICMBio e entramos no barco – de motor do tipo “voadeira”, coberto por uma lona e com casco de alumínio – enquanto Renan, biólogo do órgão, abria um mapa para mostrar a Vitorino, um morador da região que colaborava como da embarcação, quais seriam as estações do parque a serem percorridas naquele dia. A atividade duraria toda a manhã e parte da tarde. O percurso já estava traçado com caneta retro de cor vermelha no mapa, segundo Renan, com base em informações de pescadores locais que avistavam botos com frequência em determinados pontos. Outras duas pesquisadoras, graduandas em biologia, Alana e Jade, compunham aquela tripulação. Alana tira de sua mochila o “material básico” – nas palavras da própria – para aquela tarefa. Para o deslocamento e localização, conta com um GPS e um mapa impresso do parque. Para a medição dos níveis de pH e nitrito da água do rio, há um frasco, um reagente e uma tabela para cada uma dessas duas composições químicas. Por fim, para captação e registro de dados, um binóculo, uma câmera fotográfica e uma planilha para anotações. Nessa planilha há três colunas para o preenchimento das características dos animais eventualmente avistados: a primeira é *espécie*, a ser preenchida por “IG”, (*Inia geoffrensis*, o boto-vermelho), “SF” (*Sotalia fluviatilis*, o tucuxi) ou “IDT” (indeterminada); a segunda, *classe etária*, a ser preenchida por “adulto”, “juvenil” ou “filhote” (a planilha fornecia orientações para auxílio dessa identificação, como coloração, tamanho e outras características anatômicas do animal) e a terceira, *atividade* (desempenhada pelo animal), a ser preenchida por “AC” (acasalamento), “AL” (alimentação), “BC” (brincadeiras), “DC” (descanso) ou “DL” (deslocamento). Outras duas colunas constam da planilha para designar a localidade de onde a avistagem ocorrera: *tipo de margem*, a ser preenchida por

“barranco”, “floresta”, “igapó”, “pedral”, “praia” ou “vegetação flutuante” e *habitat*, a ser preenchida por “CA” (confluência de águas), “CD” (corredeira), “CP” (canal principal), “IG” (igarapé), “LG” (lago), “PN” (paraná) ou “RM” (remanso).



Imagem 7 – Materiais de coleta e avistagem.

O primeiro trecho a ser percorrido foi o paraná do Cana Verde. Um boto-vermelho (*Inia geoffrensis*) – ou “rosa”, como alguns ali o chamam – aparece e o barco então cessa. Renan orienta Alana no preenchimento da planilha: “*Vai observando o que ele ‘t fazendo’*”. Ela pergunta: “*Que tipo de margem eu identifico aqui?*”. Renan olha para o lado dizendo: “* tipo uma floresta alagada. Poe ‘igapo’ aí*”. A outra estudante, Jade, aproveita a parada do barco para coletar amostras da água do ponto onde estamos, com a finalidade de medir os níveis de seu pH e nitrito, cada qual em um frasco. Ela aplica gotas dos reagentes correspondentes em ambos e aguarda alguns segundos. Compara a coloração que eles adquirem com as cores de um pequeno catálogo com as designações conformes às colorações: “cida”, “neutra”, “alcalina”. Mais adiante, paramos de novo, após alguém perceber movimentes nas guas. Vitorino, o barqueiro, comenta: “*Aqui a gente quase não v [botos]*”. Alana completa: “*Eles gostam mais das confluências, não é?*” Eu pergunto por qu. “* que [nas confluências] o peixe fica mais atordoado com a movimento da gua. E isso atrai os botos p’ra l*”. Aproveito para perguntar sobre os peixes-boi a Vitorino, se sabe onde eles são vistos – se á que o são. “*No lago da Base 1 [do ICMBio] a*

gente vê mais eles. No lago do Siriri também. Mas ele não fica muito na seca, ele prefere ficar em lugar fundo”, responde.

O percurso continua e Renan constata as poucas aparições dos botos: *“Nessa época eles ficam mais nos igapós e nos lagos. Por isso é preciso fazer esse monitoramento em vários períodos do ano”*. Ele explica também que costuma fazer “ponto fixo”, geralmente quando está sozinho em área. É quando se mantém parado em algum local, aguardando a ocorrência de animais. Ainda assim, muitas vezes não aparece nenhum. *“Mas zero é resultado também. Se não aparece nada, também tem de registrar essa informação”*. Pergunto sobre os procedimentos em casos de animais encontrados já mortos. Diz Renan:

Eu registro também e coeto uma parte. Ou ele inteiro, se for possível. Examinando depois, eu registro a possível causa [*da morte do animal*] e, dependendo das condições do corpo eu encaminho para o INPA. Teve uma vez que ele [*um boto encontrado já morto*] tinha uma escoriação na mandíbula. Não dava p’ra saber se era acidente com a hélice do motor de algum barco ou se era um golpe de facão.

Seguimos adiante, agora pelo paraná do Anatajuba. *“Olhe lá!”*, esboça Vitorino. *“Eu vi um borrifo, o senhor viu também?”*, pergunta Alana. Mais à frente, a uns duzentos metros, avistamos uma canoa conduzida por um único homem, a remo, atravessando o nosso caminho. A voadeira do ICMBio vai se aproximando, mas o canoeiro se apressa em direção a um igapó logo à frente. A canoa então some dentro dessa vegetação e não é mais vista. *“Pois é, não duvido se ele tivesse alguma coisa”*, diz Renan. Pergunto se ele o interpelaria, caso houvesse tempo. *“Sim, eu podia ter mandado ele parar, se eu quisesse. A gente tem esse poder de polícia, aqui”*. No terceiro trecho, pelo paraná do Pavão Comprido, são avistados quatro botos, saltando ao mesmo tempo. Jade lamenta: *“Que pena, quase eu consigo fotografar”*. Renan também: *“Eles [os botos] deveriam ser mais bondosos com a gente e nos deixar vê-los um pouco mais... Mas os movimentos deles, mesmo fora d’água, são muito rápidos”*. A essa altura, já estamos percorrendo o quarto trecho, pelo lago do Capitari, e o barqueiro Vitorino se recorda: *“Tem muito peixe-boi por aqui também. Antes da fiscalização, matavam muito peixe-boi aqui”*. Já estamos prestes a retornar para a base central do ICMBio, de onde havíamos partido.

O campo me mostrava o animal como fornecedor dos dados que esses pesquisadores buscavam, quando não eram eles próprios (os animais) tornados dados. Fui levado a pensar, entretanto, se não há dados implícitos que esses animais – em cativeiros, em breves flagras ou mesmo ausentes – também emitam, sem que ainda sejamos capazes de assimilar. Isso vale para pensar tanto os “imponderáveis da vida”, de Malinowski (1978 [1922]), quanto a “construção de fatos”, de Latour (2000). Por fim, Beth encontrou o seu

Omar. Para Renan, “*zero também é dado*”. Eu verificava, assim, uma necessidade de acompanhar os trajetos desses animais – de preferência, vivos – na natureza ou mesmo em cativeiros.

2.3. Pescadores à procura de “cumidia”

Tal como procurei acompanhar, na medida do possível, algumas atividades de campo realizadas por ambientalistas e cientistas atuando junto às comunidades, naturalmente eu deveria fazer o mesmo, também na medida do possível, junto a moradores dessas mesmas comunidades, que desempenhavam atividades de pesca. E se, entre pesquisadores e agentes governamentais, a busca por avistagens de certas espécies era árdua e raramente logravam registrar alguma aparição, quando comecei a ouvir os pescadores, quase todos traziam relatos nesse sentido – de que teriam visto em alguma ocasião os discretos peixes-boi nas águas de igarapés, lagos ou mesmo nas praias. Parecia ser algo extraordinário para alguns deles, que, muitas vezes, equiparavam tal fato a situações muito raras e a outros entes que sempre circundavam o imaginário cotidiano local. Certa vez conversando com Eron, morador e eventual pescador na Vila de Joanes (Ilha do Marajó, PA), eu lhe perguntara sobre peixes-boi e ele me disse:

Então, o cara que joga tarrafa³⁸ é o que mais tem chance de ver peixe-boi, Cobra Grande³⁹... Isso porque a maré vai secar uma hora. Aí ele vê visagem, ele vê tudo. Por exemplo, o cara tá lá tarrafeando, dali a pouco ouve um barulho, olha e não tem nada: então é visagem.

Eron não foi o único a fazer uma associação entre animais e visagens. Ao menos em outras duas ocasiões durante as conversas de campo, eu percebi essa presença compósita de espécies (como, no caso, o peixe-boi) e visagens numa mesma narrativa. Mas, ao menos para mim, ambos – peixes-boi e visagens – tinham algo em comum: eu nunca havia presenciado suas aparições no meio natural (onde eram vistos pelos pescadores). Eu precisava, no entanto, acostumar-me com a constante menção às visagens durante meus diálogos com os moradores locais. Essa recorrência durante tais conversas não era algo que

³⁸ Tarrafa é uma rede de pesca em formato circular e com pequenos pesos em suas bordas, sendo usada para capturar pequenos cardumes, arremessada a mão.

³⁹ Guardadas eventuais variações, pode-se dizer que a figura da Cobra Grande está presente no cotidiano e na história de toda a Amazônia, seja entre as populações ribeirinhas ou indígenas, seja enquanto mito ou corriqueira “visagem” (algo como “assombração”). Não são raras as esculturas que a representam em praças públicas de municípios pelo interior do Pará e Amazonas, tampouco histórias de acidentes com embarcações cuja causa lhe atribuem.

me incomodava e era até compreensível de que recorressem às tais visagens quando eu, por exemplo, perguntava-lhes algo sobre os botos – que eram concebidos por muitos pescadores como “encantados”, “visagentos”. Mas a fala de Eron me trazia a revelação de que nem mesmo o peixe-boi (espécie que, para mim, sempre parecera definitivamente “desencantada”) escaparia dessas insólitas associações ao que pudesse haver de “sobrenatural” no ambiente da pesca.

Assim, ainda que eu sempre procurasse saber sobre peixes conversando com pescadores, isso também evocava neles, em dado momento das conversas, alguma referência a visagens. Cheguei a cogitar que isso pudesse decorrer de um interesse muito grande que já se teve – e ainda se tem – por esse tópico da parte de outros pesquisadores que tenham trabalhado com os aspectos socioculturais de comunidades costeiras e ribeirinhas na Amazônia. Também postulei que talvez a questão semântica exercesse aqui alguma influência e, desse modo, quando eu lhes perguntava sobre determinadas espécies da fauna local, eu evitava falar em “bichos” – um termo bastante abrangente (como já discutido anteriormente), que percorria tanto o plano do sobrenatural quanto a fauna em seu todo (a exceção talvez fossem os peixes, que para os pescadores eram, afinal... apenas peixes). E, obviamente, eu também tinha como princípio não partir de estereótipos, tampouco alimentá-los durante o trabalho de campo. Num bar frequentado por pescadores em Soure (PA), também no Marajó, e na casa de uma das famílias que me recebiam na Vila de Joanes, em Salvaterra, vi pequenas molduras com desenhos de pescadores e frases com dizeres como: *“Aqui se reúnem pescadores, caçadores e outros mentirosos”*. José Galdino, pescador da referida vila, refutou essa visão folclórica e estereotipada da figura do pescador: *“Não é mentiroso, não. Pescador é trabalhador mesmo. Às vezes têm uns que contam uma coisa e a gente não quer acreditar. [...]. Mas nem tudo a gente pode acreditar mesmo”*. Eron parecia se demonstrar mais despreocupado com tais estereótipos ao contar as suas histórias na pesca:

A barba da piaba que fica p’ra fora da água, tu já viu? Quando tem bastante piaba na água, dá p’ra ver. Mas se a gente conta p’ra quem não conhece a vida na pesca, a pessoa diz na cara da gente que é mentira. Então o cara que não ‘tá lá p’ra ver, acha que a gente é mentiroso.

As conversas com os pescadores eram sempre reveladoras. Entretanto, eu percebia que, para que eu soubesse mais sobre suas relações com os peixes – mais do que sobre visagens, ao menos – era tanto necessário quanto inevitável estar com eles de modo mais intensivo, procurando acompanhá-los, na medida do possível, durante os expedientes da pesca. Isso correspondia a estar com eles também nas embarcações, que era onde ocorriam

situações muito exclusivas, que não se dariam em ambiente terrestre. Essa foi justamente uma das principais dificuldades que enfrentei durante o trabalho de campo e que não se traduzia tanto por certo temor que eu pudesse ter do ambiente aquático (principalmente o marítimo), mas às ressalvas que eles, pescadores, tinham em me levar com eles e poderem ter o seu trabalho comprometido, fosse pelo inconveniente de minha inútil ou por eu eventualmente me sentir mal durante a pesca, não estando habituado a situações como aquelas. Isso, depois, foi devidamente resolvido e consegui estar com eles sobre as águas. Postulei que eles pudessem me dizer algo mais sobre a pesca e sobre os peixes no pleno exercício de seu trabalho, para além de nossas conversas em terra. E assim foi, por exemplo, quando estive com o próprio Eron, seu filho Adauto e seu sobrinho Jumar no barco, quando saímos pela manhã da praia de Joanes.

Segundo Eron, teríamos um percurso de aproximadamente quarenta minutos até o ponto em que eles estavam acostumados a trabalhar. Após a chegada no ponto escolhido e a armação da rede no fundo do mar, haveria um tempo razoável de espera para trazer a rede de volta. Nesse intervalo, Eron avistou algo boiando na superfície da água e pediu a Adauto: *“Toca reto por aqui, parece que é uma amarela”*. Da distância apontada por Eron até o ponto em que estávamos, calculei entre por volta de quatrocentos metros, no entanto, nada enxerguei e então lhe perguntei o que via. *“Eu acho que é uma pescada amarela. Dependendo de como estiver, dá p’ra gente aproveitar a grude dela”*. Na medida em que nos aproximávamos, surgia o ponto brilhante flutuando, até que Eron disse: *“É amarela!”*. Com um puçá⁴⁰, ele consegue alcançar o cobiçado peixe, já morto. Apressou-se em abrí-lo e verificou que a “grude” ainda tinha boas condições. Ele se referia à bexiga natatória dos peixes, pela qual se costuma pagar valores consideráveis nas redes de comércio paralelo da pesca. Muitas vezes essas redes são clandestinas, pois atendem a demandas estrangeiras sobre a qual nem sempre o poder local tem controle. Eron me diz que a “grude” servia para a produção de cola de precisão ou medicamentos “no estrangeiro”. *“Se for uma de pescada amarela, de gurijuba, às vezes pagam pelo quilo dela mais do que pagariam se fosse vender 5 ou 10kg de peixe”*⁴¹. A intimidade com o mar o fazia ver ao longe. Talvez o valor pago pela “grude”, também.

⁴⁰ Puçá é um artefato que dispõe de uma rede em formato cônico presa a uma vara ou a uma corda. É utilizado para a captura de pequenos crustáceos (como caranguejos, siris ou camarões).

⁴¹ Alguns pesquisadores com quem conversei durante a pesquisa me disseram que essa procura pela tal grude já ameaçava algumas espécies de peixe, dentre elas a gurijuba. Enfim, o esforço de Eron em avistar e buscar a pescada amarela morta num ponto tão distante do mar tinha a sua explicação.

Dias depois, ainda em Joanes, Eron me levaria até Cledir, outro experiente pescador da vila. Uma referência que Eron havia feito anteriormente sobre Cledir era por ele ser um dos poucos que se aventurava em pescar numa área conhecida como “Vão das pedras”, localizada na altura da divisa marítima entre os municípios de Soure e Salvaterra, caracterizada por seu relevo pedregoso no fundo das águas e evitada por pescadores devido aos evidentes riscos de danificação ou perda de redes e outros equipamentos de pesca. Foi quando combinamos uma saída ao mar em que eu pudesse também acompanhá-lo.

Nesse dia combinado, Cledir e seu parceiro Doni saíram por volta das 11h30 da manhã. Cledir me informou que iríamos até as proximidades do rio Paracauari, na divisa com a cidade de Soure. Ele dava referências a partir da terra firme: “*Tu ‘vê aquela porção de mato, ali? É na direção dela, mais ou menos, que começa o Vão. É lá que nós vamos pescar*”. Aproveito para saber dele um pouco mais sobre o tal “Vão das pedras”, sobre o qual Eron já havia comentado. “*Ali é que nem um vão mesmo, tem muita pedra lá, então é melhor p’ra eles [peixes] se protegerem das redes. Lá só pesca quem conhece. Quem não conhece, vai perder rede*”. Poucos pescadores na vila tinham experiência a ponto de se arriscar a pescar no “Vão das pedras”.

Logo no início, ele desmalha um peixe de formato bastante exótico e que eu não conhecia. “*Já viu uma dessas? É a chula, é um peixe do tipo da arraia, só que sem ferrão. Olha a boca dela, como é torta*”. Examino-a em minhas mãos, admiro-a e lhe pergunto se vai aproveitá-la. Ele me autoriza a devolvê-la ao mar. “*Mas de vez em quando eu até como. O guisado dela é bom*”. Vão chegando outros peixes e Cledir exclama: “*Dá-lhe, bagre! Fica ligeiro, que vem vindo bagre!*”. Chegam bagres de 40 a 50 cm de comprimento e ele reforça o aviso: “*Cuidado que esses aí, maiores, são perigosos!*”. Os bagres parecem possessos a se debater no fundo da canoa, ao mesmo tempo em que emitem um som que, segundo Cledir, é o ranger de seus dentes. Cledir pega no assoalho da canoa um bastão de madeira e passa a golpear os bagres na cabeça: “*Esses mais bravos tem de levar porrada mesmo, senão a gente não consegue pescar aqui*”. A rede segue sendo puxada e Doni ajuda Cledir a desmalhar os peixes. Uma inusitada arraia também surge. Cledir a segura pela cauda e diz: “*Essa aqui é a bicuda, dizem que tem muito lá p’ra Monsarás. Tira foto, que vou liberar ela*”. Quando surge uma gurijuba, percebo o entusiasmo dos dois pescadores. É um peixe de alto valor no mercado. Tem se tornado raro também. E é um peixe bonito pela tonalidade amarelada. Cledir a empunha com o braço erguido e me diz: “*Essa aqui você vai levar p’ra ti*”.

Já de regresso a Joanes, contam-se 15h30 da tarde e Cledir e Doni avistam dois possíveis atravessadores numa beirada do rio Paracauari que parecem sinalizar para nós. Eles resolvem ir até lá, Doni na popa cuidando do motor e Cledir, elegantemente em pé, sobre a proa. Ao chegarmos a canoa é atracada na água rasa por Doni, enquanto os dois rapazes se aproximam com cestas para ajudarem na locomoção dos peixes até areia. Lá eles são despejados sobre o chão para serem examinados. Alguns urubus começam a se aproximar de nós, mas parecem manter uma distância como quem aguarda pela sua vez de obter alimentos. Ali mesmo, na areia, um dos atravessadores já começava a limpar os peixes que ia comprar de Cledir e Doni. Mais vísceras, mais sangue e mais odores a atrair os urubus. Boa parte da pesca do dia foi deixada com os rapazes. Voltamos à canoa e, ao retomarmos o caminho para Joanes, Cledir ainda comenta: *“Está vendo? A gente vem p’ra cá, rala p’ra tirar o peixe aí de dentro, mas não ganha quase nada com isso. Quem ganha dinheiro mesmo com a pesca é o atravessador”*.

Já de regresso a Joanes, contam-se 15h30 da tarde e Cledir e Doni avistam dois possíveis atravessadores numa beirada do rio Paracauari que parecem sinalizar para nós. Eles resolvem ir até lá, Doni na popa cuidando do motor e Cledir, elegantemente em pé, sobre a proa. Ao chegarmos a canoa é atracada na água rasa por Doni, enquanto os dois rapazes se aproximam com cestas para ajudarem na locomoção dos peixes até areia. Lá eles são despejados sobre o chão para serem examinados. Alguns urubus começam a se aproximar de nós, mas parecem manter uma distância como quem aguarda pela sua vez de obter alimentos. Ali mesmo, na areia, um dos atravessadores já começava a limpar os peixes que ia comprar de Cledir e Doni. Mais vísceras, mais sangue e mais odores a atrair os urubus. Boa parte da pesca do dia foi deixada com os rapazes. Voltamos à canoa e, ao retomarmos o caminho para Joanes, Cledir ainda comenta: *“Está vendo? A gente vem p’ra cá, rala p’ra tirar o peixe aí de dentro, mas não ganha quase nada com isso. Quem ganha dinheiro mesmo com a pesca é o atravessador”*.

Mas era fato também que, sobre as águas, muitas coisas que eram vistas e sentidas pelos pescadores passavam imperceptíveis por mim – tais como os métodos pelos quais eles se guiavam e orientavam seus procedimentos: *“Está vendo ali, onde parece que a água tá mais lisa? Ali é cumidia deles, então a gente vai jogar [a rede] lá, ver se pega alguma coisa”*, mostrava-me Cledir. Naquele momento, eu não sabia ao certo o que era a “cumidia” dos peixes e, por alguma razão, acabei não lhe perguntando. Só fui me lembrar de reavivar isso com Cledir algum tempo depois. E nesse ínterim, conversei com outros pescadores e pesquisei por minha conta o que pudesse ser “cumidia”. As colegas da oceanografia, na

atividade com as crianças da escola, também haviam mencionado essa expressão em algum momento. Do que pude obter de informações e explicações, constatei que muitos pescadores falavam em comedia ou “cumidia” quando se referiam aos hábitos ou mesmo à cadeia alimentar de determinadas espécies aquáticas. *“Essa parte da água que fica mais lisa, como ele te falou, é que os peixes ‘tão lá embaixo comendo e quando é muito peixe, aí sobe que nem uma gordura mesmo, e dá p’ra ver mesmo a água lisa. Mas só quem tá acostumado, que sabe desses detalhes”*, assim me explicara Calixto, da comunidade da Barra Velha, em Soure, para onde fui dias depois de ter acompanhado a pesca de Cledir, em Joanes.



Imagem 8 – Atravessadores escolhem os peixes. Urubus aguardam.
Rio Paracauari, Salvaterra (Ilha do Marajó, PA).

E no centro do município de Salvaterra, ao meio do caminho entre Joanes e Soure, certa vez eu aguardava o ônibus, e entrei num museu que estava montado num galpão, próximo ao mercado municipal. Havia nele uma sessão de peças referentes à pesca. Entre os itens ali expostos, havia também notas explicativas do vocabulário particular de pescadores, impressas em recortes de papel. Uma delas assim definia “cumidia”: *“parte do mar coberta de plantinhas”*. Assim sendo, a comedia – ou “cumidia” – era encontrada tanto ao fundo como na superfície da água. E podia designar também um local à margem de rios ou igarapés – como, por exemplo, os manguezais – onde se formam vegetações em forma de musgos ou pequenas gramíneas que servem de alimentos a peixes e outras espécies

(como os mamíferos – em especial os peixes-boi, que são herbívoros) ou onde caem frutos com abundância. Não seria errado, portanto, dizer que os pescadores iam atrás de “cumidia”, pois onde ela existisse, haveria peixes. E como Cledir me dissera depois, sobre os peixes: “*Eles vão atrás da cumidia deles. E a gente vai atrás deles, que são a nossa cumidia...*”.

Não é necessário ser o mais exímio dos pescadores para perceber as possibilidades de relativizar a cadeia alimentar das espécies. O recorte primeiro que eu fazia dentro dessa mesma cadeia, entretanto, repousava sobre a relação do pescador enquanto predador e o peixe enquanto presa. A partir disso, postulei que pudesse haver outras possibilidades relacionais, inclusive envolvendo outras espécies. Por ora, era preciso que eu me ativesse a esse primeiro recorte – pescador/predador e peixe/presa – e, para tal, eu teria de estar próximo de onde essas interações ocorriam. O meu ponto de vista etnográfico convivia, portanto, com o das avistagens e o das eventuais visagens, uma vez que, em todos os momentos, eu estaria entre pescadores e pesquisadores – com um, ou outro ou com ambos. E a minha dependência dessas pessoas se assentava no fato de que elas tinham os recursos necessários para ir ao encontro dos animais que perseguiriam. E sobre eles, obviamente elas também tinham algo a dizer. Minha perspectiva, entretanto, também compreendia o fato de que aqueles animais, ora vistos como dados de pesquisa, ora pegos como “cumidia” de pescador, tinham algo a informar acerca de seus perseguidores – cientistas ou extrativistas. Tal como tinham algo a informar sobre si próprios.

2.4. Tristes antrópicos

No vocabulário de biólogos e pesquisadores em outras ciências biológicas, a depender da espécie a que dedicam seus estudos, há sempre dois fatores básicos a levar em consideração para a análise das interferências sobre o *habitat* delas ou sobre sua própria população em determinado local: são os fatores naturais (podendo decorrer de alterações climáticas ou do aumento no contingente de seus predadores, por exemplo) e os fatores antrópicos (decorrentes da interferência humana sobre tal espécie, seja por sua predação ou por alterações na paisagem e no ecossistema em que vivem). Sempre que eu perguntava a algum pesquisador qual era a principal ameaça que essa ou aquela espécie sofria no presente momento, era comum devolverem a pergunta: “*Ameaça natural ou ameaça*

antrópica, você quer saber?”. Mas, de fato, hoje as principais ameaças à biota amazônica provêm dos tais fatores antrópicos. A propósito, já se sustenta que vivemos os tempos do chamado Antropoceno⁴², ou seja, uma nova era, sucessora ao Holoceno, em que o domínio humano sobre o meio terrestre chegou a tal ponto que a humanidade (aqui entendida enquanto espécie) pudesse interferir nos rumos do planeta numa escala geológica.

A discussão não é tão recente como se imagina, tampouco consensual, e encontra ecos, por exemplo, nos escritos de Rachel Carson (2010 [1962]) e Jean Dorst (1973). Atribui-se o cunho do termo “Antropoceno” a um artigo científico de Paul Crutzen e Eugene Storer (2000) e, a partir da virada do milênio, com o recrudescimento dos debates acerca das mudanças climáticas, o termo passou a ser difundido e discutido nos meios científicos. Mais recentemente, um considerável contingente de autores vem abordando essa problemática e trazendo outros termos com base nos paradigmas de suas respectivas disciplinas de origem, ao falarem numa “sexta extinção” (KOLBERT, 2014), em “fim do mundo” (DANOWSKI & VIVEIROS DE CASTRO, 2014), “Capitaloceno” (HARAWAY, 2015) e “intrusão de Gaia” (STENGERS, 2015). Haveria, entretanto, um problema de ordem discursiva aqui envolvido e bem apontado por Eileen Crist (2013), em sua competente abordagem crítica do tema, de que a ideia de Antropoceno seria concebida como uma entidade imutável no tocante a um definitivo domínio do homem.

E, nessa conjuntura, sempre que se trata da Amazônia, surge o tom catastrofista – devidamente justificável – com os enunciados mais corriqueiros, tais como: “o mundo novamente volta os seus olhos para o pulmão do planeta”, dentre outros lugares-comuns. Quando se tem um mínimo de informações atualizadas sobre o tema, chega-se também à constatação nada nova, de que a região vem sendo “saqueada, devastada pelo grande capital”... De fato, os recursos naturais locais continuam a ser espoliados com grande intensidade nos últimos anos, trazendo consequências preocupantes – quando não irreversíveis –, removendo populações de seus territórios e devastando flora e fauna de forma contínua. Trata-se de uma realidade da Amazônia e que vai muito além do caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (até então o de maior repercussão na mídia). Quando passei por Curuçá (PA), no início da pesquisa, pude sentir essa realidade: *“Isso aqui [apontando para a direção da rua de sua casa] é criadouro de peixes, não pode acabar com*

⁴² Há controvérsias sobre que fato ou período histórico teria dado início ao chamado Antropoceno. Há quem defenda que foi a Revolução Industrial, a partir de fins do século XVIII ou as primeiras experiências com armas nucleares entre as décadas de 1940 e 1950. Outros autores remetem o chamado Antropoceno à Revolução Agrícola, há mais de dez mil anos.

*isso, não! Isso é coisa daquele Eike Batista*⁴³, lá!”, indignava-se Valmir, morador do município e filho de pescador, comentando sobre a construção, em sua cidade (e praticamente ao lado de sua casa), de um novo Porto, visando a rota do Atlântico Norte no escoamento de minérios.

As obras de grandes infraestruturas, como construção de usinas hidrelétricas, expansão da mineração e transposição de rios, além das alterações nas legislações vigentes, tal como a aprovação do chamado Novo Código Florestal (BRASIL, 2012), geraram mobilizações contrárias imediatas por parte de populações inteiras, dentre camponeses, indígenas, quilombolas e ribeirinhos, cujo direito à propriedade local e modos de vida vêm a ser diretamente afetados por tais iniciativas. Há, porém, em meio aos impactos à saúde pública e aos direitos humanos dessas populações, causados por tais empreendimentos, os danos socioambientais e, dentro destes, há os danos estritamente ambientais. Isso só parece tornar-se mais evidente quando tais impactos (efeitos de negligência e crime ambiental) resultam em desastres, como foi o notório caso do rompimento de uma barragem da empresa Samarco Mineração S.A., na bacia do rio Doce, Minas Gerais, em novembro de 2015⁴⁴. Com repercussão mundial, campanhas foram realizadas para arrecadação de fundos, alimentos e água – uma vez que o rio levará, de acordo com estudos e laudos recentes, mais de cem anos para se recuperar dos rejeitos do vazamento – às comunidades de Mariana (MG) e de outros municípios do entorno. A declaração de um do então diretor-presidente da empresa responsável pela tragédia é, no mínimo, simbólica: *“Nós perdemos vidas, e isso é inadmissível. [...] e temos que nos desculpar com as famílias, com as pessoas que perderam os lares, com os ribeirinhos, que tem o rio Doce como sustento*⁴⁵”. É certo que a declaração não contabiliza as seguintes vidas perdidas que constam dos dados conclusivos de um relatório técnico empreendido pelo governo estadual de Minas Gerais, acerca dos danos causados pelo desastre:

⁴³ Posteriormente, a área pretendida para a construção do porto, que funcionaria como mais um terminal de mineração na região, foi arrematada pela empresa Vale, numa disputa com a EBX, do referido empresário, Eike Batista, preso em 2017 por envolvimento em esquemas de corrupção. A propósito da Vale, ela detém 50% das ações da Samarco, responsável pelo desastre ambiental do rio Doce, em Mariana (MG), em novembro de 2015.

⁴⁴ E, posteriormente (já no período de conclusão da presente tese), em janeiro de 2019 e também em Minas Gerais, o rompimento de outra barragem da Vale na bacia do rio Paraopeba, afetando principalmente o município de Brumadinho, resultando num saldo de mais de 300 vítimas (entre mortos e desaparecidos), além de centenas de famílias desabrigadas.

⁴⁵ Fonte: LAMEIRA, Gustavo. Diretor-presidente da Samarco pede desculpas por tragédia em Mariana. *O Tempo*, 23 de novembro de 2015. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/diretor-presidente-da-samarco-pede-desculpas-por-trag%C3%A9dia-em-mariana-1.1175796> [Acesso em 02/12/2015].

Morte de inúmeros animais domésticos (galinha, porco, cavalo, boi) e silvestres (capivaras, cágados, jabutis, aves, lontras, capivaras, ouriço, quati, porquinho-da-índia, moluscos gastrópodes, camarões-de-água-doce);

Morte, em período de piracema, de um total estimado de 222.768 espécimes ou 224.632,8 kg de peixes, de 90 espécies, divididas entre 8 ordens e 27 famílias, sendo 12 ameaçadas de extinção e 11 endêmicas, 4 herbívoras, 28 carnívoras e 39 onívoras, 69 nativas e 28 exóticas (CHAVES *et al.*, 2016: 45).

As “demandas” da fauna, que se assentam implicitamente em suas reações à interferência humana – os fatores antrópicos – sobre os ecossistemas, não cabem, entretanto, em campanhas de arrecadação, tampouco na comoção pública diante de um desastre de tal magnitude. Talvez isso se dê pelo fato de que a luta pela vida – perdida, para muitos espécimes – seja a única “demanda” dessa fauna. Mas o desastre ambiental em Mariana (MG) nada tem a ver, a princípio, com o presente trabalho. Não obstante, reavivá-lo aqui é sintomático, na medida em que, além de sua repercussão internacional (que o considerou a maior tragédia ambiental no país), ele ocorreu poucos dias depois de outro desastre marítimo que tentei acompanhar, estando inserido no campo de minha pesquisa – e meses depois de uma audiência pública que, de certo modo, percorria questões e problemas similares a tais tragédias.

Foram os episódios do naufrágio de um navio com carga viva na Vila do Conde, em Barcarena (PA) e o projeto de perfuração marítima de poços petrolíferos da empresa Total E&P na bacia da foz do Amazonas e que me serviram como quadros notoriamente ilustrativos desse diagnóstico dos tempos atuais, em que cada vez mais “desenvolvimento” e menos “sustentabilidade” repercutem sobre a vida – ou, melhor dizendo, sobre *vidas* diversas. Nesse sentido, pode-se afirmar que na Amazônia, o advento de transposições hidrográficas, construções de barragens, usinas hidrelétricas, perfurações petrolíferas, revisões, suspensões ou anulações de demarcações de terras indígenas ou de reservas naturais não são dados necessariamente novos, mas tem ocorrido em progressão cada vez mais ágil. Trago, nas seções a seguir, relatos etnográficos sobre esses dois ocorridos específicos. E, por fim, procuro concatenar a eles algumas reflexões a partir de relatos resgatados de minha quarta e última atividade de campo, já no Amazonas, também referentes a impactos de grandes projetos biopolíticos sobre comunidades ribeirinhas e populações inteiras de espécies animais. Essas reflexões finais remetem à comunidade Bela Vista, no rio Uatumã (entre os municípios de Itapiranga, São Sebastião do Uatumã e Presidente Figueiredo, AM) e próxima a REBIO Uatumã.

2.5. Mar de bois, mar de poços

No início do mês de outubro em 2015 eu estava de volta à Ilha de Marajó para retomar algumas atividades do trabalho de campo ainda não concluídas. Na Vila de Joanes, eu soube através de pescadores, de uma notícia vinda de Barcarena (PA), na região do Baixo Tocantins, acerca de um acidente naval. Já estava em meus planos passar por aquela região, onde, em Abaetetuba, havia um intenso comércio de pescados – e, inclusive, rumores de que um comércio paralelo de “carne de caça⁴⁶” funcionava clandestinamente no próprio mercado público da cidade. Na semana posterior à deste acidente, eu havia programado uma breve pausa no trabalho de campo no Marajó para ir ao *campus* da UFPA, em Belém. Decidi, entretanto, seguir para Abaetetuba e Barcarena e tentar acompanhar algo remanescente do ocorrido de poucos dias atrás e ouvir algumas pessoas dessas comunidades, tendo em vista que boa parte de suas respectivas populações estava envolvida com a pesca – atividade seriamente afetada pelo acidente⁴⁷. Da capital, então segui de ônibus para Abaetetuba, que já compunha a chamada região do Baixo Tocantins.

O acidente ocorreu quando um navio de origem libanesa, de nome Haidar, e que transportaria cerca de cinco mil bois destinados ao consumo – gado de corte saindo de uma fazenda de propriedade da empresa Minerva Foods, em Abaetetuba, com destino à Venezuela – encontrava-se atracado ao porto da Vila do Conde, uma das comunidades mais antigas do município de Barcarena (e do próprio estado do Pará). No interior da embarcação, além da chamada “carga viva”, também estavam armazenadas também cerca de setecentas toneladas de óleo. Logo pela manhã, quando o navio já parecia se curvar lentamente, não apenas os funcionários que nele se encontravam começaram a se evadir da embarcação, mas também alguns poucos animais que, mesmo estando nos pisos inferiores do navio, teriam conseguido alcançar as vias de saída da embarcação. Mais adiante, conforme o navio começava a pender para um dos lados e afundar, outros animais buscaram saídas por partes do navio que ainda não se encontravam submersas. Sendo um

⁴⁶ Tem-se, por hábito, designar a carne de qualquer animal silvestre, de terra ou água (que não os peixes), como “caça”. Assim sendo, animais como anta, capivara, cotia, jacaré e paca seriam “carne de caça”. A carne de jacaré, inclusive, em algumas localidades, acaba sendo comercializada como carne de pirarucu entre compradores pouco habituados a distingui-las – geralmente turistas. No entanto, o flagrante, quase sempre despistado, torna-se difícil e as apreensões, quando se dão, sempre contam com a presença dos órgãos responsáveis pela fiscalização, que têm a devida licença para a vistoria dos estabelecimentos comerciais.

⁴⁷ Essa passagem pela Vila do Conde (Barcarena) e Vila de Beja (Abaetetuba) acabaria por me render uma permanência de mais alguns poucos dias em Abaetetuba para acompanhar a pesca local, realizada a partir do rio Maratauíra.

grande contingente de bois, poucos lograram se salvar e a grande maioria deles acabou afundando estando presos nos compartimentos internos da estrutura do navio.

Imagens foram registradas por moradores locais do momento em que muitos bois ainda se mantiveram sobre a lateral do navio que ainda se encontrava sobre a superfície do mar. Na medida em que ela também começava a afundar, os animais, já muito debilitados fisicamente, procuraram o caminho da praia, nadando como podiam em sentido à costa da vila. Mas durante o caminho via mar, muitos foram interceptados por barcos, que rumavam justamente ao encontro deles, onde ribeirinhos já empunhavam cordas para resgatá-los – não exatamente para preservar suas vidas. Os bois que, por ventura, conseguiam chegar ao solo firme da praia, encontravam outros ribeirinhos já à espera, empunhando terçados, serras e outros instrumentos de corte, para partilhá-los ali mesmo, na areia. Por conta do volume de óleo diesel derramado⁴⁸ e de corpos de animais mortos que se dissiparam pelas águas das imediações, três praias de Barcarena foram interditadas, assim como a costa da Vila de Beja, uma comunidade também de longa história, pertencente ao município de Abaetetuba.



Imagem 9 – Resquícios dos bois mortos nas areias da praia da Vila do Conde, em Barcarena (PA).

⁴⁸ Nos primeiros dias após o acidente, a informação era a de que ao menos 50 mil litros de óleo já haviam sido vazados, restando ainda cerca 650 mil litros no interior do navio.

Cheguei à Vila do Conde pela manhã, vindo em ônibus que peguei no terminal rodoviário de Abaetetuba e descendo numa parada final ao centro de uma praça. Minha primeira impressão era de que a comunidade já aparentava ter retomado sua vida cotidiana, prestes a completar uma semana do acidente. Mas na medida em que eu me aproximava das pessoas, essa minha impressão mais se mostrava equivocada. Sentadas num canteiro em volta de uma árvore da praça, três mulheres conversavam e ainda repercutiam o acidente. Prestei atenção na fala de uma delas:

As vizinhas ‘tavam comentando lá na rua, que tinha um navio tombando, mas eu nem dei atenção na hora. Aí, depois, meu filho veio correndo me avisar: “*Mãe, venha ver!*” Quando eu saí lá fora e vi aquele mar de bois na praia, eu não acreditei. Falei: “*Égua, mas não pode ser!*”.

Mas a conversa tinha certo tom descontraído, a ponto de camuflar, ao menos naquele instante, a situação de calamidade na vila que eu viria a perceber somente mais tarde. Outra das três moças dizia, rindo: “*Eu é que não como mais carne! Vou ficar um bom tempo sem comer carne agora...*”. Mais adiante avistei uma viela que dava acesso à praia e percebi homens uniformizados se movimentando para lá, um deles num trator. Logo na entrada da praia já havia uma placa com o logotipo da prefeitura municipal e o aviso: “*Atenção: praia interditada, imprópria para banho*”. Com a interdição, a pesca no mar também ficava suspensa para a comunidade.

Resultante dos bois mortos e do óleo vazado, um odor forte e desagradável era sentido ao redor de toda a comunidade e não somente à beira do mar. Alguns moradores andavam pelas ruas com máscaras de procedimento descartáveis sobre o rosto. E outros, com os quais cheguei a conversar, contaram-me que, mesmo quando já sabiam das grandes proporções do acidente, foi certo clima de euforia que logo tomou conta da comunidade assim que se difundiu a notícia de que grandes quantidades de carne estavam sendo partilhadas e distribuídas a partir da orla da vila. Repentinamente, um local acostumado à fartura de pescados cedia espaço a uma “multiplicação” de carne bovina. Mas não se tratava exatamente de um “milagre” e a euforia preliminar também não foi duradoura, pois traria logo depois algumas preocupações. Conversando com um rapaz sentado à frente do estabelecimento comercial de sua família, fechado por conta da interdição da praia, ele me contou que o navio começou a afundar já pela manhã e, durante todo o dia, muitos moradores começaram a se dirigir às imediações do porto, na intenção de conseguir trazer com os barcos alguns dos animais que ainda estivessem vivos:

Eles pegavam os bois lá no mar, que ‘tavam se afogando, amarravam eles no barco e vinham rebocando. Alguns morriam afogados no caminho, ou já chegavam aqui

quase mortos. Aí eles já sangravam esses bichos e dividiam tudo aqui mesmo. Só que começou a chegar mais gente, então começaram a querer ir todo mundo p'ra lá trazer boi também. Aí fizeram um isolamento lá, p'ra ninguém mais ir saquear – porque aquilo já ‘tava virando “saqueação”, né? Mas, na minha opinião, eu acho que eles tinham de liberar tudo esses bois aí. Que iam fazer com esses bois? Já ‘tavam morrendo mesmo... Mas p'ra cá, acho que não trouxeram nem vinte bois, viu? Vivo, eu ‘tô dizendo. Acho que não foi nem vinte que cortaram aqui.

O fato é que se tratavam de animais em situação de quarentena. O chamado “boi de quarentena” é o animal mantido numa fazenda de repouso, antes do embarque para os matadouros. Lá ele recebe uma série de vacinas previstas por lei e pelos órgãos de vigilância sanitária (no caso do Brasil, a ANVISA⁴⁹, principalmente). Uma delas, inclusive, é para que ele suporte a viagem – em que, geralmente, todos esses animais são mantidos em pé durante todo o percurso, com pouco ou nenhum espaço para locomoção. Chegando ao destino final, que são os matadouros, aplicam-lhe outra vacina, e aguardam por mais dez dias antes de encaminhá-lo para o abate, com o devido rigor e precisão, exigidos por normas de segurança e assegurados pelos órgãos sanitários. Esses bois do naufrágio do navio Haidar, entretanto, não parecem contemplados com uma morte eficiente e precisa⁵⁰: grande parte daqueles milhares de animais parece ter sofrido sucessivas situações de morte durante todo esse trágico processo, como revelaria o depoimento de algumas pessoas que acompanharam o ocorrido desde o início. E enquanto eu ainda estava na Vila do Conde, presenciei um funcionário da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) retornando ao local e tentando falar com os moradores:

Anteontem eu cheguei aqui às oito da manhã e só saí às nove da noite. Eu atravessei toda a extensão dessa praia, andando no meio dos bois mesmo, porque eles ainda estavam sendo retirados – e têm alguns ainda, que continuam lá. Mas hoje eu não ‘tô aqui p'ra saber de boi, não. Hoje eu vim p'ra saber de gente.

Mais adiante ele, enquanto representante do governo vigente, apresentava as suas justificativas a alguns moradores que ali se encontravam:

O governo do Estado não tem responsabilidade nisso. A administração e manutenção de portos e aeroportos são competência de quem? Da União [*o Governo Federal*], não é? Mas agora, a nossa obrigação é estar aqui p'ra acompanhar...

Demandas não iriam faltar, pois a pesca já estava interdita. A água ficaria escassa na comunidade nos dias seguintes. E a dependência de doações de mantimentos ou

⁴⁹ ANVISA: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

⁵⁰ Sobre os processos de automação industrial aplicados na indústria frigorífica, ver a dissertação de Juliana Vergueiro Gomes Dias, onde a autora discute as noções escusas de “animal de corte” ou “abate humanitário” – recurso aplicado por parte deste setor (GOMES DIAS, 2009).

outras medidas assistenciais era, portanto, previsível. Nas palavras do jornalista Lúcio Flávio Pinto, conhecido por seu trabalho investigativo e de denúncias em defesa da Amazônia, o incidente resultaria em drásticas consequências ao meio ambiente e à vida da população local – e que somente seriam sentidas num momento posterior:

A carne, cujas condições de higiene ninguém pôde atestar, foi um presente inesperado para quem não tem acesso normalmente a esse produto. A *sofreguidão* foi a manifestação externa de uma carência soterrada por quantitativos de grandeza que abstraem o ser humano – e, em regra, o espoliam. O fato inédito e chocante não deve ser apagado da memória nem reduzido a um registro burocrático. Causou enormes danos à natureza e prejuízos à sociedade. Custará caro, mas se for o preço de um mínimo de consciência sobre essa situação, terá cumprido uma *missão civilizadora*. Os paraenses não podem permitir que essa nova versão de um velho e sórdido colonialismo, na forma de boi vivo vendido em pé a compradores distantes, seja edulcorado pela explicação dita técnica dos seus agentes.⁵¹

Os grifos acima são meus. Alguns casos de alergia e irritações de pele por conta do contato com a areia ou com a água da praia, principalmente nas crianças da comunidade, começavam a ser encaminhados ao posto de saúde local – que já se encontrava congestionado àquela altura. Mas parecia realmente ser uma questão de tempo para que outros problemas de saúde viessem a se manifestar sobre a população local por conta da ingestão da carne daqueles animais, cuja “*sofreguidão*” definitivamente não estava contemplada na mesma palavra usada no texto para ressaltar exclusivamente a situação de mazela da população humana local. Desse mesmo modo, a almejada “*missão civilizadora*” não necessariamente abarcaria – e tampouco resultaria de – uma “lição de sabedoria” (LÉVI-STRAUSS, 2004) que o consumo da carne daqueles bois de quarentena pudesse também deixar como legado.

Na Vila de Beja, pude ouvir algo sobre o caso diretamente de alguns pescadores sobre como aquele incidente havia repercutido na comunidade e mais exatamente na pesca, afinal era uma vila que vivia principalmente em torno desta atividade, suspensa por tempo indeterminado. À entrada da praia também já havia uma placa da prefeitura local avisando: “*Interditado. Local contaminado, impróprio para recreação e pesca*”. Mas num dos estabelecimentos de comércio ali instalados, alguns pescadores reunidos repercutiam o caso. “*Muita sorte de não ter sido gente, pois já pensou se fosse um navio cheio de gente?*”, disse um deles. A tônica de que o desastre “poderia ter sido pior”, porém, cedia espaço a certa preocupação com os rumores de que a ingestão da carne daqueles animais viesse a ser

⁵¹ Fonte: PINTO, Lúcio Flávio. “Naufrágio no (e do) Pará”. *Amazônia Real*, 15 de outubro de 2015. Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/naufragio-no-e-do-para/> [Acesso em: 17/10/2015].

prejudicial a médio ou longo prazo por conta do efeito das vacinas aplicadas que antecedem o abate – como na fala de um dos outros pescadores:

Ninguém sabia que podia dar algum problema. O que todo mundo queria era pegar os bois e levar embora p'ra comer. Eu comi também, não vou mentir. Mas quase metade da vila comeu, se não foi mais. E aí p'ra dentro [da Vila de Beja] ainda tem muita carne guardada, no sal – lá em casa mesmo, tem uma bacia cheia no *freezer*. E tem gente aí que 'tá comendo e nem sabe. Esses churrasquinhos aí da praça, o prato feito nos restaurantes... Como é que o cara vai saber se não é desses bois aí também? Porque, no dia que aconteceu, 'tava todo mundo indo lá [à Vila do Conde] tentar pegar alguma coisa p'ra trazer. Todo mundo que eu conheço daqui foi. E era muito boi, né? Falaram que eram cinco mil bois...

Foram cerca de cinco mil bois, realmente. Destes, menos de duzentos animais conseguiram escapar à morte, segundo o noticiário e comentários locais. A grande maioria, presa às estruturas do navio, afundou junto a ele e se afogou. E é provável que para a maciça maioria das pessoas das duas vilas (do Conde e de Beja), tratou-se, antes de tudo, de um grande contingente de “laboratórios nutritivos” (LÉVI-STRAUSS, 2004: 81)⁵² – a naufragar. Em outras palavras, foi um grande desperdício de alimento, uma vez que seria este o destino daqueles animais. Não obstante, sob uma perspectiva mais ambientalista – ou, poder-se-ia dizer, por uma perspectiva animalista – foram raras as manifestações acerca do suplício contínuo na morte em massa de quase todo o rebanho bovino. E se as vacinas aplicadas durante a quarentena prevista no percurso pré-abate são, *a priori*, um procedimento de controle sanitário sobre esses animais destinados ao consumo humano, pode-se dizer que, *a posteriori*, a ingestão de sua carne por parte da população de tais comunidades representou uma submissão biopolítica voluntária – ainda que inconsciente – a esses mesmos procedimentos, lembrando que, em outros tempos, a vacina fora uma insígnia do poder médico sobre o corpo e a saúde das populações urbanas (FARAGE, 2011), como ocorrera durante as campanhas sanitaristas de inícios do século XX no Brasil e, sobretudo, na cidade do Rio de Janeiro.

O episódio do naufrágio do navio Haidar revelou uma série de crimes cometidos, resultantes da negligência das várias partes envolvidas na operacionalidade daquele contingente de animais destinados ao consumo humano. Por conta disso, as biopolíticas sanitaristas aplicadas na contemporaneidade parecem ser eficazes somente na medida em

⁵² A expressão “laboratórios nutritivos” provém, na verdade, do filósofo francês Auguste Comte (1798-1857), fundador do positivismo sociológico, para designar determinada categoria de animais cuja domesticação tem fins estritamente utilitários, sendo eles destinados ao consumo humano. O antropólogo Claude Lévi-Strauss, em seu texto “A lição de sabedoria das vacas loucas” (2004) revisita a terminologia comteana para pensar essa remanescente relação utilitária dispensada a determinados animais na contemporaneidade e seus possíveis desdobramentos futuros num mundo que já acena para um iminente esgotamento de determinados recursos naturais.

que atendem a demandas comerciais. Uma vez que o produto alimentício daquela “carga viva” devidamente assepsiada e imunizada pelas vacinas fora perdido, não mais cabia sequer o esforço em impedir que a população local se apropriasse dela para o consumo. Por outro lado, talvez a única menção ao crime de maus-tratos e crueldade contra aqueles animais tenha sido feito numa ação civil que Ministério Público⁵³ impetrou contra os proprietários do navio, a empresa Minerva Foods, fornecedora dos animais, e a própria Companhia Docas do Pará (CDP). Uma agente técnica do IBAMA, escalada para supervisionar os trabalhos de reparo necessários na área após o naufrágio, bem sintetizou o destino daqueles animais durante o trágico desastre ambiental: eles tiveram uma sucessão de mortes durante todo o processo, como me contaria depois Vânia, uma assistente social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Vila de Beja, outra comunidade (esta pertencente a Abaetetuba) significativamente afetada pelo acidente:

Foi assim mesmo, pois no momento em que o navio começou a afundar, eles [*os bois*] começaram a luta p’ra sair de dentro do navio; e depois p’ra não morrer afogados com a maré – os que conseguiam sair, né? Mas assim que eles chegavam ao outro lado [*da praia*], já encontravam com os moradores daqui, com facão na mão p’ra retalhá-los ali mesmo, na praia. Em seis anos de profissão, essa minha colega [*a técnica do IBAMA*], da qual eu lhe falei, veio me dizer que nunca tinha visto algo parecido. Esses animais estavam sendo mortos várias vezes seguidas, porque passaram pelo sufoco do confinamento dentro do navio, pela contaminação do óleo que vazou, depois a maré e, no fim, os facões dos ribeirinhos...

Foi este, portanto, o acidente que resultou num “mar de bois”, como dito por uma moradora na ocasião de minha chegada à Vila do Conde. A assistente social Vânia ainda me mostrara a imagem que, segundo ela própria, mais lhe havia marcado e que estava armazenada em seu aparelho de telefone celular: um trecho que a CDP, responsável pela administração dos portos no estado, havia isolado, próximo a uma nascente de rio, fora o local determinado para enterrar os corpos dos animais removidos das proximidades do naufrágio. Na foto se viam dezenas deles, alguns já entrando em decomposição, amontoados naquele espaço, com a estrutura do porto ao fundo: “*Eu vejo nessa foto todo o sofrimento que esses animais passaram, mas eu vejo também o desrespeito ao meio ambiente*”, lamentava. A intenção da CDP, junto à prefeitura local, e com aval emitido pelo IBAMA para a ação, era de depositar cerca de duzentos corpos de animais mortos ali e incinera-los em cova aberta. No entanto, ainda restavam os cerca de 4.800 demais submersos dentro do navio naufragado.

⁵³ Notícia do G1 Pará: “MP pede indenização de R\$ 71 milhões por naufrágio de navio no PA”. *G1 PA*, 17 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/12/mp-pede-indenizacao-de-r-71-milhoes-por-naufragio-de-navio-no-pa.html> [Acesso em: 19/12/2015].

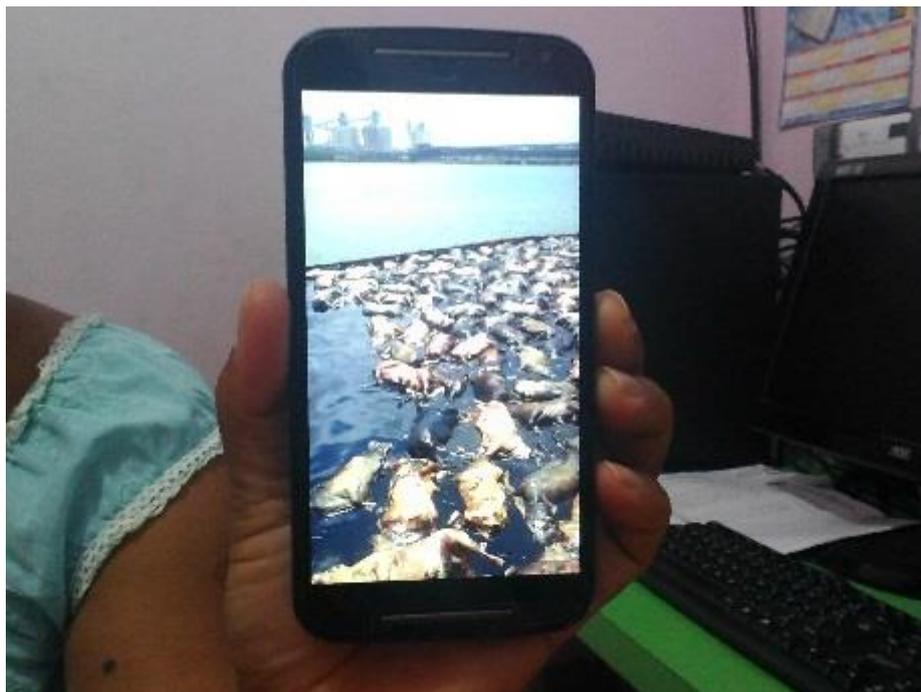


Imagem 10 – Funcionária municipal da Vila de Beja (Abaetetuba, PA) mostra a foto que mais a impactou, do naufrágio do navio Haidar.

Em suma, estive em duas vilas de pescadores, dentre as mais antigas⁵⁴ da região e pouco ouvi falar sobre peixes. Mas considerei importante acompanhar o caso também por procurar compreender melhor até onde seria possível estabelecer um paralelo entre os habituais peixes e aqueles bois na condição de meros recursos nutritivos. Como um morador da Vila do Conde disse, *“o preço de um navio desses é fácil de calcular. O de uma fazenda cheia de gado também. Mas o preço de uma natureza dessa, de um mar desse, é impossível de calcular. Não tem dinheiro que pague”*. A “multiplicação” dos bois foi, de fato, momentânea. E a dos peixes agora levaria um tempo para voltar a acontecer.

Tal como na ocasião do acidente com os bois do navio Haidar na Vila do Conde, em Barcarena (PA), outro episódio que fez com que eu me deslocasse temporariamente do Marajó foi uma audiência pública convocada pela Total E&P do Brasil, empresa do setor de exploração e produção de petróleo e gás natural, sobre o seu projeto de perfuração de poços petrolíferos em águas litorâneas, que afetaria as atividades de pesca das comunidades costeiras à baía do Marajó e ao litoral do Salgado paraense. E tal como a ocasião do naufrágio, eu também soube da audiência enquanto fazia trabalho de campo em Joanes, Salvaterra, no Marajó. Certa manhã, voltando da praia de Joanes, onde conversava com

⁵⁴ Em seu roteiro de viagens, Alexandre Rodrigues Ferreira (1933 [1792]) faz referências às duas vilas, por onde passara entre 1784. Ambas, Vila do Conde e Vila de Beja, são mais antigas que os próprios municípios a que hoje pertencem como distritos, Barcarena e Abaetetuba, respectivamente.

alguns pescadores, passei pela AERAJ, a Associação Educativa Rural e Artesanal da Vila de Joanes, e ouvi algumas das artesãs comentando: “*Onde já se viu eles quererem que a gente divulgue a audiência deles? Quem tá chamando a audiência que faça o favor de divulgar!*”. Pouco antes de minha chegada à associação, dois homens lá estiveram, deixando um fardo de panfletos de divulgação da referida audiência pública e pedindo a elas que mobilizassem todos os pescadores de Joanes e seus familiares para comparecerem a esse encontro, que aconteceria em duas semanas em Belém. Peguei um dos panfletos para saber do que se tratava, e lá dizia: “*Total Committed to Better Energy. Atividade de Perfuração Marítima. Bacia da Foz do Amazonas. Blocos FZ-A-M-57, FZ-A-M-86, FZ-A-M-88, FZ-A-M-125 e FZ-A-M-127. Audiência Pública. Data: 27 de julho de 2016, 14h. Local: Hotel Princesa Louça. Avenida Presidente Vargas, 882, Belém*”. Depois passei na casa de João Vítor, pescador, e aproveitei para levar um panfleto e comentar com ele a respeito da tal audiência. “*Mais essa agora que foram inventar... Não ‘tá fácil p’ra nós, não*”. Pelo que eu havia entendido, tratava-se ainda de um pré-projeto, que aguardaria a licitação emitida pelo IBAMA e por outros órgãos públicos. Talvez a obra nem mesmo viesse a acontecer. Mas falei a João Vítor que, caso pudesse, seria bom tentar ir, pois era do interesse deles – os pescadores. “*Vou avisar o povo. Daí, vai todo mundo junto*”. De todo modo, na data prevista para a audiência, eu estaria em Belém e, portanto, esperava encontrar pessoas de Joanes ou mesmo de Soure por lá.

A intenção de acompanhar essa audiência pública da Total E&P aumentou quando li o material impresso de sua divulgação, deixado na AERAJ. Nele, era informado que a iniciativa da empresa acompanhava algumas exigências do IBAMA, como a realização de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Esse estudo prévio tem por objetivo a identificação de um “*diagnóstico ambiental*” que apresentaria, como descrito textualmente,

[...] as características do ambiente em que a atividade estará inserida [e] o levantamento de dados sobre os meios socioeconômico, biológico e físico, como as áreas protegidas, a fauna e a flora marinha (animais e plantas), as condições do mar, clima e ventos, a atividade pesqueira e as atividades econômicas dos municípios da área de estudo, entre outros assuntos.

Além do EIA, também haveria uma série de “*projetos ambientais*” exigidos como contrapartida para a concessão do licenciamento ambiental, que seria o aval dado à empresa para a execução da atividade pretendida para aquelas áreas. Dentre esses projetos ambientais – e o material elencava onze deles –, alguns estavam marcados por um asterisco que, por sua vez, enunciavam que se tratava de “*projetos com a exclusão solicitada ao IBAMA*”. A empresa solicitava a exclusão de, ao menos, cinco desses projetos previstos. E,

por razões não especificadas, dois deles envolviam a fauna presente nas áreas: o “*projeto de caracterização da avifauna em ambiente costeiro*” e o “*projeto de levantamento aéreo de mamíferos marinhos*” (que era o que mais me chamava à atenção, por razões de interesse de minha pesquisa). Imaginei, pois, que essa audiência pública fosse apresentar outras informações a respeito de tais tópicos, ainda que fossem apenas suas justificativas para solicitar a exclusão dos mencionados projetos (dentre os demais) junto ao IBAMA.

Cheguei, então, ao local da audiência, num hotel que ficava no centro da capital Belém, e cujo *hall*, reservado para a realização do evento, já se encontrava repleto. Nos poucos minutos que antecediam o horário previsto para o início da audiência, tentei encontrar alguém que fosse de Soure ou Salvaterra (mais exatamente da Vila de Joanes), mas não consegui. O local, inclusive, era grande, para comportar um público formado por inúmeras comunidades vindas de, ao menos, 16 municípios da bacia da Foz do rio Amazonas (além de Belém). A mesa da audiência estava formada por representantes da empresa interessada, da consultora por ela contratada e do IBAMA. Houve a execução do hino nacional brasileiro – inclusive com tradução simultânea em libras – antes dos pronunciamentos iniciais. E o presidente da mesa, ao agradecer à presença de todos, teve dificuldade em pronunciar o nome de algumas comunidades e associações presentes, e errou o nome de dois municípios: Curuçá (“Curaçá”) e São Caetano de Odívelas (“São Caetano de Olivença”). Os diagnósticos do estudo de impacto ambiental (EIA) encomendado pela empresa foram apresentados à audiência em forma de *slides* numa grande tela instalada no *hall* do hotel. Foi durante os *slides* que se deram as únicas menções aos animais marinhos e à fauna em geral. Os impactos operacionais previstos (pelo deslocamento do navio-sonda e as perfurações) foram mencionados: colisões com animais marinhos, bioincrustação, introdução de espécies externas ao mar, ruídos. E as “medidas mitigatórias” que eram descritas como previstas se resumiam a programas de educação ambiental aos trabalhadores e cumprimento de normas de segurança naval e recomendações da Organização Marítima Internacional (IMO). Quando houve abertura para perguntas à mesa, nenhum representante de grupos ambientalistas ou de científicos pôs a se manifestar. Talvez nem estivessem presentes. A contrapartida a tudo o que fora apresentado coube aos moradores das comunidades litorâneas. Suas preocupações: compensações pela pesca afetada, possibilidades de geração de empregos, *royalties*. Nesse mesmo sentido foi a fala de um representante de uma associação de pescadores de Marapanim:

Eu peço desculpas por me valer da oportunidade para dizer que eu não me sinto contemplado por EIA nenhum. O relatório precisa ser muito mais esclarecido e a

prova disso é que, quando se coloca o navio-sonda num trecho de quinhentos metros de isolamento a que não podem ter acesso, a gente já está inibindo o pescador de ter a sua área de abrangência, que ele tinha anteriormente. A outra situação que eu coloco é: [...] as pessoas que realmente vivem da pesca e não foram contempladas. Até o momento, o que esperávamos que nós tivéssemos, assim, em plenitude [...], que as áreas afetadas e os pescadores realmente fossem as pessoas consultadas. E isso não ocorreu, e a gente lamenta profundamente isso.

Ao término da fala, foi aplaudido por todos que lá se encontravam pelas mesmas razões. Sua fala, entretanto, caracterizava-os como sem direito a voz no processo. Quanto aos peixes, coube apenas o reconhecimento pelos idealizadores do projeto de que são realmente “a base da atividade pesqueira”. E à fauna marinha – assim caracterizada, sem maiores especificidades – já estavam previstas as tais “medidas mitigatórias”. Na saída, eu ouvia um diálogo entre duas espectadoras da audiência, que me pareceram ser estudantes, pesquisadoras. Falavam algo sobre impactos ambientais sobre a pesca e também sobre a ictiofauna (o conjunto de peixes que ocorriam nos mares litorâneos do Pará). Falavam, portanto, de fatores antrópicos também. Foi quando eu soube que Icoaraci, na grande Belém, era um local de referência à pesca industrial no estado. Uma das duas estudantes comentava que os ribeirinhos deveriam ter o mesmo empenho que demonstraram durante a audiência quando tratassem da questão da pesca industrial: “*É isso o que está acabando com a pesca artesanal aqui*”. De fato, no estado do Pará havia essa discrepância entre duas modalidades distintas de pesca. Mas havia quem relativizasse essa nocividade da pesca industrial. Conversando com um oceanógrafo da UFPA, ele argumentava que a pesca “sustentável” praticada dentro das unidades de conservação tendia a ser, em sua opinião, tão nociva quanto a pesca industrial:

Sim, pois a pesca industrial, ao menos, tem limites. O extrativismo, não. Os ribeirinhos acabam retirando a quantidade [*de peixes e outras espécies*] que eles quiserem – e a qualidade também! Pelos acordos de pesca, eles têm os seus limites: de tamanho, de peso... tudo isso. Tem também a questão do defeso, e não tem como monitorar tudo isso em tempo integral. E as reservas são grandes, é tudo muito extenso. Nenhum órgão vai dar conta de fazer esse trabalho.

De fato, o paradigma da sustentabilidade nunca fora consenso até mesmo nos meios científicos. Mas todas as situações acima relatadas que, na medida do possível, eu tentara acompanhar – de um naufrágio naval no interior do Pará a uma audiência pública na capital, Belém – parecia revelar que o estatuto jurídico da ictiofauna não se alterava em qualquer modalidade de pesca que houvesse, fosse ela industrial, artesanal, extrativista ou esportiva. Mas cada lugar havia de conviver com os seus próprios fatores antrópicos. No Amazonas (onde eu já havia estado àquela altura, e para onde eu voltaria posteriormente

outras vezes) não havia o problema da pesca industrial, mas por lá a pesca esportiva era uma realidade até mesmo nas adjacências de áreas de conservação ambiental. Nei, morador da comunidade Bela Vista, próxima a REBIO Uatumã, no Amazonas, levando-me certa vez para acompanhá-lo numa pescaria pelo rio de mesmo nome, comentara algo sobre a pesca esportiva praticada nos entornos da reserva biológica:

Teve uma reunião, esses tempos atrás, [em] que os representantes das comunidades aqui da reserva [próximas à reserva, na verdade] criaram uma lei. Os representantes são, na maioria, donos de pousada aqui dentro, que é quem recebe os turistas. Aí eles criaram essa lei p'ra proibir a pesca de peixe – do tucunaré – de três quilos p'ra cima; só peixe de um ou dois quilos era que podia tirar. Os grandes ficavam pros turistas. Mas o turista ataca muito o lago aqui, viu... E fica nessa de 'pesca e solta', 'pesca e solta', só p'ra tirar foto, filmar. Aí o peixe já fica arisco, mais difícil de pescar. Então, os turistas espantam muito o peixe, porque eles vêm desde a cabeceira [do rio] fazendo zuada na água, aí os peixes fogem, se escondem.

Há um contrassenso envolvido na pesca esportiva, praticada em áreas de conservação. Moradores de comunidades no rio Uatumã – como *seo* Sabino e Vanda, esposa de Nei – falaram sobre isso e fizeram objeções à referida modalidade. Próximo à REBIO Uatumã (que, segundo o SNUC, é de proteção integral), ela ocorre contemplando quem pratica o turismo na região, enquanto moradores locais têm restrições para exercer suas atividades extrativistas dentro dela. Há também o problema do ferimento que é causado nos peixes capturados e depois devolvidos à água. “*Depois esse peixe não é mais pescado, porque o peixe fica com mais medo, foge*”, segundo *seo* Sabino, que também chegara a me relatar como era a pesca no local antes da instituição da REBIO e antes mesmo da construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Balbina, uma vila que tem o estatuto de distrito do município de Presidente Figueiredo, no Amazonas. Obviamente, ele também tinha as suas ressalvas à pesca esportiva:

Eu chegava a arrastar toneladas de pirarucu – aquelas mantas bonitas, grandonas assim, sabe? – em uma semana que eu ficava direto nesse rio. Hoje você não acha um pirarucu, nem p'ra fazer um remédio. Quando fizeram a represa lá em Balbina, foi uma mortandade muito grande. E de tudo que era tipo de peixe. Ficava aquele fedor, você entrava no lago ali, e 'tava branco de peixe boiando. Peixe liso⁵⁵ grande, com a barriga p'ra cima... Arraia também, poraquê, cuiú-cuiú... Passou mais de um ano só morrendo peixe. Único bicho que não morreu acho que foi só peixe-boi, tracajá, jacaré, sucuriju... A pescada, que é um peixe fraco, morria de baciada. Eu 'tô contando p'ra você, mas não tem como eu te provar, porque faltou alguém p'ra tirar foto disso tudo - ou se tem foto, eu nunca vi. E depois veio IBAMA, veio essa reserva [REBIO Uatumã] aí, que fica empatando os pescadores de trabalhar... Eu mesmo, que sou morador aqui, se eu desço p'ra lá [no sentido da REBIO], eles pedem p'ra fiscalizar meu barco, p'ra ver se não 'tô levando nenhum tracajá...

⁵⁵ Tanto os pescadores de rio quanto os de mar costumam diferenciar os “peixes de couro” (ou “de pele”, ou “lisos”) dos “peixes de escama”.

As consequências trazidas ao modo de vida ribeirinho com a implementação de projetos e práticas a ele exógenos, parecem evidentes nos depoimentos dos pescadores. Contudo, junto ao lamento de Nei e *seo* Sabino por não mais conseguirem pescar seus tucunarés ou pirarucus com a mesma frequência de outrora, reside um fator de resiliência no comportamento dessas espécies que também se adaptam a outras modalidades de ameaça predatória – como a pesca esportiva que, a propósito, traz graves ferimentos aos animais eventualmente capturados e depois soltos. Ainda segundo Nei, muitos morrem com os ferimentos. Ao mesmo tempo, junto à queixa de *seo* Sabino quanto ao fim da fartura de pesca no rio Uatumã de outrora, há o fato de que o considerável montante de “recursos nutritivos” desperdiçados fora também uma multidão habitante dos rios que sucumbira dizimada pela implantação da Usina Hidrelétrica de Balbina, num processo que hoje se apresenta como uma realidade cada vez mais constante na Amazônia.

Pode-se entender, portanto, que tais fatores antrópicos – que, por sua vez, compreendem também as ingerências do Estado – operam por uma outra lógica com relação à vida extrativista local, impelindo essas comunidades a conciliar seus respectivos modos de vida com as exigências e prescrições introduzidas em seus contextos. Essa conciliação entre lógicas distintas resulta em eventuais mudanças de conduta e modos de interação com as espécies locais, que podem ser entendidas como parte de um constante processo de resiliência (HARRIS, 2000) dessas populações na contemporaneidade, e que resvala também numa inevitável relativização do próprio domínio simbólico (SLATER, 2001 [1994]), assaz inerente a esse contexto. Numa perspectiva biopolítica, portanto, os “acordos pragmáticos” (ALMEIDA, 2013) nem sempre se concretizam – tampouco se justificam. Isso pode ser um impasse também para agentes ambientalistas e cientistas em geral, na medida em que dizem reconhecer a legitimidade dos saberes locais, mas ainda operam sob os parâmetros de biopolíticas conservacionistas, oscilando entre “encantar” e “desencantar” seus respectivos campos, objetos e temas de pesquisa. Além disso, por um olhar mais aproximado e atento às vidas animais, identificamos também nelas situações de adaptação ou mesmo moções de resiliência diante de “fatores antrópicos” e dos processos por eles acarretados. Sejam por problemas com a lei ou por conflitos entre lógicas distintas de manejo da natureza, a fauna se mantém sob miras e perseguições diversas.

2.6. Poder de polícia e natureza respeitada

Com a minha passagem pelo Baixo Tocantins, na ocasião do naufrágio do navio com cinco mil bois, tentei acompanhar também alguma atividade pesqueira na região, ainda que nas comunidades mais próximas ao local do acidente a pesca estivesse interdita. Logrei isto na cidade de Abaetetuba, que contava com um intenso comércio de pesca em seu mercado municipal, acompanhando pescadores pelo rio Maratauíra, importante afluente do rio Tocantins e principal porta de entrada daquele município. Nessa ocasião, passamos por uma comunidade ribeirinha de onde vinha um som musical muito alto, do lado oposto ao que estávamos do rio – parecia sair de caixas muito potentes (como as das chamadas “aparelhagens”, tão comuns em festas e shows no estado do Pará). Nilton, um dos pescadores, então comenta: *“Isso é lá onde os piratas moram, deve ser festa deles... Dizem que lá, quando tem essas festas, eles só andam com arma pesada p’ra cima e p’ra baixo. Com 12, com metralhadora...”*. Fernando, filho de seo Toni, o dono da canoa em que estamos, reage: *“Ah, mas eles vão parar com isso quando eu virar policial!”*. Pergunto-lhe se pretende prestar o concurso da Polícia Militar, cujo edital fora publicado havia poucos dias. Seo Toni, pai de Fernando, apressa-se em responder: *“Não, ele é de menor, ainda”*. Apesar dessa postura destemida do jovem, o fato era que os ataques dos chamados piratas em áreas fluviomarítimas eram mais um temor com o qual os pescadores amazônicos haviam de lidar.

Ouvi outros relatos sobre a presença de piratas por rios e mares da Amazônia. Josiel, da Vila de Joanes, confirmara a presença deles também no Marajó: *“Tá aumentando [ataques de piratas a embarcações de pesca] aqui p’ra esses lados. Eles tiram o motor, levam a pesca, às vezes machucam, até matam. Um rapaz aqui da Água Boa [comunidade vizinha a Joanes] foi muito humilhado por eles. Eles atacam muito à noite”*. Seo Claudemir, também de Joanes, revela: *“Antigamente tinha muita misura⁵⁶ por aqui. É que não tinha muita iluminação, como tem hoje”*. E as justificativas para a diminuição dos casos de visagens na região são as mais díspares. Seo Zé Benício, outro antigo pescador da Vila de Joanes, com quase 80 anos, diz que *“visagem, antes, tinha mais. Agora é muito pescador, então não aparece tanto. Então, hoje do que a gente tem mais medo é dos piratas. Se topar com eles aí p’ra fora... eles chegam mesmo, tiram o motor, matam as*

⁵⁶ “Misura” pode ser traduzido por visagem ou assombro, qualquer sinal da presença de algum ente desconhecido (e, muitas vezes, invisível), podendo se manifestar também por odores ou sons emitidos e também por arrepios provocados em quem sente tais presenças (ver WAWZYNIAK, 2004).

peessoas, roubam rede, afundam o barco...”. Pensando em temores e perigos que sempre se renovam ou se atualizam dentro da vida ribeirinha, tais falas – e sobretudo a de *seo Zé Benício* – sobre a presença dos chamados piratas em águas amazônicas pode ser entendida como sintoma de uma Amazônia cada vez mais secularizada e desenvolvida, porém ainda longe de estar domada. Não é, porém, a esse dado extra que o “poder de polícia” do título desta seção faz referência. Isto pode também não dizer respeito diretamente a uma discussão sobre o estatuto animal no contexto amazônico da pesca. Mas talvez o medo, enquanto um sentimento instintivo – e tão primário – seja compartilhado por humanos e animais não-humanos, como parece sugerir uma passagem de texto de Raymond Gilmore:

Fear is a strong factor in the behavior (and in the domesticability) of an animal; some species are born without this emotion but acquire it later in life (most higher forms, including man)⁵⁷ (GILMORE, 1950: 428).

A condição do animal e seu estatuto jurídico no contexto de comunidades costeiras/ribeirinhas na Amazônia transita entre racionalidades muito demarcadas, como a de biopolíticas conservacionistas e a dos saberes e práticas locais. Dos peixes, enquanto meros recursos nutritivos, aos cetáceos, hoje enfrentando intensa perseguição na bacia amazônica (pelo uso de sua carne como isca), passando pelo peixe-boi, um exemplo de “espécie-bandeira”, símbolo da preservação da fauna amazônica, todos, em algum momento, encontrar-se-ão no cerne de possíveis controvérsias – práticas ou discursivas – entre lógicas internas e externas a seu ambiente. As relações entre órgãos ambientalistas como, por exemplo, o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), com as chamadas comunidades tradicionais (camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, dentre outras) onde eles operam nem sempre são plenamente harmônicas e revelam situações de conflito muito particulares. Como nos revelam Lima & Pozzobon,

[...] A nova legislação sobre unidades de conservação (SNUC⁵⁸), por exemplo, concede apenas às sociedades tradicionais o direito ao usufruto e à ocupação nesses territórios reservados à conservação e ao manejo sustentável do ambiente” (LIMA & POZZOBON, 2005: 61).

⁵⁷ Tradução: “*O medo é um fator predominante no comportamento (e na domesticabilidade) de um animal; algumas espécies nascem sem essa emoção, mas a adquirem ao longo da vida (sobretudo as formas mais elevadas, incluindo o homem)*”.

⁵⁸ Sistema Nacional das Unidades de Conservação, instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000).

No entanto, nas iniciativas que visam a aplicação ou vigência de leis, planos de manejo de recursos naturais – dentre os quais, espécies animais – e demais medidas concernentes à conservação e preservação da biodiversidade nessas localidades, as culturas locais muitas vezes se apresentam como empecilhos eventuais às ações desses órgãos. Considerando a atuação do Estado e seu poder de fiscalização frente a práticas extrativistas tradicionais, há de se pensar também sobre as tensões entre ambientalismo e extrativismo, e como as sensibilidades humanas são eventualmente acionadas durante – e diante de – atividades predatórias, tais como a caça e a pesca nos contextos amazônicos⁵⁹.

Em outras palavras, ações e políticas ambientalistas nem sempre coadunam com práticas e saberes locais, o que tornou necessário pensar, com o passar dos anos e a instituição de órgãos como o IBAMA e o ICMBio, em medidas que favorecessem uma reaproximação, ainda que por meios institucionalizados, com o modo de vida dessas populações e o reconhecimento da legitimidade de seus saberes – enquanto “etnoconhecimento”, “etnociências”, “conhecimento ecológico local”, dentre outras denominações. Essa necessária mudança de paradigmas é, como se sabe, reflexo direto do chamado “capitalismo tardio” ao qual a Amazônia tem apresentado suas contrafaces (D’INCAO & SILVEIRA, 1994). Pensar as interações com a fauna a partir do extrativismo praticado – através da caça ou da pesca – em comunidades ribeirinhas requer, pois, considerar também certos modelos de gestão local dos espaços naturais – os chamados “domínios-reinos” (CARNEIRO DA CUNHA & ALMEIDA, 2001: 191) - que também intercedem sobre essas relações interespecíficas. E, sempre na iminência de possíveis confrontos entre domínios políticos e/ou ontológicos distintos (DESCOLA, 1997; ALMEIDA, 2013), muitas vezes essas relações são pontuadas por situações e sensações de temor ou incômodo por parte das populações dessas comunidades, quando do exercício de suas lógicas e práticas extrativistas sobre os recursos naturais de que dispõem. Mas, então, o que incomodaria e o que temeriam, afinal, os pescadores ou caçadores ribeirinhos dentro dos próprios ambientes que habitam?

Falamos aqui, portanto, de uma Amazônia secularizada que, por outro lado, se forma num constante processo de ambivalência e fluidez entre tradições e contemporaneidades (HARRIS, 2006). O domínio das crenças sempre exerceu significativa influência sobre as condutas e sobre a cosmovisão do habitante das comunidades

⁵⁹ Para um auxílio na compreensão de tais terminologias e seu diálogo com trabalhos na antropologia, ver MILTON (1993). Para uma discussão mais situada no contexto amazônico, ver CASTRO & PINTON (1997), CAPOBIANCO (2001) e PROST & MENDES (2001) e LÉNA (2004).

ribeirinhas ou indígenas amazônicas. Essa influência é uma realidade até os dias atuais, ainda que outras forças de ordens distintas – por meio do Estado, por exemplo – também operem hoje nesse mesmo sentido. Mas por muito tempo a “incumbência” de atemorizar o habitante ribeirinho – e nele despertar, a partir desse sentimento de temor, algo como uma ética ecológica – cabia justamente à dimensão do sobrenatural, a saber, como exemplo também, as entidades “visagentas”, os “companheiros de fundo”, o estado de “panema” (WAGLEY, 1988 [1953]; GALVÃO, 1976 [1955]). Hoje, o advento – e posterior enrijecimento – das agendas ambientalistas vem a ocupar, de certa maneira, boa parte do espaço que antes se reservava exclusivamente a essa dimensão sobrenatural. Como certa vez me disse Cristóvão, pescador e morador da comunidade de Bela Vista, às margens do rio Uatumã (entre os municípios de Itapiranga e Presidente Figueiredo, no Amazonas), sobre a presença de órgãos como o IBAMA e o ICMBio nas adjacências de seu local de moradia:

Medo [*do IBAMA ou ICMBio*] não é p’ra ter, né? Se tu anda certo com as coisas que tu faz e não atravessa a lei, não atravessa ninguém... Agora, quem anda errado, fazendo o que não pode, que não respeita o defeso, aí vai ter medo deles mesmo. É igual falam da polícia: quem não deve, não teme.

A comparação com a polícia não é de todo impropriedade. Sendo o IBAMA e o ICMBio responsáveis por tarefas como a administração, o monitoramento e a fiscalização de atividades relacionadas ao patrimônio natural e às unidades de conservação no país, a Lei federal nº 11.516, de 2007, assegura a essas autarquias um “poder de polícia ambiental”, como delineado em seu artigo 1º, inciso IV (BRASIL, 2007). E, por mais que os pescadores ou caçadores dessas comunidades venham a negar esse suposto temor a tais instituições governamentais, é fato que eles ainda nutrem certa cautela diante da iminente presença delas – uma cautela que quando não se manifesta pelo medo, denota, no limite, certo incômodo. Mas o que exatamente os incomodaria? E até onde iria esse “poder de polícia” dos órgãos ambientalistas frente às práticas tradicionais? Um caminho para essa compreensão me parecia ser o de ouvir aos próprios moradores dessas comunidades.

Conversando, então, com moradores – sobretudo os mais antigos – das várias localidades que percorri, desde a Ilha do Marajó até o rio Uatumã, na região do Baixo Rio Negro, eles frequentemente levantavam um mesmo fator para explicar os motivos pelos quais não se via ou sentia mais a presença das chamadas visagens nos arredores de suas comunidades: o advento das redes de iluminação elétrica, algo relativamente recente para algumas dessas comunidades, como nas palavras de *seo* Claudemir, da vila de Joanes: “*Naquele tempo não tinha muita iluminação, então aparecia mais visagem, Cobra Grande,*

lá no rio [Paracauari]”, dentre outros entes que, segundo ele, também manifestavam presença mais constante quando essas comunidades ainda não eram tão iluminadas. Assim sendo, “lançar luz” sobre essa questão pode ser uma expressão meramente metafórica, porém reveladora. Tal como a chegada das redes de iluminação elétrica, o estabelecimento de unidades administrativas como o IBAMA e o ICMBio no interior dessas mesmas comunidades é também efeito do constante processo de modernização. E da secularização da vida sociocultural amazônica. O incômodo com a presença dessas autarquias administrativas repousa justamente na regulação e policiamento constante de práticas antes corriqueiras e hoje prescritas ou incriminadas por tais órgãos: certas espécies animais não mais podem ser capturadas por estarem ameaçadas de extinção; tal como em determinado período a pesca não pode ser praticada, em respeito ao ciclo reprodutivo de certos peixes. Fora desse período, é preciso respeitar o peso e o tamanho limite estipulado para algumas espécies mais procuradas.

Se antes, “andar errado” (como dissera Cristóvão) com a natureza pudesse reservar ao caçador ou pescador uma condição de “panema”, “panemice” (WAGLEY, 1988 [1953]; GALVÃO, 1951, 1976 [1955] e, mais recentemente, GARCIA, 2010; ALMEIDA, 2013; SCARAMUZZI, 2016) – que aqui é entendido como um estado de azar na caça ou na pesca –, hoje, em tempos de IBAMA e ICMBio, a má conduta com o meio natural em que se vive pode render onerosas multas, apreensão de material ou mesmo detenção, caso configure-se alguma infração ou mesmo um crime ambiental. Marino, morador de Soure (PA), onde exerceu por anos o trabalho da pesca, recorda, com certo humor: “*Sabe como a gente chamava o IBAMA antigamente? ‘Impomba’. Porque eles empombavam⁶⁰ a gente mesmo*”. Mas alguns depoimentos beiram certa ambiguidade, no tocante às ações desses órgãos federais. Maldonado, que, antes de se tornar motorista em Presidente Figueiredo (AM), muito havia pescado e caçado pelos rios Canoas e Uatumã naquelas proximidades, também recorda do IBAMA:

Naquele tempo, ainda era o IBDF⁶¹, mas não era como é hoje. Porque o cara ia caçar, e caçava e matava à vontade e eles só passavam, olhavam e deixavam o cara ir embora com o que tivesse. Tinha gente que matava o animal só p’ra tirar a pele e vender – de todo bicho que você pode imaginar. Agora, tu já pensou o cara matar o bicho só p’ra tirar a pele e jogar a carne fora? Eu vi muito isso. Agora não tem mais isso, não. Eles não deixam mais.

⁶⁰ O verbo “empombar” remete a uma expressão bastante regional, do norte do país, e significa algo como aborrecer, infortunar, causar dificuldade ou empecilho a alguém.

⁶¹ IBDF foi o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, vinculado ao Ministério da Agricultura e extinto em 1989, quando da fundação do IBAMA, que assumiu as funções dessa autarquia federal que o antecederia.

A propósito das mudanças de nomes e funções, o fato é que o IBAMA continua a ser a referência no inconsciente coletivo da maioria das pessoas que habitam essas áreas no tocante ao referido “poder de polícia” que os organismos administrativos também possuem. Some-se a isso o fato de que o ICMBio é uma autarquia relativamente recém-instituída, tendo sido fundada em 2007 e assumindo parte das funções antes delegadas ao IBAMA, como o gerenciamento das unidades de conservação. Desse modo, ainda que eu tenha estado mais em contato com pessoas vinculadas ao ICMBio do que ao IBAMA, era quase sempre o nome do segundo que as pessoas mencionavam quando o assunto das conversas abarcava questões ambientais – e, por extensão, (i)legalidades.

Em várias ocasiões, eu mesmo era confundido como se fosse alguém do IBAMA ou do ICMBio e visto com desconfiança por moradores locais. Em Curuçá, na Costa do Salgado paraense, durante uma viagem que antecedeu o início de meu trabalho de campo, eu acompanhava a pesquisa de uma colega oceanógrafa, da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fazíamos abordagens aos barcos atracados no porto do Abade, para tentar conversar com alguns pescadores que ali se encontravam preparando suas embarcações ou nelas fazendo alguma manutenção. “*Você é o segurança dela?*”, perguntou-me um deles. Respondi que, tal como ela, eu também era pesquisador. Mais adiante, durante a mesma conversa, ele voltou a perguntar: “*Mas vocês não são do IBAMA, não, né?*”. Minha colega então respondeu: “*Não, pode ficar tranquilo, tu ainda vais me ver por aqui mais vezes, porque eu pretendo voltar*”. Tempos depois, cheguei a comentar isso com Márvio, médico veterinário do IBAMA que auxiliava os pesquisadores responsáveis pela reabilitação do peixe-boi Omar em Salvaterra (PA). Ao relatar-lhe a desconfiança frequentemente acionada por moradores locais em relação a minha presença, como se eu pudesse ser “do IBAMA”, ele comentou: “*É mesmo? Bom saber que eles ainda têm esse medinho de nós*”.

Mas sofrer essa desconfiança deles em relação a mim comprometia, de certa maneira, uma fase de minha pesquisa, na qual eu pretendia acompanhar com mais proximidade a atuação do ICMBio junto a essas comunidades ou nos seus entornos (que, em alguns casos, eram unidades de conservação). Afinal, se já havia uma prévia suspeita acerca de minha pessoa, caso eu fosse visto posteriormente na companhia de pessoas desses órgãos, seria difícil “desmentir” depois um suposto vínculo. Procurei, então, acompanhar atividades que não percorressem locais onde eu já tinha algum contato mais permanente com os moradores locais ou, então, aquelas em que outros pesquisadores já conhecidos nas comunidades também estivessem presentes.

Mas mesmo em cenários assim contextualizados, os conflitos ainda tendem a ser mais jurídico-políticos do que pragmático-ontológicos (ALMEIDA, 2013). Entre as ações ecológicas e leis ambientais de um lado e as práticas e modos de vida locais de outro assenta-se o estatuto jurídico dos animais pertencentes a esses *habitats*, e aqui talvez seja importante esclarecer essa questão de ordem jurídica antes de discuti-la em quaisquer outros termos – ontológicos ou, no limite, etnoecológicos, se assim for possível. Tanto por parte dos órgãos governamentais de fiscalização quanto por parte das populações locais, há uma flexibilização na aplicação de alguns conceitos. IBAMA e ICMBio, por exemplo, acabam por ter de lidar com seus procedimentos de acordo com cada circunstância particular. Desse modo, muitas vezes uma espécie animal, ainda que protegida pela legislação ambiental – e mesmo em eventual situação de vulnerabilidade ou de risco de extinção –, tem a sua predação “tolerada” por parte desses órgãos, quando se trata de uma área onde sua(s) comunidade(s) dispõe(m) de recursos delimitados de subsistência. Ademais, comunidades litorâneas e ribeirinhas parecem exercer em benefício próprio essa mesma “tolerância”. Numa ocasião, quando eu voltava do igarapé do Araruna com eles (ocasião em que quase nenhum deles havia conseguido trazer peixes, a não ser algumas poucas pratiqueiras), vimos passar por nós quatro rapazes saindo da mata pertencente a RESEX de Soure, localizada ao fundo da antiga praia de Araruna (que, por sua vez, já não existe mais devido ao avanço do mar). Cada um deles levava um camaleão ainda vivo amarrado às costas. Perguntei aos pescadores se aquilo não era proibido, e como o ICMBio reagiria a uma situação daquelas. Jamil, o mesmo que anteriormente me relatara já ter criado um macaco-prego, respondeu-me:

Mas eles pegam p’ra eles mesmos comerem. E outra, todo mundo conhece eles aqui. Esses meninos se criaram assim, toda a vida debaixo dessas árvores” [apontava para a direção da extinta praia de Araruna]. Se o ICMBio passar aqui não vai fazer nada, só cumprimentar mesmo, eu acho [risos]. Às vezes eles pedem p’ra dar uma olhada no bicho, ver quantos que ‘tão levando. Pode ver que cada um tinha pego um só, né? Se levar muitos, aí pode dar problema. Mas tinha uma turma deles [antiga coordenação do ICMBio em Soure], antes dessa que ‘tá agora, que era ruim com nós. Queria autuar todo mundo. Uma vez quiseram autuar o Coutinho, lá da [praia] Barra Velha, sabe? Por causa de uns caranguejos que ele pegou no defeso. Multaram ele em mais de mil reais.

Um morador da praia da Barra Velha comentou algo similar: “*Uma vez eles [do ICMBio] já quiseram vir aqui e expulsar todo mundo daqui. Eu falei p’ra menina: ‘então você não conhece lei, porque eu sou pescador, eu sei que eu tenho o direito de morar aqui’*”. Pergunto-lhe por que queriam remover todos dali. “*Por boçalidade deles. Disseram que era área protegida. Queriam mostrar serviço lá pros chefes deles, deve ter sido por*

isso”. Tentei conversar com agentes do ICMBio em várias ocasiões durante o trabalho de campo, procurando melhor entender a atuação do órgão junto às populações de áreas protegidas (ou de extrativismo controlado) onde trabalham, mas poucos me deram algum retorno. Dentre estes, um que era alocado em outra sede da instituição, assim reagiu, quando lhe contei o mesmo incidente:

Por causa de vinte caranguejos no defeso? Essa quantidade só eu como tudo, sozinho. Acho que não tinha necessidade [*de autuar o morador*]. Mas cada situação é uma situação, [*temos de*] tentar sentir o que ‘tá acontecendo de fato, se a pessoa sabe mesmo o que está fazendo ou não. Porque, às vezes, dependendo de onde é, pode ser falta de informação mesmo – que é algo que cabe a nós também.

Outro agente externo do órgão, da base de Presidente Figueiredo (AM), também opinou sobre o mesmo caso narrado:

Aí depende, né? Se é uma espécie de caranguejo que precisa de uma atenção extra na preservação, tem de ser enérgico, sim, na punição. Se é no defeso, então... aí complica ainda mais. Mas se ‘tá acontecendo muito e não tem como a gente fiscalizar sempre, autuar sempre, aí a gente procura ao menos reforçar no esclarecimento, né? Tem de chegar e falar p’ra eles: ‘*Mas é só p’ra você e p’ra tua família mesmo? Então consome aqui mesmo, não leva p’ra fora da reserva*’. Pelo menos isso a gente procura sempre passar p’ra eles.

O referido episódio dos caranguejos envolvendo o morador Coutinho, que tinha uma barraca de comércio na praia da Barra Velha, parte da RESEX Marinha de Soure (PA), fora narrado a mim pelo próprio, algum tempo depois. Coutinho havia trazido do manguezal ao lado da praia, cerca de 20 caranguejos. Foi no início do chamado período de defeso⁶² da espécie – o caranguejo-uçá – cuja proibição de captura/pesca ele dizia não se lembrar que já havia começado naquela ocasião, por ver com frequência as pessoas entrarem nos manguezais e voltarem com razoáveis quantidades dessa espécie. Ele recorda o incidente:

Era período de Carnaval, eu me lembro bem. E naquela época, o órgão [*ICMBio*] era bem recente aqui em Soure. E eu sempre trabalhei no verão aqui. Foi só aquela vez que eu acabei indo trabalhar no inverno⁶³, no defeso, porque me chamaram p’ra ir junto [*ao manguezal*] nesse dia.

⁶² No caso do caranguejo-uçá – muito comum e muito procurado nas áreas estuarinas do Marajó –, o seu período de defeso é chamado de “suatá” (ou “andada”, pois é a temporada em que eles se locomovem bastante dentro dos manguezais buscando se reproduzir e ficam, portanto, mais vulneráveis à captura pelos moradores locais) e costuma ser entre início de janeiro e final de março.

⁶³ Na Ilha do Marajó, tal como na Amazônia em geral, costuma-se conceber as estações do ano em dois períodos bem marcados: o da “seca”, quando as chuvas cessam, há um predomínio maior das águas do mar, salgadas, e a temperatura é mais quente (este é o “verão”); e o da “cheia”, período em que as chuvas são mais constantes, os rios sobem de nível, “adoçam” as águas do mar e a temperatura pode ter leve queda (é o “inverno” amazônico).

No mesmo dia, alguns agentes do ICMBio realizavam atividades de monitoramento da praia naquele dia e aproveitaram a ocasião para uma vistoria nas barracas de comércio também. Foi quando Coutinho viu-se “obrigado” – nas palavras dele próprio – a lhes abrir a porta de sua propriedade. Avistando os caranguejos num balde, perguntaram-lhe se ele tinha alguma “declaração de estoque⁶⁴” para portá-los. Ao responder negativamente, anunciaram que ele seria autuado em flagrante, com multa no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e que ele teria direito à defesa, desde que a enviasse com antecedência para Brasília. Coutinho prossegue:

Eu fiz tudinho como eles me falaram. Aí, um amigo meu, que é advogado, me ajudou a escrever a defesa. Aí, colocamos lá, tudo muito bem explicado. A gente encaminhou p’ra lá, p’ro Ministério da Justiça. Então, ficamos esperando e, em menos de trinta dias, veio o parecer deles, acatando a nossa defesa. Eles entenderam o caso como sendo “insignificante” e arquivaram o processo. Você acredita nisso? “Insignificante”! Veio escrito desse jeito que eu ‘tô te contando.

Mesmo não duvidando do que ele acabara de me contar, perguntei-lhe se, por ventura, ainda possuía a cópia emitida desse parecer favorável do caso, pois interessava-me ler na íntegra, por conta do trabalho que eu estava fazendo.

Ah, preciso procurar lá em casa... Mas acho que não tenho mais, não. Já fez dois anos, isso aí. Mas o Calixto [*também morador, dono de outra barraca na mesma praia*] viu, eu mostrei p’ra ele, porque ele ‘tava no dia que aconteceu [*a autuação*]. Agora, me diz: o que é que são 20 caranguejos?! Essa quantia os meninos daqui pegam toda semana aí dentro. A gente mora na praia, aqui é todo mundo pescador, é todo mundo ribeirinho. Será que eles não entendem isso? Eu acho que o certo era eles fazerem uma palestra antes, esclarecer o povo primeiro, p’ra depois cobrar. Não adianta vir querendo multar, prender, só p’ra mostrar serviço onde eles trabalham. Não é assim, não... Mas a pessoa que me autuou, de quem partiu a ordem, nem tá mais aqui em Soure. Daquela época acho que não ficou ninguém. Agora esse outro moço que tá comandando [*o ICMBio*] aqui, ele é mais tranquilo, não chega metendo o pé na porta igual o outro. Vamos ver como vai ser agora...

A pergunta de Coutinho – “*o que são 20 caranguejos?*” – soava, em outro sentido, também como uma resposta, uma revelação (ao menos para mim). O tom de indignação com o qual ele se expressara já inseria na própria pergunta a sua resposta. Tal como a justiça entendera o caso como sendo “insignificante”, certamente essa quantidade de caranguejos certamente pouco ou nada significava para ele próprio. A ênfase de sua pergunta estava, portanto, no seu teor quantitativo: eram vinte caranguejos. Até as crianças que moravam na praia capturavam vinte caranguejos sempre que queriam, segundo ele. Mas a ênfase quantitativa do questionamento de Coutinho não deixava de trazer também,

⁶⁴ A declaração de estoque é prevista por instruções normativas de órgãos como o IBAMA e o ICMBio, e vale como licença para uma estocagem limitada de determinada espécie, concedida em casos excepcionais de comércio ou uso em pesquisa científica.

de forma implícita, um teor qualitativo: eram caranguejos. E ali todo mundo é pescador, todo mundo vive de pescar. Ao mesmo tempo, havia a argumentação de que capturar tal quantidade de indivíduos daquela espécie era corriqueiro, mesmo durante o período do defeso, afinal, os animais estavam sempre lá, livres e em grandes quantidades.



Imagem 11 – “O que são vinte caranguejos?”.

Esse teor mais quantitativo – ainda que quase sempre venha acompanhado do qualitativo – é bastante sintomático do próprio alcance jurídico da legislação atual. As penas previstas na Lei nº 9.605/98 (“Lei de Crimes Ambientais”), na qual estaria enquadrado o caso que envolveu Coutinho, são relativamente brandas, como mostra o seu Artigo nº 29 (no Capítulo V, “Dos crimes contra o meio ambiente”; Seção I, “Dos crimes contra a fauna”): a quem “*matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida*”, prevê-se “*detenção de seis meses a um ano, e multa*” (BRASIL, 1998). Mas as sentenças tendem a ser de “pequena monta” ou de “tipo contravencional” – quando não se recorre imediatamente ao princípio da insignificância. E o caso de Coutinho e os vinte caranguejos também envolve o fato de ter ocorrido numa reserva extrativista. Ademais, minha experiência de pesquisa anterior, acompanhando alguns casos de crimes ambientais que envolviam animais em contextos

urbanos⁶⁵, já havia me conduzido a pensar que pouco se pode esperar da aplicabilidade jurídica da mesma Lei, e, neste caso, de seu Artigo nº 32 (sobre “*praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos*”). Mas havia também oscilações dos próprios moradores locais em conceitualizar certos animais. O caso do boto é muito conhecido, tal como o seu tabu do “encantamento”, ainda que haja casos (raros) de consumo de sua carne ou o seu uso – cada vez mais constantes – como isca de pesca da piracatinga (a famigerada “douradinha”).

Mas os medos são múltiplos e diversos. E o que, hoje em dia, parece atormentar bastante a vida aparentemente simples e harmônica – mas nem por isso menos (in)tensa – de moradores das costas litorâneas ou dos “beiradões” de rio não é tanto (ou, ao menos, não é apenas) o medo do desconhecido, mas também o medo de outros entes (ou, poder-se-ia dizer, entidades) bem conhecidos deles, como os órgãos de fiscalização e monitoramento ambiental, tais como o IBAMA e o ICMBio, dentre outros, além da presença de grupos de pesquisa, que muitas vezes trazem propósitos similares em suas atuações em campo. Para Eron, da Vila de Joanes,

[...] muita gente tem medo do mar. Mas o mar, você tem de entrar nele rindo, assobiando. Se entrar com medo... Porque você já sabe que o mar é inafiançável, não tem segurança nenhuma. Aí, quando vem aquela maresia e balança o barco...Então, não adianta ter medo.

Percorrendo, por exemplo, os caminhos fluviais do Parque Nacional Anavilhanas, com uma equipe do ICMBio que fazia o trabalho de avistagem de botos, em dado momento avistamos uma canoa motorizada a cruzar o caminho da “voadeira” em que estávamos – há mais ou menos 50 metros de distância. Era visível uma grande geladeira de isopor no centro da canoa, transportando uma única pessoa, que se apressou em rumar na direção de um “furo”, que era entrada de uma mata de igapó – pequena mas suficiente para fazer com que o perdesse de vista. Certamente ele havia avistado a “voadeira” do ICMBio. O agente do órgão, responsável por aquela atividade, havia demonstrado certa desconfiança com a situação, mas não houve tempo de fazer algo. Perguntei-lhe se ele, na função de que se ocupava, teria licença para ordenar que o canoeiro parasse, caso quisesse:

Sim, eu tenho esse poder de polícia aqui dentro [*numa unidade de conservação*]. É que ele foi muito rápido, mas a situação toda lançou uma suspeita, sim. Se a gente estivesse mais perto dele, talvez eu o pararia, sim, ao menos p’ra verificar o que ele levava no isopor.

⁶⁵ Um dos casos que acompanhei durante pesquisa anterior (ANTUNES DE OLIVEIRA, 2012), sobre o julgamento de um homem pela morte de seu cavalo (em decorrência de maus-tratos), versa sobre a aplicabilidade da Lei de Crimes Ambientais e da interpretação do seu Artigo nº 32, quase sempre entendido como “de menor relevância”.

Se nem sempre se pode ser dito que os pescadores têm consciência da necessidade de conservação do meio ambiente, é certo que eles têm ciência do quão dispendioso é sofrer uma multa por pesca irregular ou alguma outra infração ambiental. E é no sentido dos encargos da infração que muitas atitudes deles já começam a mudar lentamente. João Vítor, de Joanes, certa vez me viu nas ruas da vila e disse: “*Parece que mataram um peixe-boi lá em Monsarás, não sei bem como foi. Mas é bom avisar as meninas* [as oceanógrafas Beth e Iná, do Projeto Bicho D’Água, com as quais estive em campo em algumas ocasiões]”. Já em Alter do Chão, certa vez conversando com o morador Gervásio, em encontro casual na praça central da vila, o assunto voltou à tona e ele me explicou uma estratégia utilizada para despistar a fiscalização quando se quer caçar ou pescar em período ou local interdito: o chamado “desdobro”, que algumas pessoas da região, às vezes, realizam. Geralmente reúnem-se em quatro indivíduos num barco. Para agir, permanecem dois no barco e os outros dois vão para o mato (depois trocam de função entre si). Caçam, por exemplo, quatro tatus, ficando com um deles e vendendo na cidade os outros três, separadamente.

É difícil fiscalizar tudo isso, até mesmo por conta de IBAMA e ICMBio trabalharem com uma conduta de certa tolerância às práticas locais e ao consumo de caça e pesca desde que seja para a própria subsistência, dentro da comunidade. O fato é que esses órgãos têm ciência de que as relações sociais à luz do ambientalismo em muito mudaram em comparação a tempos remotos – e não me refiro especificamente aqui à conscientização ecológica. A figura do regatão, por exemplo, presente na literatura amazônica – por vezes de forma romantizada – pouco se aproxima de quem o desempenha nos dias atuais e de outros artifícios criados para driblar a lei e manter uma rede de comércio ilegal de espécies silvestres protegidas por lei. O “desdobro”, os “gebristas⁶⁶” e também os “piratas” se mantêm em plena atividade nos rincões mais remotos da Amazônia, práticas que se difundem por mares e rios e torna difícil o controle por parte dos órgãos ambientalistas encarregados de fiscalização e repressão. E talvez até por conta disso a relação com os órgãos governamentais é, às vezes, ambivalente. Como expresso na fala de João Vítor, da vila de Joanes:

Graças a Deus, o IBAMA acabou com as lanchas⁶⁷ pr’aqueles lados do Paracauari⁶⁸, do Pacoval⁶⁹... Porque até um tempo atrás você via elas passando. E lá

⁶⁶ Nas palavras de um de meus interlocutores, gebrista seria “*o cara que mata o animal silvestre ainda no local e só vai p’ra cidade vender com data e local combinados, só p’ra deixar a ‘mercadoria’ com o atravessador, receber e já vir embora...*”.

⁶⁷ “Lancha” é como os pescadores costumam denominar as grandes embarcações de pesca industrial.

é o nosso viveiro. Então, hoje a gente ainda encontra uma piramutaba aqui, uma piaba de um quilo e meio...

Numa das primeiras vezes que o interpelei, depois de lhe explicar as minhas intenções de pesquisa, ele começou por falar um pouco das peculiaridades do lugar onde vivia, que a vila de Joanes é uma vila muito antiga, e falou um pouco sobre como é viver numa região costeira, como na Ilha de Marajó:

A costa de Soure, aqui de frente p'ra Salvaterra, ali tem mistério: já teve mortes, teve navios que afundaram [...]. E tem a Cobra Grande em Soure. O pessoal não gosta de falar disso. Mas tem um redemoinho lá na frente [*de Soure*], na água. É a Cobra Grande. Eles não contam porque ninguém acredita. É p'ra ninguém ir lá pesquisar. Porque nunca vão descobrir, nem entender! Por que nós temos essas croas no meio do mar? Com que finalidade elas estão lá? Então existem essas coisas, mas eu não vou te contar, porque você não vai entender, não vai acreditar. Não vai conseguir descobrir o motivo. E essas histórias tem de respeitar.

Com a pesquisa em andamento e depois de conversar com outros tantos pescadores e demais moradores da região, ouvi a palavra “respeito” e o verbo “respeitar” por diversas vezes, muitas delas em referência à natureza e a seus fenômenos. Nesses contextos de caça e pesca, “respeitar” também consentiria, portanto, em “temer”. Mas pescadores, por vezes, tentam “refugiar” os seus medos, ao dizer que não temem ações repressoras dos órgãos ambientalistas (COLAÇO, 2012) ou então os redirecionam para outros domínios: o medo do IBAMA ou do ICMBio poderia ser um *continuum* da relação de “respeito” que já se tem com entes que podem vir a assombrar ou prejudicar a quem não faz bom uso dos recursos locais (WAWZYNIAK, 2004; ALMEIDA, 2013), como se a natureza também desempenhasse suas vezes de “Leviatã”:

Caipora e Estado são entes mediados por encontros pragmáticos que deixam um resíduo ontológico. Há escaramuças na luta pelo reconhecimento entre *Caiporas* e caçadores nos seus encontros pragmáticos cotidianos com “o que anda pela floresta”, marcados pelo sucesso e pela alegria e emoção, mas também pelo assombro, pela desorientação no fundo da mata, pelo enrasco. Nós também vivemos constantemente situações de reconhecimento mútuo marcadas pela emoção e pelo assombro. Pois se trata do aparecimento de entes em situações de incerteza e de perigo (ALMEIDA, 2013: 24).

De fato, não é oportuno ignorar essa suposta “transmutabilidade” no estatuto *ontológico* dos agentes – do plano socioambiental para o sobrenatural, ou vice-versa – presentes em contextos de atividades extrativistas. Mas nesses “encontros pragmáticos”, o estatuto do animal silvestre parece permanecer imutável, enquanto alvo de uma predação

⁶⁸ O rio Paracauari é um dos principais rios da região costeira da Ilha do Marajó, que estabelece a divisa entre os municípios de Soure e Salvaterra.

⁶⁹ O Pacoval é um dos afluentes do rio Paracauari, mas hoje é mais conhecido por dar nome a um dos bairros do município de Soure.

sustentável – a despeito de tal sustentabilidade ser legitimada ou não – seja pelo ICMBio ou IBAMA, seja por Caipora ou algum outro ente. Restaria saber se é somente a presença do Estado e seu “poder de polícia” que asseguram (se é que realmente asseguram) a conservação do meio ambiente, e o que haveria de sensibilização – ou, no limite, de conscientização – no ato de autuar e/ou punir.

Estive muito próximo de locais descritos em parte da literatura sobre a pesca amazônica para ter um mínimo conhecimento prévio dos lugares que eu percorreria já tendo lido algo sobre os mesmos. Um deles, aliás, muito me intrigava, porém não consegui acessá-lo, nem mesmo acompanhando os pescadores. José Veríssimo (1895), inclusive citando os relatos do Padre José Monteiro de Noronha (também conhecido como “o vigário geral do Rio Negro”), já fala da conhecida Ponta do Maguari, no Marajó, temida pelos pescadores locais. E justamente por conta desse temor até hoje nutrido, traduzido também num sentimento de “respeito”, não consegui ir até lá, mesmo conhecendo alguns pescadores que costumavam trabalhar dirigindo para lá suas embarcações. Do que pude ouvir a respeito da tal Ponta do Maguari, trata-se de um local de difícil e arriscado acesso. Investidas de pesca rumo àquele local carecem de preparo e planejamento prévios. Para quem não trabalha com a pesca ou sequer é do ramo (como o meu caso), dificilmente haverá espaço numa embarcação. *“Só vai p’ra lá pescar quem conhece. E olhe lá... Porque a Ponta do Maguari, todo mundo diz isso... que lá é muito respeitado”*, disse-me uma moradora de Soure, casada com um pescador. A ideia de uma natureza que se tem de “respeitar” trazia um sentido aparentemente duplo, ao menos para mim: a natureza deve ser temida, por ser maior, mais forte que nós. E as histórias que eram atribuídas a essa mesma natureza, ainda muito presentes no consciente coletivo local, também deviam ser respeitadas – ou “levadas a sério” (como muitos antropólogos ainda gostam de dizer). E, talvez por isso mesmo, João Vítor, um dos pescadores com quem conversei em Joanes, tinha o seu cuidado para (não) conta-las. Dizia ter muitas histórias sobre a tal Ponta do Maguari, dos tempos em que seu pai, também pescador, costumava frequenta-la. Mas não quisera me contar uma sequer.

O que há de desconhecido na travessia da Ponta do Maguari – e em outras áreas “de respeito” – também desperta esse temor em pescadores e demais trabalhadores da pesca. Entretanto, esse mesmo fator de desconhecimento opera também como uma “barreira fatal” – parafraseando Jules Michelet (1861) – de propensão ecológica no pensamento dessas pessoas. As chamadas “visagens” não se personificam apenas em seres advindos das profundezas das águas – o chamado mundo do “fundo” –, mas também se manifestam

através de fenômenos naturais – e, por vezes, trazem em si (ainda segundo relatos que ouvi) essa suposta função de um ordenamento ecológico:

[...] Os bichos visagentos dominam ou controlam um setor do ambiente natural, a mata e os rios. São como entidades protetoras que guardam a natureza contra sua depredação pelo homem [...]. A atitude fundamental é de respeito pelas forças que presidem a natureza, ao mesmo tempo de insegurança ante esses poderes cuja ação escapa à interferência protetora dos santos (GALVÃO; 1976 [1955]: 80).

Além da referência ao “respeito” e à “insegurança”, essa passagem do clássico *Santos e Visagens* (1955), de Eduardo Galvão, revela também um aspecto ético há muito presente no cerne das comunidades costeiras e ribeirinhas amazônicas, que, não raramente, concebem a dimensão do desconhecido como um amálgama entre o espaço natural e o sobrenatural, e que se dá muitas vezes à porta da casa do habitante ribeirinho: o mundo das águas. O advento de entidades como o IBAMA e o ICMBio vieram ocupar, portanto, uma tarefa “sentinela” que tanto o temor por visagens (e o estado de “panema”) quanto a fé cristã (e as penitências do pecado) nem sempre bastaram para assegurar a preservação do meio natural. A vida dos animais, entretanto, se mantém quase sempre à margem dos juízos mediados pelo “poder de polícia” e por tais temores – traduzidos por “respeito” ou “insegurança” ou por outros tipos de afetos.

3. Peixes e linhas

*“Peixes que, algumas horas antes nadavam na água,
agora jaziam no convés dos barcos, com olhos vidrados,
bocas feridas, escamas sujas de sangue.
Os pescadores, desportistas abastados, estavam
pesando os peixes e se gabando da pescaria.”*

Isaac Bashevis Singer, *Inimigos, Uma História de Amor* (1972).

*“Tão do caboclo essa escola
líquida fala de gosma,
peixe/homem homem/peixe
são sinas do mesmo feixe.”*

Anibal Beça, “Primeira lição das facas” (2002).

3.1. A linha d’água e o “jogo” da pesca: fronteiras do (não) visível

No início de meu trabalho, apelidei-o de uma “etnografia fluviomarítima”, uma vez que eu percorreria mares e rios durante a sua realização. Mas o tema e o objeto do trabalho não eram propriamente mares e rios. Minha proposta era um estudo voltado às relações entre bichos e gentes na pesca, o que me impelia, no entanto, a estudar minimamente os meios aquáticos. Para falar sobre as águas, entretanto, era necessário eventualmente também estar sobre elas. Considerei, assim, que deveria acompanhar as atividades pesqueiras dentro das embarcações, embora soubesse – e os próprios pescadores me alertassem – dos riscos que uma investida dessas conferia a um leigo como eu. E sobre os quais os próprios pescadores já haviam relatado a mim, tal como Josiel, da vila de Joanes:

É um trabalho perigoso, sim. Já fiquei uma semana inteira lá no Caju-Una⁷⁰. Tem um ditado que diz: “Mar não tem cabelo”. Quer dizer, se tu cair, não vai ter onde segurar. É pedir proteção a Deus e contar com a sorte. E a própria maresia também vai machucando a gente. Tem vez que parece um soco. E vai dando câimbra.

O próprio uso de bebida alcoólica, invariavelmente associado à pesca, sempre foi uma combinação muito presente entre pescadores. Esse ambiente “de respeito” – ou seja, temido – sempre foi e, certamente, ainda é um fator impulsionador disto. Sobre as águas,

⁷⁰ Caju-Una é uma colônia de pescadores na região do Pesqueiro, distrito afastado do centro do município de Soure, na Ilha do Marajó (PA).

porém, os pescadores manifestam atos e sensações (algumas das quais eles dizem ser imprescindíveis ou inevitáveis) diversos, e além do medo, a dúvida, a cautela, a sagacidade e a parcimônia, por exemplo. E, por vezes, também os atribuem aos peixes, dentro de uma relação que, uma vez predatória, traz também um ingrediente lúdico: como dito a mim por alguns deles, trata-se de um “jogo” que se pode perder ou ganhar. Peixes não querem ser capturados, fazendo o possível para escapar a tal destino. Cientes disso, os pescadores reconhecem a astúcia desses bichos aquáticos para não sucumbirem às redes, linhas ou arpões. Mas rios e oceanos nunca deixaram de inspirar temor, mesmo a seus mais habituados. O perigo e o desconhecido são fatores que regem esse ambiente, e muitas vezes são razões utilizadas pelos pescadores para justificar o uso do álcool⁷¹ durante o trabalho da pesca (principalmente em águas oceânicas), além de intensificar o teor das histórias⁷² que contam, procurando sempre demonstrar competência ou bravura diante de situações de risco a suas próprias vidas. O historiador francês Jules Michelet (1798-1874) se dedicara a uma notória obra literária para versar sobre essas concepções e percepções acerca do mar. Logo em seu início, o autor assim o define:

L'eau, pour tout être terrestre, est l'élément non respirable, l'élément de l'asphyxie. Barrière fatale, éternelle, qui sépare irrémédiablement les deux mondes. Ne nous étonnons pas si l'énorme masse d'eau qu'on appelle la mer, inconnue et ténébreuse dans sa profonde épaisseur, apparut toujours redoutable à l'imagination humaine. Les Orientaux n'y voient que le gouffre amer, la nuit de l'abîme. Dans toutes les anciennes langues, de l'Inde à l'Irlande, le nom de la mer a pour synonyme ou analogue le désert et la nuit⁷³ (MICHELET, 1861: 3).

Essa “barreira fatal” parece corresponder também ao que os pescadores vêem como a “linha d’água”, aquela que é desenhada pela superfície do rio ou mar. A partir dela, eles definem os rumos da embarcação, para onde ir, onde parar. Sobre ela, muitas vezes,

⁷¹ Geralmente, aqueles pescadores que consumiam bebida alcoólica recorriam às que podiam ser encontradas nos bares, como aguardente de cana (cachaça) ou cerveja. Em época de comemorações religiosas, havia também as bebidas artesanais, preparadas pela própria comunidade, como a tiborna (na Ilha do Marajó) e o tarubá (em Alter do Chão, Santarém), obtidos a partir da fermentação de tubérculos (batata, mandioca, dentre outros).

⁷² No decorrer deste texto, não faço a distinção ortográfica entre *história* e *estória*, vigente no vernáculo português, preferindo sempre designar como *histórias* as narrativas ouvidas e registradas durante a pesquisa. A propósito de uma distinção que deve fazer pouco ou nenhum sentido dentro da antropologia, tal opção visa, assim, conceder um estatuto literalmente historiográfico aos diálogos ocorridos durante a pesquisa, em meio a recursos coloquiais das falas e a narrações que, por vezes, escapam ao plano estritamente material da vida cotidiana de meus interlocutores.

⁷³ Tradução: “A água, para qualquer ser terrestre, é o elemento não respirável, o elemento da asfixia. É uma barreira fatal, eterna, que divide irremediavelmente os dois mundos. Não é de se admirar que essa enorme massa de água a que chamamos de mar, desconhecida e obscura em sua profunda espessura, sempre inspirou temor à imaginação humana. Os orientais o veem como um fosso amargo, a ‘noite do abismo’. Em todas as línguas antigas, desde a Índia até a Irlanda, o nome do mar é sinônimo ou análogo a deserto e a noite”.

avistam algum movimento: botos saltando, “cumidia” ou algum já morto boiando (a depender da “marca”⁷⁴ do peixe, retiram-no sua bexiga natatória – a “grude” – para vender no mercado), Já sob a linha d’água, é o lugar da obscuridade. Mas essa obscuridade do mar é o que torna a percepção dos pescadores ainda mais impressionante, uma vez que as águas tendem a ocultar de nós, humanos terrestres, os movimentos – e as reações – dos peixes, inclusive diante das ameaças das redes, dos anzóis, arpões e outros artefatos lançados ao fundo das águas. Por conta disso, certamente, o naturalista e geógrafo russo Piotr Kropotkin (1842-1921) pouco versa sobre a vida aquática em *Ajuda Mútua* (2009 [1902]), sua contribuição aos estudos da evolução da vida, onde, diferentemente da tese centrada na “seleção dos mais aptos” do naturalista britânico Charles Darwin (1809-1882), em seu seminal *A Origem das Espécies*, de 1859, propõe uma abordagem do processo evolutivo das espécies a partir de situações de coletivismo, cooperação e empatia. O autor admite, aliás, que “*informações fidedignas sobre peixes são escassíssimas, em parte devido às dificuldades de observação e, em parte, porque o assunto ainda não foi tratado com a devida atenção*” (KROPOTKIN, 2009 [1902]: 30). Mas alguns pescadores conseguem mesmo avistar os peixes ao fundo das águas. “*Quando a água tá mais limpa, dá p’ra ver mesmo*”, disse-me um deles.

A experiência acumulada em rios e em mares amazônicos por pescadores locais possibilita-lhes, portanto, uma apurada percepção das situações de pesca, mesmo ocorrendo em profundezas inacessíveis. Seja por movimentos percebidos na rede, pela observação da textura da superfície aquática, por sombras ao fundo ou até mesmo por vestígios orgânicos (“*Tá sentindo o pitiú*”⁷⁵? *Toca [a canoa] p’ra lá que é lá que eles estão!*”), esses pescadores deduzem o comportamento de certos peixes, como algumas vezes o fizeram durante algumas de suas atividades que acompanhei. Casos como os do xaréu nas águas oceânicas da Baía do Marajó ou como os do tucunaré e da matrinxã, nas águas doces do Rio Negro e do Tapajós, levam-me a pensar que Kropotkin talvez ouvisse com certo entusiasmo alguns dos relatos oferecidos por pescadores sobre as intempestivas interações vivenciadas com esses peixes⁷⁶: “*Tucunaré sabe se esconder, principalmente quando ele tá com cria... Aí*

⁷⁴ Aqui, “marca” significa a designação de uma determinada espécie ou classe de peixe. Como me explicou certa vez outro pescador, a pratinheira, por exemplo, é um peixe da mesma “marca” da tainha, porém de tamanho menor.

⁷⁵ Costuma-se chamar de “pitiú” o odor exalado pelo peixe já fora da água, e principalmente por sua carne ou suas vísceras, no momento em que é cortado e lavado. Algumas espécies exalam um odor muito forte e, por conta disso, algumas pessoas se recusam a comer de sua carne.

⁷⁶ Há também o caso do alabote (*Greenland halibut*), peixe com incidência nos mares árticos da Groenlândia – a propósito, relativamente próxima à Sibéria de Kropotkin – e cujo comportamento Roepstorff (2001)

fica mais bravo ainda... Não é qualquer um que pega, não...”, disse-me Ado, um pescador da vila de Alter do Chão. “*O xaréu tenta rasgar a rede. Às vezes, o líder deles – que eles têm, né? – consegue furar e todo mundo [os demais peixes do cardume] vai atrás e consegue escapar*”, contou a mim João Vítor, da vila de Joanes. Em águas doces ou salgadas, pescadores costumam não menosprezar as capacidades e astúcias de certos peixes. Nas palavras de Odécio, morador de Presidente Figueiredo (AM) e que costuma pescar pelos igarapés e rios locais:

[Com] o mato e [com] o rio você não pode brincar, que ele tem segredos que... eu não duvido de nada, porque a natureza... ela é perfeita, tem de respeitar. Você vê, a matrinxã, por exemplo, dá [aparece] muito de manhã, às 5 da manhã elas já começam [a aparecer]... A matrinxã é muito velhaca. Um vizinho meu já fez um criadouro [de peixes] no igarapé que tem do lado da casa dele. Armava a malhadeira dele e pegava traíra, tambaqui, tudo que era peixe, pegava mesmo... Mas nunca vinha matrinxã. A matrinxã é o peixe mais inteligente que tem.

Tal como a matrinxã, portanto, o xaréu também é um peixe que recebe admiráveis atributos reconhecidos pelos pescadores. O seu peculiar comportamento já é ressaltado pela personagem do “malandro” Firmino em *Barravento* (1961), primeiro longa-metragem do cineasta baiano Glauber Rocha (1939-1981). Ao exaltar o seu desapego em relação ao árduo trabalho de seus pares pescadores, Firmino lhes dizia: “*Corro riscos, mas sou livre como um xaréu no mar!*”. Livre quando sozinho, o xaréu é também um peixe difícil de ser capturado, dado o seu comportamento cooperativo quando em cardume. João Vítor, pescador da vila de Joanes já me falara que era “um peixe astuto” e o também joanense Eron que ele “não se entregava fácil”. João Vítor chegou a me descrever que, quando um cardume de xaréus é capturado pela malha da rede, um deles – o suposto “líder” do cardume – logo se apressa em procurar encontrar – ou ele mesmo fazer – um furo por onde possa escapar. Por onde ele conseguir escapar, todo o cardume escapará também. Isso foi confirmado também por *seo* Benito, um dos mais antigos pescadores de Soure, a quem perguntei como eles conheciam tais pormenores do comportamento do xaréu se nem mesmo era possível observá-lo a olho nu. *Seo* Benito me respondeu que

tem coisa que a gente não precisa ver p’ra saber como acontece, né? Com o tempo, você ganha experiência, indo toda semana, às vezes quase todo dia, aí p’ra fora [para o mar] lidando com esses peixes... Aí é pelo modo do peixe se mexer na rede, o rasgo que ele faz na rede – às vezes você sabe que foi o xaréu, ou que foi o boto pegando teus peixes e levando embora... Pela força que faz na rede, às vezes dá p’ra saber: “ah, isso aí é bagre”. É assim...

descreve apontando suas determinadas reações de adaptação às mudanças climáticas e antrópicas (decorrentes da pesca). Dunayer (2004 [1991]) também traz outros exemplos, como o de peixes que passam a evitar anzóis quando veem outros sendo capturados pelos mesmos.

Sempre era impressionante para mim esse tino dessas pessoas para perceber a conduta de certo peixe ou cardume. De fato, parece se tratar de uma percepção muito apurada que decorre da experiência e da rotina – ou seja, da repetição. Aqui, no entanto, falo em percepção antes de tudo como uma técnica adquirida, a despeito do uso que muitos cientistas fazem da mesma palavra para classificar todo conhecimento local que julgam não caber no escopo do que entendem como ciência em seu sentido mais estrito.



*Imagem 12 – A linha d’água, cenário do “jogo” da pesca.
Vila de Joanes, Salvaterra (Ilha do Marajó, PA).*

Até aqui, tenho tentado propor também uma abordagem com enfoque nas relações ou, no limite, interações – ou, num limite ainda mais extremo, nas possibilidades de interações. E, ao falar aqui em “linhas”, posso sugerir um enunciado enganoso ao título do capítulo, pois não me refiro exatamente a linha enquanto artefato de pesca – muito embora tal artefato esteja inegavelmente presente em quase todas as situações que acompanhei durante o trabalho de campo. Ao me valer da expressão “linha d’água”, a imagem da superfície da água – do rio ou do mar – parece-me estar muito clara a ponto de remeter a uma noção verticalizada: a linha que estabelece um suposto limite entre o ar (ou o céu, como diriam alguns) e a água – ou, poder-se-ia dizer, “entre o fundo e o buiado” (SAUTCHUK, 2007). De fato, tal como já mencionado no início deste trabalho sobre algumas fronteiras com as quais me deparei durante a pesquisa, aqui sou levado a retomar

uma abordagem sobre situações fronteiriças a partir da imagem da linha d'água, que, desenhada no horizonte entre o espaço do céu e o espaço do rio/mar, representa um marco limítrofe *verticalizado* e *estático*. Por outro lado, falar em linhas na água já remete a outro propósito ao qual me dedico neste mesmo capítulo, num sentido mais ingoldiano (INGOLD, 2007; 2011), e mais voltado a uma noção *horizontalizada* e *dinâmica*: a linha que marca um deslocamento, uma trajetória. Pescadores e peixes traçam suas próprias trajetórias, suas próprias linhas – que, por vezes, podem se entrecruzar.



Imagem 13 – O “astuto” xaréu, quando capturado, é exibido com entusiasmo. Vila de Joanes (Ilha do Marajó, PA).

E neste mesmo sentido, digo que me interessam menos os espinhéis (de pescador) e mais as espinhas (de peixes). Insisto, portanto, que este trabalho não se dedica a estudar a vida *da* pesca, mas as vidas envolvidas *na* pesca. Tenho frisado, portanto, que não é meu interesse primeiro abordar os usos ou os “modos de existência” dos artefatos de pesca, tampouco elenca-los de forma detalhada, em seus respectivos números, pesos, medidas, tamanhos etc. Se determinadas técnicas “artefactuais” eventualmente surgem aqui descritas, elas se apresentam como parte de certos movimentos, trajetórias – ou seja, determinadas técnicas corporais, o que remete a meu empreendimento primeiro, de aproximar minha abordagem e a etnografia em si daquilo que entendo como uma “antropologia da vida” (também num sentido ingoldiano). E, a propósito de vidas, é possível que o presente trabalho também desaponte a quem procure aqui um grande museu taxonômico catalogado

do mundo aquático, a despeito de uma invisibilidade que ainda acomete a vida subaquática nas abordagens antropológicas ou sociológicas desses ambientes.

Essa linha do mar parece ser uma fronteira também divisória das sensibilidades, uma vez que a empatia com espécies do mar parece somente ser acionada diante de algum processo mental que venha, de determinado modo, a “humanizar” esses seres, diferentemente do que ocorre com os animais terrestres, cujo convívio mais próximo com humanos não custa a desenvolver tais afetos e empatias. Ainda assim, quando uma situação de empatia – ou mesmo de “sofrimento compartilhado” (HARAWAY, 2008) – em contextos marítimos ou fluviais aciona uma humanização desses animais aquáticos, aí as sensibilidades surgem para dentro da água. Mas, como tenho dito, há outras fronteiras:

[...] poderíamos dizer que nenhum caçador consegue matar a presa numa mata onde ela não exista. Pretendo argumentar que essa afirmação se aplica tanto à existência pressuposta – que tomo aqui como equivalente à preexistência suposta – de peixes no rio, de Caipora pelo caçador caboclo, e da *carrying capacity* [“capacidade de suportar”] por parte do técnico em manejo da vida selvagem. Toda economia política pressupõe a existência de entes. Esses são pressupostos ontológicos, e constituem matéria de uma economia ontológica. Pode-se argumentar uma diferença entre pressupor (a preexistência) e o encontro de fato com o peixe encoberto na água. E se isso fosse tudo, de fato estaríamos apenas corroborando a visão recebida do neopositivismo. Mas as coisas não se passam dessa maneira simples. A medição dos existentes (e.g. pirarucus no lago) pelo encontro fenomênico de pescadores apoiados na sua experiência anterior, e a previsão dos modelos demográficos sob hipóteses de parâmetros projetados para o futuro (e.g. taxa de natalidade e taxa de mortalidade) não apoia uma fronteira bem demarcada entre teoria e fato (ALMEIDA, 2013: 8).

Poderia alguém dizer que não se convive com os bichos aquáticos, havendo apenas a possibilidade de interação com eles durante a pesca – ou, no limite, os botos se aproximam das embarcações, por motivos distintos: ora cercar os cardumes, ora comer os peixes já capturados pelas redes. Não se criam vínculos com “recursos nutritivos”, até o momento em que esses evocam uma sutil humanidade – e, por conseguinte, um sentimento empático – em quem presencia o lamento de sofrimento de um cetáceo ou um sirênio (ambos mamíferos, como os humanos).

Por entre tais fronteiras se configura um jogo, que é o “jogo da pesca”, como alguns pescadores explicam a relação de predação que constitui esse meio de vida. É devido a esse mesmo “jogo da pesca” que se traçam linhas, sobre as quais (algumas delas, ao menos) pretendo aqui me ater. E, no que pude acompanhar dessa atmosfera lúdica – mais bélica, em certos momentos, eu diria – o tal “jogo” da pesca começa antes mesmo do barco adentrar a água. Isso se percebe quando os pescadores – como Heraldo, de Soure, na Ilha

do Marajó (PA), ao ser indagado sobre o tal jogo – remetem-no a detalhes e situações que antecedem até mesmo a investida ao rio ou ao mar:

Esse meu barco, ele aguenta cinco toneladas [*de gelo*]. Eu tenho até de agradecer a Deus, por ter eles [*os outros colegas de tripulação*] no meu barco. Eles não bebem, não fumam. Tem um deles lá... que nem gordura ele come. A gente faz churrasco aqui, ele tira a gordura da carne [...]. E é uma pescaria gostosa que a gente faz, a pesca da tainha, você tem de ver... Ela vem bebericando muito, dá p'ra ver. A gente pesca mais com tainheira [*malha de rede com medida adequada para pesca da tainha*], né? Agora, quando tem muito boto, aí a gente tira rápido, porque ele rasga tudo e ele ainda rouba o peixe da gente.

Josiel, da Vila de Joanes, também aponta alguns fatores preliminares desse “jogo”:

É que a pescaria é uma coisa que vicia. E quando o pai leva o moleque com ele desde cedo, uma hora ele não vai querer mais estudar, só vai querer saber de pescar. É que o dinheiro vem rápido, sabe? Mas dá um trabalho duro, ter de puxar rede, fiar a rede quando estraga... Mas é uma alegria muito grande quando a gente puxa a rede e vem bastante peixe.

Para o pescador, o peixe muitas vezes luta contra ele: *“Tem peixe que vem bravo, então tem de cuidar p'ra não perder, têm uns em que a gente tem de dar porrada mesmo, p'ra ele sossegar”*. Em outras, ele pode também atrapalhar seu trabalho, como Vladimir, do bairro Umirizal, em Soure, para uma rebeca (também conhecida como peixe-banjo, espécie não comestível) capturada acidentalmente pelo puçá: *“mas você de novo?”*. Vladimir soltou novamente a pobre rebeca: *“e não volte mais, heim!”*. *“Essa relação com o mar é boa. Você vê muita coisa no mar... e o que você vê no mar, não conte na terra. Esse é um ditado importante do pescador”*, diz *seo* Vicente, de Joanes, que tem muitas cantigas compostas sobre a vida da pesca e a vida no Marajó. Pescador nascido e residente na Vila de Alter do Chão, distrito de Santarém, no oeste do estado do Pará, *seo* Afonso diz já saber onde encontrar os cardumes quando quer trazer muitos peixes para casa. Eu lhe pergunto como ele consegue esse feito. Esboçando um leve riso e olhando para o seu filho mais velho, também pescador, ele diz:

Tem ocasiões em que a gente sente de longe o pitiú do peixe sem precisar de ter visto nada. Eu era até bom de enxergar peixe, a quinhentos metros de distância, às vezes até de mais longe. Mas têm esses outros macetes, você sente quando a água tá muito fria, isso é um sinal também.

Alguns pescadores que conheci eram também caçadores. A partir disso, imagino que, em algum momento, todo pescador já pensou sobre sua condição de “predador” na mata ou no rio/mar e chegou a compará-las de algum modo. Quanto aos animais, enquanto “presas”, quando caçados em terra suas reações parecem ser visíveis do que as de peixes (e outros bichos aquáticos) quando pescados. Até certo ponto: a depender do tipo de pescaria

e das habilidades e artefatos utilizados, é possível saber, prever e necessário até “lutar” contra determinado peixe, conforme o seu comportamento. E a partir da descrição do comportamento e das reações de certos peixes que melhor se compreende o que os pescadores chamam “jogo” da pesca – um jogo que culmina, invariavelmente, em duelo bélico. O instante do encontro e do duelo é algo que somente os envolvidos – o pescador e o peixe – experimentam. Eron, da vila de Joanes, descreveu-me certa vez, o comportamento de alguns peixes, com os quais já estava acostumado a “trabalhar”:

O bagre é forte, já chega brigando. Aí tem de dar umas pancadas nele até sossegar. O xaréu, a mesma coisa. Mas é mais difícil de pegar, não se entrega fácil. A pratinheira é muito pequena, mas é um peixe que, se ela escuta tua fala na faixa do vento, se você faz qualquer barulhinho, pronto: tu não vê mais nada. Ela é muito veloz. A pescada amarela já chega branda. É difícil ela fazer escândalo, já chega quieta. O filhote é peixe de esperar, de ter paciência. Porque ele também é meio desconfiado. Tem de deixar a rede lá e passar uns três dias sem matar nada ali. A sarda é mansa, um peixe tranquilo de trabalhar. Gurijuba é manso também. Dourada também, e vem sempre de cardume, umas cinco ou seis juntas.

Em se tratando de pesca, geralmente o peixe é visto já contido e vencido, quando preso e rendido por uma rede, um anzol, arpão ou algum outro artefato. Mas há espécies que lutam contra sua captura, tentando escapar e até atacando. O tucunaré, segundo os pescadores de rio Uatumã, é um peixe agressivo, principalmente quando está com ovos ou crias, e investe contra quem o persegue – ou, no limite, contra os instrumentos utilizados para capturá-lo. É compreensível que os pescadores preferiram contar as histórias em que o tal “jogo” foi ganho. Mas no ínterim das histórias “heroicas”, surgem passagens em que se atribui agilidade, astúcia, bravura e inteligência, dentre outras virtudes, a esses animais. Não obstante, o rio e o mar geralmente ocultam dos humanos terrestres, as tais reações, condutas, virtudes dos peixes. Os depoimentos e relatos ouvidos de pescadores – e de outros moradores de áreas litorâneas ou ribeirinhas – muito me beneficiaram em meu contínuo esforço por entender as eventuais variações nas relações interespecíficas no contexto da pesca, da caça e do extrativismo em geral. Mas havia a necessidade de acompanhar situações que ocorreriam exclusivamente no contexto das embarcações e no pleno exercício da pesca. Eram esses os instantes que me possibilitariam observar também a trajetória desses humanos e desses animais e seus eventuais pontos de inflexão na pesca, enquanto prática predatória. Assim sendo, sempre que pude adentrei as embarcações.

3.2. Pesca em alto mar: no barco “Comandante Alisson”

Para melhor dimensionar como se realiza esse “jogo” da pesca, trago mais um relato de experiência a bordo de uma embarcação. Dentre tantas jornadas que empreendi durante o trabalho de campo junto a pescadores e outros moradores ribeirinhos por mar, rios, igarapés e manguezais, uma das mais significativas ocorrera em ambiente marítimo, a partir da Vila de Monsarás. Como tenho tentado em todo o decorrer do texto, minhas narrações de situações pontuais que vivenciei se apresentam aqui de forma quase transcrita em relação às anotações dos cadernos de campo. A Vila de Monsarás é uma das mais antigas do Marajó, tal como a de Joanes (antiga Monforte), tendo já sido sede administrativa do município de Salvaterra, no período colonial. Antiga aldeia dos índios Cayás, recebeu posteriormente o atual nome lusitano⁷⁷. Hoje, o que se encontra em Monsarás é um modesto e estreito vilarejo, de pequena extensão territorial, poucas ruas de terra, a trivial igreja de frente a uma praça central e um poço que, segundo os moradores locais, existe desde o tempo da passagem dos jesuítas pela vila, entre os séculos XVII e XVIII. Um rebanho de caprinos (com dono) circula livremente pelas ruas e praças e se dispersa sempre que alguém tenta dele se aproximar. O que me trouxera a Monsarás, a princípio, era uma história sobre um peixe-boi encontrado nas areias da praia local, que acabou sendo consumido pela comunidade local, gerando uma grande polêmica com um grupo de pesquisa que realizava atividades voltadas à educação ambiental na região. Além disso, era na chamada ponta do Suriuaiá, entre as praias de Monsarás e de Joanes, que os peixes-boi vinham sendo vistos. Mas sobre a história do peixe-boi morto em Monsarás, o seu principal narrador não se encontrava na vila quando lá cheguei e soube que ele só voltaria dois dias depois. Restou-me aguardá-lo e, enquanto isso, tentar ouvir outras pessoas da vila e, quiçá, ir para o mar com os pescadores.

Foi durante essa espera que, certa manhã, acompanhado por Leonel, filho de uma família que me hospedou na vila, fui até a praia para ver se por lá havia alguma movimentação. Nada havia, a não ser um barco (do tipo “bote”, com cabine) sendo preparado por três rapazes, certamente seus tripulantes. Leonel indagou: “*Vão p’ra fora [para o mar] hoje à noite? Esse aqui é um amigo meu, veio de São Paulo. Será que ele não*

⁷⁷ Esta é uma realidade na história de muitas vilas e municípios no estado do Pará – como, por exemplo, Alenquer, Benfica, Bragança, Salvaterra, Santarém, Soure, dentre outros. Principalmente aqueles que tinham nomes indígenas, receberam posteriormente, nomes de cidades portuguesas. Foi assim com a antiga aldeia de Cayá, que depois veio a ser renomeada como Monsarás.

podia ir com vocês dessa vez? É p'ro trabalho dele". O pedido aparentemente espontâneo de Leonel só se deu porque, desde minha chegada, eu já havia manifestado minha intenção de acompanhar ao menos uma saída de pesca para o mar, caso surgisse uma oportunidade. A resposta deles não veio prontamente, de imediato, e tampouco com qualquer entusiasmo. Mas Vanílton, que era o dono do barco, e sem desviar os olhos atentos a uma longa linha de espinhel que manuseava (tentando talvez posicioná-la de modo que estivesse pronta para o uso), respondeu afirmativamente a Leonel. Ainda assim, perguntei-lhe se não haveria mesmo qualquer incômodo ao trabalho deles por me levar na embarcação. Apesar de me confirmar que eu poderia ir, eu tinha ciência de que levar estranhos em suas embarcações não é um expediente ao qual os pescadores, em sua maioria, se prestam a fazer com satisfação, havendo o risco do tripulante “extra” ter problemas durante a empreitada, prejudicando assim a pescaria. Os “enjoo”, eventualmente causados pela maresia a quem não estiver a ela habituado, costumam ser o motivo mais trivial para que eles evitem levar em seus barcos outras pessoas além da tripulação de pesca. Mesmo já tendo o aval do dono do barco, eu lhes assegurei que não sentiria “enjoo” no barco, pois já havia saído para o mar com embarcações na Vila de Joanes e de Soure. Na verdade, não havia como garantir para eles que eu não teria essa reação, pois era algo muito circunstancial – e certamente eles sabiam disto. Mas era meu esforço para deixá-los despreocupados.

Ficou combinado, então, que sairíamos à meia-noite. A casa da família de Leonel, em que eu me encontrava hospedado, era ao lado da praia onde o barco de Vanílton estava atracado. Seu barco se chamava “Comandante Alisson”. E Alisson era o nome de seu único filho, então com sete anos de idade. Ainda aproveitei para dormir algumas horas antes do embarque. Por volta das 23 horas e 40 minutos eu me preparava para ir até a praia, ao encontro de Vanílton e seus dois colegas de tripulação, Breno e Fausto. Leonel emprestou-me uma blusa sua, pois pela manhã a temperatura diminuía em alto mar, como os próprios pescadores nos haviam avisado. Com eles encontrei-me já a caminho do barco e descemos juntos à praia. Todo o material de pesca já estava preparado dentro do barco. Ou quase: Breno me avisaria que ainda faltava “iscar” os anzóis. E isso seria feito nas primeiras horas a bordo do barco, pescando arapaías – um tipo de sardinha – para servirem de iscas. Saímos, enfim, à meia-noite e meia (0h30min). Entre tantas linhas de espinhel, Fausto me explicava o que era um espinhel, o artefato mais utilizado por pescadores em Monsarás: consistia de uma grande linha principal que trazia por toda a sua extensão uma série de centenas de linhas menores de suporte, cada qual levando um anzol na extremidade. O espaço entre uma e outra linha suporte de anzol tinha a medida de uma “braça” –

geralmente o comprimento de uma extremidade a outra de dois braços esticados, algo entre 1m70 (um metro e setenta centímetros) e 1m80 (um metro e oitenta centímetros). O espinhel que ele manuseava era composto de aproximadamente 1.500 anzóis. Em alguns espaços, entre uma linha suporte de anzol e outra, estavam afixadas as boias de isopor. E numa das pontas finais do espinhel havia o “ferro” (âncora).



Imagem 14 – Arapaias, esartejadas em segundos, viram iscas nos anzóis do espinhel. Monsarás (Ilha do Marajó, PA).

Antes, porém, de trabalhar com os espinhéis, eles jogariam uma rede de *nylon* para a captura das arapaias. Vanílton especificava a sua rede: “*Malha de 15, tem malha de 20 aí no meio também*”⁷⁸. Ela ‘*tá danificada, eu uso só p’ra pegar isca mesmo*’. Arremessaram a rede – em torno de duzentas “braças” de comprimento – e aguardaram por trinta minutos, ao menos. Breno falava um pouco sobre o seu trabalho:

A pesca é um jogo. Às vezes você ganha, às vezes perde. Tem vez que a gente joga essas linhas todas aí, esses anzóis, e não vem nada. Nem a isca, porque tem peixinho pequeno que é inteligente, ele bate aí e leva a isca.

Pergunto, então, sobre botos. Se eles costumam aparecer bastante, se há alguma interação com eles:

O boto é um peixe que é muito violento, porque ele é muito forte. E tem vez que ele puxa a linha, sim, tira o peixe. Às vezes ele tora só a metade do peixe, quando ele ‘*tá firme na linha. Mas não é sempre, não.*

⁷⁸ “15” ou “20” seria o espaço, em milímetros, entre um nó e outro no diâmetro de cada unidade da malha.

Chega a hora de trazer a rede de volta ao barco. Fausto, que se encontra em sua popa do barco, para o motor. Enquanto Vanilton a puxa, Breno vai “desmalhando” (tirando da rede) as pequenas arapaías, que chegaram em grandes quantidades. Pequenas, chegam a medir, no máximo, vinte centímetros. Por conta disso, muitas já se encontram esmigalhadas entre as linhas de *nylon*. Segundo Vanilton,

é por causa da pancada na rede, que é muito forte. É porque elas vêm com tudo, não enxergam a rede, aí muitas já chegam assim, mortas. Nem tem como aproveitar todas, por isso a gente já pega bastante de uma vez...

Arremessando os peixes já mortos – ou apenas partes deles – de volta às águas, Vanilton explica ainda que elas não são comestíveis, por terem muito espinho. Às vezes, dentre as arapaías, acaba por vir um ou outro peixe de outras espécies, também de menor porte: uma pratinheira ou um mapará, por exemplo, que serão aproveitados para o consumo. Sobre a pratinheira, Vanilton comenta:

O xaréu é que vem atrás disso aqui [*das pratinheiras*]. Lá p’ra setembro vai dar muita pratinheira p’ra cá. Às vezes a gente consegue ver um monte delas pulando na água: é o xaréu que ‘tá indo atrás delas e elas ‘tão fugindo dele.

O xaréu, inclusive, era um peixe que sempre surgia nos mais variados contextos de minha pesquisa no Marajó, fosse durante as pescas ou nas conversas com os pescadores. Muitos tinham algo para comentar sobre o xaréu – espécie que, por conta disto, acabava despertando um interesse especial também para mim. Eles obtêm, então, um grande balde cheio de arapaías, algumas ainda se debatendo. Nesse momento, Fausto manobra o barco, que volta a se locomover lentamente. Ele e Breno começarão a “iscar” o espinhel. Para isso, e com surpreendente agilidade, vão esqueteando as arapaías ainda vivas – em seis partes, cada – e enchendo um outro balde com os seus pedaços. Ao mesmo tempo, Vanilton já começa a preencher cada anzol com um pedaço desses peixes. Para que isso se facilite, o espinhel fora repousado sobre uma das bordas laterais do barco, com os anzóis todos em série, voltados à mesma direção. O odor vindo dos peixes esqueteados é muito forte – o chamado “pitiú”, no vocabulário ribeirinho – e começa a me causar certo “enjoo”, mas não revelo aos pescadores, que já estão acostumados à situação – tão acostumados que nem mesmo o cheiro impregnado por todo o ambiente do barco os inibe de fazer uma breve pausa, ainda no início da madrugada, para tomar um café (trazido numa garrafa térmica por Fausto) e comer pão com manteiga (que eles repartem com as mãos que, há pouco, cortavam peixes vivos e haviam sido enxugadas com o auxílio de uma pequena flanela repousada no assoalho do barco). Vanilton ainda aciona o seu aparelho de telefone celular

para tocar algumas canções de que gosta: “*Banda 007, gosta?*”, pergunta a mim. Entre trinta e quarenta minutos de trabalho (descontada a pausa do café), duas linhas de espinhel já estão com todos os seus anzóis “iscados”. Fausto se prepara para jogar ao fundo do mar o primeiro “ferro” – a âncora que segura o barco, também conhecida por “capitão”. O próximo passo, mais tarde, será jogar as linhas de espinhel.

Outro barco é visto se aproximando. “*Vem chegando aí a arca!*”, diz Vanilton. “*Arca de Noé?*”, pergunta Breno em tom de gracejo. Sem entender a referência à passagem bíblica, decido perguntar se, naquele barco, eles traziam animais de caça. Vanilton: “*Não, é por causa dos apelidos deles [dos pescadores do barco]: ‘Guariba’, ‘Pipira’ [certa espécie de passarinho], ‘Cavalo’...*”. Ondas começam a balançar o barco fortemente, mas todos parecem tranquilos, habituados à maresia. Perguntam-me se estou sentindo algum mal-estar pelo balanço. Respondo que não (apesar da ânsia causada no momento do preparo das iscas). São quase 5h da manhã e eles me dizem para aproveitar, se quiser, e dormir um pouco. Sugerem-me que eu tente me acomodar sobre a tampa da geladeira, um dos poucos espaços razoavelmente planos nos caminhos estreitos do barco. Cheguei a pegar no sono e só fui acordado com os movimentos no motor do barco, quando eles decidiram avançar mar adentro, na direção de Joanes, para finalmente lançar os espinhéis. Já se aproximavam 6h e o céu começava a clarear. Para eles, os pescadores, começaria a etapa principal de um árduo trabalho. Para mim, começaria a minha primeira e única: observar como eles interagiriam com os animais que suas linhas e anzóis iriam prender – para mim, um trabalho também árduo. Breno indica com o braço estendido um ponto no horizonte, quase imperceptível, na linha divisória entre céu e mar: “*Está vendo ali? Ali é Mosqueiro*⁷⁹. *Quer ir p’ra Mosqueiro, é só seguir reto aqui. Icoaraci também. Quando a gente tem de ir lá receber o seguro-defeso*⁸⁰, *a gente toca o barco reto aqui*”. Seguir “reto” consistia em atravessar toda a baía do Marajó, rumo à porção continental do estado do Pará.

Eles começam, enfim, a puxar as linhas dos espinhéis. Logo nos primeiros anzóis, uma grande arraia surge e vai sendo retirada do mar a partir dos movimentos contínuos de Vanilton, em pé, e Breno, sentado, que seguram firme a linha nos espaços entre os pontiagudos e perigosos anzóis. Quando a arraia é alcançada pelo piso do barco, Vanilton

⁷⁹ A ilha de Mosqueiro se localiza na baía de Guajará, é relativamente próxima a Belém, e conhecida por ser um ponto turístico nos entornos da capital paraense.

⁸⁰ O seguro-defeso é um benefício pago aos pescadores artesanais, cadastrados enquanto tais no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), nos meses referentes ao chamado período do defeso, quando a atividade pesqueira fica proibida em respeito à época do ciclo de reprodução de algumas espécies de peixes e crustáceos. Em geral, são os primeiros quatro meses do ano.

se apressa a soltar o anzol da abertura bucal da arraia, por onde o sangue escorre. *“Bate foto aí se quiser, porque eu vou liberar ela”*, ele me diz. O animal, seguro pela cauda, é arremessado de volta ao mar, agora com um ferimento bucal. Pergunto-lhe por que a soltou. *“Essa marca de arraia a gente não aproveita, não. Não é boa de comer”*. Depois de uma série de anzóis vazios que seguem sendo puxados para cima, sobe um deles com um pequenino cangatá, peixe muito apreciado na região (e que não alcança grandes tamanhos). Breno o solta do anzol, olha para o peixe e diz: *“Tá fraco, heim!”*, e o devolve ao mar. Depois vem uma sequência de douradas (cheguei a contabilizar por volta de quinze, ininterruptamente nos anzóis em série), algumas de grande porte – chego a contar sete delas. As maiores, já dominadas, mas ainda se debatendo, são arpoadas no ventre para serem arremessadas ao assoalho do barco. Outra arraia é trazida, e essa Vanilton não dispensará – ele diz ser uma *“pintada”*. Os movimentos ondulares nas laterais de seu corpo são de uma elegância que se ressalta ainda mais pelos desenhos manchados de suas costas, e que talvez camufle, aos olhares mais contemplativos, o provável estresse do animal ao ser içado para fora da água. Também de grande porte, o seu peso pôde ser percebido pelo barulho que sua brusca queda causara no contato com o solo do barco. Outras *“marcas”* de peixes chegam: bagres, bacus e um raro bandeirado que Vanilton me mostra com entusiasmo: *“Esse faz tempo que não me aparece. Ele é bonito... Amarelo e verde, por isso que chamam de bandeirado, porque ele tem as cores da bandeira [do Brasil]...”*.



Imagem 15 – As arraias de Monsarás (Ilha do Marajó, PA).

Aproximando-se das 10h, eles já acumulam um considerável estoque de peixes e algumas arraias no assoalho do barco. Os bagres são os que mais se debatem, mesmo há quase uma hora desde que foram arrancados do mar. Alguns peixes são tão miúdos que parecem ter barbatanas maiores do que seus próprios corpos. Puxados pelo espinhel e já nas mãos do pescador, é este que decidirá o destino do pequeno animal: isso muito depende da “marca” do peixe. Se o pescador já puxou muitos dos seus naquele mesmo dia – ou até se já tem bastantes dele na geladeira de casa – sua sorte pode ser lançada de volta ao mar, ainda que sangrando pelo ferimento do anzol. Pequenos cangatás e bacus voltavam, assim, para o leito do mar. Bandeirados e maparás, por sua vez, eram arremessados para o subsolo do barco, a despeito de seus tamanhos. Já estávamos próximos do meio-dia (12h) e também próximos de alcançar a praia, quando perguntei a eles se o “jogo” havia sido ganho ou perdido. Breno, o mesmo a ter proposto a comparativa da pesca a um jogo, respondeu: “*É, matamos bastante [peixes] hoje, né? Mas tem dia que a gente traz ainda mais*”. O tal “jogo” poderia, portanto, ser considerado “ganho”, do ponto de vista dos pescadores. Entretanto, eu ainda tinha dificuldade em enxergar um *ius ad bellum* (o tal princípio da “guerra justa”) nesse “jogo” ao qual os peixes já chegavam rendidos, dominados – alguns praticamente já abatidos, mortos.

3.3. Pesca noturna e a fuga de arpões e lanternas

Antes de seguir para o Amazonas, como previsto em meu cronograma de trabalho de campo, eu estive também na região de Santarém, às margens do rio Tapajós, na região Oeste do estado do Pará. Uma pausa em Santarém me havia sido sugerida por colegas que me alertaram do quão cansativa era a viagem de barco de Belém a Manaus – e sempre fora a minha intenção fazer todos os trajetos de minhas expedições de campo por vias fluviais. O rio Tapajós é um dos rios mais importantes não somente do estado, como para toda a região norte. Nascendo dentro do estado de Mato Grosso e desaguando no rio Amazonas, é um dos principais trechos de todo o percurso da bacia amazônica. A minha parada em Santarém não estava prevista em meus primeiros planos cronológicos para a pesquisa de campo. Entretanto, a conhecida diversidade ictiológica que caracterizava a região tapajônica e as menções a certa vila histórica, Alter do Chão, nos relatos de Alexandre Rodrigues Ferreira – que a grafava como “Altar do Chão” (RODRIGUES FERREIRA,

1933 [1792]) – e de outros naturalistas que também transitaram pela região, inferiram-me por algum momento à necessidade de ali ficar por alguns dias antes de seguir viagem e tentar realizar alguma observação acerca da pesca artesanal no rio Tapajós.

Estive em Alter do Chão justamente durante a realização de sua festa mais antiga e tradicional, o Sairé (ou Çairé, como também tem sido grafado). Celebração praticada já há pelo menos três séculos, surgiu com princípios religiosos, empenhada pelos antigos jesuítas, porém hoje o Sairé já cede espaço para festejos de orientação mais profana, como o desfile e a disputa dos dois Botos, o Tucuxi e o Rosa – dois agrupamentos antagônicos que anualmente levam seus respectivos desfiles alegóricos para a praça principal da vila, tal como já ocorre há décadas no Festival Folclórico de Parintins, no Amazonas, e seus desfiles dos Bois Caprichoso e Garantido. Foi no contexto dessa celebração em Alter do Chão que conheci alguns dos moradores que, em poucos dias, me levariam para acompanhar suas atividades cotidianas como pescadores da vila. Foi através deles que eu também soube que a pesca praticada nas águas tapajônicas (ou tapajoaras, como também se refere ao que provém do Tapajós) também mesclava as técnicas tradicionais – como a linha, a tarrafa e a zagaia – às mais contemporâneas – como o arpão pneumático. E foi também através de relatos preliminares que me fizeram sobre o uso da lanterna de carbureto na pesca noturna – e da visão privilegiada e panorâmica que tal artefato proporcionava na interação com o ambiente aquático – que decidi de forma definitiva que tentaria ver tudo isso acontecer enquanto pudesse permanecer naquela localidade.

Numa de minhas primeiras atividades de campo em Alter do Chão, estive com uma família da comunidade do bairro Caranazal, que costumava pescar pelo período noturno seguindo por um igarapé que desemboca no lago que levava o mesmo nome do bairro. Fui chamado por Leto, um pescador eventual que, nas horas vagas, acompanhava o seu avô, Aguiar, e um de seus primos, Miguel, mais habituado à rotina pesqueira. A comunidade do Caranazal é como muitas em seus entornos, que mantêm um modo de vida ribeirinho inserido num contexto de mobilidade urbana, devido à proximidade à vila de Alter do Chão. As alternâncias entre o “rural” e o “urbano” dentro de um mesmo contexto hoje são parte da realidade das comunidades ribeirinhas em geral na Amazônia (ANDRADE, 2013). A vila de Alter do Chão tem uma autoidentificação indígena por parte de seus moradores – praticamente toda a comunidade se reconhece como remanescente da etnia Borari – ao mesmo tempo em que é um dos principais pontos turísticos da região de Santarém, vivenciando um fluxo constante nesse ramo da economia local.

Mas no dia marcado para acompanhar a Leto e seus familiares rumo à pesca, cheguei à comunidade ao final da tarde, levado por ele próprio (que trabalhava no centro de Alter do Chão, onde eu me encontrava alojado). Na entrada da residência de sua família havia muitos cães, galinhas, pintos e também três palmeiras plantadas em série, que me chamaram a atenção pela quantidade de frutos que trazia em seus ramos ao alto. Eram pés de caranã, que formavam os caranazais e, por sua vez, davam nome à comunidade. Após um rápido café, eles preparavam o material que levaríamos, entre linhas de anzol, arpões e zagaia, lanternas e remos. Logo após, atravessamos a pé um caminho por dentro de uma vegetação fechada, rumo ao igarapé do Caranazal, de onde sairíamos. Havia um clarão na mata, onde ficavam repousadas diversas canoas, todas de moradores locais. “*Esses dias atrás mesmo, semana passada, levaram um 90 [motor de embarcação] dessa aqui [apontando a uma das canoas]. Mas [quem faz] isso aí é gente de fora que vem aqui roubar*”, contou-me *seo* Aguiar, avô de Leto.



Imagem 16 – Pesca noturna no igarapé da comunidade Caranazal.
Alter do Chão (Santarém, PA).

Seguimos adiante. Eles estão levando dois arpões pneumáticos, o de Leto e o de Miguel – *seo* Aguiar ainda prefere usar zagaia e linha. Passamos por uma paisagem bonita que, na saída para a água, trazia uma vegetação parecida à de manguezal. Era a entrada do igarapé do Caranazal. Com o motor da canoa ligado, partimos com pouca velocidade enquanto o céu já começa a se fechar. Leto me mostra, à nossa esquerda, luzes no alto de

um morro coberto por mata: “*Ali é a Escola da Floresta, você pode ir lá um dia, se ficar mais tempo por aqui*”. Vinculada à SEMES local, a escola trazia uma proposta pedagógica de educação ambiental e multidisciplinar e suas atividades eram realizadas dentro da floresta onde sua sede estava situada. Eles percebem, então, uma ligeira movimentação na água – que, a mim, passara despercebida. “É aracu”, diz *seo* Aguiar, que está sentado na proa da canoa. Mais atrás, pergunto a Leto como ele consegue identificar determinado peixe pela movimentação na água. “Ah, ele já tem as manhas de saber, ele se criou aqui, pescando...”, responde-me. *Seo* Aguiar parece ter ouvido o nosso diálogo e emenda logo em seguida, dirigindo-se a mim: “*E ali, naquelas pedras, é onde ficam os tucunarés. Tem muito tucunaré lá*”. Miguel se entusiasma: “*É p’ra lá que a gente vai, então, matar um monte deles!*”. Leto então pergunta: “*Mas tu trouxe o terçado?*”. Miguel responde: “*Vovô trouxe a faca dele, já resolve*”. Ao perceber o meu esforço em fazer anotações, e diante de um céu que já se encontra escurecido, Leto direciona a sua lanterna para meu pequeno caderno de campo. Agradeço e me lembro que trouxe comigo uma lanterna *headlight*, que tiro da mochila para usar. Estacionamos a canoa numa ponta de areia por alguns segundos – tempo suficiente para os carapanãs (mosquitos) nos atacarem. Leto e Miguel descem para preparar seus arpões. Seguimos depois para uma ribanceira de pedra, chamada “Santa Ana”, segundo *seo* Aguiar: “*Já morou gente aqui, muito tempo atrás*”. Estávamos já próximos do chamado igarapé do Cuicuera, onde eles pretendiam realizar a pesca. O trabalho da pesca requer, muitas vezes, momentos de espera e silêncio, antes de qualquer ação – o que não impede que eles conversem entre si, principalmente relembrando pescarias anteriores: “*Anteontem nós matamos um surubim grandão aqui, ele ficou rodando um tempo por aqui...*”, conta Miguel. “*Mas ele zoou muito na água antes, enganou muito vocês!*”, completa *seo* Aguiar, rindo. Mas o riso dura pouco:

Olha ali, Miguel, olha aquele pacu ali! E grande! Tenta [*arpoá-lo*] daí mesmo, de onde você ‘tá... Olha, ‘tá vendo esse baixão aqui [*agora dirigindo-se a mim*]? Eles [os peixes] vão tudo p’ra lá se esconder...

Miguel e Leto descem da canoa, tentando melhor se posicionar para capturar o pacu que, segundo *seo* Aguiar, era “dos grandes”. O avô mantém a lanterna direcionada para eles. E lamenta: “*Agora vem tanta gente pescar aqui à noite... então os peixes já sabem quando a gente chega e se escondem*”. Já situados na água, numa região rasa do lago, Leto e Miguel aproveitam para tentar arpoar alguns peixes na medida em que avistam cardumes se aproximando. Por alguns momentos, somem de vista, imersos. Quando capturam algum peixe, tiram-no do arpão e o arremessam para o interior da canoa, aparentando notória

habilidade com a prática. Eu observo os peixes arpoados, repousando ou se debatendo na madeira úmida da canoa. Em todos eles – dentre aracus, pacus e tucunarés – há uma marca em comum: o furo do arpão, ensanguentado, de um lado a outro de seus corpos.



Imagem 17 – Peixe atravessado por arpão pneumático, artefato cada vez mais comum na região do Baixo Tapajós (PA).

Em outro momento, Leto parece avistar um cardume e pede ao avô que faça a focagem. É um grupo de não mais que dez pacus. A sincronia dos peixes é perceptível mesmo quando estão flutuando em repouso, todos voltados para uma mesma direção. Leto, então, se prepara para entrar em ação e desta vez, *seo* Aguiar apenas o observa, mantendo a lanterna focada em sentido aos peixes. Leto dispara o arpão e também é impressionante a sincronia dos peixes no momento da fuga, em que parecem seguir o mesmo rumo. Um deles, entretanto, tem o azar de ser atingido. Pergunto a Leto se ele escolhe um peixe como alvo dentre os demais do grupo. Ele me explica: *“Depende, agora eu mirei bem no meio porque eles estavam muito junto. Mas tem vez que é melhor escolher um p’ra atirar. Depende da quantidade e se eles estão próximos ou mais espalhados”*. Numa escuridão plena ao passo em que nos aproximávamos de 20 horas da noite, era possível avistar em nossos entornos outras lanternas e o som de outros arpões ou zagaias lançadas contra a água. Aproximava-se a hora de retornar para a terra. A experiência da pesca com iluminação de lanterna só era mesmo possível em áreas de água bastante clara. E essa era uma característica que alguém já havia associado à região do Tapajós durante diálogos

anteriores à minha chegada à região. Havia ainda a lanterna de carbureto, cujo alcance diziam ser ainda maior. Perguntei sobre ela a *seo* Aguiar. “*É boa de usar. Onde usam muito [a lanterna de] carbureto é lá em Alter*”. Leto completa: “*Tem o irmão do Ado, ele usa. Você pode falar com ele*”. Ado foi um dos primeiros pescadores que conheci em Alter do Chão e ele próprio já havia comentado sobre seu irmão, Silvano. Dias depois eu estava na casa deles, pois Silvano e o outro irmão, Guto, iriam pescar ali nas proximidades, no lago Verde. Silvano usaria essa lanterna e eu iria junto.

Nesse dia, Ado me explicou como ela funcionava: “*Você joga água quente aqui, sobre as pedras [de carbureto] e vai formar um gás. É esse gás que vai fazer a chama. Aí é só ir jogando água e regulando a abertura da chama como você quer*”. Era uma lanterna artesanal. Descemos à orla e fomos Silvano, o outro irmão, Guto, e eu. Eles iriam pescar no lago Verde. São 21h e Silvano permanecerá durante toda a pescaria no extremo da proa do barco, em pé e empunhando a zagaia com a mão direita e a lanterna de carbureto com a esquerda. Atravessamos parte do lago verde, até que Guto cessa o motor e, a partir desse momento, guiará brandamente o barco apenas pelo remo. Silvano parece ávido para começar e está prestes a fazer o primeiro arremesso de sua zagaia. Quando o faz, eu me impressiono com o impulso que ele dá sobre o gesto, aparentando certa agressividade. Imaginei que pudesse ser um peixe de porte maior, mas é um tracajá. O estrondo que a queda do animal provoca no solo do barco me surpreende pela segunda vez.

Observo a água e o alcance da iluminação da lanterna de carbureto. Nunca me pareceu tão fácil pescar um peixe. Muitos tucunarés são vistos circulando livremente e procurando alimentos no solo raso do lago. “*Esses eu nem pego, só os grandes mesmo*”, diz Silvano. E ele está prestes a encontrá-los. Guto me mostra outro local, repleto de pedras, onde os tucunarés costumam ficar. “*Ele escolhe lugar assim, onde tem muita pedra, p’ra guardar os ovos*”. Silvano lança sua zagaia de novo, sempre com a mesma energia. Dessa vez é um tucunaré, próximo de 50 centímetros. Pelo rasgo que as três pontas da zagaia lhe causaram entre o rosto e a brânquia, certamente ele não consegue reagir como habitualmente os tucunarés reagem, com bastante força. Outro tucunaré é atingido, dessa vez ao centro do corpo. Ele se debate preso à zagaia. E continua a se movimentar com intensidade sobre o solo da canoa, a ponto de respingar seu sangue sobre meus pés. “*Espera aí que eu já vou acabar com essa zoada dele*”. Silvano pega um bastão de madeira e desfere um forte golpe sobre a cabeça do peixe, que cessa imediatamente. Mesmo com o enérgico golpe sobre a cabeça, ele ainda é capaz de se movimentar levemente, confirmando a força que lhe é atribuída pelos pescadores em geral.



Imagem 18 – Tracajá recém-capturado tenta se erguer, após ser repousado com o casco para baixo no assoalho da canoa.

Mais adiante, Silvano exclama: “*Olha o safado aí!*”. Guto se levanta, parece não ver nada, mas pergunta ao irmão: “*Não trouxe a tarrafa, né?*”. Pergunto a eles o que é: “*Um boto. Essa lanterna aqui atrai ele*”. Silvano aproveita para atingir mais um peixe. É um curimatã. A tarrafa, de que Guto perguntou, era para aproveitar o cardume que se aproximou do barco ao fugir do boto. Eu não consigo vê-lo, mas Silvano diz que ele ainda está por perto. “*Aí, tá vendo? Ele quer acompanhar a gente. Ele tá é de olho no peixe que eu vou pegar*”. Eu pergunto a Silvano: “*Ele mais atrapalha ou ajuda?*”. Silvano diz:

Quando ele vem de lá, buscar o peixe lá fora, aí o peixe vem aqui p’ra beira fugindo dele. Aí a gente atira a tarrafa em cima dos peixes mesmo. E ele fica só de olho, esperando. O que a gente não pega fica p’ra ele. Mas tem vez que ele joga mesmo tudo aqui p’ra beira e a gente pega bastante mesmo. Tanto ele ajuda a gente quanto a gente ajuda ele também⁸¹.

A aparição desse boto e a fala de Silvano me levou depois a pensar sobre uma linha tênue entre associação e competição nas possibilidades de relações interespecíficas na pesca, onde os botos transitam constantemente entre a condição de aliados e competidores, na perspectiva dos pescadores. E mesmo nos casos de tensões nessa coexistência dos meios aquáticos, os pescadores não deixam de reconhecer que esses animais também “lutam” por

⁸¹ Candace Slater traz relatos similares em seu trabalho, em que os ribeirinhos chegam a comparar o boto a um “cão de caça” (SLATER, 2001 [1994]: 103).

sua existência, sejam eles parceiros eventuais de predação (tais como os botos) ou constantes presas (os peixes). Já tomaremos o caminho de regresso. No assoalho do barco se veem principalmente tracajás e grandes tucunarés. Não há peixes menores. Não sei se é uma seletividade prévia de Silvano ou se ele considera que um peixe pequeno não merece um golpe tão forte como o seu. Nesse sentido, até poderia ser pensado que ele cultivava uma ética predatória. Mas faltaram-me palavras adequadas para elaborar uma pergunta naquele momento.

A presença de artefatos artesanais, como a zagaia, e artefatos mais sofisticados, como o arpão pneumático parecem refletir a coexistência – não necessariamente harmoniosa – entre tradição e modernidade que hoje faz parte do cotidiano de Alter do Chão. Na Amazônia, a pesca artesanal, como qualquer outra atividade de subsistência mantém as suas tradições por serem eficazes em sua aplicabilidade. Nem por isso, estão isentas da penetração das novas tecnologias. Peixes, se entendidos estritamente como alimento, também são parte da tradição ribeirinha e amazônica. Peixes, entretanto, não são apenas alvos fáceis das armadilhas de iscas e redes. Precisam eles também fugir de lanças pontiagudas cujo alcance pode ser superdimensionado por uma velocidade pneumática ou por uma hábil precisão artesanal.

Na pesca – como em demais atividades predatórias humanas – as técnicas da cultura tentam constantemente penetrar os refúgios da natureza. Em algum momento, esses refúgios se reinventam, pois assim parece se mover a natureza, muitas vezes se silenciando ou se distanciando. Nesse sentido, o aumento de arpões pneumáticos e lanternas sobre águas tapajônicas pode vir a assistir mobilidades e mutações das populações de sua fauna subaquática. Após nosso regresso, rememorando naquele momento as atividades acompanhadas junto aos pescadores do Marajó, uma questão que me parecia constante em tais contextos ribeirinhos recaía sobre o entendimento das interações entre pescadores e espécies aquáticas e o fato de que elas ocorrem numa linha tênue entre associação e competição por pesca – onde espécies como os botos transitam constantemente entre a condição de aliados e competidores, na perspectiva dos pescadores. Mesmo nos casos de tensões dessa “coabitação”, os pescadores reconhecem que animais também “lutam” por sua existência.

3.4. Peixes demais

Se há “muito peixe”, como muitos pescadores faziam questão de frisar como forma de exaltar seu ofício, ainda assim surgem dificuldades para que se confirme essa fartura. “*É cada vez mais barco e menos peixe. Daí a gente tem de ir p’ra cada vez mais longe atrás do peixe*”. Eis a equação, identificada por Cosme, pescador de Curuçá (PA), na Costa do Salgado Paraense. Mesmo para quem vivia muito próximo a rios e mares, ou absolutamente dentro desses contextos, eram cada vez menos sutis e mais notórios os sinais de distanciamento da fauna local. Em minha conversa com dona Aldirene, ex-pescadora nascida e criada em Soure, mais exatamente na extinta comunidade da praia de Araruna, ela me contara:

Na nossa época, a gente via os peixes nadando pertinho da gente [...]. E a gente não tinha muita orientação também, não tinha o ICMBio, p’ra nos orientar. Mas eu me recordo que caranguejos tinham de monte, A gente trazia de balde... Mas hoje em dia eu fico triste em ir à praia e não poder mais ver nada disso.

É fato que, distante de toda uma cadeia produtiva de mortes em série (tal como nos contextos urbano-industriais), o pescador artesanal, ao menos, come o que ele mesmo capturou e matou. E haveria um fator lúdico na pesca, dado que eles a encaram como um “jogo” – que dizem “nem sempre” ganhar – contra os peixes. Às vezes os peixes escapam: ainda na rede conseguem se desmalhar, ou, já no leito da canoa, de repente pulam de volta para a água. A reação do pescador, obviamente, é de desapontamento. Geralmente se aborrecem bastante. Mas há quem encare isso com certo humor: (“*Não tem o dia da caça e o dia do caçador? Então, na pesca é assim também: tem o dia do peixe e o dia do pescador*”), dissera um de meus interlocutores. Mas se é que a comparativa com um “jogo” de fato procede, trata-se, então, de um “jogo” que sempre começa – e assim também terminará – desigual. A vitória do pescador é, indubitavelmente, trazer o peixe para casa – e comê-lo. Já a vitória do peixe é escapar às investidas de captura do pescador que, para isto, faz uso de seus artefatos (linhas com anzol, espinhel, malhadeiras, tarrafas, zagaias, arpões pneumáticos etc.). Ao peixe, só resta a fuga– e, muitas vezes, quando consegue, escapa gravemente ferido. Ou, então, a astúcia, que lhes é atribuída pelos próprios pescadores – como no caso do xaréu. Talvez a interação com botos possa ser caracterizada com mais facilidade enquanto um jogo. Entretanto, há situações lúdicas muito pontuais. E outras em que a relação é mais bélica do que lúdica. “*Dá-lhe, bagre!*”; “*Sai, narigudo!*”, “*Cabeça furada!*”. Havia os momentos mais jocosos na interação com os bichos de rio e mar.

“Narigudo” e “cabeça furada” são, evidentemente, algumas das alcunhas atribuídas aos botos. Tais descontrações duram apenas até o momento em que um boto “rouba” para si os peixes emalhados na rede e, conseqüentemente, danificando a mesma.



Imagem 19 – Peixes demais: bagres relutantes no assoalho da canoa.

Em algum momento, quando dizem que “há muito peixe”, os pescadores parecem até mesmo querer exaltar o seu próprio ofício. “*Aqui ninguém passa fome. Só quem é muito preguiçoso mesmo*”, diz *seo* Benito, antigo pescador de Soure, na Ilha do Marajó (PA), criado na praia do Araruna. O reconhecimento da provisão da natureza – mais exatamente dos rios ou do mar – voltada a servir à população humana local não aparenta expressar, entretanto, um sentimento de domínio ou posse sobre ela por parte dos habitantes locais. E até por isso, como procurei demonstrar em capítulo anterior, devotam “respeito” – na verdade, temor – às paisagens do local em que habitam. Assim sendo, não vejo operar necessariamente uma relação de “domínio-maestria” (FAUSTO, 2008) dessas populações extrativistas sobre o meio que habitam e do qual usufruem para sua subsistência. Ao mesmo tempo, se o inverso pode fazer sentido – a natureza exercendo o *domus* sobre os humanos – a relação humano-animal (e, sendo mais preciso, a relação pescador-peixe) não estaria no cerne de uma disputa pelos animais travada entre humanos e natureza, como ocorrem em sociocosmologias de populações ameríndias. Por outro lado, peixes não são amansados, “familiarizados”, tampouco se tornam comensais (ERIKSON, 2012), tendo em

sua captura a finalidade nutritiva. Não obstante as práticas e demais tradições dessas comunidades costeiras e ribeirinhas da Amazônia tragam inegável influência de sociocsmologias ascendentes, a relação pescador-peixe se desenha predominantemente no âmbito do consumo, ou seja, da predação.

Fala-se muito de uma fartura de peixes e, ao mesmo tempo, da dificuldade que se começa a sentir na captura de quantidades maiores, antes mais comuns, por conta da multiplicação das malhadeiras. Há também o problema da pesca industrial, sobretudo no litoral paraense⁸², cuja logística tem como ponto de partida uma “espécie-alvo”. De grandes embarcações – que os pescadores artesanais chamam de “lanchas” – são arremessadas extensas redes de arrasto, capazes de capturar enormes quantidades de peixes, cardumes inteiros (os chamados “pescados”). Depois de literalmente arrastadas em alto mar – e em considerável velocidade – pelas “lanchas”, as redes são içadas para o interior delas. Do contingente de peixes, são aproveitadas apenas as “espécies-alvo” (geralmente os peixes de maior valor e procura no mercado: gurijuba, sarda, pescada amarela etc.). As toneladas restantes de peixes já mortos são despejadas de volta ao mar. Ainda assim, muitos pescadores dizem que “tem peixe demais, sim”. Quem sabe onde eles estão e como pegá-los, consegue. Quando muito pequenos, geralmente são devolvidos ao mar (a não ser que sejam mesmo de natureza menor). Os venenosos baiacus nadam livres sem ser incomodados, às vezes à margem da linha do mar, sendo vistos em cardumes pouco numerosos (a ponto de poderem ser facilmente contados). Nos igarapés, as pratiqueiras saltam em cardumes, como numa coreografia sincronizada – há quem vá atrás desses cardumes após o salto. Quando gurijubas ou pescadas amarelas mortas surgem na linha d’água boiando, os pescadores aproveitam para retirar a sua “grude” (a bexiga natatória) e para tirar uns trocados a mais com a venda da pesca. Gaivotas seguem os barcos e, às vezes, recebem, peixes inteiros – e não só as usuais vísceras – dos pescadores. Bacus e pescadas-curuca muitas vezes são rejeitados, por serem espécies indesejáveis para alguns (não são saborosas e são “feias”) ou por quase sempre virem em considerável quantidade. Por outro lado, parece ser justamente a fartura, a quantidade, o fator que maximiza ainda mais uma notória invisibilidade dos peixes, como afirma Joan Dunayer:

⁸² Os pescadores artesanais do Marajó não escondiam suas restrições e incômodos com as “lanchas” de pesca industrial que, às vezes, eram vistas atravessando o horizonte da costa marítima. Apontaram-me o município de Icoaraci, na região metropolitana de Belém (PA), como sede das principais companhias de pesca industrial no estado do Pará. A descrição acima relatada acerca dos procedimentos da pesca industrial se baseia em informações por eles oferecidas em ocasiões diversas. Joan Dunayer (2004 [1991]) também oferece um sucinto e preciso relato sobre essa modalidade de pesca.

A la plupart des humains ne ressentent que peu d'empathie pour les poissons. Parce qu'ils les voient comme une masse, ou comme identiques au sein d'une même espèce, les gens négligent facilement les poissons en tant qu'individus. Et parce que leur monde est un monde aquatique et que leurs moyens de communication échappent à nos sens, parce que leur apparence physique diffère tant de la nôtre, beaucoup d'humains ne reconnaissent pas leur caractère sensible. Le résultat est qu'un mauvais traitement de masse est socialement accepté. Au fur et à mesure que croîtra le nombre de personnes conscientes de la sensibilité des poissons, ceux-ci commenceront à recevoir la compassion et le respect qui leur revient⁸³ (DUNAYER, 2004 [1991]: 23).

Embora concordando com a ponderação de Dunayer, de que a tendência a enxergar o mundo aquático quase sempre na dimensão do coletivo – dos cardumes, e não dos peixes, individualmente – induza à invisibilidade do animal individualizado, por outro lado a percepção apurada (por parte dos pescadores) do comportamento de certos peixes, mesmo quando reunidos em cardumes, parece considerar, ainda que involuntariamente, essa individualidade que, por sua vez, pode se traduzir em atributos tais como “astúcia” ou “inteligência” para caracterizar algumas ações desses animais. Ao menos por esse breve momento, os peixes ganham então uma visibilidade na medida em que é também percebida a sua individualidade. Alguns peixes são dotados de certa inteligência ou astúcia – virtudes a eles atribuídas pelos próprios pescadores – para fugir ou escapar às grandes malhas de rede e se refugiarem em locais remotos do fundo das águas (onde as armadilhas de pesca e as próprias embarcações não chegam com facilidade).

E aqui caberiam outras ponderações – que devem seguir em, ao menos, dois sentidos que surgem a partir do cotidiano da pesca, e de estar no barco: de que, apesar da fartura, os cardumes estão cada vez mais distantes; e de que, embora constantes e fundamentais na rotina pesqueira, ainda têm seus sofrimentos invisibilizados por quem os mata. Aqui entraria também a questão da suposta “antropomorfização” animal, quando o lamento de um mamífero aquático, por exemplo, evoca em seu algoz uma lembrança humana. E quando aqui se fala em determinada “ação” desses peixes – como no caso do xaréu, que, segundo alguns pescadores, consegue escapar às suas malhas de rede –, menos sentido se faz em falar em “agência”. Nesse sentido, portanto, há “peixes demais”, sim. E

⁸³ Tradução: “A maioria dos humanos sente pouca simpatia pelos peixes. Porque os enxergam como uma massa, ou como idênticos através de espécie, as pessoas negligenciam facilmente os peixes como indivíduos. Porque o mundo deles é um mundo aquático cujos meios de comunicação escapam aos nossos sentidos, porque sua aparência física difere tanto da nossa... Por todas essas razões, muitos humanos não lhes reconhecem a sensibilidade. O resultado é que o mau trato destes animais é socialmente aceitável. À medida que o número de pessoas conscientes acreditar na sensibilidade dos peixes, estes começarão a receber a compaixão e o respeito que merecem”.

Esta tradução é de Juliana Marques, para *Les Cahiers Antispécistes*, e se encontra disponível em: <http://www.cahiersantispecistes.org/ospeixesumasensibilidadeforadoalcancedopescador/?lang=ptpt> [Acesso em: 29/09/2016].

sua invisibilidade duraria até o momento em que se percebem suas ações, sobretudo dentro desse suposto “jogo da pesca”. Eu ponderaria algo mais além, na medida em que parece não ser apenas uma questão de invisibilidade, mas certa incompreensão em relação à vida desses animais aquáticos e, por conseguinte, da não-percepção de sua senciência – a capacidade de sentir. É quando a “vida nua”, de que fala Giorgio Agamben (2004), permite-se ser vista entre determinadas frestas jurídicas – afinal, “*o que são vinte caranguejos?*” Ou cinco mil bois? Ou, então, um peixe-boi já morto na areia da praia?

No convívio com moradores de comunidades ribeirinhas – estas também compreendidas dentro do conceito de “comunidades tradicionais” – é possível deles apreender uma racionalidade muito particularizada na forma de conceber a fauna e a flora que os circundam, organizando as espécies de modos muito próprios e distintos das taxonomias empregadas pelas ciências estabelecidas. No caso específico das comunidades ribeirinhas ou litorâneas, em que o contato com rios, mares ou estuários é tanto constante quanto essencial, a vida aquática – e/ou subaquática – já determinaria, por si só, um sistema classificatório específico. Assim sendo, não é de todo exótico compreender que, em tais contextos, são igualmente “peixes” – assim como os próprios – as arraias, os camarões, botos, jacarés, peixes-boi, dentre outros animais de *habitat* subaquático.

3.5. Carne, sangue, espinhas: tirar, pescar, matar

Muito já se escreveu sobre os processos da pesca nos litorais e rios amazônicos, desde uma literatura clássica (VERÍSSIMO, 1895; PEREIRA, 1954) trazendo impressões pioneiras dessa atividade artesanal, até etnografias um pouco mais contemporâneas (SMITH, 1979; SAUTCHUK, 2007) com descrições mais detalhadas das consagradas técnicas de pesca a muito praticadas. Parto aqui da premissa de que, se há algo com que os dados sobre técnicas, artefatos de pesca e a relação com tempo e lugar (seja a terra firme, a várzea ou o rio/mar) possam contribuir para a presente pesquisa, é o que tais dados revelariam sobre a relação com a fauna aquática, ainda que esta geralmente se resuma à caracterização de recurso natural dentro das análises mais frequentes acerca da cadeia de relações que constitui a pesca. Portanto, para a presente etnografia, os “imponderáveis da vida real” (MALINOWSKI, 1978 [1922]) são preenchidos com carne, sangue... e

espinhos⁸⁴ – substâncias, por sua vez, expostas pela força das técnicas, do *nylon* e do metal dos artefatos acima mencionados. Antes, portanto, de procurar saber *como* se pesca, se “tira” ou se “mata”, considero oportuno em minha abordagem perguntar *o que* se pesca, se “tira” ou se “mata” e, a partir de então, procurar saber mais sobre as relações com essas e outras espécies (de peixes e de mamíferos) dentro de todo o processo.

Mas todo pescador tem algo a dizer sobre o comportamento de um peixe ou de alguma outra espécie animal das águas. “*Eles não querem ficar presos, nenhum peixe quer. O pescador que é maldoso mesmo*”, isso fora dito um pescador de Alter do Chão. Pergunto-lhe por que diz isso, sendo ele mesmo pescador. Ele responde:

Porque é mesmo. Esses dias atrás foi um filhote⁸⁵ que furou meu aparelho [*uma rede*], eu não queria perder ele, claro, mas ele escapou, fazer o quê? O filhote é mais bravo. O carimu [*robalo*], se não tiver uma rede forte, ele fura também. E tem o xaréu, que também tem muita força.

Talvez, reconhecer a própria malevolência – a tal “malineza” (GALVÃO, 1976 [1955]; MAUÉS, 2004) – pudesse ser um subterfúgio para encarar a pesca não apenas como um “jogo” (como preferiria, certamente, a grande maioria dos pescadores), mas como uma guerra mesmo – e com uma autoconcedida licença para matar. Licença e malevolência que se justificavam ainda mais quando se tratasse de um bicho feroz – como os tubarões, os cações ou os espadartes. *A gente não joga o anzol p’ra ele [o tubarão]. Mas ele agarra o anzol, fazer o quê? Aí a gente tem de trazer o anzol*”, disse-me Erinaldo, pescador habitante do município de Curuçá, na Costa do Salgado paraense, mostrando um vídeo gravado por ele próprio em seu celular, onde um parceiro de pesca dá vários golpes com um pedaço de madeira num tubarão de porte pequeno que havia sido pego pelo espinhel deles. “*Ah, ele vem bravo, tem de levar paulada mesmo, p’ra ficar na paúra*”, assim justifica os violentos golpes desferidos por seu amigo contra o animal.

Mas junto a procurar entender o sentido de matar animais – matar peixes, em suma –, implicado nas atividades da pesca, eu reunia uma miríade de relatos sobre possibilidades diversas de interações com animais que compartilhavam o mesmo meio aquático onde essas pessoas desempenhavam o seu ofício. Não era novidade alguma, aliás, serem interpelados sobre isso por outras pessoas – pesquisadores, como eu. “*Eles [outros pesquisadores]*

⁸⁴ A bem da verdade, chamar a ossatura de peixes de “espinhos” é uma atitude claramente antropocêntrica, especista e que coaduna com a concepção de recursos nutritivos conferida aos peixes. Certamente denominamos “espinhos” pelo efeito (ferimentos no interior da boca) que podem causar a quem consome a carne determinados peixes.

⁸⁵ Peixe da família dos bagres (siluriformes), seu nome decorre do fato de ser um animal jovem, podendo ser um exemplar de três tipos de peixe bagre: piraíba, piratinga ou piranambu.

sempre passavam aqui, perguntavam quantos quilos de peixe a gente pegou naquele dia, que marca de peixe, essas coisas. Queriam saber o número do malheiro também...”, diz seo Benito, de Soure. A vida na Amazônia se realiza na iminência de constantes riscos – a todas as vidas que a habitam. A população humana local tem ciência de estar inserida num meio natural imponente e “respeitado” (em suas próprias palavras). Mas esse “respeito” não remete necessariamente a uma consciência ecológica (e não insinuo aqui que esta não possa existir), mas, sobretudo, a um temor ao que se apresenta como algo maior, mais forte, perigoso. Se para os cientistas, os fatores eventualmente temerários às espécies com as quais trabalham têm procedências bem delimitadas (naturais ou antrópicas), para as populações costeiras e ribeirinhas, os temores sobre a vida da pesca, por exemplo, hoje não decorrem apenas de fatores sobrenaturais (como os encantamentos, as visagens) e naturais (os riscos constantes sobre rio e mar), mas de fatores também antrópicos – socioambientais, seria mais adequado dizer – aos quais os pescadores não estão imunes.



Imagem 20 – Carne, sangue... e espinhas

Tenho tentado demonstrar até aqui o que me parece ser, no limite, um problema semântico quando se fala em certas relações de predação na Amazônia – a saber, a caça e a pesca – sob uma perspectiva antropológica. Quando afirmo que a pesca, tal como a caça, é uma prática genuinamente predatória, estou me referindo a uma premissa ecológica – mais do que isso, a uma premissa biológica, que é a da relação predador-presa dentro de uma

cadeia alimentar - em que a espécie humana costuma ser afixada no topo. Entretanto, as legislações ambientais e os artigos acadêmicos que se voltam a práticas como a caça e pesca, tendem a designá-las como predatórias apenas quando elas se dão de forma desenfreada – ou “insustentável”, numa linguagem mais contemporânea – na frequência e na quantidade de extração dos assim chamados recursos naturais.

Uma das tarefas que compreendem a chamada cadeia produtiva pesqueira consiste no “tratamento” do peixe, se assim posso dizer. Quando eu ouvia de algumas pessoas afirmando algo como “*tem de saber tratar bem o peixe*”, de início eu pensava que estavam se referindo ao momento de interação com o peixe durante a sua captura – algo como armazenar o animal adequadamente, não infortuná-lo após a captura – e não no momento posterior, com a pesca já assegurada. “Tratar” o peixe consistia, portanto, dos cuidados pós-pesca: saber prepará-lo, cortá-lo, salgá-lo, tirar os seus ossos (“espinhos”) etc. E com o tempo percebi que esses “falsos cognatos” semânticos eram muito comuns no ambiente da pesca. Antes de saber “tratar”, o pescador deve saber como *matar* – e o verbo é este mesmo, que costuma substituir o próprio verbo “pescar” no cotidiano da vida ribeirinha. Em *O Pescador*, um livro póstumo, o eminente escritor amazônida Mário Ypiranga Monteiro (1909-2004) apresenta a referida obra como seu esforço em “*formar uma opinião acerca do indivíduo e sua técnica, do rendimento econômico, das práticas de pesca, equilibrar os conceitos que se fizeram sobre o seu caráter de predador voluntário das espécies [...]*” (MONTEIRO, 2010: 8). E eu recorro aqui a essa associação entre pescar e matar justamente para voltar à caracterização da pesca enquanto predação.

Tento priorizar aqui as razões e os afetos evocados em quem vive de atividades genuinamente predatórias, como a caça e a pesca, e que muitas vezes se manifestam quando da lida direta com os animais feitos de presa no contexto dessas atividades. A minha insistente e proposital hesitação entre “caçar” e “pescar” no decorrer do trabalho se dá, ao menos, por dois motivos: o primeiro é que, muitas vezes, trabalhadores de regiões costeiras e ribeirinhas desempenham as duas atividades ao mesmo tempo. Há, inclusive, aqueles que saem pela manhã levando as suas redes – e, às vezes, os seus matapis⁸⁶ – para igarapés, por exemplo, e levam também para a canoa a sua arma de fogo; há também quem saia para pescar e leve o seu cão no barco, para soltá-lo na mata, onde ele tentará trazer alguma caça de pequeno porte enquanto seu dono prepara as suas redes na água e aguarda o emalhe dos

⁸⁶ Matapi: tipo de armadilha utilizada para capturar peixes de pequeno porte ou, principalmente, crustáceos (camarões).

peixes. O segundo fator é de ordem mais semântica, denotando uma variação linguística, uma vez que algumas espécies animais – como, por exemplo, o peixe-boi – são “caçadas” numa determinada localidade e “pescadas” em outra. No que diz respeito mais objetivamente a peixes, há também outras variações que substituem o verbo “pescar”, como “tirar” (“*ontem tiramos uns vinte quilos de tainha lá no rio*”), “puxar” (“*essa rede é boa, a gente sempre puxa bastante peixe com ela*”) ou mesmo “matar” (“*aquele ali é o maior matador de bagre aqui da vila*”).

Ao falar em predação, não estou trabalhando com um conceito teórico específico. Já no plano empírico – e, mais exatamente, no que tange às chamadas atividades extrativistas – pondero que se costuma falar em predação apenas associando-a a cadeias alimentares não-humanas, dividindo as espécies entre predadores e presas. Quando se traz – muito eventualmente – a questão para dentro das práticas humanas, a palavra ganha outra conotação, sendo sempre aludida a práticas danosas ou ilegais. Sendo assim, a “pesca predatória” costuma ser entendida como aquela que explora e vilipendia a natureza e as leis, quando, na verdade, a pesca é uma atividade por si só predatória (seja por meios artesanais ou em escala industrial). Lidamos com um eufemismo reverso e, ao mesmo tempo, explícito, ao examinarmos o que vem a ser, afinal, “pesca predatória” – há algo de redundante nessa expressão. “Caça” e “pesca”, nesse sentido, seriam eufemismos para “predação”, e não o contrário. Afinal, ambas têm o seu respaldo sociocultural quando se trata de assegurar o direito à subsistência e ao extrativismo praticado no interior das chamadas comunidades tradicionais. Falar em predação, ao contrário, soa ofensivo e ilícito, pois se convencionou associar o termo a atos de ilegalidade. O próprio meio ambientalista tem uma tendência a extrair a conotação biológica do termo e priorizar a conotação jurídica que hoje ele também traz em si. Desse modo, a pesca somente é considerada predatória quando exercida em escalas maiores do que a de subsistência e do chamado manejo sustentável; quando exercida fora do período permitido (desrespeitando os períodos de defeso e da “piracema” dos peixes); quando executada em áreas de proteção integral; ou quando atinge espécies ameaçadas de extinção.

E aqui reside outro fator também importante: quando são utilizadas armadilhas, linhas ou redes de pesca, artefatos pontiagudos e até mesmo armas de fogo ou outros dispositivos afins, os então predadores (caçadores ou pescadores) não sujam diretamente as suas mãos (tampouco os dentes e as unhas) com o sangue ainda quente das tais presas, algo que os torna menos “selvagens” do que são os grandes predadores carnívoros das florestas, savanas, tundras, rios e mares mundo a fora. Ademais, como nos lembra Lévi-Strauss

(1968), através de seu “triângulo culinário”, processamos nosso alimento antes de comê-lo⁸⁷, o que nos torna, não somente menos “selvagens”, mas também mais “civilizados”. Insisto, portanto, no termo predação – ainda que com todos os desgastes teóricos que ele possa trazer – não somente pelo fato de “caça” e “pesca” (atos, mais do que apenas termos) se apresentarem de modos difusos durante as observações de campo, mas também por tentar melhor compreender a presença humana enquanto predadora nos ecossistemas costeiros e fluviais.

Muitos pescadores que conheci também eram caçadores. A partir disso, eu imagino que, em algum momento, todo pescador já pensou sobre sua condição de “predador” na mata ou no rio/mar e chegou a compará-las de algum modo ou a partir de alguma característica ou detalhe. Ser predador em terra ou em água devem ser situações muito particulares e distintas entre si. O mesmo vale para a condição e conduta dos animais terrestres ou aquáticos que figuram aqui como presas. Até certo ponto, as reações de animais caçados em terra parecem ser mais nítidas e visíveis do que as de peixes (e outros bichos aquáticos) sendo pescados. Até certo ponto. É que, dependendo do tipo de pescaria e das habilidades e artefatos utilizados, é possível saber, prever ou até “lutar” com o peixe – de acordo com o seu determinado comportamento.

Geralmente vemos apenas o peixe já contido e vencido, quando preso numa rede, num anzol ou pego por um arpão. Mas há peixes que lutam contra sua captura, que tentam se defender e até atacam. O tucunaré, por exemplo, é um peixe considerado agressivo, principalmente quando tem suas crias, e investe contra o predador ou os instrumentos utilizados para capturá-los. Também o bagre é conhecido por suposta agressividade que manifesta na captura. Quando pescadores percebiam uma quantidade grande de bagres que chegariam emalhados nas redes, já iam avisando: “fica ligeiro, que vem vindo bagre!”. Ademais, ele possui um ferrão na guia e se debate muito quando extraído da água, chegando a emitir um som causado pelo atrito que provocam nos ossos da faringe.

Mas, como anteriormente afirmado, o rio/mar geralmente oculta de nós, humanos terrestres, a conduta – e as atividades – dos peixes e, até por conta disto, Kropotkin (2009 [1902]), como já mencionado, não arrisca a falar de peixes em sua contribuição aos estudos

⁸⁷ Talvez uma exceção a essa suposta “regra prescritiva” ocorrida durante o trabalho de campo tenha sido uma ocasião vivenciada com os pescadores da Vila de Joanes, em Salvaterra, em que combinávamos uma saída à pesca no barco de um deles. Eles, então, relataram que, durante as saídas em que ficam fora por dias – às vezes, semanas, as chamadas “pescarias de temporadas” –, muitas vezes passam a maior parte do período se alimentando apenas da pesca. Nessas situações, dizem que chegam a comer peixes ainda vivos, “temperando-os” apenas com a água salgada do mar.

evolucionistas da natureza. Uma dúvida poderia pairar acerca da proposta kropotkiniana do *mutual aid* (“ajuda mútua”): num ambiente abundante e diversificado – como a Amazônia – o processo evolutivo só poderia estar pontuado pela competição (como na teoria de Darwin, que fez suas observações em ambientes tropicais). E concluir-se-ia daí que Kropotkin só poderia mesmo ter formulado sua teoria a partir de suas observações empíricas num ambiente não-tropical, gélido, “hostil” e com menos variedade das espécies – tal como a Sibéria. E essa situação favoreceria, portanto, um coletivismo intraespecífico diante das ameaças acometidas pelo meio local, caracterizado por clima desfavorável, iminência constante de predadores e pouco provido de locais de refúgio nas vastas áreas de tundra, dentre outros fatores.

Torna-se relevante, assim, também pensar no verbo *matar*, que, em muitas ocasiões, substitui *pescar* ou *caçar*. Há, por isso, os “matadores” de guriuba, de bagre (tal como se ouve falar também em “matadores” de jacaré, de onça, a depender da localidade). Dá-se, porém, uma definição claramente utilitária a esse verbo, quando muitos interlocutores me diziam ser incapazes de matar uma pessoa. Ademais, muitos diziam algo como “*não mato mais do que preciso levar p’ra casa*”, o que pode remeter a um princípio ético dentro de um ofício que é genuinamente predatório. E isso partia deles próprios. Enquanto alguns pescadores usavam indiscriminadamente o verbo “matar” como sinônimo para “pescar”, outros já tinham certas restrições que beiravam uma preocupação moral, como José Galdino, pescador da Vila de Joanes, em Salvaterra (Ilha do Marajó, PA) expressou a mim em certa ocasião:

Não, não é a mesma coisa, “matar” e “pescar”... É que no tempo do meu pai, se falava assim. Eu era menino e falava p’ra ele: “*não, pai, não tá certo falar ‘matar’*”. Mas ele dizia: “*tá certo, sim!*” Mas pescador é matador de peixe, não de outras coisas...

Certa vez, quando eu me encontrava na vila de Joanes, no Marajó, o pescador João Vítor vinha chegando da beira da praia, depois de uma pescaria, trazendo poucos peixes. Bacus e algumas sardas. Uma bióloga, que havia agendado uma conversa com ele, também chegava, cumprimentando a todos ali e aguardando enquanto João Vítor repousava os pescados sobre o jirau no quintal da casa de seu pai – para quem ele havia trazido aquela quantidade de peixes. A pesquisadora observa, então, os bacus, repousados sobre as tábuas do jirau e sob o habitual sol quente do meio-dia na Ilha do Marajó. Eles pulsam e respiram firmemente, mas sem se debater. Ela diz: “*Nossa, esse é um dos mais resistentes, não é? Você ‘tava me explicando, da outra vez...*”. João Vítor confirma: “*Ah, esse aí, se deixar, ele vai ficar umas três horas assim, só olhando p’ra ti...*”.

Há relatos sobre animais com aparição mais rara também, como a toninha. “*Essa [a toninha], quando aparece, a gente afugenta logo, porque ela é mais atrevida, pega tudo que tem na rede*”, diz *seo* Valdinho, pescador aposentado, de Curuçá (PA). Pergunto como afugentam-na. “*Tem gente que joga óleo – não pode, né? A gente usa pistola mesmo*”. Eu retruco: “*Mas atiram nela com arma de fogo?*”. “*Não, a gente só atira na água mesmo. Só p’ra afugentar, p’ra ela ir embora*. Continuo: “*Mas tiro no mar também não pode, não é?*”. *Seo* Vadinho: “*Mas ela dá [aparece] mais lá p’ra dentro, lá naquela água azul [aponta para o horizonte do mar, de frente para o Porto do Abade]. Uma vez apareceu uma baleia aqui também, encalhou ali perto do curral. Deu mais gente do que quando tem procissão aqui...*”.

Eu me recordo de quando estive pela segunda vez no rio Uatumã, para o trabalho de campo. *Seo* Sabino, de quem muitos me falaram com antecedência, que era um pescador e caçador nato e que conhecia o rio Uatumã como as linhas de suas mãos. Recebeu-me por alguns dias em sua habitação às margens do Uatumã, uma casa solitária, remanescente de uma comunidade que ali fora desativada, após a chegada a seus arredores da Usina Hidrelétrica de Balbina, em 1989, e a instituição da Reserva Biológica (REBIO) Uatumã, no ano seguinte. Certa manhã, saímos em sua canoa, acompanhados de dois enteados seus, para deixar algumas redes por entre os paranás próximos e aproveitar para adentrar a mata às margens do rio, atrás de castanhas. E de caça. E esse eufemismo de caça tem um elemento de variação cultural – por exemplo, o peixe-boi é “pescado” em alguns lugares e “caçado” em outros. Mas o eufemismo se dá no âmbito científico também: “*No caso do jacaré, muitos pesquisadores preferem falar que se ‘pesca’*. *Pesca é mais ameno*”, diz-me um biólogo da UFAM. É o que também me disse *seo* Vicente, outro pescador de Joanes. “*É o linguajar do pescador mesmo: matar... Mas às vezes o peixe já ‘tá morto quando vem lá na rede... E é a rede que mata o peixe*”. Não obstante o ardil de sua afirmação, seria possível discutir a agência da rede que “mata” o peixe, tal como também pensar nesse artefato de pesca como extensão do próprio corpo do pescador (SAUTCHUK, 2007). E foi no convívio com os pescadores que também descobri que os peixes nomeiam as suas próprias algozes artefactuais: aracuzeira, jaraquizeira, piauzeira, tainheira... Cada qual dessas redes tem uma medida específica (do diâmetro entre os nós) em milímetros, de acordo com o peixe ao qual ela se destina a capturar. Dentro de uma abordagem multiespecífica, penso ser esta a única “agentividade” que pode ser atribuída ao peixe dentro dessa relação de predação.

De todo modo, os artefatos de caça ou pesca podem, sim, dizer algo sobre as relações de predação em que eles se aplicam e sobre as partes da relação (o predador e a presa). Quando são utilizadas armadilhas, linhas ou redes de pesca, artefatos pontiagudos e até mesmo armas de fogo ou outros dispositivos afins, o então predador humano (caçador/pescador) não suja diretamente suas mãos⁸⁸ (tampouco os dentes e as unhas) com o sangue ainda quente de sua presa, algo que o torna menos “selvagem” do que são os grandes predadores carnívoros das florestas, savanas, tundras, rios e mares mundo afora. Ademais, como nos apresenta Lévi-Strauss (1968), através de seu “triângulo culinário”, nós (humanos) processamos o nosso alimento antes de comê-lo, o que nos torna, não somente menos “selvagens”, mas também mais “civilizados”.

Quando afirmo que a pesca é uma prática genuinamente predatória, faço isso à luz da premissa biológica da relação predador-presa dentro de uma cadeia alimentar – em que a espécie humana se situa quase sempre ao topo. Entretanto, as legislações ambientais e parte considerável dos estudos voltados a tais práticas tendem a designá-las como predatórias apenas quando elas se dão de forma insustentável, na frequência e na quantidade de extração dos assim chamados recursos naturais. Por fim, penso que pescadores têm uma experiência privilegiada quando vão ao encontro do que há de mais íntimo e instintivo nos animais que matam para se alimentar, que é a própria intenção em continuar vivos. O que pensam ou fazem com o que experimentam nesses encontros (e no ato de matar que os concluem) é algo subjetivo e de foro também íntimo. De tal modo, para mim, esses eram “dados de pesquisa” nem sempre fáceis de acessar, ainda que os pescadores sempre manifestassem verbalmente o ato de matar implicado na tarefa que desempenhavam.

⁸⁸ Devo apontar uma ressalva à minha própria afirmação, pois pescadores, uma vez tendo um contato direto e físico com suas presas, chegam a sujar as mãos de sangue, por exemplo, no próprio ato de retirar um anzol da boca de um peixe. Mesmo eu, que não participava das atividades, limitando-me a observá-las, voltava delas com manchas de sangue em minhas roupas.

4. Outras relações com os animais na Amazônia

*Carreiro, quando pega o boi na estrada,
Vai metendo-lhe a porrada
Até chegar no estradão
Carreiro, tem pena do animal
Tu só quer dar-lhe de pau
Ele é vivente como a gente.*

Cantiga de *seo* Joaquim “Bichão” da Silva⁸⁹,
pescador da Ilha do Marajó.

4.1. Malinezas, remorsos e outras fronteiras do (in)sensível

Em Soure, na Ilha do Marajó (PA), certa vez estive no igarapé Altamira com moradores do bairro Umirizal que costumavam frequentar o local para obter peixes, siris ou camarões. Eu estava na companhia de Diléia, Gilvan e Vladimir. Como o bairro não ficava muito distante do igarapé, seguimos caminhando até lá. Ao chegarmos às suas margens, o funcionário de uma fazenda (que tinha, aliás, o mesmo nome do igarapé) ali próxima e que conhecia os três fazia um matapi, armadilha usada para pegar camarões, a partir de tiras de palmeira de tucumã. Autorizados por ele, seguimos pelo igarapé usando uma canoa de propriedade da fazenda. Vladimir trazia um puçá, usado para capturar siris, feito por ele mesmo a partir do fundo de um frasco de água sanitária com uma alça de linha de *nylon* e uma pedra presa também por linha à parte externa do fundo do frasco. A pedra servia para mensurar a profundidade da água. Eles também traziam uma tarrafa, malha de rede em formato circular usada para capturar peixes de pequeno ou médio porte. Enquanto Vladimir aguardava alguma movimentação em seu puçá, Gilvan abria a tarrafa. Diléia aproveitava para se banhar no igarapé.

⁸⁹ Com a intenção de assegurar-lhe o crédito autoral, *seo* Joaquim é a única pessoa, dentre as demais, que figura no presente trabalho com o nome real. Pescador já aposentado e residente à Vila de Joanes, em Salvaterra (PA), chegou a presidir a associação representante dos pescadores da vila e, às vezes, ainda saía de casa pela manhã levando suas redes para algum igarapé. Ele tem na memória um acervo de cantigas suas que versam sobre temas da vida marajoara: pescadores, praias da ilha, festas religiosas. E, dentre outras, esta cantiga sobre o búfalo (que, no Marajó, também chega a ser chamado de boi ou “boi preto”), referenciada na epígrafe deste capítulo.

Gilvan decidiu arriscar uma primeira tentativa com a tarrafa. Arremessou-a e conseguiu duas capturas: uma pratinha e uma pequena arraia. Depois de jogar a pratinha à traseira da canoa, mostrou a arraia a Vladimir, segurando o animal pela cauda: *“Olha o que veio aqui. Vou dar um jeito nela agora mesmo”*. Gilvan então pegou um terçado que havia levado consigo e começou a esquartejar a arraia. Alguns pedaços do animal ainda se movimentavam, mesmo separados. Gilvan me diz: *“Essa, aqui quando a gente pega, a gente malina mesmo. P’ra se vingar das ferroadas que as outras já deram na gente”*. Pergunto-lhe se já havia sofrido uma ferroadada dessas. *“Uma vez na praia eu pisei, ela deu o bote. Mas só sangrou, acho não chegou a jogar muito veneno, porque cicatrizou rápido. Mas tem gente aí que já levou umas ferroadas feias”*. Talvez sua vingança contra aquela arraia fosse por essas outras pessoas. E talvez aquela arraia, pelo tamanho (por volta de 15cm de diâmetro), ainda não havia tido tempo suficiente para ferroadar alguém. Mas a tal vingança era exercida também contra botos, pela sempre tensa relação com os pescadores. Heraldo, um pescador também de Soure, contou-me uma ocasião vivenciada por seu compadre Erinelson, que era também seu parceiro de pesca:

Uma vez a gente foi lá p’ra Curralinho⁹⁰ pescar – sabe onde fica? Então, aí, era muito bagre, muita dourada, sarda veio também... Aí a gente foi puxando a rede. ‘Tava eu, ele [o compadre], e mais um outro parente meu de lá. Aí eu percebi que tinha um boto lá, preso. Quando a gente subiu a rede, ele ‘tava todo escorreado, por causa das linhas, né... E esse meu compadre ficou muito invocado com o boto – era aquele malhado, sabe? – porque o boto destruiu toda a rede. Aí ele pegou um pedaço de pau que tinha no barco e começou a dar pancada no boto, eu nem quis ver. E o boto começou a gritar, chorar. Nossa... parecia até humano, o choro dele. Meu compadre ficou até com remorso depois...

Como já mencionado anteriormente, mesmo num expediente necessariamente concebido por relações de predação (e por mortes delas resultantes), o ato de matar nem sempre é algo tão simples de assimilar por parte de quem o exerce em seu cotidiano. Vale mencionar essa observação, ainda que termos como “remorso” e “malineza” tenham significados distintos daqueles já presentes, por exemplo, nos trabalhos de Galvão (1976 [1955]) e Maués (2004). Também de Soure, Diléia contou-me também uma história parecida, vivenciada por seu pai. Ele também “se vingou” de um boto que danificou toda a sua rede:

Mas depois que ele matou, ainda viu as lágrimas escorrendo pelos dois olhinhos dele. Meu pai chegou em casa triste, contando isso e prometeu p’ra ele mesmo que nunca mais ia matar boto: “Foi a primeira e última vez”, ele me disse.

⁹⁰ Município ao sul da Ilha do Marajó (PA).

Dentre as poucas mulheres com algum envolvimento com a pesca que consegui ouvir, obtive importantes relatos – não necessariamente sobre temáticas relacionadas a gênero, mas sim a espécie (animais), muito embora sejam duas questões que, se examinadas com a devida atenção, podem revelar um nexos, ou mesmo uma “unidade político-existencial” (FARAGE, 2013), tal como um amálgama interespecífico entre humanos e animais. Foi Diléia uma delas. Com muitos irmãos homens, quase todos pescadores, ela própria era uma eventual pescadora desde a infância. E, a propósito de arraias, ela também tinha ao menos uma história a contar:

Teve uma vez, foi aqui mesmo [*apontando para a direção do igarapé do Araruna*] onde você foi com os meninos ontem, eu ‘tava puxando uma linha e era uma arraia. Na hora que ela ‘tava chegando já na beira, ela começou a soltar os filhotes, tudo p’ra dentro da água ainda. Eu ainda terminei de puxar ela toda p’ra fora, p’ra ver se tinha mais filhote dentro, mas acho que já tinha saído todos. Eu ia levar ela, mas acabei ficando com tanta dó, que acabei soltando a mãe de volta também.

Alguns relatos registrados dessas poucas pescadoras com quem tive contato durante o campo, orientam-se por reparar esse outro “outro”, até mesmo em meio aos ruídos e silêncios dos ambientes aquáticos (rios, igarapés, praias, manguezais). Aldirene é uma pescadora também nascida e criada em Soure, na extinta comunidade de Araruna (que deu espaço ao avanço da praia). Hoje, há muitos anos sem voltar a pescar, reconhece que muita coisa mudou de lá para cá:

Antes não tinha tanto barco motorizado, hoje tem demais, isso incomoda o peixe, você vê hoje que o peixe nem encosta mais [*nas praias*]. De tanto barulho. Teve uma vez que a gente estava numa reunião lá na praia, e alguém colocou um som alto. Aí a menina [*funcionária*] da SEMMA⁹¹ pediu p’ra abaixar o som e ainda explicou: “*porque aqui vocês têm um criadouro, um berçário de caranguejo, e o barulho incomoda eles*”. Aí uma senhora vai e diz assim: “*até parece que caranguejo escuta*”. E ela respondeu: “*você que pensa que não*”. E eu acho que assim é o peixe também. É tanto motor fazendo barulho, que faz com que eles se afastem. E o tipo de rede também, muito longa, às vezes emendam três panagens⁹², uma na outra. Então o peixe fica com medo do ambiente. Aí o que é que ele faz? Ele vai se esconder entre as pedras. Ele se defende da maneira que ele pode.

Ao falar em “berçário” e “criadouro”, a funcionária da SEMMA se referia ao manguezal da RESEX Marinha de Soure. De fato, as áreas estuarinas têm grande importância ecossistêmica por serem o local de reprodução e desova de muitas espécies. Uma outra interlocutora com quem conversei, daquela mesma região, quando me explicava o que era aquele manguezal, e talvez não se lembrando da palavra “berçário” naquele instante, referiu-se a ele dizendo que aquele manguezal era uma “maternidade”.

⁹¹ SEMMA: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, de Soure (PA).

⁹² Panagem é a medida comercial padronizada da malha de rede, que geralmente é de 100m de comprimento.



Imagem 21 – A “maternidade”, o “berçário dos bichos”.
Entrada do manguezal da RESEX Marinha de Soure (Ilha do Marajó, PA).

Ademais, as populações indígenas também percebem essa ausência das populações de peixes diante da implementação de projetos de piscicultura que tendem a invadir cosmologias locais e seus próprios manejos ontológicos da natureza. Como demonstra André Martini (2008), no caso das comunidades de Iauaretê (AM), trata-se de um processo de escassez que se dá também pelo recuo dos peixes:

No povoado de Iauaretê, a chamada “escassez de peixes” é dada na dificuldade crescente em sua captura, percebida em todos os métodos de pesca. Ainda que no discurso o uso de métodos de pesca dos brancos, principalmente malhadeiras, sejam apontados como fator de depleção, muitos *kumua*⁹³ fazem questão de afirmar que os peixes não estão desaparecendo dos rios, e sim de locais onde as regras de pesca e conduta recíproca entre *wâi-masã*⁹⁴ e humanos não são mais respeitadas. Portanto, os peixes estariam mudando seus padrões de sociabilidade, indo para lugares distantes, daí a dificuldade em sua captura, sem que sua existência seja questionável (MARTINI, 2008: 27).

E, tal como a piscicultura implementada em Iauaretê, onde as mulheres, responsáveis por alimentar seus filhos, “consanguinizam”, então, os peixes de seus criadouros por também se responsabilizarem pela alimentação destes – como descrito na supracitada etnografia (MARTINI, 2008) –, há o caso dos Awá-Guajá (GARCIA, 2010),

⁹³ *Kumua*: xamãs (plural de *kumu*, “xamã”), segundo o autor.

⁹⁴ Segundo o autor, dada a configuração multiétnica que caracteriza a população do município de Iauaretê (com famílias Tukano, Desana, Baniwa, Barasana, dentre outras), a expressão *wâi-masã* pode significar “peixe”, “gente-peixe” ou “a gente invisível”.

que também efetuam essa “consanguinização” para uma coexistência – ou uma “convivialidade”, como no caso dos Piaroa (OVERING, 1991; OVERING & PASSES, 2000) – em que as mulheres da aldeia adotam os filhotes dos macacos guaribas que os homens mataram durante caça. Não sei até onde estes exemplos ameríndios podem dizer algo sobre uma compaixão de ribeirinhos por peixes, caranguejos ou arraias, por exemplo. Mas a menção é válida, na medida em que envolve um contexto ictiológico (o caso de Iauaretê) e o fator da predação (dos Awá-Guajá).

Até onde pude acompanhar, no que tange às relações de predação com as espécies animais que habitam as águas amazônicas – e das quais os botos eventualmente são vítimas, em ações acidentais ou intencionais – os ribeirinhos nem sempre operam com transformações ou outros processos mentais ontológicos para o exercício da caça ou da pesca – e, mais especificamente, para o ato de matar um animal. Podem vir a acionar uma “dessensibilização” momentânea para, então, matar sua eventual presa sem escrúpulos de consciência. Ou, no limite, lutar contra sua própria sensibilidade, num procedimento mental que nem sempre é tranquilo. Ainda que não seja algo corriqueiro, os instantes de tensão pessoal podem ocorrer mesmo a quem, por força do ofício, já se habituou à morte, ao sangue e aos lamentos de outro ser deslizando por suas mãos. No início da pesquisa, quando comecei a me deparar com essas questões ao ouvi-los e observá-los, cheguei a conjecturar que talvez não houvesse mesmo qualquer escrúpulo íntimo, nesse sentido, por parte deles. Contudo, em alguns depoimentos, houve pescadores que apontaram atitudes que rechaçavam em outros colegas. Eron, de Joanes, contou-me sobre um vizinho que era pescador de longa data:

Eu nem gostava de pescar com ele. Porque, quando ele não conseguia puxar peixe maior, ele tirava os pequenos da rede com raiva e escangalhava a cabeça deles... P’ra que fazer isso? Se não quer, solta. Ou leva p’ra outro que queira!

Faz-se notório que a preocupação de Eron não era exclusivamente com a morte desnecessária que seu vizinho infligia sobre aqueles peixes. Ademais, um outro pescador local tinha suas ressalvas ao próprio Eron:

Esse é um que não pode falar dos outros, não... Ele também gostava de judiar de bicho: ele botava isca no anzol, deixava jogado na areia e ficava com a linha na mão. Quando vinha um urubu pegar, ele puxava só p’ra rasgar a boca do coitado. Ele fazia isso, não sei se ainda faz.

É sempre difícil, portanto, estigmatizar ou generalizar um comportamento, em qualquer contexto em que se esteja. Sou levado a pensar que, assim como há iminentes tensões envolvidas num contexto de constantes conflitos de interesse entre políticas

ambientalistas e práticas de extrativismo, é também inevitável que cada habitante nativo constitua e se guie por seus próprios princípios, a despeito de um suposto “*ethos*” local, eventualmente identificado, idealizado ou não. É certo, entretanto, que a força da lei ainda tem mais apelo junto a essas comunidades do que o próprio sofrimento do animal feito de presa.



Imagem 22 – Amansamento, senciência: dilemas que acometem a fauna amazônica. Murais na sede do DEMUC, em Novo Airão (AM).

Insisto, pois, no esforço de compreender a relação predador-presa implicada na pesca artesanal e que me conduz sempre ao que Jules Michelet (1861) chamara de “barreira fatal”, essa linha do rio/mar, enquanto uma fronteira do visível, mas que não necessariamente se mostrara uma fronteira “do sensível”, assim eu diria, durante minhas observações em campo. Apesar dos relatos e falas de interlocutores, acima reproduzidos, de fato são situações e instantes muito pontuais em que se convive ou se interage direta e fisicamente com espécies aquáticas a partir das embarcações – e aqui os cetáceos (principalmente botos, golfinhos) podem ser apresentados como exceção, por sua presença quase sempre constante e ostensiva nos entornos dos barcos, principalmente em contextos de água doce – os rios. É fato também que, por conta da efemeridade desses momentos e o propósito primeiro da busca por alimento, dificilmente se criam vínculos com bichos que são, antes de tudo, recursos nutritivos – ao menos, até o momento em que esses evocam

algum sentimento empático – especialmente a partir de expressões de sofrimento diante da captura ou mesmo do abate – como os botos que parecem chorar, quando emalhadados nas redes. Essas eventuais interações e expressões não humanas, talvez por serem justamente eventuais, ainda carecem de ser verificadas e consideradas com mais atenção.

Certa vez, em Novo Airão (AM) onde eu acompanharia um monitoramento de botos pelo ICMBio no Parque Nacional de Anavilhanas, vi na sede do DEMUC (Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação), órgão vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) um cartaz que estampava a expressão “Senciência Animal” em destaque junto a uma foto bastante aproximada da face de um peixe-boi. Trazia também um breve texto:

A ciência reconhece que: “Todos os animais vertebrados – mamíferos (inclusive os humanos), aves, répteis, anfíbios e peixes – são seres sencientes”. Senciência significa ter a capacidade de sentir dor e de vivenciar sentimentos e emoções. A Ciência do Bem-Estar Animal utiliza o conceito das 5 liberdades para avaliar o estado físico e mental dos animais. Eles estão bem quando estão: [1] livres de fome e sede; [2] livres de desconforto; [3] livres de dor, lesões e doenças; [4] livres para expressar o seu comportamento natural; [5] livres de medo e estresse. Como estão os animais sob sua responsabilidade?

O cartaz era patrocinado pela Eletrobrás – que mantinha na vila de Balbina (Presidente Figueiredo, AM) o Centro de Preservação e Pesquisa de Mamíferos Aquáticos (CPPMA) – e por um certo Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal. A foto do peixe-boi sugeria que o conteúdo da mensagem do cartaz era direcionado a quem lidava com animais silvestres (tal como o peixe-boi). Pensando em Novo Airão e também na vila de Balbina, em Presidente Figueiredo, eu elencaria ao menos três situações que configuraram uma relação direta com essas espécies: a dos cativeiros de reabilitação (como era o caso do CPPMA, em Balbina); a do ecoturismo (como em Novo Airão, onde há os flutuantes (de propriedade particular) para visitação e interação com os botos-rosa, num espaço delimitado junto ao rio, onde os turistas podem alimentá-los e também nadar próximos a eles; e, por fim, a interação em *habitat* puramente natural, que recairia sobre os moradores ribeirinhos. Talvez tenha sido a única ocasião, durante todo o trabalho de campo, em que constatei uma menção a “senciência”, sendo este um conceito ainda trabalhado de forma reticente nos meios científicos, mas de fundamental importância dentro dos movimentos de defesa dos direitos animais. Era, entretanto, uma situação que evocava e sugeria um chamado à empatia nas possibilidades interação entre pessoas humanas e os animais silvestres incidentes naquelas localidades.

Tanto o debate sobre sciência quanto acerca da empatia no meio natural ainda parecem ser incipientes, talvez por serem demasiadamente complexas, sobretudo quando levadas para o âmbito das comunidades consideradas tradicionais. De fato, não é fácil trabalhar tais conceitos com quem sempre viu determinada espécie animal como mero “laboratório nutritivo” e passa a ter de lidar com restrições impostas em seu cotidiano pela legislação ambiental vigente. Mas em dado momento, será essa a discussão a ser encampada nesses contextos – seja juntamente ou mesmo sobrepondo-se ao “amparo da lei” ou ao “poder de polícia” das autarquias ambientalistas. Por isso, os programas de educação ambiental têm priorizado cada vez mais ações que visem o público infanto-juvenil nessas comunidades. Nesse sentido, as interações na predação também podem conter um aspecto “coadaptativo”, como bem argumenta Tim Ingold:

Thus, to the extent that the human hunter benefits from forecasting the reactions of the deer, so the deer benefits from being able to predict the hunter's prediction, and to confound it by exercising autonomous powers of intentional action. So every increment in the development of awareness on one side of the interspecific relationship would increase the pressure for further development on the other, and vice versa⁹⁵ (INGOLD, 1994: 7).

Diante, pois, de possibilidades diversas de reciprocidade, entendo que a compreensão – antes mesmo do mero aceite, digamos assim – de determinadas moções e sinais advindos da fauna enquanto respostas a interferências biopolítica sobre seus habitats, seus modos de ser e suas próprias vidas se configuram naquilo que tenho chamado aqui de demandas zoopolíticas. E, enquanto demandas, requerem o exercício da empatia que, por si só, é um ato de atravessar fronteiras: compreender o “outro”, enquanto tarefa primeira da antropologia, requer, muitas vezes, colocar-se *ao lado* do outro, num exercício *a priori* hipotético, porém objetivo no tocante à empatia. Tratar de fronteiras recai sobre – e consiste, indissociavelmente, em – tratar de alteridades. E, no tocante à questão animal, os limites trazem, por vezes, certas imprecisões. E, como tenho tentado argumentar, situar-se nas fronteiras – ou, no limite, voltar as atenções a elas – torna-se aqui, portanto, um recurso metodológico necessário.

⁹⁵ Tradução: “Assim, na medida em que o caçador humano se beneficia por prever as reações do cervo, também o cervo se beneficia por ser capaz de prever a previsão do caçador e confundir-lo, exercendo poderes autônomos de ação intencional. Dessa maneira, todo incremento no desenvolvimento da consciência de um dos lados dessa relação interespecífica aumentaria a pressão por um melhor desenvolvimento posterior, e vice-versa”.

4.2. Desencantando o boto

Como já mencionado, depois do pioneirismo de Alexandre Rodrigues Ferreira, a Amazônia fluviomarítima brasileira foi percorrida por importantes naturalistas do século XIX, como Alexander von Humboldt, Alfred Wallace e Henry Bates, que, em suas expedições pela bacia amazônica, trouxeram relatos de espécies como botos e peixes-boi e suas interações com as populações indígenas e ribeirinhas em torno da Amazônia. É como o excerto de um artigo de Giorgio Pilleri (1981), sobre uma das passagens de Humboldt pela Amazônia, e que Candace Slater reproduz em seu próprio livro:

Quando os guias índios de Humboldt começaram a cortar os galhos que impediam a passagem do barco, os animais, escondidos embaixo de uma sumaúna (*kapoc*), saíram pela floresta espirrando no ar jatos de água e ar comprimido, o que lhes valeu em todas as línguas o nome de baiacus (PILLERI, 1981 *apud* SLATER, 2001 [1994]: 115, n19).

Em trabalho realizado junto a comunidades de Parintins (AM), Candace Slater fala de relações de simbiose entre pescadores e botos, muito presentes no imaginário e em relatos locais, dando conta de que esses animais cercavam cardumes de peixes, auxiliando pescadores a capturá-los e sendo recompensados com parte da pesca, a eles arremessada. O uso de sinais sonoros, como assobio ou batidas com o remo, também marcava essa interação entre pescadores e botos. É fato é que nada disso seja novidade para qualquer pescador amazônico com um mínimo tempo de experiência sobre as águas locais.

Já no âmbito das ciências acadêmicas, trata-se de uma discussão controversa as supostas possibilidades de comunicação entre humanos e animais. Num estudo sobre a referida questão, e abarcando justamente humanos e cetáceos, o antropólogo Gregory Bateson (2000 [1972]), pondera que a emissão de sons não seria suficiente para caracterizar uma comunicação interespecífica, sendo nada mais que uma expressão emocional e, portanto, não racional nos golfinhos. A quem pudesse interessar uma discussão mais aprofundada nesse sentido, caberia discutir o que se entende, afinal, por “razão” e “emoção” no comportamento animal (e no comportamento daquela determinada espécie). Partindo, no entanto, de uma dicotomia previamente estabelecida (razão x emoção), expressões menos explícitas – tais como “intenção” ou “interesse” – seriam certamente desconsideradas, negligenciadas. Entretanto, os trabalhos de Véronique Servais (2000; 2005) em antropologia comunicacional trazem outras conclusões sobre as interações entre mergulhadores e golfinhos, por exemplo, que concebem formas “metacomunicacionais” através do convívio, a partir de olhares e do contato físico. A propósito, alguns dos

biólogos e oceanógrafos com quem tive contato durante o trabalho de campo relataram-me o caso de um pescador da Ilha de Maiandeuá (ou Ilha de Algodal, como também é conhecida, na Costa do Salgado Paraense), que interagia com botos enquanto pescava, chamava-os por assobios, ao que os mesmos atendiam e se aproximavam. E enquanto pescava, compartilhava alguns dos peixes capturados com esses botos, arremessando-os na direção em que eles estivessem. As possibilidades de comunicação entre pescadores e botos também figuram nas narrativas reunidas no trabalho de Candace Slater:

[...] um relato muito conhecido dos [índios] Tapajós da Amazônia descreve como um pescador chamava um boto assobiando e batendo nos lados da canoa. O boto, então, junta os peixes que tinham se espalhado com a aproximação do barco (SLATER, 2001 [1994]: 104).

A autora não deixa de reconhecer, entretanto, as ambiguidades dessa relação supostamente simbiótica e do próprio comportamento dos botos. É necessário lembrar, entretanto, que tratam-se aqui de, ao menos, duas espécies distintas de cetáceos, que Slater também faz questão de esclarecer (2001 [1994]: 87-91). O boto-vermelho ou rosa (*Inia geoffrensis*) é considerado maldoso por destruir as redes de pesca, roubar os peixes que nelas encontra e por ser, às vezes, agressivo com as embarcações dando-lhes golpes com a cauda. Já o boto Tucuxi (*Sotalia fluviatilis*) – tal como seu parente próximo, o boto cinza (*Sotalia guianensis*) – seria mais inofensivo e amistoso, por auxiliar os pescadores indicando aos barcos onde estão os peixes e depois os ajudando na captura, quando se empenham em cercar os cardumes. E no âmbito mítico, segundo a autora, ambos mantêm os seus mesmos estigmas malevolentes e benevolentes, respectivamente. Some-se a essa ambivalência no âmbito das interações simbióticas outros infortúnios atribuídos aos botos dentro dessas comunidades, como as conhecidas histórias de “encantamento”, os casos de “panema” e as aparições de visagens, para citar alguns outros aspectos dessa relação interespecífica. Há uma vasta literatura sobre as culturas amazônicas e que percorrem esses fenômenos intrínsecos à vida cotidiana de comunidades indígenas ou ribeirinhas. Entretanto, a obra seminal para compreender a importância de tais fenômenos e como eles recaem sobre a figura “encantada” e “maligna” do boto continua a ser a etnografia de Eduardo Galvão, *Santos e Visagens*, de 1955. É dela que parte a grande maioria dos trabalhos que a sucederam com atenção ao mesmo campo de estudo: o modo de vida de comunidades tradicionais, sobretudo ribeirinhas, na Amazônia.

Numa ocasião com pesquisadores do MPEG (Museu Paraense Emílio Goeldi) e da UFPA (Universidade Federal do Pará) – dentre os quais, as duas colegas oceanógrafas, a quem eu havia acompanhado em atividades na Ilha do Marajó – um deles, também

estudante de oceanografia, assim reagiu ao saber que a minha pesquisa consistia em acompanhar o dia-a-dia dos pescadores:

Eu falo p'ras meninas [*Beth e Iná*] que eu não tenho essa paciência que elas têm p'ra ouvir essas histórias de boto, Matinta-Perêra... Quando eles [*os pescadores*] começam a contar eu até saio, vou dar uma volta na praia [*risos*]. Tudo bem, é legal fazer campo, às vezes eu até vou com elas. Mas eu prefiro trabalhar mais com observação, sabe? Essa parte de “etno” não é muito p'ra mim, não...

Expliquei-lhe que as tais histórias – de seres “encantados” – não eram exatamente o tema de minha pesquisa. Atentar a elas, porém, era parte igualmente importante para a abordagem do tema de meu pretendido trabalho. Comentei ainda que talvez eu também necessitasse de um exercício de “desencantamento” do boto, tal como empreendido por alguns de seus colegas que estudavam as interações entre pescadores e animais aquáticos durante a pesca. Quando eu perguntava sobre botos nas comunidades, as histórias sobre animais “encantados” – que “insurgiam” (ou “engeravam”) como humanos, copulavam com mulheres jovens ou assombravam pescadores noite adentro – inevitavelmente vinham à tona, pois surgiam intercaladas com narrações das situações interacionais com esses mesmos animais (geralmente, os botos) durante a pesca em rio ou mar, que eu insistia para que me contassem. Mas as histórias sobre o boto “encantado” eram constantes nas conversas. Ouvi ao menos uma mulher que me assegurou ter mantido relações sexuais com o boto (“insurgido” em homem); e homens, pescadores, que me contaram situações de pesca em que foram por ele “empanemados”. Tive também depoimentos mais “céticos”: *“Eu sou evangélico, não acredito nessas histórias do boto, não”*.

Ouvi diversos relatos que demonstravam as diversas concepções sobre esse “mundo dos fundos” (GALVÃO, 1976 [1955]; SLATER, 2001 [1994]) e sobre as espécies que coexistem com os pescadores locais. Se, enquanto vivo, o boto pode “alimentar” tanto o humano quanto o seu imaginário, uma vez morto acidentalmente – ou encontrado morto nas areias - ele ainda tem o seu valor para as pesquisas nos campos da cetologia e da mastozoologia e também no mercado informal, onde partes de seu corpo acabam por ser comercializadas, como já descrito anteriormente. Ainda assim, é um animal cercado de tabus. Através de uma colega pesquisadora do Museu Emilio Goeldi, em Belém, eu soube que em Curuçá, município na Costa do Salgado (litoral do estado do Pará) havia casos em que se consumia a carne de botos – algo insólito, considerando a quantidade de prescrições em torno da figura desse animal. “Acho que aqui o pessoal não come carne de boto, não”, diria Valmir, mais um pescador da cidade de Curuçá. Ao insistirmos no assunto, porém, ele completaria: *“É, mas não tem pescaria do boto, específica, tá entendendo? Quando*

acontece [a captura acidental de um boto], aí um avisa o outro: ‘olha, tem um boto aqui, você quer aproveitar?’ E a gente tira a grude também”. “Na minha rede já caiu, várias vezes. Todo pescador que usa serreia [tipo de rede] tem alguma história de boto”, diz seo Valdinho, pescador aposentado e pai de Valmir. “É, se ele não pegasse na nossa rede, p’ra gente seria melhor. Porque p’ra nós ele não tem serventia”. Mas não é essa a realidade em outras regiões como, no Amazonas – no Médio Purus ou no Médio Solimões, por exemplo – onde há registros da utilização da carne de botos como isca para a pesca de determinada espécie de peixe, a piracatinga – ou “douradinha”, como é mais conhecida no Pará.



Imagem 23 – “Desencantando” o boto: coleta para acervo científico. Travessia do rio Paracauari, entre Salvaterra e Soure (Ilha do Marajó, PA).

Numa página de rede social da Associação Amigos do Peixe-Boi (AMPA), uma iniciativa conservacionista com ações situadas principalmente no estado do Amazonas, certa vez um de seus membros lançou duas questões aos demais participantes: “Gostaríamos de fazer uma pesquisa com nossos amigos: 1- Vocês já compraram filés de douradinha? 2 - Continuariam comprando se soubessem que a douradinha é pescada com isca de boto-vermelho?”. Essa postagem incluía a foto de uma embalagem de filé de douradinha, com o nome da marca e seu preço, provavelmente comercializada em alguma rede de supermercado da região Norte. Foi quando eu me recordei de uma ocasião em Belém (PA) quando, acompanhado por pesquisadores/as – dentre biólogos/as e oceanógrafos/as da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Museu Paraense Emílio

Goeldi (MPEG) – eles comentavam entre si sobre a mesma questão até que alguém comentou: “*Douradinha eu não como mais. A douradinha mata botos*”. De início eu, não sendo advindo das ciências naturais, demorei a compreender tal sentença imputada a esse peixe (que é também conhecido pelo nome de piracatinga em outras regiões⁹⁶). Mas eu soube, depois de me explicarem, que não se tratava de um peixe predador de botos – tampouco uma espécie carnívora voraz (como, por exemplo, a piranha). A frase dita trazia, antes de tudo, um agenciamento semântico; recurso de linguagem com o qual eu me depararia em outros momentos posteriores.

Pareceu-me, entretanto, que havia uma necessidade, por parte desses pesquisadores, de “desencantar” o boto para trabalhar com as suas possibilidades de dados. E aqui, esse “desencantamento” funciona como uma metáfora operacional, uma “predação científica” (SÁ, 2013), que explana os procedimentos estratégicos de biólogos e pesquisadores de áreas afins, por exemplo, ao pisar num terreno para eles arriscado, ter de lidar constantemente com todo um arcabouço local daquilo que para eles, enquanto cientistas, não passam de “percepções” ou “crenças”. A propósito, o já mencionado “Frank” – esqueleto de boto *Sotalia guianensis*, montado com ossos provenientes de vários indivíduos da espécie e pertencente ao Projeto Bicho D’Água – não deixa de ser um símbolo desse “desencantamento” científico. Vale, inclusive, lembrar que os pescadores amazônicos, em geral, evitam chegar perto, tampouco manusear botos já mortos [ou suas carcaças]

E nesse contexto, tal desencantamento se revela também como um empecilho às ações do Estado (pensando em órgãos como IBAMA, ICMBio, as secretarias municipais ou estaduais de meio ambiente etc.), uma vez que não são instituições dotadas da mesma linguagem com que se operam nesses contextos locais. Nesse sentido, os “acordos pragmáticos” nem sempre se justificam na perspectiva do Estado: se é período de defeso, cumpra-se a lei. Se tal espécie é proibida de ser predada, dentro ou fora do defeso, assim o é para o Estado. Não há de se reconhecer orientações através das marés ou das fases da Lua, nem os acordos particulares o caçador e sua presa na mata. Assim entende o Estado. E esse desencantamento pode ser um impasse também para cientistas ou ambientalistas na medida em que eles dizem reconhecer a legitimidade de saberes locais – aos quais chegam a denominar “etnoconhecimento”, “etnociências”, “etnobiologia”, “etnobotânica” etc. – mas ainda os concebem enquanto tradições imbuídas da percepção “nativa”, esse olhar

⁹⁶ Na Colômbia, a douradinha ou piracatinga é conhecida por *mota*. A propósito, o país se tornou uma das principais rotas de comércio ilegal desse peixe na Amazônia brasileira, impulsionando assim a caça aos botos ao redor da bacia amazônica.

“outro” dos habitantes locais. O trabalho de alguns desses profissionais – sejam eles das ciências naturais, humanas, ou de qualquer outro campo do conhecimento –, não raramente amparado por biopolíticas conservacionistas, acaba oscilando entre *deixar-se encantar por* e *prestar-se a desencantar* o seu próprio campo de trabalho.

Segundo Zé Pedro, de Curuçá, “*O boto é muito sabido, ele vê a rede. Olha essa água escura. Mesmo quando a água tá escura assim, ele consegue ver a nossa rede*”. Cristóvão, da comunidade Bela Vista, no rio Uatumã, costuma tingir suas malhadeiras:

Quando eu vou p’ra Manaus, eu compro uma panagem [*de malhadeira*] dessas de 150 metros, corto no meio e faço duas de 75 metros, mais ou menos. Aí eu tinjo com amelina dessa cor [*esverdeada*], p’ra ficar mais ou menos da cor da água. Porque se estiver branca, assim, eles vêm.

“*Mas ‘eles’, quem?*”, eu pergunto. “*Eles, os peixes*”, responde Cristóvão. Por algum lapso de tempo imaginei que o “eles” pudesse estar referido a agentes do ICMBio ou mesmo pessoas que roubariam redes. Pergunto se o tingimento não funciona para despistar os botos também. Cristóvão: “*Ah, não... esse aí é difícil de enganar*”. Uma ideia recorrente entre pescadores – e que era sempre reavivada por outros pesquisadores que trabalhavam com eles – era a frase “*onde tem boto, tem peixe*”, que representaria tanto uma estratégia de pesca, como também uma justificativa de que biólogos e ambientalistas usavam para trabalharem com as comunidades a defesa da preservação dos botos. Valmir, de Curuçá, diz: “*Onde tem a sardinha, que é a cumidia dele, ele vai estar lá. É igual o outro fala: onde tem boto, tem peixe*’. Por isso que ele ajuda [aos pescadores], sim”. Essa frase, contudo, mostra-se insuficiente diante do fato de que, como contrapartida, o boto é também um “competidor” – ou até mesmo considerado um “ladrão”, que “rouba” os peixes das redes – e, por isso, nutre certa aversão em alguns pescadores. “*Eu odeio boto. Qualquer boto. Se eu pudesse, matava todos eles*”, disse um pescador de Soure (PA), mostrando os rombos que o animal havia causado recentemente numa de suas malhadeiras. “*Olha isso aqui: é tudo eles que fazem isso... Teve uma vez que eles esbandalharam quase uma rede inteira que eu tinha!*”. As interações entre botos e pescadores são, de fato, intempestivas. Muitos estudiosos as classificam como podendo ser “positivas” ou “negativas”, de acordo com as circunstâncias de cada situação em particular.

Eu tinha uma mínima noção da ambígua relação com botos, já que o tucuxi era visto como eventual aliado e o vermelho/rosa, possível inimigo. De pesquisadores que trabalhavam exclusivamente com cetáceos, ouvia algo sobre certas interações “positivas” ou “negativas”. Basicamente, as interações são consideradas “positivas” quando ambas as partes – humanos e cetáceos – se beneficiam de algum modo ou quando uma se beneficia e

a outra permanece indiferente na interação. E são consideradas “negativas” quando ambas ou ao menos uma das partes é prejudicada na interação. Dentre as sete situações que obtive elencadas do livro *Cetáceos: introdução à biologia e à metodologia básica para o desenvolvimento de estudos* (DI BENEDITTO *et al.*, 2010: 45), obra indicada por colegas da área que conheci em campo, cinco delas – “emalhe”, “colisão”, “emaranhamento”, “arpoamento” e “roubo” – seriam, pois, negativas e apenas duas – “tocaia” e “cooperação” – apresentariam possibilidades de haver uma interação positiva. A obra acima afirma que podem haver variações nas situações de interação, tal como outros tipos de interação não elencados, a depender da região observada. Mas os sete tipos aqui sugeridos parecem representar os mais recorrentes. Reproduzo, a seguir, a descrição de cada tipo de interação, constante da mesma obra:

- Emalhe: *“Animal ou grupo de animais colide com a rede de pesca e fica preso nas malhas do artefato. Ocorre comumente em redes de espera, mas também pode estar associado a outros tipos de rede”*.

- Colisão: *“Animal ou grupo de animais colide com a rede de pesca e consegue rompê-la, libertando-se. Esse tipo de interação também pode estar relacionado ao abalroamento dos animais nas embarcações, que pode ou não estar seguido de injúrias ou ferimentos”*.

- Emaranhamento: *“Animal ou grupo de animais se emaranha nas linhas do espinhel, ou de outro tipo de linha de pesca”*.

- Arpoamento: *“Animal ou grupo de animais é arpoado ao se aproximar da embarcação para ser utilizado como isca em práticas pesqueiras ou com outra finalidade”*.

- Roubo: *“Animal ou grupo de animais se aproxima do artefato de pesca, retirando o pescado que está emalhado ou fígado”*.

- Tocaia: *“Animal ou grupo de animais acompanha a operação de pesca, perseguindo e capturando (ou tentando capturar) o pescado que escapa do artefato”*.

- Cooperação: *“Animal ou grupo de animais direciona ou encurrala o pescado para próximo do artefato de pesca”*.

- Emalhe: *“Animal ou grupo de animais colide com a rede de pesca e fica preso nas malhas do artefato. Ocorre comumente em redes de espera, mas também pode estar associado a outros tipos de rede”*.

- Colisão: *“Animal ou grupo de animais colide com a rede de pesca e consegue rompê-la, libertando-se. Esse tipo de interação também pode estar relacionado ao abalroamento dos animais nas embarcações, que pode ou não estar seguido de injúrias ou ferimentos”*.

- Emaranhamento: “Animal ou grupo de animais se emaranha nas linhas do espinhel, ou de outro tipo de linha de pesca”.
- Arpoamento: “Animal ou grupo de animais é arpoado ao se aproximar da embarcação para ser utilizado como isca em práticas pesqueiras ou com outra finalidade”.
- Roubo: “Animal ou grupo de animais se aproxima do artefato de pesca, retirando o pescado que está emalhado ou fisgado”.
- Tocaia: “Animal ou grupo de animais acompanha a operação de pesca, perseguindo e capturando (ou tentando capturar) o pescado que escapa do artefato”.
- Cooperação: “Animal ou grupo de animais direciona ou encurrela o pescado para próximo do artefato de pesca”.

A partir de tais descrições das interações, elaborei uma tabela com essas informações, de modo a tornar mais claro qual é o resultado para as duas partes envolvidas (o pescador e o boto) em cada uma das sete situações de interação:

Situação	Humano (pescador)	Animal (boto)	Resultado da Interação
Emalhe	prejudicado (danos à rede)	Prejudicado (ferimento ou morte)	negativa
Colisão	prejudicado (danos à rede ou ao barco)	Prejudicado (ferimento ou morte)	negativa
Emaranhamento	prejudicado (danos à linha)	Prejudicado (ferimento ou morte)	negativa
Arpoamento	beneficiado (capturou) / indiferente (não capturou)	Prejudicado (ferimento ou morte)	positiva
Roubo	prejudicado (perde a pesca)	Beneficiado (rouba a pesca)	negativa
Tocaia	indiferente (sem ganhos nem perdas)	Beneficiado (capturou) / indiferente(não capturou)	positiva
Cooperação	beneficiado (pescou) / indiferente (não pescou)	beneficiado (pescou) / indiferente (não pescou)	positiva

Até caberiam aqui outros desdobramentos analíticos. A situação interacional “arpoamento”, por exemplo, embora a descrição oferecida seja clara, pode ser acidental em caso do alvo do arpão ser outro – o que, entretanto, não interferiria no resultado final (ao menos para o boto). De todo modo, o arpoamento intencional é mais plausível, pois vem ao encontro de dados recentes sobre a caça ilegal de botos, que assiste a um aumento significativo, principalmente no estado do Amazonas (ALVES *et al.*, 2012; BRUM *et al.*, 2015). Se é fato que no *Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção* (2008) a espécie não consta em situação de “ameaçada”, há nele, entretanto, um importante alerta:

O boto-vermelho ou boto-da-amazônia, anteriormente listado como Vulnerável no Plano de Ação dos Mamíferos Aquáticos do Brasil II, teve sua categoria alterada,

por se acreditar que as causas que justificaram a sua inclusão como Vulnerável tinham sido reduzidas ou eliminadas. No entanto, uma nova ameaça à espécie surgiu no início deste milênio, na Amazônia, onde o boto-vermelho passou a ser deliberadamente caçado e morto em redes de pesca, para ser utilizado como isca na pesca de uma espécie de peixe-liso. Se essa nova atividade não for contida rapidamente, a espécie poderá sofrer um colapso (CHIARELLO *et al.*, 2008: 689).

Entrei em contato com vários órgãos ambientalistas e de ativismo, buscando mais informações atualizadas sobre essa questão, não obtive respostas. De acadêmicos, uma pesquisadora do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) informou-me sobre uma cartilha (NUNES *et al.*, 2017) que seria lançada, trazendo informações sobre a situação dos botos na Amazônia e catalogando espécies de peixe que impulsionam sua caça ilegal – elas são capturadas através da carne de botos, usada como isca – e dentre as quais a piracatinga (ou douradinha) é a mais recorrente. Mas durante as etapas de campo no Amazonas, notícias drásticas vinham de outras regiões, tal como do médio Purus (município de Tapauá) e do médio Solimões (Tefé) trazendo casos de apreensões de caça ilegal em grande quantidade – e, dentre elas, de botos para o seu uso como isca. Cogitei estar nessas regiões para obter mais informações e, assim, incorporar mais um pólo ao campo de pesquisa – que, àquela altura, já se desenvolvia de modo itinerante. Havia, porém, alguns empecilhos irresolutos. Ao contrário das viagens que realizei em três regiões distintas dentro do estado do Pará (costa do Marajó, baixo Tocantins e baixo Tapajós), os deslocamentos intermunicipais no Amazonas já se apresentavam mais extensos – e, portanto, também mais lentos e dispendiosos. Sem qualquer resposta de grupos atuantes nessas e em outras regiões críticas, também vi um risco a mais para empreender uma viagem solitária e sem amparo logístico a tais localidades.

Procurei, então, explorar a questão a partir de informações que pudessem vir dos locais a que tive acesso, ainda que neles não presenciasse diretamente situações concretas de delito. E, a propósito, como bem lembra o jurista Laerte Fernando Levai (2004: 41), o grupo dos cetáceos – que compreende baleias, botos, golfinhos, toninhas, dentre outros – ficou excluído do texto da Lei nº 9.605/98, a chamada Lei de Crimes Ambientais, um dos principais instrumentos jurídicos de proteção à fauna silvestre nacional e ao meio ambiente em geral. Esse grupo de mamíferos aquáticos não está, entretanto, totalmente desamparado em termos jurídicos, havendo outra Lei federal, de nº 7.643/87, que, por muitos anos, ficou conhecida como “lei de proteção às baleias”, quando seria mais correto identifica-la como

“lei de proteção aos cetáceos”⁹⁷. Bastante sucinta, ela prevê logo em seu Artigo 1º: “*Fica proibida a pesca, ou qualquer forma de molestamento intencional de toda espécie de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras*” (BRASIL, 1987)⁹⁸.

Essas “águas jurisdicionais brasileiras” são, entretanto, consideravelmente extensas. E não bastando uma costa litorânea de mais de 7.000km, a leste do Oceano Atlântico, o rio Amazonas – um dos maiores do mundo em extensão, com seus quase 7.000km de comprimento – junto a seus principais afluentes, alguns dos quais compoem o chamado “corredor ecológico central” da Amazônia (CCA), é hoje um dos principais palcos da matança de botos ocorrida nos últimos anos, devido ao aumento da procura pela piracatinga (espécie de bagre, facilmente atraída por iscas feitas com pedaços de carne de boto).

A presença de botos durante todo o trajeto da pesquisa, entretanto, era corriqueira na medida em que, ao contrário do peixe-boi, trata-se de um animal que muito se mostra em seu *habitat*. Com os pescadores do Marajó e do Tapajós, víamos sempre os botos cinza ou os tucuxis, às voltas com os barcos e canoas. Já na região do Rio Negro, os botos-vermelhos também marcavam presença constante. Nas praias ou encostas de rios no Pará, às vezes eram encontrados mortos, principalmente tucuxis ou botos cinza. Seus corpos cediam artefatos tanto para ribeirinhos como para pesquisadores. Geralmente vítimas de emalhes ou colisões com embarcações, esses botos já eram encontrados quase sempre sem os seus olhos e genitais – que eram aproveitados para a confecção de itens da chamada “medicina popular” (também conhecida como “medicina de *folk*”⁹⁹). Um dos grupos de pesquisa que cheguei a acompanhar algumas vezes, no Marajó, sempre recolhia esses corpos encontrados para os acervos de cetologia e mastozoologia do Museu Paraense Emilio Goeldi, em Belém – e eram aproveitados também na montagem de um esqueleto que era utilizado em atividades educativas com os moradores das comunidades.

⁹⁷ E aqui se repousa outro imbróglgio jurídico, uma vez que essa lei não ampara os peixes-bois, sendo eles sirênios e não cetáceos, entretanto compartilhando do mesmo habitat que estes e estando há anos sob ameaça de extinção.

⁹⁸ Sobre legislação ambiental, no *Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção* há um texto (WIEDMANN, 2008: 71-89) com uma competente avaliação das legislações vigentes em prol da fauna silvestre brasileira.

⁹⁹ Sobre o uso de partes animais para cura de enfermidades, “encantamentos” ou como amuletos, já existe uma considerável literatura (ver MAUÉS, 1990; FIGUEIREDO, 1994). A presença do boto, entretanto, é sempre marcante nesse quesito, dada a sua notória presença no imaginário popular enquanto ser “encantado”, dotado de poderes sobrenaturais e, ao mesmo tempo, sua caracterização híbrida (ora animal, ora humano) nas narrativas míticas (SLATER, 2001 [1994]). Por conta disto, os itens provenientes de seu corpo – a gordura, os olhos, os genitais masculinos ou femininos – são bastante requisitados nos circuitos de comércio de medicina popular, geralmente realizados em feiras ou mercados públicos das cidades amazônicas.

Aquilo que não consegui vislumbrar nas avistagens de monitoramento de botos em águas do Rio Negro, nem nos vestígios orgânicos e carcaças recolhidas por biólogos no Marajó, e tampouco nas histórias de botos encantados, “engerados” ou “insurgidos em homem”, pude perceber somente nas lágrimas e nos lamentos relatados e atribuídos a esses bichos. E também nos lamentos posteriores dos que os insultavam ou os matavam e, eventualmente, sentiam o “remorso” depois. Naqueles ambientes, o exercício mental de “humanização” desses animais decorria de alguma fração de sofrimento compartilhado (HARAWAY, 2008). Foram duas situações, entretanto, que sequer presenciei, e talvez insuficientes para chegar a qualquer conclusão. Mas o assunto ainda demanda atenção às situações de intervalos e de fronteiras diversas nos eventos que observamos a fim de neles identificarmos possibilidades, ainda que “ínfimas” (FARAGE, 2011: 280) de perceber o que nem sempre se mostra evidente, mas se torna imprescindível acerca de questões ainda pouco enfrentadas.

Vado, pescador eventual em Soure, no Marajó (Pará), quando abordado por mim e uma colega oceanógrafa que trabalhava o tema das interações com botos durante as atividades de pesca, informou-nos:

Olha, vou falar a verdade p’ra vocês, o [boto] malhado só atrapalha a gente. O tucuxi¹⁰⁰, ele pesca mesmo... Pesca o peixe. O malhado é o que vocês falam ‘cor-de-rosa’, né? P’ra nós aqui é malhado mesmo. Ele anda mais no doce [água doce, de rio]¹⁰¹. Da última vez que fomos p’ra fora, morreram três na nossa rede¹⁰².

“O boto é muito inteligente. E eles são muito unidos”. Assim João Vítor descreve o comportamento dos botos cinza com quem convive durante seu trabalho de pesca nas águas oceânicas que banham a Vila de Joanes (pertencente ao município de Salvaterra), na Ilha do Marajó, Pará. São considerados “unidos” por formarem numerosos grupos, e também por

¹⁰⁰ Certamente Vado se refere aqui ao boto cinza (*Sotalia guianensis*), subespécie do mesmo gênero do tucuxi (*Sotalia guianensis*). O cinza tem hábitos marítimos, enquanto o tucuxi ocorre mais em ambientes fluviais – sendo muito visto, por exemplo, em regiões do rio Tapajós e também no Rio Negro. A semelhança anatômica entre ambos contribui para que sejam considerados indiscriminadamente. Ademais, no Marajó, o boto cinza recebe outros “nomes regionais” (MARTINS, 2011: 49), tais como “boto preto” e “golfinho”, além de “tucuxi”.

¹⁰¹ Vale reiterar que foram muitos os relatos sobre o boto-malhado (ou “cor-de-rosa”, “rosa”, “vermelho”) na Ilha do Marajó e, em especial, em Soure, por conta da grande extensão da área estuarina de seu litoral, com a ocorrência de manguezais e igarapés (área que hoje é parte da RESEX Marinha de Soure), muito frequentados pelo boto-malhado (*Inia geoffrensis*)

¹⁰² Apesar de maior incidência do boto-malhado em água doce, são possíveis e até frequentes em algumas regiões essas ocorrências de seu emalhe em redes no mar salgado. Trata-se de um animal já habituado a buscar as redes deixadas no mar, onde encontrar peixes nelas capturados. Trata-se, porém, de uma espécie de hábitos mais individuais, ao contrário dos botos *Sotalia*, que frequentemente nadam em grupos. E sendo “ir para fora” uma expressão que designa o ato de sair para a pesca no mar em maiores distâncias da costa, Vado devia estar se referindo a três botos cinza (*Sotalia guianensis*) que foram emalhados na rede.

agirem sempre coletivamente, tanto durante a pesca (quando cercam os cardumes) como em situações de perigo (há relatos de botos que tentaram salvar seus pares que haviam sido capturados por redes ou por espinhéis).

Um “desencantamento” weberiano de mundo, uma vez trazido para o contexto de populações e ecossistemas costeiros e ribeirinhos da Amazônia, pode ser compreendido a partir da presença da lógica estatal nos projetos biopolíticos de gestão ambiental. Quando essa lógica se contrapõe aos meios e aos modos de vida locais, tanto os ecossistemas quanto as populações humanas alçam suas moções de resiliência. A vida amazônica, em seu todo, se realiza por constantes processos readaptativos (HARRIS, 2000) que, como parte dessas readaptações, dissolvem quando necessário as fronteiras epistêmicas e ontológicas que permeiam as relações socioambientais na Amazônia. Desse modo, o/a “Curupira engerado em IBAMA” (WAWZYNIAK, 2004) ou os “acordos pragmáticos” com o meio natural (ALMEIDA, 2013), tais como os casos do boto desencantado pelos biólogos e o peixe-boi “caboclo”, são alguns exemplos desse “desencantamento” distópico que também resvala nas instâncias cotidianas da Amazônia ribeirinha. E ao atentar aqui à condição dos animais envolvidos nas práticas predatórias do extrativismo local, é necessária uma abordagem do tema sob o reconhecimento da conjuntura de uma Amazônia cada vez mais secularizada.

4.3. Caboclizando o peixe-boi

Se, por um lado, não faltaram histórias, relatos e dados sobre as relações com botos, por outro, o caso dos peixes-boi era algo mais discreto, pode-se assim dizer. E tal discrição remete ao próprio comportamento da espécie, cuja aparição costuma ser rara mesmo nos locais atestados como de maior incidência. A Praia do Garrote, em Soure, tal como a Vila de Joanes, em Salvaterra (ambas na Ilha de Marajó) são considerados locais de incidência dos peixes-boi. Nas proximidades da referida praia (que, antigamente, era conhecida como “praia do Mata-Fome”), um morador local sugeriu-me algo sobre a aparição supostamente constante de peixes-boi no local:

Não, não é assim... [*Para se ver um*] peixe-boi não é chegar aqui, igual você ‘tá chegando agora, achando que vai ver peixe-boi... Enquanto você vier aqui querendo ver peixe-boi, você não vai ver. Você tem de esquecer dele, tem de esquecer que ele existe. Aí, sim, quem sabe, você vê ele... Um dia que você ‘tá aqui e ele se mostra p’ra você.

Em Alter do Chão, certo dia após voltar de Santarém (por volta das 18h30), desci do ônibus e me dirigi até a casa em que eu me encontrava alojado. Márcio, membro da família que me hospedara, estava em frente ao hotel onde trabalhava, ainda em expediente, e, ao me avistar partindo do ponto de ônibus em sua direção, acenou-me dizendo: “*acabaram de encontrar um peixe-boi aí na praia!*”. Outro colega, ao seu lado, mostrou fotos que tirou do animal na beira da praia ainda sob o sol, e disse: “*Mas já devem ter levado ele, olha a polícia aí!*”. Perguntei onde havia ocorrido isso exatamente. Márcio respondeu que era “*na mesma direção da escada [que dava acesso da calçada à areia da praia], é só seguir reto até a praia!*”. Quando lá cheguei, vi um animal filhote, já morto, mas ainda íntegro, apenas com algumas escoriações nas costas (possivelmente causadas por hélice de motor de alguma embarcação). Um morador local vigiava o corpo do animal, pois funcionários do ZooFIT¹⁰³, centro zoológico de Santarém, mantido por um centro universitário particular, já haviam sido acionados e estavam a caminho. Mas havia por perto um grupo de moradores da vila, por volta de seis pessoas, querendo levar o corpo do animal agonizante para consumi-lo. “*Vamos levar, já ‘tá morto mesmo!*”, disse um deles. Tentamos convencê-los a desistir da ideia, pois os agentes do centro de reabilitação já estavam a caminho e se não encontrassem o animal ao chegar, aquilo poderia acarretar em problemas a todos os envolvidos.

Foi o momento em que eles finalmente chegaram, eram dois biólogos, e solicitaram ao rapaz que os aguardava para que relatasse a ocorrência envolvendo a morte do animal. O morador respondeu que certamente se tratava de acidente com um barco, mas já encontrara o animal desfalecido à margem da praia. Alceu, um dos biólogos agradeceu por não termos permitido que alguém da comunidade levasse o animal para consumir sua carne, mesmo já morto, revelando a importância da atitude: ainda que ele não tenha sido morto para esse fim (o consumo da carne), permitir que um animal já morto seja consumido por moradores de determinada comunidade pode reacender uma antiga tradição que hoje as políticas ambientalistas combatem, sobretudo sendo o peixe-boi o animal símbolo da preservação ambiental na Amazônia e uma espécie em considerada ameaçada de extinção. O esforço de Alceu, ele me dizia, era mostrar aos habitantes da comunidade ser possível mudar certas condutas na relação com o meio ambiente. Ele citou, inclusive, o exemplo das tartarugas

¹⁰³ O Zoológico das Faculdades Integradas do Tapajós, localizado em Santarém (PA), mantinha cativeiros de reabilitação de animais resgatados do meio natural em decorrência de acidentes ou ações humanas.

marinhas do Projeto Tamar¹⁰⁴, onde pôde observar que os moradores locais evoluíram de colaboradores do projeto para defensores ativos dessa espécie de quelônio. Descreveu também toda a importância do peixe-boi para os ecossistemas amazônicos, inclusive para a atividade da pesca, no controle da vegetação subaquática que é a base de sua alimentação. Depois disso, o corpo do animal foi recolhido para ser levado pela equipe do ZooFIT. Talvez essa tenha sido minha experiência mais próxima de encontrar um animal da referida espécie ainda vivo e na natureza. Foi por questão de minutos.



Imagem 24 – Praia do Garrote (o antigo “Mata-Fome”), local de constantes aparições de peixes-boi no passado. Há uma revoada de guarás ao centro da foto. Soure (Ilha do Marajó, Pará).

Concluí, pois, o trabalho de campo sem ter vivenciado tal encontro. Restaram-me as experiências com esses casos de animais encontrados mortos ou aqueles que eram mantidos em criadouros de reabilitação. Além disso, havia os relatos de quem vivenciara tempos mais antigos, quando eles ainda não eram tão arredios. Em Soure, conversando com um outro pesquisador que se encontrava de passagem pela região, ele me confirmava algo que eu ouvira anteriormente de um biólogo do ICMBio em Soure (PA): *“Foi um animal muito caçado antigamente. Por isso que é difícil [vê-lo]. E eles ficam mais distantes. Quando saem, é mais pela manhã, ou à noite...”*. Considerado um animal de hábitos discretos e

¹⁰⁴ O Projeto Tamar, iniciado no litoral da Bahia, na década de 1980, é pioneiro no Brasil, na conservação de espécies nativas – no caso, as tartarugas marinhas.

silenciosos em seu *habitat* natural, o peixe-boi era visto por pescadores em locais muito pontuais, de vegetação farta, à beira de praias, igarapés ou rios. Quando encalhado em terra, por conta da seca das marés, a depender da comunidade que o encontra, avisará os órgãos responsáveis (ou o abaterá). E são esses animais resgatados que vão habitar os criadouros de reabilitação mantidos por programas socioambientais ou centros de pesquisa, como alguns onde estive, tal como o CPPMA, por onde passei durante a quarta etapa de campo.

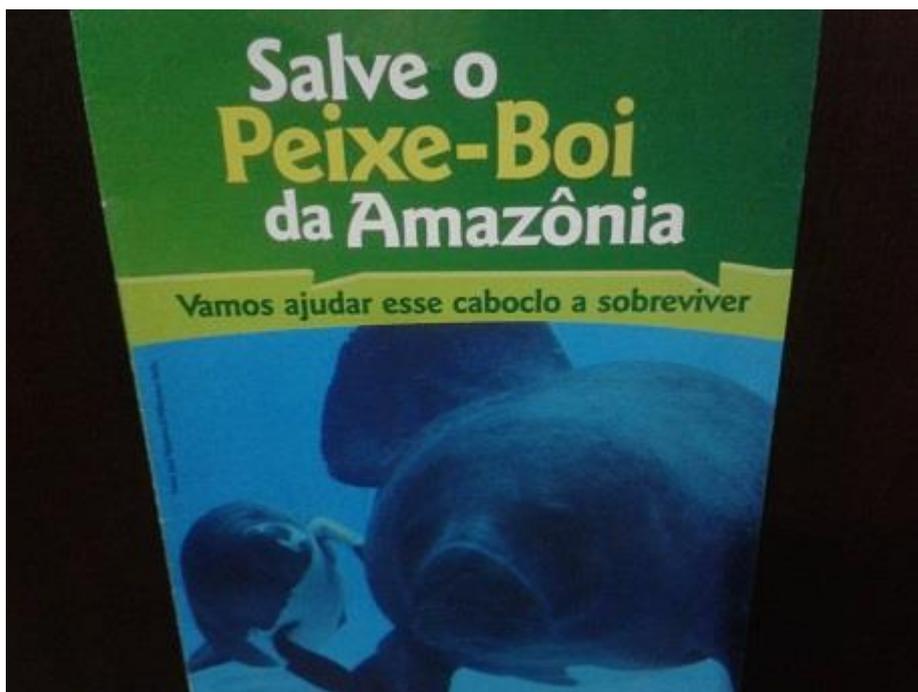


Imagem 25 – Material de campanha em defesa do peixe-boi amazônico.

Na Vila de Balbina, distrito do município de Presidente Figueiredo (AM), a Eletrobrás (nome mais conhecido das Centrais Elétricas Brasileiras) mantinha o seu Centro de Preservação e Pesquisa de Mamíferos Aquáticos (CPPMA), uma iniciativa de compensação ambiental¹⁰⁵ pelos danos causados à bacia hidrográfica do rio Uatumã e seus entornos, após a instalação de sua usina hidrelétrica naquela localidade. Quando eu já tencionava fazer parte de meu trabalho de campo em alguma comunidade do rio Uatumã, estive por algumas vezes nas dependências (a Vila de Balbina era uma das entradas para o rio Uatumã). Lá o CPPMA recebia animais resgatados de situações de acidentes ou debilitados por tentativas de caça, dentre outras situações. E numa dessas ocasiões, fui com

¹⁰⁵ Outra contrapartida socioambiental realizada por conta da instalação da UHE de Balbina no ano de 1989, foi a criação da Reserva Biológica do Uatumã, na bacia do rio de mesmo nome, que compreende partes territoriais dos municípios de Presidente Figueiredo, Itapiranga e São Sebastião do Uatumã. A REBIO Uatumã foi inaugurada em junho de 1990, pouco mais de um ano após a instalação da UHE de Balbina.

o intuito de conhecer o espaço dedicado à reabilitação de peixes-boi. Um agente do ICMBio sediado em Balbina me acompanhou até lá, dispendo-se a me colocar em contato com a veterinária responsável pelo setor dos mamíferos aquáticos. Próximos à sala dela, aguardávamos sua chegada e, durante a espera, estive a observar alguns materiais de divulgação das ações e projetos mantidos pela companhia, dentre jornais informativos, cartazes, panfletos e outros formatos. Num desses cartazes, mostrava-se uma das campanhas realizadas pelo CPPMA, em ano anterior, cujo mote era: “Salve o peixe-boi da Amazônia – vamos ajudar esse caboclo a sobreviver”. Essa frase estava estampada no cartaz, junto à foto de um animal da espécie. Havia também o panfleto da campanha, com a mesma frase e mesma foto. Peguei um deles e guardei comigo. Foi o momento em que a veterinária responsável chegou e fomos mutuamente apresentados. Após uma breve conversa sobre os trabalhos do centro de reabilitação e a pesca na região do rio Uatumã (ocasião em que também falei de minha pesquisa), fui levado por ela ao local onde se encontravam os tanques que abrigavam os peixes-boi.

Estávamos, portanto, em três: a veterinária, o agente do ICMBio e eu. Chegamos ao setor dos peixes-boi e continuamos nossa conversa sentados à beira de um dos tanques. Logo um dos animais nos percebeu, nadou até nossa direção e voltou-se para mim, talvez percebendo tratar-se de um visitante. A veterinária disse que ele era um dos mais antigos da espécie dentre os que eram mantidos no centro de reabilitação. Em poucos instantes, ele começou a se erguer do leito do tanque em movimentos lentos e pesados (era um animal de porte visivelmente grande), até alcançar a beira com a cabeça e uma das nadadeiras peitorais (“patas”). Olhou fixamente para mim (com seus minúsculos olhos) e repousou sua nadadeira peitoral esquerda sobre a minha mão direita, assim a mantendo por alguns segundos. Como se não bastasse, voltou para dentro do tanque, novamente na velocidade proporcional ao seu peso, e deitou a sua nadadeira caudal (“cauda”) – ou o que restava dela – à nossa frente, sobre a borda do tanque. Esse animal tinha um nome: Castanho, pois havia sido resgatado no município de Careiro, também conhecido como Careiro Castanho¹⁰⁶, na região metropolitana de Manaus. E tinha também uma história: num esforço aparentemente voluntário de mostrar a sua nadadeira caudal amputada, era como se estivesse ele próprio tentando contar a sua história. Nesse momento, a veterinária me servia como uma

¹⁰⁶ Parecia ser um recurso comum entre pesquisadores e ambientalistas em nomear animais resgatados a partir da localidade do resgate. A oceanógrafa Beth, uma das responsáveis pelo plano de reabilitação do peixe-boi Omar, em Salvaterra (Ilha do Marajó, PA), chegou a me revelar que o nome completo dele era Omar Salazar, em referência ao igarapé do Salazar (na comunidade Passagem Grande), onde ele fora encontrado.

“intérprete”, relatando que Castanho havia sido arpoado em sua nadadeira caudal por ribeirinhos da localidade. Foi salvo, mas, devido a uma necrose, perdeu cerca de dois terços desse membro. Sendo essa nadadeira caudal um membro fundamental de impulso e equilíbrio para alcançar a superfície das águas e poder respirar, ele não mais conseguiria fazer essa movimentação e, portanto, não mais poderia retornar ao seu *habitat* natural, segundo a veterinária.

É possível pensar que esse animal já estivesse condicionado, por força do hábito, a exhibir – ou, em última hipótese, posicionar sobre a borda do tanque – a “cauda” quase ausente. Certamente, o seu déficit anatômico era constantemente exposto para pessoas que viessem a visitar o CPPMA. A imagem, afinal de contas, era tocante e servia para mostrar às pessoas um fato ocorrido que ainda é realidade na Amazônia e, principalmente, na vida daqueles espécimes. Não tenciono aqui entrar na seara de outras ciências, tampouco aquelas voltadas aos estudos do comportamento animal. Mas sou levado a pensar no gesto de Castanho como um movimento, antes de tudo, intencional. E, sobretudo, como vida. Tratava-se, indiscutivelmente, de um animal que sofrera um trauma físico. Não é de se duvidar, portanto, que possa também carregar um trauma mental. De maneira que, esteja ele condicionado ou não pela força do hábito a atender aos visitantes (quaisquer que sejam os motivos que os tragam até lá), esse animal é portador do próprio gesto, que, por sua vez, conduz a sua tutora humana a contar a história por trás da ausência da nadadeira caudal. Ele evoca a sua própria história. É, portanto, portador dela ainda que sua narrativa não seja propriamente oral. Pouco antes de partir, peguei de novo o panfleto e arrisquei perguntar à veterinária sobre a frase: por que o peixe-boi seria “caboclo”? Ela me respondeu que interpretava como sendo um animal nativo.

E, aqui, preciso entrar numa breve reflexão sobre essa categoria tão controversa. Passei a me manter atento ao que meus eventuais interlocutores “não-caboclos” pensavam não apenas sobre essa expressão, mas também sobre os próprios “caboclos” ou, no limite, quem eles diziam ser caboclos, digamos assim. Foi então que tive uma declaração – ainda que muito pontual e isolada – de um agente ambientalista criticando algumas iniciativas de educação ambiental voltadas a moradores de comunidades ribeirinhas (subestimando, inclusive, a capacidade de aprendizado deste acerca de novas práticas ecológicas de subsistência): “*Com caboclo isso não funciona muito, não. Tem de ser na base da lei mesmo*”. De certo modo, era essa mesma perspectiva que tinha um zoólogo que estudava répteis na região do rio Purus, quando me disse, também a respeito dos tais “caboclos”:

Eu já ‘tô me cansando de trabalhar com esse pessoal aí [*das comunidades*]. Porque, o que acontece? Parece que eles... o caboclo... ele aprendeu a falar o que a gente quer ouvir. Então hoje você chega lá, pergunta sobre tal coisa, ele te fala aquilo que você já tá esperando ouvir, aí você fica contente, dá um agrado p’ra ele – ou traz algum presente depois – e fica tudo assim. Eles já sacaram isso.

Foi um tanto desanimador ouvir isso de outro pesquisador – e que tinha larga experiência de trabalho com populações ribeirinhas amazônicas. Penso, entretanto, que esse é um dado que deve servir para rever (quantas vezes necessário for) as nossas próprias abordagens e, conseqüentemente, as relações que estabelecemos com os nossos interlocutores em campo. E foi inevitável não me recordar também de algumas ocasiões do trabalho de campo em que a expressão “caboclo” era acionada como *slogan* de campanhas desenvolvidas junto às comunidades ribeirinhas (por assim dizer, “caboclas”), sobretudo no Amazonas. Em Novo Airão (AM), por exemplo, uma instituição não-governamental mantinha um projeto chamado “Caboclo Empreendedor”, voltado a incentivar comunidades locais a produzir óleo de copaíba e artesanatos de madeira para comercialização nos grandes centros. Isso me conduziu a outra reflexão: é certo que os moradores da tal comunidade produtora de óleo de copaíba são empreendedores. Mas será que se definiam também como “caboclos”?

Mas o debate sobre a formação de uma identidade cabocla é deveras antigo, inclusive considerado insuficiente, quando não ultrapassado por autores amazonistas mais contemporâneos (NUGENT, 1993; LIMA, 1999; HARRIS, 2000). Isso demonstra como os estudos amazônicos em antropologia (com as chamadas populações tradicionais) sempre encontram dificuldades com determinadas terminologias que, embora constantemente acionadas, ainda são objeto de debates e controvérsias¹⁰⁷. Nunca me acostumei ao emprego deveras difuso da expressão *caboclo* e, até por conta disto, sempre procurei me referir textualmente a meus interlocutores como ribeirinhos – ou apenas pescadores. Ainda que muitos não viessem a ter restrições com “caboclo”, eu sempre o evitei, por conta dos problemas que o termo traz em si – resultado de uma abstração sociológica e com pouco embasamento histórico, como atesta a crítica de Mark Harris (1998) aos estudos de antropólogos estadunidenses sobre as origens de uma suposta identidade cabocla através de um processo denominado como “caboclicização” (PARKER, 1985). Tal iniciativa teórica de pensar uma identidade homogênea para a Amazônia é, no mínimo, conflitante com o

¹⁰⁷ Um exemplo seria a minha própria dificuldade em empregar o termo “bicho” no contexto da Amazônia como um sinônimo de “animal”. Assim acabei empregando, como tento esclarecer logo no início deste trabalho, sabendo, porém, que “bicho” também tem um significado complexificado em contextos amazônicos – vide MAUÉS (2004).

caráter heterogêneo e miscigenado do povoamento da região. Mas, segundo Deborah Lima (1999), parece haver uma natureza dicotômica envolvida no termo “caboclo” e que ainda opera nos dias atuais:

O termo constitui uma categoria intermediária no sistema de classificação social, situada entre categorias sociais opostas. Inicialmente, a oposição era designada exclusivamente em termos de raça. Agora, a definição de *caboclo* implica uma série de oposições: pobre *versus* rico, selvagem *versus* civilizado, floresta *versus* cidade e, na avaliação moral, indolente *versus* empreendedor (LIMA, 1999: 20).

É fato que uma das questões primeiras de minha pesquisa também recai sobre uma oposição: entre o humano e o animal não-humano – ou mais do que isso, tendo em mente que “*não há animais e humanos, mas há processos de animalização e processos de humanização que atravessam a taxonomia biológica*” (ALMEIDA, 2013: 22, 41n)¹⁰⁸. E o mote da campanha da Eletrobrás, ao caracterizar o peixe-boi como “caboclo”, remeteu-me, de algum modo, a essa questão.

Aqui, portanto, quando trago para a discussão o caso do peixe-boi “caboclo” de uma peça publicitária de campanha de preservação, mais do que o próprio processo identitário em si, interessa-me mais o acionamento de uma identidade cultural socialmente difusa e, ao mesmo tempo, sociologicamente obscura, como um recurso de sensibilização ecológica através do que ousa aqui chamar de uma “empatia reversa”: trazer o animal, ainda que “provisoriamente” para o nosso *locus* de existência. Não deixo de reconhecer aqui, entretanto, os riscos de acionar de modo deslocado com categorias que, embora estabelecidas e operantes no cotidiano de populações amazônicas, no âmbito teórico estão longe de ser consensuais e definitivas¹⁰⁹. Mas é possível que, sempre que uma nova “virada” venha a acontecer na antropologia (CARRITHERS *et al.*, 2010), debates controversos como esse sejam reavivados e revigorados dentro dos estudos amazônicos. E me parece, ainda que *grosso modo*, que casos de animais em reabilitação (como Omar, em Salvaterra) e a campanha do CPPMA (do peixe-boi como “caboclo”) fazem acionar, por algum momento, uma moção de “consanguinizar para conviver” (OVERING, 2002 [1983-

¹⁰⁸ Acerca desse debate, ver também FARAGE (2013).

¹⁰⁹ Penso que a dificuldade em se articular elaborações teóricas com convenções cotidianas é uma realidade inerente a qualquer disciplina do conhecimento. Minha dificuldade em operar com o conceito de “bicho” no contexto de minha pesquisa, como discuto no primeiro capítulo deste trabalho decorre também de uma generalização que, em via de regra, se demonstra incompatível quando deslocada para o âmbito teórico. Mas as generalizações, com todos os seus riscos, provêm muito mais de uma necessidade metodológica do que de uma discussão propriamente conceitual.

4])¹¹⁰, ao invés da “afinizar para incorporar” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002), esta, aliás, concebida também a partir das relações de guerra – e de caça.

Presenciei outras ocasiões acerca do peixe-boi durante o campo que seguiam essa mesma tendência de “humanizar” uma espécie que já traz a responsabilidade de ser símbolo da defesa do meio ambiente aquático da Amazônia. Num material de educação ambiental confeccionado por outro instituto conservacionista, o texto assim apresenta o peixe-boi: “*Vamos conhecer mais sobre esse vegetariano*”. Designar um animal como “vegetariano”, se não soa suficientemente como um traço de humanização, ao menos o distancia momentaneamente de outras espécies justamente conhecidas por uma alimentação comumente denominada *herbívora* – como bovinos e bubalinos (e os próprios sirênios), por exemplo. Ademais, já tendo sido considerado uma “espécie-bandeira” (ANDRADE *et al.*, 2011: 25), o peixe-boi também destoaria das demais espécies dentro dessa categoria, por ser herbívoro (“vegetariano”), uma vez que as demais costumam ser animais carnívoros (CHIARELLO *et al.*, 2008: 687)¹¹¹. As chamadas “espécies bandeira” (*flagship species*) são aquelas que gozam de popularidade e carisma junto à opinião pública, frequentemente se tornando símbolos de campanhas conservacionistas e preservacionistas, para as quais a imagem de tal espécie é utilizada em suas peças de divulgação (impresas ou audiovisuais) e na própria logomarca. São conhecidas também por outras terminologias, dentre as quais, “espécies carismáticas” (DUCARME, LUQUE & COURCHAMP, 2013). Mas é comum e compreensível que as tais “espécies-bandeira” – como o peixe-boi – recebam atributos humanizados, até mesmo como uma estratégia de apelo e atenção para causas ambientais, muitas vezes voltadas a essa determinada espécie.

As fronteiras entre sujeito e objeto – seja no âmbito jurídico ou ontológico – parecem ainda exercer um efeito significativo sobre as ações e práticas de projetos biopolíticos de conservação e preservação: para o pesquisador ou agente de fiscalização, o animal protegido pode vir a ser, antes de tudo, objeto enquanto exemplar de determinada espécie a ser preservada. E, mesmo se morto, na medida em que seu corpo traz dados científicos ou estatísticos, ele será conservado. Partindo dessa constatação, cabe reavivar a

¹¹⁰ Não se trata aqui de operar sumária e propositalmente com “inversos simétricos” – muito recorrentes, inclusive, no perspectivismo e no (neo)animismo ameríndio – , muito embora sejam esquemas analíticos importantes para estabelecer contrapontos ao cartesianismo e ao pensamento universalizante – como o fazem as próprias teorias etnológicas citadas.

¹¹¹ Segundo os autores, acerca das espécies carnívoras, “*como necessitam de grandes áreas para manter populações viáveis, esforços para conservar áreas suficientes à conservação de carnívoros acabam por preservar também as outras espécies da comunidade. Nesse caso, os carnívoros estariam exercendo papel de espécies ‘guarda-chuva’.* São também animais carismáticos, o que permite sua utilização como símbolos em projetos de conservação, sendo considerados ‘espécies-bandeira’”.

questão, se se trata de preservar o animal como espécie (coletivamente) ou como espécime (individualmente).

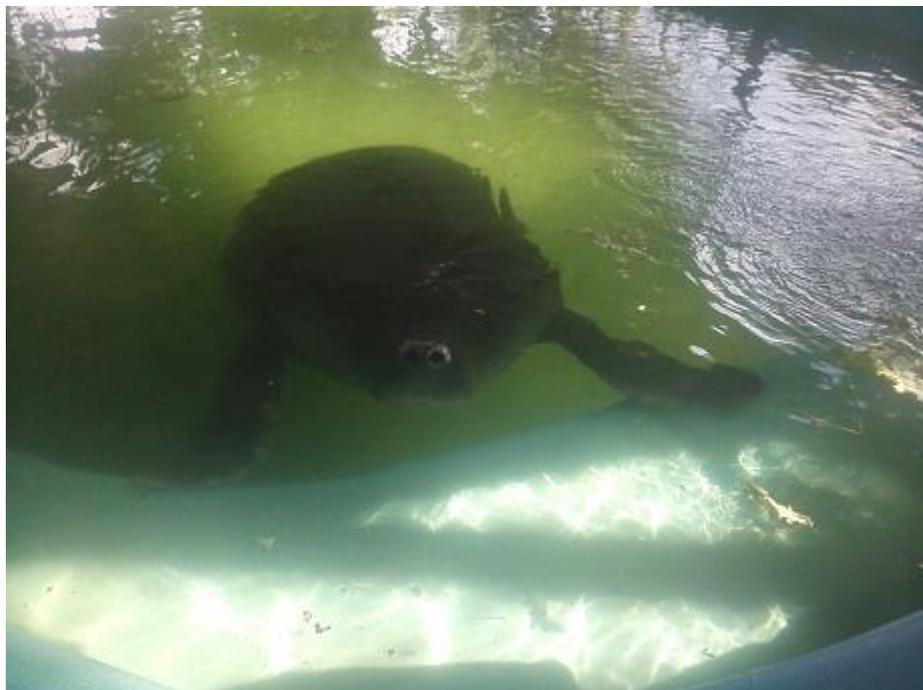


Imagem 26 – No CPPMA da Vila de Balbina (Presidente Figueiredo, Amazonas): o peixe-boi Castanho se apresenta...



Imagem 27 – ... e conta sua própria história, exibindo a nadadeira caudal amputada.

No rio Uatumã, eu resolvi perguntar sobre o peixe-boi, levando o panfleto da campanha do CPPMA da Eletrobrás. Eu me encontrava na casa de *seo* Sabino, que, desde muito jovem vivendo à margens do Uatumã, teve a oportunidade de presenciar (e, certamente, matar, comer...) muitos peixes-boi. Era um tempo anterior à instalação da Usina Hidrelétrica de Balbina, que “acabou com os peixes-boi e os pirarucus que tinham aos montes p’ra cá”, segundo ele próprio. Mostro, então, para *seo* Sabino a reprodução do cartaz da campanha do CPPMA em prol do peixe-boi:

É... falam que quem vive p’ra essas bandas de cá é caboclo – como meu pai era. Ele falava a língua dos índios e tudo. Por isso que chamam o peixe-boi de caboclo aí [no título do cartaz] também. Ele vive aqui, igual a nós, então é caboclo mesmo.,

Assim me respondera *seo* Sabino, reiterando logo em seguida que, em tempos passados, esses animais eram vistos – e, por isso, caçados – com mais frequência. E o fator indígena (seu pai “caboclo”, que falava a língua dos índios) não é evocado casualmente. Antes de chegar ao estado do Amazonas, num barco que saía de Santarém rumo a Manaus, outro passageiro, que morava numa comunidade ribeirinha na cidade de Beruri (AM), assim reagiu, quando surgira a oportunidade de abordar esse assunto. E de forma mais objetiva (sem o peixe-boi): quis saber dele quem eram os caboclos. “*Caboclo não é índio? Acho que é mais aquele povo que é indígena mesmo*”, assim me respondeu. O barco seguia viagem e passava por diversas comunidades ribeirinhas, ao longo do rio Amazonas. Ele, então, apontou para uma delas, dizendo: “*Olha aí, esses aí são caboclos. Fica bem distante da cidade deles, aí onde eles moram*”. E ainda antes disso, no Marajó, certo dia eu chegava à casa do pescador João Vítor, na Vila de Joanes, no início da tarde, ele ainda almoçava com a família e apressou-se a me dar um prato, dizendo:

[*Em*] casa de índio é assim mesmo, já chega chegando, faz o prato e bota tudo p’ra dentro, que depois ainda tem açaí... Você sabe que aqui a gente é tudo descendente de índio, né? O nome de Joanes¹¹² vem do nome da tribo que tinha aqui, antigamente.

Foi uma das poucas ocasiões em que algum de meus interlocutores fazia referência a uma etnia indígena (ainda que extinta). Ainda assim, a expressão “caboclo” não foi evocada. E, de fato, esse “arquétipo pan-amazônico” (NUGENT, 1993: 23), apesar de muito disseminado, soava para mim ainda latente – ao menos no vocabulário deles próprios, os supostos “caboclos”. *Seo* Sabino admitira ser, mas, de certo modo, fora por

¹¹² João Vítor se refere, certamente, a uma das versões acerca da origem do nome da vila de Joanes (que, aliás, já foi também o nome da Ilha do Marajó, conhecida nos tempos coloniais como Ilha Grande de Joanes), possivelmente advindo de uma antiga população indígena, chamada Iuioana, tendo outras variações, segundo o historiador Pedro L. B. Lisboa (2012: 19), tais como “igarúãnas” e “iguãnes”.

mim provocado a tal afirmação. E eu sequer me referia a ele ao perguntar, mas sim ao peixe-boi. E, com efeito, interessava-me saber sobre o peixe-boi: *se e por que* ele seria “caboclo”. Mais do que perguntar aos pescadores e ribeirinhos ou mesmo aos biólogos envolvidos naquela campanha, considerei que poderia ter uma resposta a partir da própria trajetória desse animal, em meio a pescadores, pesquisadores e ambientalistas.

Tal como “desencantar” o boto, pode-se dizer que “caboclar” o peixe-boi consentiria também num exercício ontológico que lançaria, ao menos, dois questionamentos. O primeiro recairia sobre a já discutida dicotomia indivíduo x espécie, no cerne do debate ambientalista, e o segundo, acerca do intuito e da (in)eficácia em se “humanizar” um animal silvestre – lembrando que a humanização é um recurso muito presente no contexto dos animais domésticos, em contextos urbanos. Isso, de algum modo, me remete a uma questão reavivada por Deborah Lima, a do “caboclarismo” Ticuna, estudado pelo antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (1928-2006) e, segundo o qual, significaria para um indivíduo ticuna “*olhar a si mesmo com os olhos do branco*” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1972 *apud* LIMA, 1999: 28). Convém lembrar, inclusive, que o conceito de “caboclo” enquanto uma categoria social, étnica, foi concebido de forma rudimentar por autores não-brasileiros, negligenciando a variabilidade de trajetórias dos vários povos que compuseram a população amazônica (HARRIS, 1998) e, sobretudo, suas motivações históricas específicas. Obviamente, não sugiro aqui um paralelismo com a hipótese da “caboclarização” do peixe-boi. Entretanto, vale pensar se tais processos de humanização acionados no âmbito de ações e ambientalistas não mantêm – se é que não reforça – o estatuto jurídico da fauna enquanto recurso sob a lógica instrumental biopolítica. Afinal, tal como ponderam os autores de um editorial para o periódico *Biological Conservation*:

Natural species are the primary expressions and repositories of organic nature’s order, creativity, and diversity. They represent thousands of millions of years of evolution and achievement. They show incredible functional, organizational, and behavioral complexity. Every species, like every person, is unique, with its own history and destiny¹¹³ (CAFARO & PRIMACK, 2014: 2).

Nesse mesmo sentido, e pensando no caso do peixe-boi, assegurar-lhe a posse de sua própria história consentiria em mantê-lo como tal, “descaboclarizado”. Recorro novamente, portanto, à imagem do peixe-boi do criadouro de Balbina mostrando-me a sua

¹¹³ Tradução: “As espécies naturais são as principais expressões e repositórios da ordem, criatividade e diversidade da natureza orgânica. Elas representam milhares de milhões de anos de evolução e realização. Elas demonstram uma incrível complexidade funcional, organizacional e comportamental. Toda espécie, tal como toda pessoa, é única, com sua história e destino próprios”.

cauda amputada, tal como se estivesse “contando a sua história”. E me recordo de uma breve passagem de Darwin, que, em seu *The Expression of the Emotions in Man and Animals* (de 1872), quando sugere que olhemos sempre para o animal, de modo a evitar, o quanto possível, que nos enganemos com a nossa própria imaginação. Ademais, segundo o mesmo Darwin, as expressões animais não seriam convencionadas (DARWIN, 1872: 17) como as nossas. E, de certa maneira, é isso o que também tento aqui explicar, entendendo o reconhecimento da perspectiva animal, não apenas como uma extensão à compreensão do humano, mas como meio legítimo de compreensão das relações socioambientais envolvidas num mundo necessariamente coabitado.

Trabalhos como a reabilitação do peixe-boi Omar, de Salvaterra (PA) – abordada em capítulo anterior – têm a sua importância, na medida em que um animal com identidade própria é capaz de sensibilizar com mais eficácia as comunidades locais para os problemas socioambientais que podem repercutir sobre a sua espécie. Esse efeito pôde ser observado na reação de crianças que participaram de atividades de conscientização socioambiental do Projeto Bicho D’Água, com atuação na costa do Marajó. No entanto, isso pode não funcionar com os moradores mais idosos, sobretudo entre pescadores e caçadores de longa data. E há que se avançar algo a mais ao considerar que esses animais (individualizados como Omar ou não) tenham suas “demandas” pela vida percebidas, reconhecidas, mesmo que enquanto amostra de toda uma espécie. Nesse sentido, tais campanhas preveem uma possibilidade breve de convívio entre pessoas da comunidade e esses animais que, quando em processo de reabilitação, tornam-se acessíveis à comunidade, cujas atividades de reabilitação podem ser acompanhadas ou vistas de perto. Por outro lado, o que chamei, portanto, de “caboclição” do animal protegido pelas ações ambientalistas nada mais é do que uma metáfora ocasional a partir de um antigo debate sobre o caráter generalizante da categoria “caboclo” nos estudos amazônicos e as dificuldades e contradições que incidem sobre o seu uso. Da mesma forma, os processos de individualização – acompanhados de eventuais recursos de “humanização” – que incidem sobre animais silvestres resgatados podem revelar as amarras biopolíticas que ainda conduzem tais iniciativas, solapando, de certo modo, o surgimento de outras possibilidades de compreensão e interpretação dos problemas ambientais da fauna local.

4.4. Predação e compaixão

Retomando passagem de Alexandre Rodrigues Ferreira, já reproduzida anteriormente, de sua “Memória sobre o peixe-boi” (1786), tenho afirmado que, quando o autor menciona “compaixão” ao descrever o abate de um peixe-boi, parece referir-se exclusivamente ao ponto de vista do estrangeiro para tal evento – inclusive, se considerarmos os propósitos do empreendimento de sua viagem e também as suas considerações enviesadas acerca dos povos nativos do Brasil¹¹⁴. Entretanto, se partirmos do princípio – e um princípio também enviesado, diga-se de passagem – de que o mais próximo a que se pode chegar de se falar em compaixão no ato da predação seria a partir de um olhar do estrangeiro (europeu, influenciado pelo ideário humanista do Iluminismo), caberia, então, levantar duas considerações. A primeira culminaria em trazer a discussão para os dias atuais, pensando acerca dos possíveis impasses entre legislação ambiental e práticas locais – como propus discutir no segundo capítulo desta etnografia. A segunda consideração estaria, por ora, apenas concentrada no texto de Rodrigues Ferreira: como já observado, na referida passagem o autor não deixa claro se a compaixão pelo animal (abatido por golpes violentos na cabeça) é somente sua, uma vez que ele atribui tal sentimento a todos que vissem tal cena. A princípio, são apenas hipóteses acerca de uma passagem textual de um manuscrito de fins do século XVIII. Não obstante, por tocar numa questão inabitual para o contexto de sua época, entendo ser um importante ponto de partida para pensar algumas questões aqui propostas, justamente no tocante a *outras* relações com os animais na Amazônia.

Apesar deste trabalho concentrar suas observações em paisagens de água (litorâneas ou fluviais), convém acrescentar que muitos pescadores também caçam, eventualmente, animais terrestres – e quase sempre lançando mão das vias aquáticas para isso. Ademais, há o caso particular do peixe-boi, cuja predação é designada por alguns como “caça” e por outros como “pesca”. De todo modo, tanto para “caçar” como para “pescar”, há sempre a alusão direta ao ato de matar, de maneira que esse verbo – “matar” – não raramente

¹¹⁴ Apesar do reconhecido pioneirismo e da riqueza do material reunido em quase uma década de pesquisa, não há como negar que Alexandre Rodrigues Ferreira foi um homem de seu tempo. E uma leitura de suas memórias sobre as populações indígenas amazônicas com as quais teve contato durante suas viagens expedicionárias (RODRIGUES FERREIRA, 1974) revelam sua mentalidade etnocêntrica, endossando um olhar colonialista sobre “gentio” nativo a ser colonizado. Entretanto, para este trabalho, sempre estive mais interessado, obviamente, em suas memórias sobre zoologia e botânica do que propriamente seus registros antropológicos. Ademais, nem mesmo o teor dedutivo de seus registros e reflexões diminuem sua importância na formação das ciências naturais no Brasil, bem como na concessão de uma historicidade à sua fauna.

substitui “caçar” e “pescar” no linguajar cotidiano da vida ribeirinha. Quando aqui opto, portanto, pelo conceito de *predação* para me referir de maneira indiscriminada ao exercício da caça e ao exercício da pesca, pretendo coadunar com essa generalização que já se faz presente na fala dos ribeirinhos e sou levado a estender tal generalização também para a própria concepção de extrativismo – ou, melhor dizendo, de práticas extrativistas. Vislumbro, assim, pensar não apenas a presença e as ações do habitante ribeirinho amazônico enquanto predador (ou seja, enquanto consumidor de espécies da fauna local), mas também a lógica biopolítica inserida e acionada (em formatos e conteúdos diversos) nos projetos e programas de conservação e preservação ambiental desenvolvidos nesses contextos de pretendido extrativismo sustentável.

É preciso, no entanto, pensar sobre de onde se parte. Há o conceito ecológico de predação, enquanto um fator mobilizador de um ecossistema. Tal como há o conceito de predação dentro das teorias de caça na etnologia ameríndia, que percorre não somente o ato do consumo, mas o das transformações ontológicas. Pensar a predação pelo viés da antropologia induz a uma remissão a essas teorias de caça dentro da disciplina. Ainda que se trate de um arcabouço teórico inegavelmente importante, ele não atenderia aos fins da abordagem aqui pretendida, na medida em que não se trata de pensar cosmologias particulares (muito embora as comunidades ribeirinhas na Amazônia guardem traços socioculturais de origem conhecidamente ameríndia). Mas há um campo teórico que, de fato, deve ser trabalhado e debatido quando se trata do contexto amazônico, uma vez que o evento da predação tem sido encampado como um conceito fundamental dentro da etnologia ameríndia que, para além das relações estritamente ecológicas, operam com uma “filosofia da predação” (DESCOLA, 1998: 35), ou ainda uma “antropofagia política” (VIVEIROS DE CASTRO, 2012: 157) na constituição de suas relações sociais¹¹⁵.

Ademais, no âmbito das ciências da natureza, por exemplo, é mais recorrente o acionamento da categoria de predação quando associada a interações entre espécies não-humanas dentro de determinada cadeia alimentar, classificando tais espécies ora como “predadores”, ora como “presas”¹¹⁶. Já num plano mais empírico, quando eventualmente se traz a questão para dentro das práticas humanas – e, mais exatamente, das chamadas

¹¹⁵ Considerando isto, pode-se dizer que no evento da predação, tal como é abordado dentro das teorias de caça sobre relações sociais em contextos ameríndios, a ênfase de análise está antes no *fagus* (a “fagia”) do que no *cidium* (o ato de matar).

¹¹⁶ Pode se tratar apenas de jargão científico, como mostra Felipe Sússekind a partir de suas observações sobre um programa de monitoramento de onças-pintadas numa fazenda do Pantanal: “[...] o termo predação era utilizado especificamente para os ataques de onças ao rebanho” (SÚSSEKIND, 2014: 35).

atividades extrativistas –, a palavra ganha outra conotação, sendo sempre aludida a práticas danosas ou ilegais – como, por exemplo, a caça a espécies vulneráveis ou ameaçadas de extinção, a pesca de peixes durante seu período de reprodução, a captura de espécies em quantidades excedentes, dentre outras. Nesse sentido, a chamada “pesca predatória” é entendida, em outras palavras, como uma situação de “sobrepesca”, quando se extrai do meio ambiente um contingente de espécimes maior do que a própria capacidade de reprodução e desenvolvimento – ou seja, de “reposição” – daquela determinada espécie. Sendo assim, a pesca somente é entendida como “predatória” quando degrada – ou mesmo depreda¹¹⁷ – em escala quantitativa a natureza e/ou vilipendia as leis ambientais, quando, na verdade, a pesca é uma atividade por si só predatória.

Como já mencionado, alguns pescadores também chegam a caçar em terra firme – às vezes, sem que ninguém saiba (tampouco o ICMBio). Há, segundo me relataram, quem saia pela manhã para pescar em igarapés mais distantes da comunidade e leve também, caso tenha, uma arma de fogo. Há também quem leve o seu cão na canoa, para soltá-lo na mata, de onde ele poderá trazer alguma “caça¹¹⁸” de pequeno porte (cotias, pacas etc.) enquanto seu dono fixa as malhas de redes na água ou lança linhas na água e aguarda por peixes. Mas mesmo os pescadores estritos já pensaram, em algum momento, sobre sua condição de “predadores” nos rios ou mares. Antes de conviver com eles, entretanto, eu supunha que somente as reações de bichos caçados em terra fossem tão nítidas, pois se costuma ver o peixe já contido e vencido, preso numa rede, num anzol ou arpão: a resistência ou fuga à captura no fundo do mar não está ao alcance de nossa visão. Mas não escapa à percepção experiente dos pescadores. O tucunaré, por exemplo, é um peixe considerado “forte” e “perigoso” e investe contra os artefatos utilizados em sua captura – e às vezes, contra o próprio pescador. Também o bagre é conhecido por suposta agressividade, e quando pescadores percebem a presença de bagres emalhados na rede, já avisam: “fica ligeiro, que tem bagre!”. Ademais, tal peixe possui um ferrão em sua “guia” (a nadadeira dorsal) e se debate muito quando extraído da água, chegando a emitir um som parecido com um ranger de dentes. Trata-se aqui, como em toda relação predatória, de uma luta por alimento, de um lado (humano), e pela própria vida, de outro (animal). É relevante, portanto, atentar ao ato

¹¹⁷ A propósito, há de se considerar que predação, em espanhol, é *depredación*.

¹¹⁸ O próprio ato da caça se personifica semanticamente no animal a ser caçado. Ao invés de acionar *a posteriori* um “disfarce verbal” (SINGER, 2004 [1975]) que oculte o ato de matar, tal como nas sociedades urbano-industriais (GOMES DIAS, 2009), o que os ribeirinhos fazem é exacerbar *a priori* a própria ação almejada, antes mesmo de qualquer das etapas da predação – a perseguição ao animal, o seu abate e, por fim, o consumo de sua carne – serem efetuadas. Em tais contextos, portanto, pressupõe-se a existência da presa na mata ou no fundo das águas, tal como se supõe a preexistência de seus entes protetores (ALMEIDA, 2013).

de “matar”, cujo verbo em muitas vezes substitui “pescar” ou “caçar” na fala dos pescadores.

O que podemos chamar de “compaixão” ou “empatia”, quando o que se observa são ações e intenções de viés declaradamente predatório, muitas vezes se apresentam à nossa observação como hipóteses. São, entretanto, hipóteses ínfimas concebidas a partir de experiências próximas com quem não escapa ao ato de matar para sobreviver – mas que tampouco escapa a presenciar expressões de resistência e sofrimento de suas presas. Certa vez, com Pedro Paulo, jovem pescador da Vila de Joanes, em Salvaterra (Ilha do Marajó, PA), observei seu cuidado em desmalhar pequenos peixes da rede que havia acabado de retirar do mar. Em determinado momento, ele pega um pequeno bagre, tomando cuidado para não se ferir com o seu ferrão, observa-o por menos de dois segundos antes de se dirigir a mim e dizer que vai devolvê-lo ao mar por considerá-lo ainda pequeno (embora já tenha outros peixes pequenos no assoalho – *“mas esses não crescem mais que isso mesmo”*, assim me explica). Antes de arremessá-lo de volta à água, mostra-me os ferrões do animal e comenta: *“Tem pescador que pega esses peixinhos assim e quebra o ferrão deles antes de devolver p’ro mar”*. Eu lhe pergunto por que eles fazem isso. *“Só por pavulagem”*¹¹⁹ mesmo, maldade”, responde-me. *“Eu deixo [os ferrões] porque é a defesa dele contra os peixes mais grandes que vão querer pegar ele”*. Se isso se traduz ou não como “compaixão”, o fato era que me intrigavam tais rompantes reflexivos, manifestos voluntariamente em contrapartida às imagens de corpos se debatendo no assoalho das canoas, do sangue por algumas vezes respingado sobre as roupas e sobre a madeira ou o alumínio das embarcações e das vísceras arrancadas, dentre outras que eu frequentemente presenciava no convívio com esses pescadores.

O que os pescadores e demais habitantes ribeirinhos manifestavam como “dó”, “pena” ou “remorso” eram expressões que se apresentavam quase sempre como breves intervalos de “mal-estar conceitual” (ERIKSON, 1987) de quem não escapa ao ato de matar para sobreviver – mas que tampouco escapa a presenciar expressões de dor, resistência e sofrimento de suas presas. Mas, se a pergunta então fosse: por quais animais eles sentem “compaixão”, a partir do núcleo relacional da predação (predador-presa)? Dentro do escopo desta etnografia, alguns exemplos seriam: animais que, no sofrimento, evocam algum traço

¹¹⁹ Trata-se de uma expressão muito usual no estado do Pará, abarcando significados diversos. Alguns dicionários trazem definições para “pavulagem” como sendo “fanfarrice”, “jactância”, “presunção”, ou seja, algo como um excesso de autoconfiança. Algumas expressões são comuns no uso da referida palavra, tais quando se diz que determinada pessoa “está de pavulagem” (“está de brincadeira”) ou quando se pede a alguém para que “deixe de pavulagem” (“pare de brincar”, “pare de mentir”, “fale sério”).

passível de humanização (por exemplo, choro ou proteção materna). Estou pensando aqui em casos nos quais meus interlocutores admitiram sentimentos de “pena” ou “remorso”. Já sobre perguntar se haveria “crueldade” envolvida na predação, a questão seria mais complexa. É possível pensar que há. Entretanto, eles apresentariam suas justificativas por serem cruéis com determinadas espécies: por exemplo, as arraias que ferroam seus pés, os botos que roubam seus peixes e destroem suas redes etc. E vale também ressaltar que, em certas ocasiões, isso se opera para afastar do domínio humano determinadas condutas indesejáveis, transferindo (ou imputando) as mesmas a seres não-humanos, sobretudo os animais. Assim sendo, “desumaniza-se” o que não convém ser próprio do humano e, desse modo, justifica-se o combate ao que de “mal” provém agora de um não-humano¹²⁰. Pode ser esse um dos caminhos a uma “naturalidade” do ato de matar.

É certo que o “jogo” da pesca, necessariamente orientado pelo evento da predação, não opera, pois, por uma “economia moral” entre pescadores e peixes. Entretanto, mesmo dentro de tais situações de interação na pesca, foi possível observar atitudes distintas, ainda que escassas, nesse contato direto entre “predadores” e “presas”. Aqui a discussão se afastaria provisoriamente de uma abordagem concentrada apenas nas ações humanas na medida em que o animal – uma vez presente como figura também autóctone da paisagem local – pode ser, ele próprio, um ator, e não apenas um fator, que possibilitaria outro viés analítico, desdobrando-se a uma perspectiva zoopolítica.

¹²⁰ Sobre isto, vale conferir a contribuição de Mark Harris (2008), elegendo a figura do “lobisomem” para discutir uma questão similar, sobre a influência colonialista na cultura nativa amazônica.

5. Perspectivas e demandas: mais cenas de vidas amazônicas

“É triste pensar que a natureza fala e a humanidade não escuta.”

Victor Hugo, *Carnets Intimes* (1870-1871).

“Cada animal e cada pássaro transmitia uma coisa na sua própria linguagem sem palavras, uma história herdada de eras pré-históricas que a um tempo revelava e escondia os planos da criação ininterrupta.”

Isaac Bashevis Singer, *Inimigos, Uma História de Amor* (1972).

5.1. Focagens, miras: para o animal

Ao estabelecer aqui a fauna aquática como um recorte metodológico para o campo da pesquisa, ainda assim muitas espécies animais presentes nesse mesmo *habitat* se excluem. Não me ative aqui, por exemplo, a lontras, ariranhas, jacarés e sucurijus. Ademais, certas aves e mesmo animais de criação podem também ter uma vida aquática ou, no limite, uma significativa interação com o ambiente aquático – e também com as atividades dos pescadores, em suas embarcações. E dentro das imanências e perigos que as águas amazônicas oferecem logo a partir de suas bordas, a vida litorânea e ribeirinha se realiza permeada por outras vidas repentinamente ceifadas.

Há uma conhecida peça musical chamada *Le Carnaval des Animaux* (“Carnaval dos Animais”), composta pelo maestro francês Camille Saint-Saëns (1835-1921) e datada de 1886. Seu movimento mais conhecido é, certamente, “Le cygne” (“O cisne” ou, como se tornou popularmente conhecido, “A morte do cisne”). Transformado em coreografia, teve com a bailarina russa Anna Pavlova (1881-1931) a sua interpretação mais consagrada, nos primeiros anos do século XX. A peça se desenvolve descrevendo, através da coreografia, um cisne ferido, agonizando aos poucos e, assim, manifestando seus movimentos derradeiros no leito de um lago até desfalecer em definitivo, ao final da performance. Imagens em movimento registradas à época das apresentações de Pavlova permitem constatar a sua autenticidade na execução e interpretação do tema. Outras reinterpretações realizadas até os dias atuais, por artistas consagrados ou mesmo amadores, confirmam a

singularidade da coreografia e algumas destas são de notável e comovente beleza. Não há cisnes na Amazônia, mas outras aves de hábitos também aquáticos, tais como os patos-do-mato (ou patos-selvagens), podem ser vistas com certa frequência em algumas localidades, também delineando movimentos na superfície das águas dos rios.

Quando eu estive no rio Uatumã, na casa de Vanda e Nei, um casal de moradores da comunidade Bela Vista (onde viviam com seus filhos e enteados), notei três patos nadando juntos e próximos à barranca da casa deles. Na verdade, um dos patos ficava um pouco mais recuado dos outros dois – tratava-se de um pato-do-mato, não domesticado. E Vanda então me explicou:

Esse casal de patos é meu. Só que apareceu esse outro pato-do-mato, tem uns dias já, [desde] que ele apareceu. E agora ‘tá ficando aqui. Ele quer pegar a pata p’ra ele. Ele espanta o macho, até bate nele – ele é maior, né? Aí quando o macho sai de perto, ele pega ela. Mas o Nei já falou que, qualquer dia desses, vai matar ele p’ra gente comer.

Dois dias depois, numa tarde em que chovia no Uatumã, Nei havia saído em seu barco de motor “voadeira” para buscar mais combustível na casa de um vizinho. A chuva foi diminuindo e, pouco depois, ouvia-se o som do motor “voadeira” de Nei, já regressando para casa. Vanda, seu filho e o casal de enteados (filhos de Nei) o observavam pela janela. Nei descarregou os mantimentos e subiu a barranca apressadamente, pois ainda chovia, equilibrando-se sobre sandálias de borracha no solo encharcado e escorregadio. Deixou os dois galões com gasolina à porta da casa, entrou, procurou algo em seu quarto e desceu novamente para o barco, dessa vez munido de sua espingarda de calibre 16. De longe se via o pato-do-mato novamente cortejando a pata fêmea de criação da família, enquanto o seu companheiro parecia não estar muito próximo dali. Nei, então, foi remando em seu barco, com o motor desligado e coberto por uma lona, buscando aproximar-se em silêncio da cena dos patos. A aproximadamente trinta metros de distância, ele parou de remar e se posicionou aguardando alguns segundos para o disparo. As crianças observavam tudo pela janela da casa de madeira. Ouviu-se o tiro, subitamente. Foi nesse momento que despertei para toda a descrição acima. Quando saí para fora da casa e me aproximei da margem, vi o pato-do-mato ainda se debatendo sobre o leito do rio, numa das cenas mais melancólicas que já presenciei em minha vida. Atingido próximo ao pescoço, já não conseguia manter a cabeça firmada, mas suas asas continuavam a bater com agitação sobre a água. Nei foi se aproximando do animal, pegou-o pelo pescoço e o arremessou para dentro do barco, onde ele continuava a se movimentar até desfalecer. Não havia beleza alguma naquele seu derradeiro “balé”. E ele seria o jantar da família naquela noite. Neste quinto e último

capítulo, ofereço mais descrições e reflexões a partir de outros eventos vivenciados em campo, tentando transmitir um ponto de vista animal diante das situações de interação com humanos, principalmente a partir dos ambientes aquáticos amazônicos.



Imagem 28 – Paisagem do rio Uatumã. Ao centro da foto, o pato-do-mato em seus últimos momentos.

De passagem pela comunidade Jamaraquá, na FLONA Tapajós, por sua vez identificada como parte do município de Belterra, no oeste do estado do Pará, estive com *seo* Iran, nascido e criado no local, e que mantém suas tradições de ribeirinho. Até onde a lei o permite, na verdade, pois as informações que me chegaram eram de que ele havia sido um notório caçador de jacarés na região. Ele mesmo confirma: *“Naquela época podia matar jacaré, peixe-boi, onça... Mas ficou proibido, então a gente não mata mais”*. Um dia, levou-me para uma pesca noturna no igarapé que banha a sua comunidade e também leva o nome de Jamaraquá. Quando passou para me chamar, perguntou-me se eu tinha lanterna e pediu para que eu fosse à frente até à margem do igarapé e o esperasse. Ele não demorou, entretanto, e antes de chegar ao igarapé, eu percebia a potente luz de sua lanterna atrás de mim. Ele a mostrou com certo entusiasmo: *“Ganhei de um alemão que esteve aqui. Foca o olho de tudo quanto é bicho. Sapo, aranha, jacaré, cobra, pássaro... De animal também: veado, paca... Os bichos ficam tudo com o olho vermelho”*. A afirmação de *seo* Iran me remetia, obviamente, à questão das concepções e classificações locais sobre o que eram, ou melhor, quem eram animais. De acordo com ele, seriam as espécies predominantemente

terrestres. Talvez a morfologia quadrúpede também contasse para essa classificação. Mas, em síntese, todos eram bichos. E todos com os olhos vermelhos.

O barco sai com *seo* Iran utilizando a zagaia para nossa locomoção. Ele avista os jacarés. Quando faz a focagem na direção do centro do igarapé, podem ser vistas dezenas de olhos vermelhos atravessando de uma margem até a outra e sempre no sentido perpendicular ao do igarapé. De repente, *seo* Iran atinge uma piranha. Ele explica o seu “macete” para atingir os peixes: “*Tem de mirar embaixo do peixe p’ra você acertar nele. Se mirar no peixe, você erra. Mas tem de ser rápido*”. Invariavelmente, os peixes se debatem ao fundo da canoa nos primeiros instantes, apesar do ferimento que atravessou seus corpos. Pergunto-lhe como ele matava jacarés. “*Quando não é muito grande, dá até p’ra pegar ele no facão mesmo. Mas os grandes têm de ser atirando mesmo*”. Ele volta a lanterna para o meio da mata e avista dois pares de olhos vermelhos juntos que pareciam acuados pela luz. “*Paca*”, diz *seo* Iran. Ele mantém a focagem sobre os dois animais e eles se mantêm inertes. Era uma grande multidão de pares de olhos vermelhos que nos circundavam, esse era o ponto de vista que a lanterna de *seo* Iran nos permitia ter daquela paisagem na escuridão e no silêncio do igarapé do Jamaraquá. Por fim, ele vai jogar a linha de anzol ao menos uma vez, antes do retorno. “*Aqui é criadouro deles [peixes], quando a gente quer pegar outros peixes, a gente vem aqui. Peixe-boi vem muito aqui também*”, diz. Pergunto-lhe quais seriam esses “outros” peixes e ele explica: “*Um filhote, um surubim... Peixe grande. Aqui tem pirarucu também*”. Há algum animal fígado no anzol. *Seo* Iran puxa a linha e é um poraquê (peixe-elétrico). Ele o mostra, sorrindo, e dizendo: “*Esse tem de cuidar p’ra não levar choque*”. O poraquê se contorce pendurado à linha. *Seo* Iran o devolve temporariamente à água, ainda preso ao anzol. Posiciona a lanterna sobre a proa do barco, pega o que parece ser uma sacola de pano que havia abaixo da proa, puxa novamente o poraquê para soltá-lo do anzol, limitando-se a manuseá-lo pela cabeça, e o guarda dentro da sacola. Retomamos o caminho de volta.

Numa segunda passagem pelo rio Uatumã, estive na casa de *seo* Sabino. Em certo ponto da margem desse rio, há uma casa solitária, remanescente de uma comunidade que fora deslocada para outra área, quando da instalação da UHE de Balbina. É a casa dele, que optou por continuar no local, mesmo com os impactos da hidrelétrica. “*Bom Futuro, como se chamava [a comunidade]. Mas aí, teve a malária, que atacou muito, o povo foi indo embora, depois veio essa usina. Mas eu fiquei*”. *Seo* Sabino vive do extrativismo do rio há mais de quarenta anos. Nascido em Parintins, registrado em Itapiranga, diz: “*Eu sou uatumãense*”. Os mais de dez filhos moram em cidades do interior e em Manaus. Os dois

enteados mais velhos, Diego e Mateus – filhos da atual companheira, Maria Daniela – tomaram gosto pela pesca e caça depois que foram morar no Uatumã. Dentro da casa, na repartição onde dormem os três irmãos (e eu, por aqueles dias), há um crânio muito grande de jacaré-açu. Pergunto a *seo* Sabino se fora ele quem o matou.

Não, esse foi o meu filho. De vez em quando ele vem p'ra cá, passar um tempo com a gente. Mas eu já matei muito [*jacarés*] nesse rio. Mas olha, aqui a gente tem de matar mesmo. Esse povo aí da “preservação”, eles não entendem isso. Um bicho desses não vai preservar a gente, não!

Ele conta sobre os seus quarenta anos de Uatumã, de quando remava pelo rio para entregar melancias no centro da Vila de Balbina. A viagem, segundo ele, podia durar dois dias, a depender do movimento das águas. E de quando era líder da extinta comunidade Bom Futuro. Diz ter sido a única liderança que não assinou o documento de adesão à REBIO Uatumã, fundada em 1990. “*Por isso que do [igarapé] Tucumanduba p'ra cá não é reserva. Porque eu não assinei. Quando veio a usina e essa reserva aí, foi uma mortandade muito grande de peixe*”. Já é noite e Maria Daniela está preocupada, pois os três cães latem sem parar por duas noites seguidas. “*Será que não tem onça rondando aqui?*”. *Seo* Sabino explica: “*Não é onça, não. Quando é onça, o cachorro late mais grosso*”. Antes de irmos dormir, há tempo para mais uma história de *seo* Sabino:

Eu cheguei a ter um filhinho de queixada, de um bando deles que eu matei atravessando o rio. Era mansinho, vinha comer na nossa mão. A gente mergulhava na água e ele ficava dando volta em cima. Um dia eu matei uma onça e eu ‘tava descourando ela lá na beira. Aí o queixada veio perto – ele já ‘tava crescidinho nessa época. Ele olhou, viu o couro da onça... só deu um grito: “*Uuuuhhh!*”, e saiu correndo p'ra dentro da mata. Foi a última vez que eu vi esse queixada.

No dia seguinte, saímos pelo rio, *seo* Sabino, Diego, Mateus e eu. Algo me chama a atenção: *seo* Sabino e Diego trajam fardas militares. Mateus tenta acompanhá-los com uma calça e um chapéu camuflados. Há uma pequena ilha para onde *seo* Sabino quer ir para pegar ouriços de castanhas. Atracamos o barco e entramos na tal ilha. Seguimos mata adentro e alcançamos a castanheira. *Seo* Sabino diz que foi ele quem a plantou, logo que chegou ao Uatumã. Juntamos alguns ouriços num saco plástico trazido por eles e saímos da ilhota. *Seo* Sabino ainda quer armar uma rede para trazer alguns peixes. Seguimos para uma pequena cabeceira onde ele diz ter matrinxãs e tucunarés. Os dois enteados descem do barco e o ajudam a armar uma rede, aproveitando uma árvore seca que se encontra no leito do rio e outra mais à beira, onde os jovens estão para prender a outra extremidade da rede. “*Olha os tucunarés aí*”, diz *seo* Sabino. Eu nada vejo e lhe pergunto como sabe que há tucunarés por perto. “*Eles nadam de onda, fazendo onda na água. Você vê o banzeiro que*

eles fazem. Tem vez que eles pulam a rede, porque eles vêem a rede. Quando é o cardume, uns pulam, outros caem na rede". De repente um peixe se prende na rede, próximo à superfície. Chega a erguer a cabeça para fora da água, aparentando fazer muito esforço para se soltar da rede. *Seo* Sabino segue remando a canoa em direção ao centro da rede, onde o peixe continua a se debater, emalhado. Ele o identifica:

Esse aqui é um apapá. Tinha muito desses aqui, antigamente. Só que com essa pesca esportiva na REBIO agora, estão espantando esse peixe daqui. Porque eles pescam, depois soltam ele com o ferimento na boca. Um peixe desses não vai agarrar um anzol nunca mais. Ele fica ligeiro com o anzol, com a rede...

É um peixe de tamanho considerável, entre 60 e 70cm. *Seo* Sabino já adianta que ele vai ser assado no jantar. Surge outra movimentação perto da rede. É um boto. *Seo* Sabino determina: "*Mateus, jogue pedra logo nesse boto! P'ra lá! Joguem logo, vocês dois, porque ele vai ficar me aporrinhando a paciência aqui!*". Diego e Mateus começam atirar pedras na direção em que o boto foi visto. Mas enquanto eles arremessam as pedras numa direção, o animal aparece nadando em outra. Ele acaba indo embora. E *seo* Sabino começa a recolher a rede, preocupado com o boto. Há mais um tucunaré pequeno preso e nada mais. Fomos embora. Os dias no Uatumã me traziam uma dimensão diferente do que vivenciei três nas etapas anteriores de campo. A caça era uma atividade tão intensa quanto a pesca. O movimento de sair de barco com a intenção de desempenhar as duas práticas era comum. Antes do Uatumã, eu havia presenciado algo similar numa comunidade da FLONA Tapajós, na região de Santarém (PA), no Baixo Tapajós.

Há certamente ingredientes de medo, mas também de resiliência envolvidos nas ações e trajetórias de todas essas espécies. É possível que cotias e pacas se sintam acuadas, por entenderem o significado do som de um disparo de arma. Da mesma maneira, o queixada de *seo* Sabino devia ter seus motivos ocultos para se horrorizar diante da cena do couro esfolado da onça. Peixes atravessados por zagaias podem já ter escapado de outras investidas anteriores. Jacarés não "preservam" os humanos por certamente saberem que estes também não vão preservá-los. O apapá não conseguiu escapar à rede, pois talvez não tenha passado antes pelas provações da pesca esportiva na REBIO Uatumã. Já o boto, deve estar acostumado com as pedradas e outras injúrias vindas dos ribeirinhos.

No esforço de compreender esse recorte da Amazônia, num primeiro momento adotei o ponto de vista do próprio habitante local para a fauna que o circunda. A partir disso, num segundo instante, empenhei-me numa tentativa de aproximação do olhar das outras vidas que circundavam a vida ribeirinha. Obviamente, tratando-se de uma miríade infinita de olhares – como a lanterna de *seo* Iran pôde me ilustrar –, o recorte também se fez

no sentido de priorizar as espécies diretamente envolvidas nas relações de predação. Se, do ponto de vista do pescador/caçador ribeirinho, há uma oferta de abastecimento nutricional que a ele se apresenta, já do ponto de vista da espécie concebida como tal, há uma presença que a coage e a ameaça constantemente. Nesse sentido, as armas e as lanternas se confundem. Através dos encontros interespecíficos que meus interlocutores promoviam, ainda que fossem marcados pela tensão do evento da predação, também procurei pelas nuances dos olhares cruzados com a fauna. Refletindo ou não a luz vermelha da lanterna, neles residiam não apenas o medo, mas também seus silêncios e refúgios.

5.2. Coletas, registros: sobre o animal

Convivendo com biólogos e oceanógrafos, compartilhei um pouco do seu cotidiano e vivenciei alguns dos métodos de trabalho e de busca de dados dos colegas das chamadas ciências naturais. Trabalhavam com avistagens, rastros, vestígios, pedaços ou carcaças inteiras de animais, por exemplo, para a elaboração dos dados de suas respectivas pesquisas. Em algum momento me veio a impressão de que carecia de mais vida nos dados com os quais trabalhavam os colegas das chamadas ciências da vida. Interações, movimentos, enfim, vidas. Na verdade, biólogos e oceanógrafos também buscam esses fatores como dados. Nem sempre os encontram. Tal como eu também tive dificuldade em encontrar. Se os encontrasse, ao menos parece certo de que lhes daria tratamento distinto ao dos demais colegas. Ou talvez não, já que, caso os encontrasse, a mim – tal como a eles – restasse apenas observar. Nesse sentido, melhor compreendo e, por isso, aqui evoco a proposta de Tim Ingold (2011), para quem é preciso, na antropologia, atentar mais a vida do que ao que se convencionou denominar agência. A propósito, Ingold já empreendera o esforço de discutir temas interseccionados entre a antropologia e a biologia.

Há muito de “saber local” também nas atividades científicas. Não são apenas as práticas extrativistas que se valem de um saber muito particularizado, até mesmo em seus jargões: com os pesquisadores, tive de aprender o que significava, por exemplo, “aprovisionamento” (alimentação não natural para manter animais em cativeiro), programas de *source-sink* (delimitação de espaços para atividades extrativistas a partir da relação “fonte-sumidouro” de espécies). Por esses caminhos (também) se escreve a história natural de espécies da paisagem aquática amazônica. Através dos constantes encontros com

pesquisadores de outras disciplinas – entre biólogos, oceanógrafos e demais estudiosos de campos adjacentes – durante as atividades do trabalho de campo, alguns deles acabaram por se tornar também meus interlocutores. Isto ocorria quando havia, ao menos, um interesse em comum entre nós. Ou até dois: um deles, as interações ocorridas entre quem fazia o uso do espaço fluviomarítimo para a sua própria subsistência – ou seja, os pescadores e demais habitantes ribeirinhos – e as espécies animais desses ambientes. O outro seriam as próprias espécies aquáticas. Além de tais pontos em comum, esses pesquisadores também eram portadores de um “olhar distanciado”, não necessariamente no sentido etnográfico, mas dentro de suas próprias metodologias.

Há um inegável empenho de quem faz ciências na Amazônia em reconhecer, por exemplo, os saberes tradicionais e, indo além, concebê-los como parte contribuinte de suas pesquisas. Ainda assim, algumas fronteiras persistirão. O esforço por mudanças de mentalidade nas relações de populações tradicionais com sua fauna encontra-se em curso nas agendas de conservação e preservação ambiental, onde a importância da presença da fauna em seus respectivos meios se justifica por representar um indício de equilíbrio do ecossistema. As situações de interação envolvendo humanos e animais, entretanto, já têm sido abordadas dentro das ciências da vida, com contribuições que não apenas refletem o espectro do chamado Antropoceno como também podem e devem trazer novos elementos a uma história mais recente da fauna, demonstrando que ela cada vez mais se constitui por “impactos antropogênicos” (SOUSA *et al.*, 2015), o que pode sugerir que a história natural inerente à fauna necessita ser pensada também à luz da história social humana e vice-versa. Um estudo recente e pioneiro (ANTUNES *et al.*, 2016) acerca dos impactos da caça por comércio de peles sobre populações de espécies silvestres (terrestres e aquáticas) da Amazônia ao longo do século XX mostra alguns aspectos históricos importantes desse processo e suas consequências para a fauna local. Dois deles valem ser destacados.

O primeiro demonstra que, apesar da procura desenfreada por espécies terrestres (onça, veado, queixada etc.) que atendiam às redes ilegais de comércio de peles – o que resultaria em focos de “florestas vazias” em algumas regiões –, foi, sobretudo, a fauna aquática (jacaré, lontra, ariranha, peixe-boi etc.) que sofreu os maiores impactos de caça – o que sugeriria uma hipótese de “rios vazios” – por um fator ecossistêmico, a partir da dinâmica fonte-sumidouro (*source-sink*). Enquanto em ambientes terrestres ocorreram focos de maior exploração de caça, assegurando espaços de refúgio a contingentes populacionais das espécies procuradas, os ambientes aquáticos sempre sofreram a mesma pressão de caça em todo o decorrer da bacia amazônica, tornando as espécies desse *habitat*

mais vulneráveis à perseguição, sobretudo em períodos de seca (quando o fluxo dos rios diminuía, gerando focos de confinamento aquático).

O segundo aspecto é mais pontual, a partir do caso da ariranha e da lontra. A ariranha, sofrendo intensa pressão de caça por sua pele, teve sua população drasticamente reduzida em algumas regiões da Amazônia, principalmente nos anos 1960. Nessas regiões, a demanda do comércio de peles encontrou um substituto na lontra, cuja pele se assemelhava à da ariranha. Segundo os autores, a lontra, sendo menor e de hábitos mais solitários, teria apresentado maior “resiliência” à pressão da caça, assegurando, assim, o fluxo dessa rede de comércio¹²¹. Esse é um dado importante para pensar como se constitui a história natural dessas espécies. Dentro das ciências biológicas, o conceito de resiliência remete à capacidade de adaptação de determinada espécie a pressões naturais e antrópicas sobre o seu ecossistema e suas fontes de recursos vitais. Mas, partindo desse entendimento, estabelece-se uma concepção do comportamento animal acentuando na noção de resiliência um aspecto de condicionamento à pressão antrópica, em detrimento de aspectos de resistência, no que tange à preservação da vida enquanto fator evolutivo.

Quando os biólogos, por exemplo, falam em mutualismo ou serviços ecossistêmicos das espécies, uma importante contribuição pode ser trazida se pensarem tais situações também a partir das ações e reações da fauna diante de fatores antrópicos que os acometem. Hoje já se admite que, na natureza, o animal-presa aprimora seus meios de defesa, levando o animal-predador (humano ou não) a também aprimorar suas táticas ofensivas. Talvez as situações que acompanhei em campo não sejam suficientes para corroborar tal premissa. Mas vejo um fundamento em comum quando rememoro algumas delas, além de alguns depoimentos que pescadores e ribeirinhos me ofereceram. Quando Cledir e Doni, da Vila de Joanes (Salvaterra, Ilha do Marajó, PA) arriscam-se a pescar no chamado “Vão das pedras”, onde muitos pescadores já perderam suas redes, eles tentam invadir um refúgio encontrado pelos peixes, pois já há um histórico de grandes malhas de rede pelos arredores. Quando, em Soure (PA), o biólogo do ICMBio diz que o peixe-boi costuma sair mais pela manhã ou pela noite e que “*foi muito caçado por esses lados*”, há um histórico para que o animal evite horários e locais com presença humana. Da mesma maneira, para uma história natural e social da fauna aquática (fauna ictiológica, ictiofauna), os fluxos migratórios de peixes também mereceriam ser compreendidos considerando em

¹²¹ Esse fenômeno teria sido atenuado pela Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, conhecida como “Lei de proteção à fauna” (BRASIL, 1967a), que, “*além de transformar em crime a caça profissional, fez com que os bichos mudassem sua condição, deixando de ser produtos pertencentes ao caçador para se tornarem propriedade do Estado*” (LEVAI, 2004: 32).

que medida tais impactos antropogênicos repercutem sobre esses movimentos. É nesse sentido que penso sobre a possibilidade da noção de resiliência também consentir num fator de resistência pela vida. E, por conseguinte, numa adaptabilidade às adversidades do ambiente a partir da experiência vivenciada e não apenas do comportamento biológico da espécie. Tal como Tim Ingold sugere¹²², “[...] *longe de caber num determinado canto do mundo (um nicho), é o animal que adapta o mundo para si, atribuindo qualidades funcionais para as coisas que encontra e assim as integrando num sistema coerente a si próprio*¹²³” (INGOLD, 2011: 79-80). Pondero, portanto, que ressaltar a historicidade dessa fauna diligenciaria uma reconsideração dos registros, coletas, relatos e narrativas por uma perspectiva *outra*: a do animal. Esta apontaria para o que seriam as possíveis demandas da própria fauna e dos ecossistemas que ela habita, bem como acerca da própria população humana, do próprio habitante amazônico, sempre protagonista de mundos coabitados e compartilhados junto a essa fauna. Como mostra Robert Delort (1993 [1984]), a fauna esteve legada à história natural, porém desde sempre também foi portadora de uma história social – da qual a humanidade não está separada.

A história natural da fauna tende a se tornar – se já não se tornou – também uma história social. E no Antropoceno, populações humanas e populações animais construirão suas respectivas trajetórias cada vez mais em contiguidade. A resiliência, no sentido mais elementar da palavra, parece caracterizar um modo de sobrevivência mediante as intempestividades socioambientais da vida amazônica na contemporaneidade, tanto para populações humanas quanto para a fauna e os ecossistemas como um todo. A condição de refúgio, distanciamento ou mesmo ausência dos animais em relação à presença e à coexistência humana em rios, mares e florestas pode conter em si uma adaptabilidade ativa nesse aspecto de resiliência observado e percebido por quem vive próximo a esses ambientes. Faz-se necessário compreender não somente o que se percebe sobre a conduta de determinadas espécies, mas compreender sua própria conduta em si, a partir de como (re)agem e do que transmitem através de suas (re)ações. É o que tenho aqui chamado de uma abordagem zoopolítica acerca de algumas questões socioambientais que repercutem sobre a vida amazônica.

¹²² É bem verdade que, aqui, o autor dialoga abertamente com o conceito de *Umwelt* (UEXKÜLL, s.a. [1934]), algo como “mundo próprio” ou “mundo circundante”, do biólogo e etólogo estônio Jakob von Uexküll (1864-1944). Entretanto, pensar a adaptabilidade pela experiência vivida condiz, de certo, modo à noção ingoldiana de *skill* (habilidade, modo).

¹²³ Do original, em inglês: “[...] *far from fitting into a given corner of the world (a niche), it is the animal that fits the world to itself by ascribing functional qualities to the things it encounters and thereby integrating them into a coherent system of its own*”.

5.3. Silêncios, sinais: do animal

Nas águas, doces ou salgadas, nos estuários, nas vazantes, ou mesmo em terra firme, parece necessário atentar para o que esses animais nos expressam por seus sons, silêncios, gestos e atos. E não seria um atributo exclusivo para os biólogos ou ambientalistas o de tentar ouvir – ou melhor dizendo, compreender – o ruído de uma biomassa supostamente silenciosa. Uma vez dentro dela, interagimos com outras vidas e nos deparamos com suas demandas. E se é exagero falar em *demandas*, no plural, atendo-me aqui a uma única demanda, a principal delas e que se explica por si só: a demanda pela própria vida. Ou, ainda, a intenção, o interesse (SINGER, 2004 [1975]) em se manter vivo, em estar vivo. Esse fator deveria ser suficiente para que, ao menos, a distinção entre “agência” e “vida” estivesse definitivamente estabelecida nas análises antropológicas das relações entre o humano e não-humano:

De modo mais geral, sugiro que o problema da agência nasce da tentativa de reanimar um mundo de coisas já morto ou tornado inerte pela interrupção dos fluxos de substância que lhe dão vida. No ASO [*ambiente sem objetos*¹²⁴], as coisas se movem e crescem porque elas estão vivas, não porque elas têm agência. E elas estão vivas precisamente porque não foram reduzidas ao estado de objeto. A ideia de que objetos têm agência é, na melhor das hipóteses, uma figura de linguagem, imposta a nós (anglófonos, ao menos) pela estrutura de uma linguagem que exige de todo verbo de ação um sujeito nominal. Na pior, ela tem levado grandes mentes a se enganar de um modo que não gostaríamos de repetir. Com efeito, tomar a vida de coisas pela agência de objetos é realizar uma dupla redução: de coisas a objetos, e de vida a agência. A fonte dessa lógica redutivista é, acredito, o modelo hilemórfico (INGOLD, 2012: 33-34).

Alguns trabalhos já encampam uma hipótese próxima do que poderíamos entender como saberes não-humanos, como no caso do povo Karitiana, indígenas ao norte de Rondônia, que procuram tornar seus animais “mais sabidos” a partir da convivialidade (VANDER VELDEN, 2017) em contextos “antropogênicos”, como diria o etnólogo amazonista William Balée, ao versar sobre a interferência zootrópica na paisagem e também sobre a adaptação de certas espécies à iminência da predação humana. Tudo isso é importante de ser considerado, no entanto, se existem, portanto, modalidades de saber animal já reconhecidas por nós humanos, parece oportuno que se atenha no que a fauna pode nos transmitir em termos de demandas próprias – ou, em outras palavras, o que certos animais nos transmitem como mensagem acerca de si próprios.

¹²⁴ Representada pela sigla ASO no texto, a expressão “ambiente sem objetos” se baseia nas teorias de James Jerome Gibson, mas se contrapõe a elas ao postular que é possível habitar o mundo, e não apenas ocupá-lo. E esse “habitar” tornaria o ambiente repleto de vidas – e não mais de objetos.

O comportamento específico de cada animal diante da interação com humanos e suas reações daí resultantes são também dados que podem, portanto, nos trazer reflexões importantes. Entretanto, se nos limitamos a considerar tais dados apenas como agência, perdemos literalmente o “fio da meada”, as linhas e malhas da historicidade dessas relações interespecíficas. Os ribeirinhos nos dizem algo sobre os animais porque esses animais dizem algo a eles também: por exemplo, a sapiência de determinados peixes para escapar à captura, os olhares de advertência ou medo dos animais perseguidos na floresta e nas águas, a agressividade de bagres e tucunarés diante do seu predador pescador, o lamento de botos e peixes-boi na defesa de seus filhotes ou de si mesmos.

A fauna amazônica tem demandas específicas que, por sua vez, inserem-se nas demandas mais urgentes da própria região amazônica em si, ameaçada sob vários aspectos. A fauna aquática, os grandes cardumes, as espécies que já eram raras, todos agora se encontram mais distantes. Segundo os moradores ribeirinhos, os peixes foram coagidos para o fundo pelas grandes malhadeiras. Como me disse um morador¹²⁵ da praia da Barra Velha, na RESEX Marinha de Soure, “*eles [os peixes] estão se escondendo entre as pedras, lá p’ro lado do Vão¹²⁶, p’ra se proteger das redes que estão cada vez maiores*”. Esse comportamento refugiado dos peixes foi confirmado também por um agente do ICMBio, que ouvia nossa conversa naquele momento. Considerar as reações dessa fauna como respostas aos impactos socioambientais e demais fatores antrópicos – tais como a predação exploratória exacerbada sobre determinadas espécies, já ameaçadas ou não de extinção – pode ser uma possibilidade – quando não uma urgência – zoopolítica de pensar os problemas socioambientais da vida ribeirinha amazônica sob outro prisma.

De uma fauna coagida, como alguns interlocutores me descreveram, pode-se esperar também uma natureza que se mostra mais silenciosa – é a conclusão a que chegara o biólogo e musicólogo Bernie Krause:

Quando o ruído é introduzido em uma paisagem sonora, perturbando a dinâmica acústica normal de um bioma, os animais costumam reagir com agitação. Um dos primeiros sinais é que eles ou se calam ou, dependendo do ruído, expressam seu medo com chamados de alerta (KRAUSE, 2013: 175).

¹²⁵ Esse mesmo morador chegara a desenhar, numa folha de papel pautado para me mostrar, um espadarte, espécie de peixe que, segundo ele, até alguns anos atrás, era muito recorrente nos mares da costa marajoara. Trata-se de um peixe (*Pristis perotteti*) dotado de um grande prolongamento serrilhado em sua frente, chamado pelos pescadores de “espada” – razão principal de sua constante perseguição, uma vez que tal “espada” sempre tivera alto valor no mercado clandestino.

¹²⁶ O chamado “Vão das pedras” é uma região em alto mar, localizada entre os municípios de Soure e Salvaterra (Ilha do Marajó, Pará) e evitada por pescadores inexperientes devido a grande quantidade de pedras e a consequente possibilidade de danificação ou perda de suas redes.

Um diagnóstico a mais do assim chamado Antropoceno talvez seja justamente uma natureza mais silenciosa, mais coagida, não necessariamente extinta. Ambientes mais silenciosos permitem, por vezes, que os eventuais lamentos e alertas da natureza sejam ouvidos e sentidos com mais clareza. Mas tal como os povos tradicionais da Amazônia (entre indígenas, quilombolas, ribeirinhos...) já assistiram a várias edições do “fim do mundo”, desde o “descobrimento” pelos portugueses, passando pelo ciclo da borracha, o “desenvolvimentismo” da ditadura militar, a chegada do garimpo e agora com as transposições de rios, usinas hidrelétricas e a ameaça de anulação de suas terras e reservas, a fauna também já testemunhou um mesmo fim para várias de suas espécies. Às remanescentes, restaria, portanto, o silêncio e o refúgio. Talvez por isso eu também não tenha logrado avistar um peixe-boi em seu *habitat* natural – e ainda vivo. Essa natureza distante – e que se mostrara distante em outros sentidos para um estrangeiro, como eu, em terras e águas amazônicas - tem as suas razões, emoções, enfim, os seus motivos para continuar assim distanciada.

Tal como alguns dos exemplos já trazidos por Kropotkin, em *Ajuda Mútua* (2009 [1902]), há também o caso do alabote (*Greenland halibut*), um peixe que vive em ambientes mais profundos na região costeira da Groenlândia e que é muito procurado por pescadores. Esse peixe gosta de habitar também os entornos de geleiras e icebergs que, por sua vez, são locais hostis e perigosos, pois têm a iminência de poderem desabar ou explodir a qualquer momento. De acordo com Andreas Roepstorff (2001), tais peixes encontram naquele ambiente um meio de se refugiar em temporadas de pesca. O autor dá outros exemplos em seu texto. Mas esse exemplo do alabote me fez recordar de um depoimento de Calixto, da Barra Velha, em Soure (Ilha do Marajó, PA):

Eles [*os peixes*] estão se escondendo entre as pedras, lá p'ro lado do Vão¹²⁷, p'ra se proteger das redes, que estão cada vez maiores. E é cada vez mais pescador jogando rede nesse mar aí. Então eles ficam coagidos. Antigamente, o peixe vinha, encostava aqui na praia, nem precisava ir tanto p'ra fora buscar eles. Isso acabou. Olha, o espadarte mesmo, sabe qual é esse peixe? Acabaram com os espadartes que tinham aqui...

Outros moradores confirmavam a presença do espadarte, chegando a desenhá-lo na areia da praia para me mostrar como era a espécie que, segundo Calixto, era vista no litoral da Ilha do Marajó: “*Eu cansei de ver pescador trazendo no barco. Teve cara que chegou a vender aquele serrote dele por quase vinte mil reais na época*”. A espécie à qual Calixto se

¹²⁷ Calixto se refere ao já mencionado “Vão das pedras”, localidade marítima situada entre os municípios de Soure e Salvaterra (Ilha do Marajó, Pará).

refere é o *Pristis perotteti*, também conhecida por peixe-serra e que alguns pescadores denominam genericamente por espadarte, associando-o a outra, o *Xiphias gladius* (conhecido por peixe-espada). Trata-se o *Pristis perotteti* de um peixe dotado de grande prolongamento serrilhado em sua frente, chamado pelos pescadores de “espada” ou “serrote” – razão de sua constante perseguição, uma vez que tal “peça” sempre teve alto valor pago no mercado paralelo ou por colecionadores particulares.



Imagem 29 – Morador da praia da Barra Velha (Soure, Ilha do Marajó, PA) desenha na areia o espadarte, peixe “raro” para alguns, “extinto” para outros.

Pescadores e ribeirinhos têm uma razoável percepção de quando a fauna emite os seus primeiros sinais de saturação, pois a experiência da pesca lhes concede aptidão a tais percepções. Entretanto, como dizem de si próprios, “*a gente aqui é ribeirinho, faltando ou não faltando peixe a gente precisa ir atrás deles p’ra sobreviver*”, são palavras de Coutinho, da praia da Barra Velha, em Soure (Ilha do Marajó, PA). O “jogo” da pesca está, portanto, assegurado, seja ele ganho ou perdido. Mas adotar a perspectiva do peixe resvala não apenas no problema das “conexões corporais”, mas também na fronteira da linha da água, como abordado no terceiro capítulo. De todo modo, o reconhecimento dos pescadores de que essas espécies se refugiam e evitam áreas costeiras em sua própria defesa fazem pensar que a ictiofauna também já aciona moções de resiliência. Se isso de fato ocorre, é possível que num futuro breve os pescadores não mais encontrem os peixes no “Vão das pedras” do rio Paracauari, entre Salvaterra e Soure. Mas as trajetórias de pescadores e de

peixes continuarão a se cruzar em outras paragens. *“Ir p’ra cada vez mais longe atrás de peixe”*, como disse, em passagem anterior, Cosme, pescador de Curuçá (PA).

Pescadores e ribeirinhos têm uma razoável percepção de quando a fauna emite os seus primeiros sinais de saturação, pois a experiência da pesca lhes concede aptidão a tais percepções. Entretanto, como dizem de si próprios, *“a gente aqui é ribeirinho, faltando ou não faltando peixe a gente precisa ir atrás deles p’ra sobreviver”*, são palavras de Coutinho, da praia da Barra Velha, em Soure (Ilha do Marajó, PA). O “jogo” da pesca está, portanto, assegurado, seja ele ganho ou perdido. Mas adotar a perspectiva do peixe resvala não apenas no problema das “conexões corporais”, mas também na fronteira da linha da água, como abordado no terceiro capítulo. De todo modo, o reconhecimento dos pescadores de que essas espécies se refugiam e evitam áreas costeiras em sua própria defesa fazem pensar que a ictiofauna também já aciona moções de resiliência. Se isso de fato ocorre, é possível que num futuro breve os pescadores não mais encontrem os peixes no “Vão das pedras” do rio Paracauari, entre Salvaterra e Soure. Mas as trajetórias de pescadores e de peixes continuarão a se cruzar em outras paragens. *“Ir p’ra cada vez mais longe atrás de peixe”*, como disse, em passagem anterior, Cosme, pescador de Curuçá (PA).

Talvez impelidos pela suposta predestinação ao domínio dos humanos, portam-se assim os animais dessa fauna próxima, entretanto distante, coagida. Saber ouvir a “mudez” desses animais parece ser um desafio, portanto, não apenas transespecífico, como também transdisciplinar. Não é, portanto, apenas através de “incidências locais”, “fatores comportamentais” – fazendo o (in)devido uso de um jargão dos biólogos que lidam mais direta e cotidianamente com essas espécies – ou de demais dados e estatísticas que tais animais nos dizem algo. Para além de todos esses dados, há algo expresso. E não apenas os lamentos – como o do peixe-boi, testemunhado por Alexandre Rodrigues Ferreira –, mas também os silêncios e distanciamentos da fauna podem ser mais do que um alerta, mas também podem conter em si uma demanda. E na fala de alguns pescadores ou ribeirinhos em geral, por exemplo, é perceptível a clara noção que essas pessoas têm da demanda pela vida desses seres com os quais compartilham rios, mares, terras e matas.

Próximos, porém distantes – considerações finais

“Agora fogem de nós,
animais que antes compartilhavam nossas praias e savanas?”

Diane Ackerman, *The Rarest of the Rare* (1995).

Uma natureza que se apresenta cada vez mais silenciosa, eis o diagnóstico do naturalista Bernie Krause. Uma natureza cada vez mais coagida, não necessariamente extinta, embora vulnerável, é como os pescadores vêem as mudanças que repercutem sobre suas atividades. Na verdade, os próprios silêncios contêm, por si só, ruídos. Dessas constatações decorre minha leitura de uma fauna distante que, somente percebida e sentida de perto, pode se mostrar arredia, refugiada e, supostamente, silenciosa. É como se houvesse, então, um alerta, talvez até mesmo um protesto que ressoa em silêncio e à distância – e que a humanidade ainda é incapaz, se não relutante, em absorver. Atentar às reações dessa fauna como respostas aos impactos sobre suas vidas pode se traduzir numa necessidade – se não numa urgência – de pensar os problemas socioambientais da vida amazônica também por outras perspectivas. E é possível que, na perspectiva da natureza e, mais precisamente, no ponto de vista do animal, em seu lamento ou em sua mudez, resida uma alternativa zoopolítica de reconduzir a vida fora da lógica instrumental dos biopoderes. Pensando numa antropologia reconduzida à vida e numa ecologia atenta à senciência dos seres, caberia, através delas, o exercício de “desmaquinar” e “desagenciar” o olhar para a vida, no contexto das ciências em geral, das práticas cotidianas e do coabitar o mundo.

E num momento em que tanto se fala em catástrofes e “fins do mundo”, retomo aqui – mais uma vez! – o legado de Alexandre Rodrigues Ferreira, mas pelas palavras do professor Renan Freitas Pinto, ao comentar as reflexões que o antigo naturalista fez sobre a predação de certas espécies animais (como tartarugas e peixes-boi), que já se mostrava já avançada àquela época, fins do século XVIII:

Na linguagem atual, Alexandre Rodrigues Ferreira estaria testemunhando um desastre ecológico de enormes proporções, sem que existisse, ao que lhe parece, o menor grau de consciência da sociedade regional emergente sobre as consequências imediatas e futuras dessas práticas (FREITAS PINTO, 2008: 162).

Mas, mediante o paradoxo enunciado no título acima, rememoro aqui esse aspecto da experiência a mim proporcionada por este trabalho – e que se apresentou, ao menos, por

duas vias distintas durante a realização da etnografia. Minha alternância constante entre estar “perto” e estar “longe” efetuou-se não apenas em relação ao campo da pesquisa, devido às repetidas idas e vindas de viagem durante anos consecutivos, mas também no que se refere à própria paisagem amazônica e as vidas que a circundam e a habitam. Por mais próximo que me fosse permitido estar ao *habitat* das paisagens de fauna aquática e silvestre que eram parte fundamental do campo desta etnografia, ao mesmo tempo eu muito percebia essa fauna por seus sinais de ausência. Ou, melhor dizendo, foi a partir de um empenho constante em querer estar próximo que me foi possível constatar tal distanciamento. E, antes de mim, os próprios habitantes das comunidades onde estive já tinham tal constatação, quando diziam, por exemplo, que a escassez de peixes não correspondia a um problema de extinção, mas a uma reação defensiva dessas espécies às práticas de pesca cada vez mais ofensivas (ou, como alguns certamente diriam, “predatórias”). Sendo assim, expressaram-me claramente que percebiam os peixes distantes, coagidos.

A propósito de minha experiência junto a todas as comunidades onde estive, seus saberes construídos a partir da experiência com a natureza que as cerca são fundamentais não apenas para a elaboração de estratégias de conservação e preservação ambiental, mas também para o entendimento do que a natureza tem a expressar e transmitir por suas próprias reações de resiliência às interferências externas. Assim sendo, enquanto etnógrafos, não somos os únicos “tradutores” de “falas” de nossos interlocutores. Antes mesmo de nós, eles também são “tradutores” do que o meio ambiente lhes transmite e do que a fauna lhes manifesta. Talvez um próximo passo possa residir em reconhecer o que se apresentam para nós enquanto possíveis demandas dessa fauna, e que ainda ressoam despercebidas num ambiente compartilhado por populações humanas e animais. Demandas que, por sua vez, se manifestam não necessariamente no imperativo, tampouco performaticamente, mas por formas implícitas quando exclamam à consciência de quem, já habituado ao ambiente dessas espécies – tal como certas comunidades vêem as mudanças que repercutem sobre suas atividades –, pode vir a compreender os seus silêncios, o seus distanciamentos e as suas ausências.

Mas como rearticular sensibilidades e racionalidades nas esferas do científico, jurídico e político, onde a razão já começa por deslegitimar a dimensão do sensível? E, indo mais além, como pensar, então, em solidariedade, cooperação e ajuda mútua diante de uma natureza que se afasta? Procurei trazer aqui alguns aspectos de um modo de vida que se realiza em meio a essa natureza. Dessa maneira, tal como essas populações tradicionais têm algo a transmitir, revelar e ensinar a partir de suas relações com o ambiente que as abriga e

circunda, a própria não-humana também o possui. Por conta disso, este é um trabalho sobre gentes, bichos e ambientes. Procurei também oferecer um retrato contemporâneo de um lugar habitado que não se sabe até quando estará como e onde se encontra. Um “desencantamento” de mundo, uma vez trazido para o contexto de populações e ecossistemas costeiros e ribeirinhos da Amazônia, pode ser compreendido a partir da presença da lógica estatal nos projetos biopolíticos de gestão ambiental. Quando essa lógica se contrapõe aos meios e aos modos de vida locais, tanto as populações humanas quanto os ecossistemas alçam suas próprias moções de resiliência. A vida amazônica em seu todo, se realiza, portanto, por constantes processos de readaptação.

Entretanto, torna-se também necessário persistir no enfrentamento de um dilema que já está colocado: o de conciliar essas mesmas práticas e conhecimentos locais com as demandas por conservação e preservação ambiental dos projetos de manejo dos recursos naturais. Há, porém, um dado com o qual, em algum momento, as agendas ambientalistas deverão lidar e considerar: articular nesse contexto a inserção das eventuais demandas zoopolíticas, na medida em que se começar a considerar as dinâmicas reativas da fauna diante do recrudescimento das ações exploratórias sobre seus espaços de *habitat* e suas populações, entendendo tais dinâmicas como reivindicações. Pode soar como algo infundado no momento presente, mas ao mesmo tempo trata-se de uma questão que pode vir a ser emergente no debate das agendas ambientalistas.

Enfim, com este trabalho, busquei antes de tudo perceber e compreender o que havia de vital nos fatos, relatos e eventos por mim reunidos, a fim de apreender a vida em si mesma. Talvez tenhamos de não apenas trazer a antropologia de volta para a vida, mas também trazer para perto dela as zoopolíticas implicadas nas relações sociais interespecíficas, uma vez que a disciplina já se encontra atarefada das biopolíticas governamentais que operam sobre a vida humana – e também sobre a natureza. As ciências já atestaram que dentro dessa biomassa silenciosa a que denominamos genericamente por natureza, a sua fauna e a sua flora sentem as interferências e alterações promovidas pela ação e presença humana, a ponto de reagirem a elas. E, pelos diagnósticos catastrofistas que anunciam iminentes “fins do mundo”, parece haver tanto uma macrofísica quanto uma microfísica desse estágio de devastação do meio ambiente, onde a fronteira entre ambos nem sempre é detectável. O Estado certamente sabe disso. As populações locais também. Em meio a todas essas mudanças (do clima, dos ecossistemas, dos recursos naturais) que presenciemos, penso ser necessário atentar para uma iminente hipótese de que essa fauna e essas espécies animais sabem o *que* e *quem* tem promovido tais mudanças. Talvez haja,

portanto, *outros* recados, vindos de *outras* fontes, que também já vêm sendo transmitidos e que parecem ainda estar além de nossa capacidade de apreensão e compreensão.

Atentar às trajetórias animais é parte de outro esforço que busca compreender as sociabilidades que abarcam a vida, e as experiências compartilhadas entre bichos e gentes. Se os animais têm mesmo uma história própria, cabe a nós perceber, compreender e reconhecer que ela não se apoia apenas nos arcabouços teóricos da arqueologia, da zoologia ou nos registros de história natural, tampouco nos rastros e demais vestígios, fossilizados ou não, legados à posteridade. É preciso que se saiba conceder historicidade às ações e emissões advindas dos protagonistas de uma história *outra*, e que esta também se constitua a partir de contribuições das ciências sociais, da filosofia, enfim, das humanidades. Afinal, estejam eles, os animais, aos brados ou calados, mostrando-se ou se refugiando, por ora parecemos ainda estar demasiadamente surdos e cegos. Mas é possível que, em algum momento, a humanidade se preste a perceber que, nos silêncios, nos ruídos, nas presenças e nas ausências da natureza, não há apenas uma emissão de sinais de alerta, mas, além disso, uma manifestação zoopolítica, ainda que implícita, de suas próprias demandas.



Imagem 30 – De perto, uma natureza distante.

Bibliografia

ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui & NEVES, Walter. (orgs.). 2006. *Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume.

AGAMBEN, Giorgio. 2004. *The Open: man and animal*. Stanford: Stanford University Press.

AGUILAR, Carla Veronica Carrasco. 2007. *Etnoconhecimento do peixe-boi amazônico (Trichechus inunguis): uso tradicional por ribeirinhos na Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns e Floresta Nacional do Tapajós*, Pará. Dissertação de mestrado (Ciência Animal). Belém: Centro de Ciências Agrárias/ Universidade Federal do Pará, 86 pp.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. 2013. Caipora e outros conflitos ontológicos. *R@U – Revista de Antropologia da UFSCar*, 5 (1), pp. 7-28.

ALVES, Luiz Cláudio Pinto de Sá [et al.]. 2012. Conflicts between river dolphins (Cetacea: Odontoceti) and fisheries in the Cental Amazon: a path toward tragedy? *Zoologia*, 29 (5), pp. 420-9.

ANDRADE, Maurício Carlos Martins de [et al.]. 2011. Unidades de conservação: integração para preservação. In: _____; LUNA, Fábria de Oliveira & REIS, Marcelo Lima (orgs.). *Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sirênios*. Série Espécies Ameaçadas nº 12. Brasília: ICMBio, pp. 25-33.

ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. 2013. *Ribeirinhos Urbanos: vidas e modos de vida no Puraquequara*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas.

ANTUNES, A. P. [et al.]. 2016 Empty forest or empty rivers? A century of comercial hunting in Amazonia. *Science Advances*, 2, pp. 1-14.

ANTUNES DE OLIVEIRA, Guilherme. 2012. *Pensar nos Bichos: afetos e políticas da proteção animal*. Dissertação de mestrado (Antropologia Social). São Carlos: Centro de Educação e Ciências Humanas/ Universidade Federal de São Carlos, 205 pp.

BATESON, Gregory. 2000 [1972]. Problems in cetacean and other mammalian communication. In: _____. *Steps to an Ecology of Mind: collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology*. Chicago & London: The University of Chicago Press, pp. 364-78.

BRASIL, República Federativa do. 1967. Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0221.htm [Acesso em: 23/04/2014].

_____. 1987. Lei nº 7.643, de 18 de dezembro de 1987. Proíbe a pesca de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7643.htm [Acesso em: 12/12/2015].

_____. 1998. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm [Acesso em: 17/11/2016].

_____. 2000. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm [Acesso em: 10/03/2015].

_____. 2007. Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes; altera as Leis nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11516.htm [Acesso em 21/06/2016].

_____. 2009. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11959.htm [Acesso em: 23/04/2014].

_____. 2012. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12651.htm [Acesso em: 06/07/2017].

BRUM, S. M. [et al.]. 2015. Use of dolphins and caimans as bait for *Calophysus macropterus* (Lichtenstein, 1819) (Siluriforme: Pimelodidae) in the Amazon. *Journal of Applied Ichthyology*, 31 (4), pp. 675-80.

CAFARO, Philip & PRIMACK, Richard. 2014. Editorial – Species extinction is a great moral wrong. *Biological Conservation*, 170, pp. 1-2.

CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro [et al.] (orgs.). 2001. *Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. São Paulo: Estação Liberdade/ Instituto Socioambiental.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela & ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. 2001. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro [et al.] (orgs.). *Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para*

a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade/ Instituto Socioambiental, pp. 184-193.

CARRITHERS, Michael [*et al.*]. 2010. Ontology is just another word for culture. Motion tabled at the 2008 meeting of the Group for Debates in Anthropological Theory, University of Manchester. *Critique of Anthropology*, 30 (2), pp. 152-200.

CARSON, Rachel. 2010 [1962]. *Primavera Silenciosa*. São Paulo: Gaia.

CARTMILL, Matt. 1993. *A View to a Death in the Morning: hunting and nature through history*. Cambridge: Harvard University Press.

CASTRO, Edna & PINTON, Florence (orgs.). 1997. *Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup/UFPA-NAEA.

CHAVES, Barbara Regina Neves [*et al.*]. 2016. *Mortandade de peixes na Bacia do Rio Doce após rompimento da barragem da Samarco no distrito de Bento Rodrigues (Mariana/MG), em 05/11/2015*. Relatório Técnico DEAMB/SEMAD/SISEMA nº 011/2016. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais/ Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 72pp.

CHIARELLO, Adriano G. [*et al.*]. 2008. Mamíferos ameaçados de extinção no Brasil. In: MACHADO, Angelo Barbosa Monteiro; DRUMMOND, Gláucia Moreira & PAGLIA, Adriano Pereira (orgs.). *Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção*. Volume II. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, pp. 681-702.

CRIST, Eileen. 2013. On the poverty of our nomenclature. *Environmental Humanities*, 3, pp. 129-147.

CRUTZEN, Paul J. & STOEMER, Eugene F. 2000. The Anthropocene. *IGBP Newsletter*, 41, pp. 17-18.

CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. 1991. *O Naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira: uma análise comparativa de sua Viagem Filosófica (1783-1793) pela Amazônia e Mato Grosso com a de outros naturalistas posteriores*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi.

DANOWSKI, Déborah. & VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2014. *Há Mundo Por Vir? Ensaios sobre os medos e os fins*. Desterro (Florianópolis): Cultura e Barbárie; São Paulo: Instituto Socioambiental.

DARWIN, Charles. 2003 [1859]. *A Origem das Espécies e a Seleção Natural*. São Paulo: Hemus.

_____. 1872. *The Expression of the Emotions in Man and Animals*. London: John Murray.

DELORT, Robert. 1993 [1984]. *Les Animaux ont une Histoire*. Paris: Seuil.

DERRIDA, Jacques. 2002. *O Animal Que Logo Sou*. São Paulo: Editora da Unesp.

DESCOLA, Philippe. 1997. Ecologia e cosmologia. In: CASTRO, Edna & PINTON, Florence (orgs.). *Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, pp. 243-261.

_____. 1998. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. *Mana*, 4 (1), pp. 23-45.

COLAÇO, José. 2012. “Pescador que é pescador enfrenta até o IBAMA!”: notas para a etnografia de um conflito na Lagoa Feia. In: ADOMILLI, Gianpaolo. K. *et al.* (orgs.). *Povos e Coletivos Pesqueiros: estudos etnográficos e perspectivas socioantropológicas sobre o viver e o trabalhar*. Rio Grande: Editora da FURG, pp. 193-203.

DI BENEDITTO, Ana Paula Madeira [*et al.*]. 2010. *Cetáceos: introdução à biologia e à metodologia básica para o desenvolvimento de estudos*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/Escola Nacional de Saúde Pública.

D’INCAO, Maria Angela & SILVEIRA, Isolda Maciel da. (orgs.). 1994. *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

DORST, Jean. 1973. *Antes Que a Natureza Morra: por uma ecologia política*. São Paulo: Edgard Blücher.

DUCARME, Frédéric; LUQUE, Gloria M. & COURCHAMP, Franck. 2013. What are “charismatic species” for conservation biologists? *Bioscience Master Reviews*, 10, pp. 1-8.

DUNAYER, Joan. s.a. [1991]. Os peixes: uma sensibilidade fora do alcance do pescador. *Les Cahiers Antispécistes*, nº 01. Disponível em: <http://www.cahiersantispecistes.org/ospeixesumasensibilidedeforadoalcancedopescador/?lang=ptpt> [Acesso em: 29/09/2016].

DUNAYER, Joan. 2004 [1991]. Les poissons: une sensibilité hors de portée du pêcheur. In: _____ [*et al.*]. *Poissons: le carnage*. Lyon: Éditions Tahin Party, pp. 6-23.

EINARSSON, Niels. 1993. All animals are equal but some are cetaceans: conservation and culture conflict. In: MILTON, Kay (org.). *Environmentalism: the view from anthropology*. London & New York: Routledge, pp. 73-84.

ERIKSON, Philippe. 1987. De l’apprivoisement a l’approvisionnement: chasse, alliance et familiarisation em Amazonie amérindienne. *Techniques & Culture*, 9, pp. 105-140.

_____. 2012. Animais demais... os xerimbabos no espaço doméstico matis (Amazonas). *Anuário Antropológico*, II-2012, pp. 15-32.

FARAGE, Nádia. 2011. De ratos e outros homens: resistência biopolítica no Brasil moderno. In: LÉPINE, Claude.; HOFBAUER, Andreas. & SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Manuela Carneiro da Cunha: o lugar da cultura e o papel da antropologia*. Rio de Janeiro: Azougue, pp. 279-309.

_____. 2013. No collar, no master: workers and animals in the modernization of Rio de Janeiro 1903-1904. In: MODEL HOUSE RESEARCH GROUP (org.). *Transcultural Modernisms*. Berlin: Sternberg Press, pp. 110-127.

FAUSTO, Carlos. 2008. Donos demais: maestria e domínio na Amazônia. *Mana*, 14 (2), pp. 329-366.

FIGUEIREDO, Napoleão. 1994. Os “bichos” que curam: os animais e a medicina de “folk” em Belém do Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia*, 10 (1), pp. 75-91.

FOUCAULT, Michel. 2008 [2004]. *Nascimento da Biopolítica. Curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes.

FREITAS PINTO, Renan. 2005. *Viagem das Ideias*. Manaus: Valer.

GALVÃO, Eduardo. 1951. Panema: uma crença do caboclo amazônico. *Revista do Museu Paulista*, separata, N.S., V, pp. 221-225.

_____. 1976 [1955]. *Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas*. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

GARCIA, Uirá Felipe. 2010. *Karawara: a caça e o mundo dos Awá-Guajá*. Tese de doutorado (Antropologia Social). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ Universidade de São Paulo, 456 pp.

GILMORE, Raymond M. 1950. Fauna and ethnozoology of South America. In: STEWARD, Julian H. (org.). *Handbook of South American Indians*. Washington: Government Printing Office, pp. 345-464.

GOMES DIAS, Juliana Vergueiro. 2009. *O Rigor da Morte: a construção simbólica do “animal de açougue” na produção industrial brasileira*. Dissertação de mestrado (Antropologia Social). Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Universidade Estadual de Campinas, 118 pp.

HARAWAY, Donna J. 2008. *When Species Meet*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

_____. 2015. Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: making kin. *Environmental Humanities*, 6, pp. 159-165.

HARRIS, Mark. 1998. What it means to be a caboclo: some critical notes on the construction of Amazonian caboclo society as an anthropological object. *Critique of Anthropology*, 18 (1), pp. 83-95.

_____. 2000. *Life On The Amazon: the anthropology of a Brazilian peasant village*. Oxford: Oxford University Press.

_____. 2006. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui & NEVES, Walter. (orgs.). *Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, pp. 81-108.

_____. 2008. O lobisomem entre índios e brancos: o trabalho da imaginação no Grão-Pará no final do século XVIII. *Revista IEB*, 47, pp. 29-55.

HUGH-JONES, Stephen. 1996. Bonnes raisons ou mauvaise conscience? De l'ambivalence de certains Amazoniens envers la consommation de viande. *Terrain*, 26, pp 123-148.

INGOLD, Tim. 1994. Introduction. In: _____ (org.). *What is an Animal?* London & New York: Routledge, pp. 1-16.

_____. 2000. *The Perception of the Environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. London & New York: Routledge.

_____. 2007. *Lines: a brief history*. London & New York: Routledge.

_____. 2011. *Being Alive: essays on movement, knowledge and description*. London & New York: Routledge.

_____. 2012. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, 18 (37), pp. 25-44.

KIRKSEY, S. Eben & HELMREICH, Stefan. 2010. The emergence of multispecies ethnography. *Cultural Anthropology*, 25 (4), pp. 545-576.

KOLBERT, Elizabeth. 2014. *The Sixth Extinction: an unnatural history*. New York: Henry Holt and Co.

KRAUSE, Bernie. 2013. *A Grande Orquestra da Natureza: descobrindo as origens da música no mundo selvagem*. Rio de Janeiro: Zahar.

KROPOTKIN, Piotr. 2011 [1902]. *Ajuda Mútua: fator de evolução*. São Sebastião: A Senhora.

LATOUR, Bruno. 1994. *Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: 34.

_____. 2000. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora da Unesp.

LÉNA, Philippe. 2004. Matrizes do desenvolvimento na Amazônia: história e contemporaneidade. In: RICARDO, Fany (org.). *Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental, pp. 146-156.

LEVAI, Laerte Fernando. 2004. *Direito dos Animais*. 2ª edição. Campos do Jordão: Mantiqueira.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1968. O triângulo culinário. In: _____. [et al.]. *Lévi-Strauss: L'Arc Documentos*. São Paulo: Documentos, pp. 24-35.

_____. 1989 [1962]. *O Pensamento Selvagem*. Campinas: Papirus.

_____. 2004. A lição de sabedoria das vacas loucas. *Novos Estudos CEBRAP*, 70, pp. 79-84.

LIMA, Deborah de Magalhães. 1999. A construção histórica do termo *caboclo*: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos NAEA*, 2 (2), pp. 5-32.

LIMA, Deborah & POZZOBON, Jorge. 2005. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. *Estudos Avançados*, 19 (54), pp. 45-76.

LIMA, Natamias Lopes de. 2011. *Saberes Culturais e Modos de Vida de Ribeirinhos e sua Relação com o Currículo Escolar: um estudo no município de Breves/PA*. Dissertação de mestrado (Educação). Belém: Instituto de Ciências da Educação/ Universidade Federal do Pará, 159 pp.

LISBOA, Pedro L. B. 2012. *A Terra dos Aruã: uma história ecológica do arquipélago do Marajó*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi.

MALINOWSKI, Bronislaw. 1978 [1922]. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia* (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural.

MARTINI, André Luiz. 2008. *Filhos do Homem: a introdução da piscicultura entre populações indígenas no povoado de Iauaretê, tio Uaupés*. Dissertação de mestrado (Antropologia Social). Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Universidade Estadual de Campinas, 169 pp.

MARTINS, Bruna Maria Lima. 2011. *Aspectos Gerais da Pesca e Sua Interação com Pequenos Cetáceos no Estuário Amazônico*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Oceanografia). Belém: Instituto de Geociências/ Universidade Federal do Pará, 82 pp.

MARTINS, Ubirajara R. 1994. A coleção taxonômica. In: PAPAVERO, Nelson (org.). *Fundamentos Práticos de Taxonomia Zoológica (Coleções, Bibliografia, Nomenclatura)*. 2ª edição (revista e ampliada). São Paulo: Editora da Unesp, pp. 18-43.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. 1990. *A Ilha Encantada: medicina e xamanismo numa comunidade de Pescadores*. Belém: Universidade Federal do Pará.

_____. 2004. Malineza (evil): an amazonian concept. In: NUGENT, Stephen & HARRIS, Mark (orgs.). *Some Other Amazonians: perspectives on modern Amazonia*. London: University of London, pp. 118-127.

MCGRATH, David. 2004. *Regatão and caboclo: itinerante traders and smallholder resistance in the Brazilian Amazon*. In: NUGENT, Stephen & HARRIS, Mark (orgs.). *Some Other Amazonians: perspectives on modern Amazonia*. London: University of London, pp. 178-211.

MICHELET, Jules. 1983 [1861]. *La Mer*. Paris: Gallimard.

MILTON, Kay (org.). 1993. *Environmentalism: the view from anthropology*. London & New York: Routledge.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. 2010. *O Pescador: histórias, instrumentos, técnica e folclore*. Manaus: EDUA.

MORGAN, Lewis. Henry. 1868. *The American Beaver and His Works*. Philadelphia: J. B. Lippincott & Co.

NASCIMENTO, Jorge Luiz do & CAMPOS, Ivan Braga (orgs.). 2011. *Atlas da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção em Unidades de Conservação Federais*. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

NUGENT, Stephen. 1993. *Amazonian Caboclo Society: an essay on invisibility and peasant economy*. Oxford: Berg.

_____. 2006. Utopias e distopias na paisagem social amazônica. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui & NEVES, Walter (orgs.). *Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, pp. 33-44.

NUGENT, Stephen & HARRIS, Mark (orgs.). 2004. *Some Other Amazonians: perspectives on modern Amazonia*. London: University of London.

NUNES, Angélica C. G. [et al.]. 2017. *Guia de Identificação das Principais Espécies de Peixes Comercializados como "Douradinha"*. Manaus: INPA.

OVERING, Joanna. 1985. There is no end of evil: the guilty innocents and their fallible god. In: PARKIN, D. (org.). *Anthropology of Evil*. New York: B. Blackwell, pp. 244-78.

_____. 1991. A estética da produção: o senso de comunidade entre os Cubeo e os Piaroa. *Revista de Antropologia, USP*, 34, pp. 7-33.

_____. 2002 [1983-4]. Estruturas elementares de reciprocidade: uma nota comparative sobre o pensamento sócio-político nas Guianas, Brasil Central e Noroeste. *Cadernos de Campo*, 10, pp. 121-138.

OVERING, Joanna & PASSES, Alan. 2000. Introduction – Conviviality and the opening up of Amazonian anthropology. In: _____ & _____ (orgs.). *The Anthropology of Love and Anger: the aesthetics of conviviality in Native Amazonia*. London & New York: Routledge, pp. 1-30.

PARKER, Eugene P. 1985. Cabocclization: the transformation of the amerindian in Amazonia, 1615-1800. In: _____. (org.). *The Amazon Caboclo: historical and contemporary perspectives*. Williamsburg: College of William and Mary, pp. xvii-li.

PEIRANO, Mariza Gomes e Souza. 1975. *Proibições Alimentares Numa Comunidade de Pescadores (Icaraí, Ceará)*. Dissertação de mestrado (Antropologia Social). Brasília: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/ Universidade de Brasília, 200 pp.

PEREIRA, Nunes. 1954. *O Peixe-Boi da Amazônia*. Reedição. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura.

PRANG, Gregory. 2004. Social and economic change in Amazonia: the case of ornamental fish collection in the Rio Negro Basin. In: NUGENT, S. & HARRIS, M. (orgs.). *Some Other Amazonians: perspectives on modern Amazonia*. London: University of London, pp. 57-80.

PROST, Maria Thereza & MENDES, Amílcar Carvalho (orgs.). 2001. *Ecossistemas Costeiros: impactos e gestão ambiental*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

RENTAS. 2014. *1º Relatório Nacional sobre o Tráfico de Fauna Silvestre*. Disponível em:
http://www.rentas.org.br/wp-content/uploads/2014/02/REL_RENTAS_pt_final.pdf
[Acesso em: 09/04/2016].

RODRIGUES, Angélica [et al.]. 2012. *Os Mamíferos Aquáticos em: Nem Tudo Que Cai na Rede é Peixe!* Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Grupo de Estudos de Mamíferos Aquáticos da Amazônia.

RODRIGUES FERREIRA, Alexandre. 1903 [1786]. Memória sobre o peixe boy e do uso que dão no estado do Grão Pará. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, XII, pp. 169-74.

_____. 1933 [1792]. Roteiro das viagens que fez pelas capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, Alexandre Rodrigues Ferreira, a quem acompanharão os desenhistas, Joseph Joachim Freire, Joachim Joseph Codina e o jardineiro botânico Agostinho Joachim do Cabo. *Boletim do Museu Nacional*, IX (2), pp. 103-118.

_____. 1972. *Viagem Filosófica Pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Memórias: Zoologia e Botânica*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura.

_____. 1974. *Viagem Filosófica Pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Memórias: Antropologia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura.

ROEPSTORFF, Andreas. 2001. Thinking with animals. *Sign Systems Studies*, 29 (1), pp. 203-17.

SÁ, Guilherme. 2013. *No Mesmo Galho: antropologia de coletivos humanos e animais*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

SANTOS-FITA, Dídac. & COSTA-NETO, Eraldo Medeiros. 2007. As interações entre os humanos e os animais: a contribuição da etnozootologia. *Biotemas*, 20 (4), pp. 99-110.

SAUTCHUK, Carlos Emanuel. 2007. *O Arpão e o Anzol: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá)*. Tese de doutorado (Antropologia Social). Brasília: Instituto de Ciências Sociais / Universidade de Brasília, 402 pp.

SCARAMUZZI, Igor Alexandre Badolato. 2016. *Extratativismo e as relações com a natureza em comunidades quilombolas do rio Trombetas/Oriximiná/Pará*. Tese de

doutorado (Antropologia Social). Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Estadual de Campinas. 338 pp.

SERVAIS, Veronique. 2000. Construire l'esprit du dauphin. *Terrain*, 34, pp. 55-72.

_____. 2005. Enchanting dolphins: an analysis of human-dolphin encounters. In: KNIGHT, John (org.). *Animals in Person: cultural perspectives on human-animal intimacies*. Oxford: Berg, pp. 211-229.

SINGER, Peter. 2004 [1975]. *Libertação Animal*. Porto Alegre: Lugano.

SLATER, Candace. 2001 [1994]. *A Festa do Boto: transformação e desencanto na imaginação amazônica*. Rio de Janeiro: FUNARTE.

SMITH, Nigel J. H. 1979. *A Pesca no Rio Amazonas*. Manaus: INPA.

SOUSA, M. E. M. [et al.]. 2013. Meeting the giants: the need for local ecological knowledge (LEK) as a tool for the participative management of manatees on Marajó Island, Brazilian Amazonian coast. *Ocean & Coastal Management*, 86, pp. 53-60.

STENGERS, Isabelle. 2015. *No tempo das Catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: CosacNaify.

SÜSSEKIND, Felipe. 2014. *O Rastro da Onça: relações entre humanos e animais no Pantanal*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

TOCANTINS, Leandro. 1961. *O Rio Comanda a Vida: uma interpretação da Amazônia*. 2ª edição (revista e aumentada). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

UEXKÜLL, Jakob von. s.a. [1934]. *Dos Animais e dos Homens: digressões pelos seus próprios mundos. Doutrina do Significado*. Lisboa: Livros do Brasil.

VANDER VELDEN, Felipe Ferreira. 2012. *Inquietas Companhias: sobre os animais de criação entre os Karitiana*. São Paulo: Alameda.

_____. 2017. Fazendo animais sabidos: interações naturalculturais nas práticas cinegéticas Karitiana (Rondônia). In: MARCHAND, Guillaume & VANDER VELDEN, Felipe (orgs.). *Olhares Cruzados Sobre as Relações Entre Seres Humanos e Animais Silvestres na Amazônia (Brasil, Guiana Francesa)*. Manaus: EDUA, pp. 65-84.

VERÍSSIMO, José. 1895. *A Pesca na Amazônia*. Rio de Janeiro & São Paulo: Livraria Classica de Alves & C.

_____. 2011 [1886]. *Cenas da Vida Amazônica*. São Paulo: Martins Fontes.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. *A Inconstância da Alma Selvagem – e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.

_____. 2012. “Transformação” na antropologia, transformação da “antropologia”. *Mana*, 18 (1), pp. 151-71.

WAGLEY, Charles. 1988 [1953]. *Uma Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

WASSÉN, S. Henry. 1970. A naturalist's lost ethnographic collection from Brazil – or the case from 1786: a contribution to the study of South American indian drugs. *Gothenburg Ethnographical Museum (Separata)*, 1969 annual report, pp. 32-52.

WAWZYNIAK, J. V. 2004. Curupira “engerado” em IBAMA: apreensão de um órgão público federal em termos cosmológicos. *Teoria e Pesquisa*, 44 e 45, pp. 5-18.

WIEDMANN, Sônia Maria Pereira. 2008. Legislação referente à fauna silvestre. In: MACHADO, A. B. M.; DRUMMOND, G. M. & PAGLIA, A. P. (orgs.). *Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção*. Volume I. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, pp. 71-89.

ZANIOLO, Giovana Regina. 2006. *Etnoconhecimento do Peixe-Boi Amazônico Trichechus inunguis (Natterer, 1883) pelos Pescadores de Novo Airão, Amazonas, Brasil*. Dissertação de mestrado (Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia). Manaus: Centro de Ciências do Ambiente/ Universidade Federal do Amazonas, 105 pp.